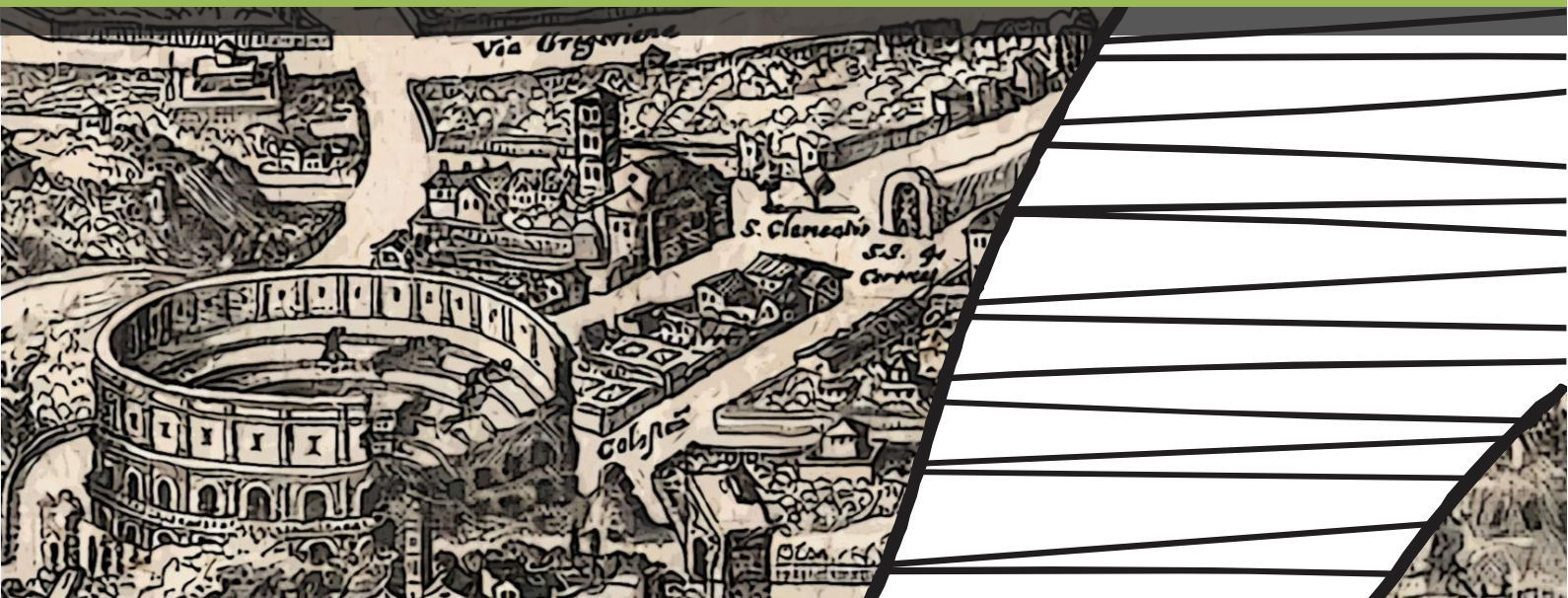


TEMÁTICA LIVRE



CADERNOS DE HISTÓRIA



CADERNOS DE HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor

Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Chefe de gabinete do reitor

Prof. Guilherme Coelho Colen

Secretária-geral

Prof.^a Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins

Pró-reitores e Secretários

Graduação – Prof. Eugênio Batista Leite

Pesquisa e Pós-graduação – Prof. Martinho Campolina Rebello Horta

Extensão – Prof.^a Cláudia Venturini

Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Prof. Marcos André Silveira Kutova

Gestão Financeira – Prof. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

Logística e Infraestrutura – Prof. Rômulo Albertini Rigueira

Recursos Humanos – Prof. Liza Fensterseifer

Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários – Prof. Jorge Sündermann

Secretaria de Comunicação: - Prof. Mozahir Salomão Bruck

Diretor do Instituto de Ciências Humanas: Prof. Alexandre Magno Alves Diniz

Chefe do Departamento de História: Prof.^a Júlia Calvo

Diretor do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica: Prof. Mario Cléber Martins Lanna Júnior

Núcleo de apoio aos periódicos PUC Minas - NAP

Alda Verônica G. de Miranda (Setor de Periódicos da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi)

Javier Alberto Vadell (Estudos Internacionais)

Magali Rezende Gouvêa Meireles (ICEI – Instituto de Ciências Exatas e Informática)

Raquel Guimarães (Scripta)

CMPH – CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC MINAS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 26, subsolo da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi • 30535-901 Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4383 • E-mail: centrodememoria@pucminas.br ou cpesquisahist@pucminas.br.

EDITORA PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • E-mail: editora@pucminas.br.

ISSN-e: 2237-8871 (OJS)

CADERNOS DE HISTÓRIA

Revista do Departamento de História da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Temática Livre



Cadernos de História é uma publicação semestral do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro de Memória e de Pesquisa História da PUC Minas.

Conselho Editorial

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro
Júlia Calvo
Jacyra Antunes Parreiras

Editor gerente:

Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Editor:

Douglas Felipe

Editor Estagiário

Isabela Santana de Souza

Conselho Consultivo Nacional

Dr. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)
Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)
Dr. Amaury Carlos Ferreira (PUC Minas)
Dr.a Ana Silvia Volpi Scott (UNISINOS)
Dr.a Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)
Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Dr. Antônio Carlos de Jucá Sampaio (UFRJ)
Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Dr. Caio César Boschi (PUC Minas/U.Porto)
Dr.a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)
Dr.a Claudia Wasserman (UFRGS)
Dr. Christian Edward Cyril Lynch (UERJ/FCRB)Dr.
Douglas Cole Libby (UFMG)
Dr. Ilmar Rohloff de Mattos (PUC Rio)
Dr. João Adolfo Hansen (USP)
Dr. João Antônio de Paula (UFMG)Dr.
João Feres Júnior (UERJ)
Dr.a Liana Maria Reis (PUC Minas)
Dr.a Luciana Teixeira de Andrade, (PUC Minas)
Dr.a Lucilia de Almeida Neves Delgado (UNB)
Dr. Luiz Claudio Duarte (UFF)
Dr. Marco Antônio da Silveira (USCS)

Revisão e Normatização

Júlia Marcia de Souza Santos

Diagramação de Texto

Isabela Santana de Souza
Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Capa

Anderson Luiz Barbosa Araújo

Imagem da capa

Merian, M A drawing or depicting of Rome in 1642

Dr.a Maria Angelica Zubaran (ULBRA)
Dr.a Maria Celina Soares D'Araújo (PUC Rio)
Dr.a Maria Silvia Casagrande Bassanezi (UNICAMP)
Dr. Tarcisio Rodrigues Botelho, (UFMG)
Dr.a Marluza Marques Harres (UNISINOS)Dr.
Olavo Pereira Soares (UNIFAL)
Dr.a Renata Rodrigues Vereza (UFF)
Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG)Dr.
Rodrigo Patto Sá Motta, (UFMG)
Dr. Sérgio Odilon Nadalin, (UFPR)
Dr.a Solange Pereira da Rocha, (UFPB)
Dr.a Magda Maria Bello Almeida Neves (PUC Minas)

Conselho Consultivo Internacional

Dr. Filipe Themudo Barata, Universidade de Évora
Dr.a Florbela Cristina Veiga Frade, Universidade Nova de Lisboa
Dr. José Manuel Santos, Universidad de Salamanca
Dr.a Maria Marta Lobo de Araújo, Universidade do Minho
Dr.a Teresa Maria e Sousa Nunes, Universidade de Lisboa
Dr. Zephyr Frank, Stanford University
Dr. José Maria Amado Mendes, Universidade de Coimbra /
Universidade Autónoma de Lisboa
Dr.a Claudia Damasceno Fonseca, Ecole des Hautes Etudes
em Sciences Sociales

Indexadores: Periódicos CAPES, E-Revist@s, Latindex, DOAJ, PKP, Diadorim, Icap, Sumários.org, LivRe!, REDIB, SEER, IBICT, JournalTOCs, EZB.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

**C122 Cadernos de História. – v.1, n.1 (1995-). Belo Horizonte:
PUC Minas, 1995- . V. 25, n. 43 (2025).
Semestral**

ISSN 1679-5636 (Impresso)

ISSN 2237-8871 (Eletrônico)

EDITORIAL

O presente número dos *Cadernos de História* reúne artigos de temática livre que, embora diversos em seus objetos e abordagens, compartilham o compromisso com o rigor acadêmico e a reflexão crítica sobre diferentes dimensões do conhecimento histórico. Com especial ênfase na historiografia brasileira e em temas relacionados à História da República, os textos aqui publicados oferecem ao leitor um panorama abrangente de questões que atravessam os campos da história política, da educação, da teoria e metodologia da história, bem como das relações entre poder, memória e saber.

O artigo **“Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)”**, escrito por Bruno Melo de Oliveira, analisa a continuidade do projeto de implantação de um parque de aerostação pelo Exército Brasileiro no início do século XX. Mesmo após a morte trágica do Tenente Juventino da Fonseca, em 1908, a iniciativa não foi abandonada, revelando o empenho das Forças Armadas em sua modernização, mesmo diante das restrições orçamentárias. O artigo evidencia também a influência prussiana sobre a oficialidade brasileira, destacando a germanofilia como elemento importante na retomada dos projetos de balonismo militar no país.

Na sequência, o artigo **“A política cartográfica da Era Vargas e os mapas dos municípios mineiros de 1939”**, de Renato Somberg Pfeffer, discute os fundamentos geopolíticos e ideológicos da chamada “lei geográfica” do Estado Novo. Por meio de um estudo aprofundado das ações do serviço geográfico de Minas Gerais, o texto analisa a produção de cartas municipais como uma prática científica vinculada ao poder centralizador e autoritário do governo Vargas. A cartografia oficial, nesse contexto, é interpretada como expressão do saber estatal e instrumento de afirmação territorial do Estado Nacional.

O artigo **“Políticas públicas de desenvolvimento econômico na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul”**, escrito por Cláudia Heloiza Conte, examina as ações governamentais direcionadas a essa região estratégica, marcada por um processo lento de colonização e marginalização no contexto nacional. A análise revela as limitações e descontinuidades das políticas implementadas, bem como as especificidades econômicas e sociais do território em questão.

O autor do artigo **“Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968”**, João Pedro Aparecido Vicente mobiliza a teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação a fim de compreender os impactos da colaboração MEC-USAID sobre as políticas de ensino superior no Brasil. A reforma é situada no contexto da Guerra Fria e da transnacionalização das políticas educacionais, revelando a atuação da USAID como precursora de estratégias adotadas posteriormente por instituições multilaterais como o Banco Mundial e a OCDE.

O artigo de Rosinete Carioca Costa, **“Os impactos da pandemia de gripe espanhola para a educação entre 1918 e 1919”**, oferece uma revisão bibliográfica sobre os efeitos da crise sanitária do início do século XX

Temática Livre

sobre o sistema educacional. A pesquisa aponta para lacunas historiográficas ainda presentes no estudo das práticas educativas daquele período, ao mesmo tempo em que destaca como a pandemia agravou desigualdades e impôs desafios duradouros à infância e à educação escolar.

O texto **“Metodologia do ensaio biográfico: organização estrutural, desafios e proposta para algumas guidelines”**, de Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa, discute os caminhos possíveis para a construção do ensaio biográfico como modalidade de produção histórica. Defendendo a superação da história tradicional e a busca por abordagens mais criativas e analiticamente sólidas, o artigo propõe diretrizes metodológicas voltadas à formação de pesquisadores em fase inicial.

No artigo **“O papel de Marina/Malintzin/Malinche no processo de conquista do México-Tenochtitlan”**, Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira analisa as representações dessa figura histórica nos textos de Francisco López de Gómara e Bernal Díaz del Castillo, lançando mão da teoria bakhtiniana para pensar a relação entre autor, texto e contexto. A abordagem evidencia as disputas simbólicas em torno da memória da conquista e o papel ambíguo atribuído à figura de Malinche na historiografia colonial.

Encerramos o volume com artigo **“As mulheres na Revolução Federalista de 1893”**, de Cláudio Júnior Damin que ao estudar a participação feminina na Revolução Federalista (1893-1895), destaca que sua aparente ausência nas narrativas militares reflete a persistência de uma cultura marcial de caráter masculino. Fundamentado em fontes memorialistas, periódicos, correspondências, diários militares e na historiografia especializada, o estudo evidencia que as mulheres foram simultaneamente vítimas de violências, agentes da logística bélica, acompanhantes nas marchas e combatentes, sobretudo no Exército Revolucionário.

Com este número, os *Cadernos de História* reafirmam seu compromisso com a difusão do conhecimento histórico e a valorização do debate plural e crítico nas ciências humanas. Ao reunir contribuições que transitam por diferentes temas, períodos e abordagens, esperamos oferecer aos leitores um espaço de interlocução acadêmica e de incentivo à pesquisa histórica em suas múltiplas vertentes.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura.

Mário C. M. Lanna J.

(Editor da revista *Cadernos de História*)

Sumário

ARTIGOS

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)	11
BRUNO DE MELO OLIVEIRA	
A política cartográfica da Era Vargas e os mapas dos municípios mineiros de 1939	38
RENATO SOMBERG PFEFFER	
Políticas públicas de desenvolvimento econômico na faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul/MS.	60
CLÁUDIA HELOIZA CONTE	
Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação.	79
JOÃO PEDRO APARECIDO VICENTE	
Os impactos da pandemia de gripe espanhola para a educação entre 1918 e 1919.	100
ROSINETE CARIOCA COSTA	
Metodologia do ensaio biográfico: organização estrutural, Desafios e proposta para algumas guidelines.	123
OTÁVIO BARDUZZI RODRIGUES DA COSTA	
O papel de Marina/Malintzin/Malinche no processo de conquista do México-Tenochtitlan.	144
MARIA IZABEL BARBOZA DE MORAIS OLIVEIRA	
As mulheres na Revolução Federalista de 1893.	165
CLÁUDIO JÚNIOR DAMIN	

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro	Bruno Melo de Oliveira Universidade da Força Aérea.
--	--

Resumo

O artigo aborda a continuidade do projeto de dotar o Exército Brasileiro de um Parque de Aerostação em princípios do século XX. O falecimento do Tenente Juventino da Fonseca em 1908 em um acidente de balão em Realengo não cessou o interesse da força terrestre pela aerostação militar. As ações perpetradas visando a continuação da implementação da aerostação militar brasileira evidencia, por um lado, a permanência de um cenário no qual a luta pela modernização das Forças Armadas tornava-se um imperativo incontornável a despeito das dificuldades orçamentárias nacionais. Outro condicionante que se apresenta ao desenvolvimento do balonismo militar é a aproximação às concepções bélicas prussianas propiciada pela germanofilia presente em segmentos da oficialidade do Exército Brasileiro. Desta forma a retomada da capacitação de balonistas militares brasileiros se insere em um movimento no cenário internacional de tentativa de alinhamento com o Império Alemão.

Palavras-chave: Modernização do Exército Brasileiro; Aerostação militar; Capitão Thewalt; Balão Pilot.

German Approach to the Brazilian Aerostatic Project (1910–1911)	Bruno Melo de Oliveira Universidade da Força Aérea.
--	--

Abstract

The article addresses the continuity of the project to equip the Brazilian Army with an Aerostation Park in the early 20th century. The death of Lieutenant Juventino da Fonseca in 1908, in a balloon accident in Realengo, did not put an end to the Army's interest in military aerostation. The actions undertaken to continue the implementation of Brazilian military aerostation reveal, on the one hand, the persistence of a context in which the drive to modernize the Armed Forces became an unavoidable imperative, despite the country's budgetary constraints. Another factor influencing the development of military ballooning was the affinity with Prussian military doctrines, fostered by the strong presence of Germanophilia within segments of the Brazilian Army officer corps. In this way, the resumption of the training of Brazilian military balloonists is part of a broader international movement seeking alignment with the German Empire.

Keywords: Modernization of the Brazilian Army; Military aerostation; Captain Thewalt; Pilot balloon.

Introdução

O tema com que ora nos deparamos insere-se em um período conhecido pelos historiadores do fenômeno militar como sendo marcado pela realização de esforços em favor da modernização das forças armadas do Brasil nos primeiros anos do século XX. Sentindo ainda a depauperação de seus meios e de sua formação após a Guerra do Paraguai, da Guerra de Canudos e da influência do positivismo nas fileiras do oficialato, o Exército Brasileiro tentou ao longo das primeiras duas décadas da República ajustar-se aos novos tempos e aos desafios impostos pelas inovações tecnológicas e aprimoramento das organizações militares experimentadas na Europa. Para agravar, no entorno estratégico brasileiro, países como Chile e Argentina iniciaram primeiro a modernização de suas forças militares, criando com isso um cenário de potencial de instabilidade regional e possível ameaça à soberania brasileira.

Sobre as políticas modernizadoras, há uma extensa literatura, tanto produzida por profissionais acadêmicos quanto militares profissionais. Do lado castrense, há os trabalhos clássicos de Francisco de Paula Cidade e Jehová Motta, que tratam da formação do oficial, ou mesmo os trabalhos de Alfredo de Souto Malan e Jayme Bastos Filho, ambos centrados na contratação da Missão Militar Francesa para a instrução do Exército Brasileiro. Há ainda, de forma um pouco mais direcionada, o livro de Nelson Freire Lavênere-Wanderley sobre a história da Força Aérea Brasileira, mas que, ao tratar dos primórdios da aerostação militar, limita-se a uma parca menção ao Tenente Juventino da Fonseca. Do ponto de vista da historiografia profissional, há uma longa lista de trabalhos, desde os capítulos de Boris Fausto em História da Editora Civilização Brasileira, Celso Castro, entre outros publicados, ou teses e dissertações defendidas como a de Isabel Belintani, Cristina Monteiro Luna, Marcos Mancuso, entre inúmeros outros nos últimos quinze anos.

Os mais diversos aspectos foram abordados nestas obras, contudo, os elementos relativos à aquisição de material aeronáutico e à instrução aérea acabavam por ser relegados a um segundo plano, ocupando, muitas vezes, alguns poucos parágrafos marginais¹. Naquilo que se refere a aerostação militar, o cenário historiográfico se mostra ainda mais superficial, beirando a inanição de produção acadêmica ou mesmo inexistência total. É justamente este vazio que gostaríamos de investir a fim sanar a pouca informação que se tem do cenário de discussões e de esforços para a constituição de meios aéreos de emprego bélico no Brasil, especialmente quando da sua fase mais primitiva marcada, majoritariamente, pelo desenvolvimento dos meios mais leves que o ar, com balões cativos ou livres.

As instituições estatais, diante do acelerado cenário de transformações resultantes da Segunda

¹ A historiadora brasilianista Leonie Schuster (2022) dispõe de uma publicação fruto de sua tese de doutorado relativo ao imaginário e a representação social entorno das atividades aéreas no Brasil entre 1900 e 1922, mas não chega a tocar a fase de transição do interesse do balonismo para a aviação. O trabalho se revela de suma relevância na identificação do interesse da sociedade brasileira nos acontecimentos ligados ao balonismo.

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

Revolução Industrial organizaram-se visando à capacitação de seus instrumentos de guerra a fim de fazer frente a um eventual ambiente de conflito. O balão ou aeróstato deixou de ser apenas parte de um experimento científico para se tornar uma ferramenta importante para o bom desempenho das forças militares em teatro de operações. Utilizado na Guerra de Secessão (1861-1865)² e na Guerra do Paraguai (1864-1870)³, no Continente Americano, e na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), o balão atuou como relevante instrumento de aquisição de informações, consolidando uma tendência esboçada nas Guerras Napoleônicas, com a criação da efêmera Companhia de Aerosteiros (1793-1802).

Uma posição de dependência de modelos e meios externos, como se viu tanto na Guerra do Paraguai quanto no caso mais recente, o do Parque de Aerostação de Realengo, iniciado pelo Tenente Juventino da Fonseca com base no curso de balonismo e materiais franceses. Como veremos a seguir, o projeto aeronáutico brasileiro não cessou, apesar do acidente mortal do citado oficial em 1908. A necessidade prosseguir o incremento da arte militar e apresentar soluções para questões táticas permaneceu como a tônica do momento, forçando o Exército Brasileiro dar continuidade a estudos sobre a aerostação e o estabelecimento de organizações responsáveis pelo seu manuseio. Entretanto o anseio por dominar as capacidades este aparelho estava condicionado por alguns elementos, entre eles a inserção na esfera política francesa ou alemã, como fornecedores de modelos modernos. É desta virada alemã que nos depararemos nas próximas páginas.

1. Relações Brasil-Alemanha

Antes de tratarmos diretamente sobre a busca pelo desenvolvimento da aerostação militar no Exército Brasileiro, precisaremos inserir tal busca em um contexto incontornável, sem o qual perderemos de vista as suas devidas especificidades, mesmo que, para agora, façamos de forma mais simplificada. Não podemos deixar de considerar como um dos elementos fundamentais a necessidade de se ter a compreensão da posição do Brasil no cenário internacional em sua interação com potências como Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha, sendo esta última a que daremos real ênfase. O trato com os vizinhos no plano regional, apesar de constituir o elemento de preocupação para a defesa da soberania e fator justificador do emprego de recursos para a modernização das forças armadas brasileiras, demandará espaço em outra oportunidade.

Destacaremos nos próximos parágrafos a inserção do Brasil no sistema internacional do alvorecer do século XX, pontuando, brevemente, as relações de força com as quais o país teve que lidar em meio ao processo de modernização da sua força terrestre. Como destacam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno,

² O Corpo de Sinais (*Signal Corps*) do Exército Norte-Americano da União foi responsável pelo emprego pioneiro de balões na Batalha de Chancellorsville, em 1862.

³ Para maiores informações, consultar o manuscrito editado pelo INCAER de autoria do Tenente-Brigadeiro Nélson Freire Lavènere-Wanderley.

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

neste período, no qual se insere na gestão do Barão do Rio Branco no Itamaraty, a Política Externa do Brasil era articulada por quatro grandes linhas de orientação: “a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros” (CERVO, BUENO, 2011, p. 191).

No plano econômico, nota-se que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos se deu sem o desenvolvimento de uma postura de alinhamento automático. A postura diante da potência norte-americana contribuía para garantir os interesses econômicos das oligarquias cafeeiras junto ao principal parceiro comercial do país (CERVO, BUENO, 2011, p. 192). Nota-se que na obra **História da política exterior do Brasil**, Cervo e Bueno, ao analisar a história das relações exteriores, não trataram da interação do Brasil com outras potências, como França e Alemanha, restringindo-se a tratar das pretensões norte-americanas na porção meridional do Continente Americano. Acreditamos que, além do crescimento da presença estadunidense em substituição da inglesa, não podemos deixar de considerar que estamos em contexto marcado pelo apogeu da força europeia no conjunto do sistema internacional.

Sobre isto, segundo o internacionalista Wolfgang Döpcke, o ano de 1871 marcou o início de uma nova época nas relações internacionais. Na Europa, a fundação do II Reich, feita após três guerras de unificação e fundamentada de uma pujante industrialização permitiu a redistribuição do poder a partir da Europa Central (DÖPCKE, 2007, p. 77). As relações de força redesenhadas no ambiente europeu permitiu a Alemanha adquirir meios de projeção para além do território do Hemisfério Norte. Não era uma inovação alemã, mas parte de um processo que permitiu a subjugação de partes do globo como a África e Ásia ao domínio europeu direto. Este vigor imperialista europeu, no entanto, não se mostrou absoluto, pois precisou lidar com duas potências em expansão: Estados Unidos e Japão (DÖPCKE, 2007, p. 78).

Neste contexto pós-1871, na perspectiva de Döpcke, a França perdera seu potencial de hegemonia (DÖPCKE, 2007, p. 79). Quando o internacionalista trata desta redução da importância deste país, está levando em consideração neste jogo a faceta político-militar das relações interestatais. Pelo menos, diríamos nós, uma parte de seu prestígio pode ter se enfraquecido, porém sua influência, como no caso brasileiro, nunca foi de pouca importância. Como destaca Fernando Santomauro, na passagem do século XIX para o XX, “a Terceira República intensificou a política cultural francesa, criando diversas instituições para a difusão da língua francesa e educação das elites políticas e econômicas latino-americanas” (SANTOMAURO, 2013, p. 211).

A França poderia ter perdido a guerra com a Prússia, mas não perdera, de tudo, sua capacidade de influenciar no jogo das relações internacionais. Poderia não ter a longevidade do poderio econômico da Inglaterra, nem o vigor das pretensões Norte-Americanas e nem a agressividade do Império Alemão, mas investiu em outras formas de se relacionar com as autoridades políticas, econômicas e militares da América Latina por meio de seu *soft power*.

No que se refere às relações do Império Alemão com a América do Sul, em especial com o Brasil,

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

que é o ponto principal deste tópico, era possível perceber uma forte preocupação germânica com os sucessos dos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana (1898), pois, em uma visão prospectiva, estes representariam um movimento de avanço político-econômico que “poderia acarretar prejuízos comerciais à Alemanha e punha em risco a identidade das colônias alemãs do Sul do Brasil” (BUENO, 2003, p. 328). Conforme Döpcke, das regiões cobiçadas pelos ávidos europeus, a América do Sul se destacava, pois, segundo Clodoaldo Bueno, a região representava um espaço que “não poderia ser vedado a expansão germânica” (BUENO, 2003, p. 328). “O crescimento econômico da Alemanha ocorreu no contexto transnacional de um sistema competitivo e cada vez mais internacional”, lembra o historiador canadense Brett Fairbairn (2008, p. 73).

Em todo caso, como ressalta Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, em princípios do século XX, o maior incremento do comércio exterior do Brasil ocorreu com a Alemanha. Para este historiador, o país “ocupava então o segundo lugar no mercado externo brasileiro, depois dos Estados Unidos (exportações) e da Inglaterra (importações). Suas transações com a América do Sul se desenvolviam mais que as desses dois países” (BANDEIRA, 1978, p. 182-183). Portanto, neste ambiente de expansão dos interesses alemães na região, se inserem a atuação de duas grandes autoridades políticas brasileiras. A primeira delas, que tem papel de destaque na aproximação do Brasil com o Império Alemão foi José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco⁴. O segundo dignatário é o Marechal Hermes da Fonseca.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa, ao ponderar sobre as missões diplomáticas levadas a cabo pelo Barão do Rio Branco, traça algumas considerações sobre atuação do representante brasileiro em Berlim. Em primeiro lugar, Corrêa resgata o contexto de atuação do Barão, o pano de fundo das interações interestatais da jovem república sul-americana com as principais forças político-econômicas do Ocidente. Resgata a viagem do recém-eleito presidente Campos Sales à Alemanha em 1898 por conta de um convite da Casa Krupp, “fornecedora de equipamento militar para o Brasil desde 1871” (CÔRREA, 2009, p. 50). As relações diplomáticas entre o Brasil e o Império Alemão não eram um fenômeno recente, como podemos notar, mas remontam ao Segundo Reinado. Devemos esclarecer que não era uma inovação de princípios do século XX, nem reflexo episódico de uma ação política isolada ou improvisada. O conjunto das ações perpetradas era parte integrante de um processo de percepção sobre o cenário internacional vigente. Desta viagem de Presidente Campos Sales ocorreram visitas às instalações d Krupp em Hamburgo, tendo passagem pelas cidades de Berlim, Dresden e Munique. O presidente brasileiro regressou ao Brasil “convencido da importância de contrabalançar as relações tradicionalmente mantidas pelo Brasil com a Inglaterra e a França com uma aproximação crescente da Alemanha” (CÔRREA, 2009, p. 50).

Sobre a colaboração germânica no campo econômico, Corrêa recolhe o seguinte:

⁴ Vamos nos abster de tratar dos dilemas impostos pelas crises dos casos Panther e Kullak, analisados por Viviani Poyer (2021).

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

A Alemanha havia-se tornado o segundo parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da Inglaterra. Contavam-se já 150 estabelecimentos alemães no Brasil dedicados à indústria, ao comércio do café e à importação de manufaturas. Alemães construíam estradas e ferrovias; operavam linhas de navegação fluvial e a vapor. Alemães instalaram as primeiras linhas telegráficas no Brasil (CÔRREA, 2009, p. 50).

É neste ambiente que, em 1901, foi enviado “a Berlim o mais prestigiado dos diplomatas brasileiros, o Barão do Rio Branco” (CORRÊA, 2009, p. 50). Diante das necessidades brasileiras, atuou fortemente na defesa dos interesses nacionais, transitando com desenvoltura na alta sociedade política e militar. Sem mais delongas, para a construção da linha de raciocínio neste artigo, travou contato também com o *modus operandi* dos militares alemães. Tal como Campos Sales, o Barão visitou as instalações da Casa Krupp em dezembro de 1901, como fica brevemente relatado em suas cartas. “A correspondência oficial deixa claramente entrever a importância atribuída ao tema pela parte alemã” (CORRÊA, 2009, p. 78). No ano de 1902, ainda nas correspondências e relatórios do Barão do Rio Branco, Corrêa nota que o crescimento do interesse alemão na ampliação de “fornecimento de equipamento militar ao Brasil, assumiu proporções ainda mais notáveis. Acirrava-se a competição, em particular entre a Krupp e a empresa francesa Schneider” (CORRÊA, 2009, p. 78).

Por sua vez, o papel do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca também se destacou a sua maneira neste processo de aproximação do Império Alemão com as instituições político-militares brasileiras. Sua atuação nos esforços para a modernização do Exército Brasileiro se dão antes de alcançar o generalato, enquanto ocupava a chefia da Casa Militar da Presidência da República. O então Coronel Hermes da Fonseca travou contato com o meio político nacional e, em seguida, integrou em 1897 a comissão redatora do primeiro regulamento do Estado-Maior do Exército (EME), criado em 24 de outubro do ano anterior como medida de modernização operacional e administrativa da força militar.

Em 15 de novembro de 1906, Hermes da Fonseca tornou-se Ministro da Guerra no governo do presidente Afonso Pena (1906-1909). Foi em seu ministério que se estreitaram as relações diplomáticas com a Alemanha e se demonstrou a intenção de adotar no Brasil o modelo de instrução militar prussiano, então considerado paradigmático. Por sugestão do ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, um grupo de oficiais foi para a Alemanha ainda em 1906 e outros dois viajavam para lá em 1908 e 1910. Os militares instruídos nestas missões foram alcunhados de Jovens Turcos, “referência irônica aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal” (CAVALHO, 2005, p. 23).

Quando Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca foi a Alemanha a convite do Kaiser Guilherme II para assistir as manobras militares em setembro de 1908 na Alsácia-Lorena (BUENO, 2003, p. 342-343). Nova visita ocorreu em 1910, já como presidente eleito do Brasil. Como em 1908, a presença da comitiva brasileira não passou incólume pelas autoridades francesas, que tentaram uma aproximação em contrariedade com as ações alemães. Todavia, tal ação não chegou a termo, pois os agentes do kaiser souberam isolar os brasileiros de qualquer contato ou interferência de uma potência rival. As

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

disputas entre França e Alemanha pela atenção do então Ministro da Guerra Hermes da Fonseca revelam as necessidades de inserir o país sul-americano na grade de influência de um dos países europeus. Circunscrever o Brasil a esfera de influência germânica significava ter sob sua tutela um aliado que ocupa cerca de 47,3% da América do Sul, reunindo-se, junto com a Argentina e o Chile, como os principais atores políticos e militares do continente, afastando as pretensões francesas e também a progressiva interferência norte-americana.

Vale destacar que Hermes da Fonseca na ocasião da visita a Alemanha já era o presidente eleito para o quadriênio seguinte, portanto, com mandatário teria condições de dar uma guinada na direção da política internacional brasileira. Contudo, vamos focar mais nas circunstâncias e nas intenções primordiais dos atores germânicos no seu exercício de atrair a comitiva brasileira.

Não podemos esquecer a postura pragmática brasileira em termos de diplomacia. Apesar das predileções que certas frações das elites políticas e militares brasileiras por esta ou aquela nacionalidade, o comportamento adotado pelo Governo Federal foi de uma aproximação (contacto) sem a efetivação de compromissos oficiais para além do já existente, ainda que as investidas do governo alemão tenham se manifestado de forma um pouco mais assertiva. Tal se evidenciou com o convite feito ao militar recém-eleito presidente pelo Império Alemão para assistir as manobras militares anuais (*Kaisermanöver*). José Calvet de Magalhães emprega um enfoque bastante interessante e útil para a nossa presente abordagem.

O internacionalista português destaca que “o primeiro passo positivo de execução de uma política externa” na relação de um Estado com outro é o estabelecimento do “*contato*” visando a contrução de “relações de boa vizinhança”, que pode redundar em uma aliança política, militar, intercâmbio comercial, entre outras possibilidades de interação (MAGALHÃES, 1995, p. 26). “Estes *contactos* entre Estados para concertarem entre si a resolução de problemas de interesse comum ou recíproco, são designados geralmente por *negociações*”, isto significando aqui “o diálogo entabulado entre Estados” (MAGALHÃES, 1995, p. 26).

Este evento é analisado por Clodoaldo Bueno ao se confrontar com as relações de poder no cenário internacional e como isto interferia ou buscava interferir nas decisões políticas brasileiras. Várias são as publicações brasileiras, especialmente as da capital federal, que noticiaram a visita oficial do futuro mandatário. Decidimos que, por uma questão ligada à construção de nossa linha de raciocínio, não daremos muita prioridade ao material fornecido pela imprensa nacional, mas gostaríamos de chamar a atenção do leitor para como tal acontecimento era visto pela ótica de outra nacionalidade. Acreditamos que a perspectiva apresentada pelas reportagens alemãs nativas ou de cultura alemã tem a capacidade de trazer um ângulo diferenciado sobre o que desejamos abordar, por vezes, com algumas informações a mais que não circulavam pela imprensa brasileira, o que nos permite identificar algumas evidências.

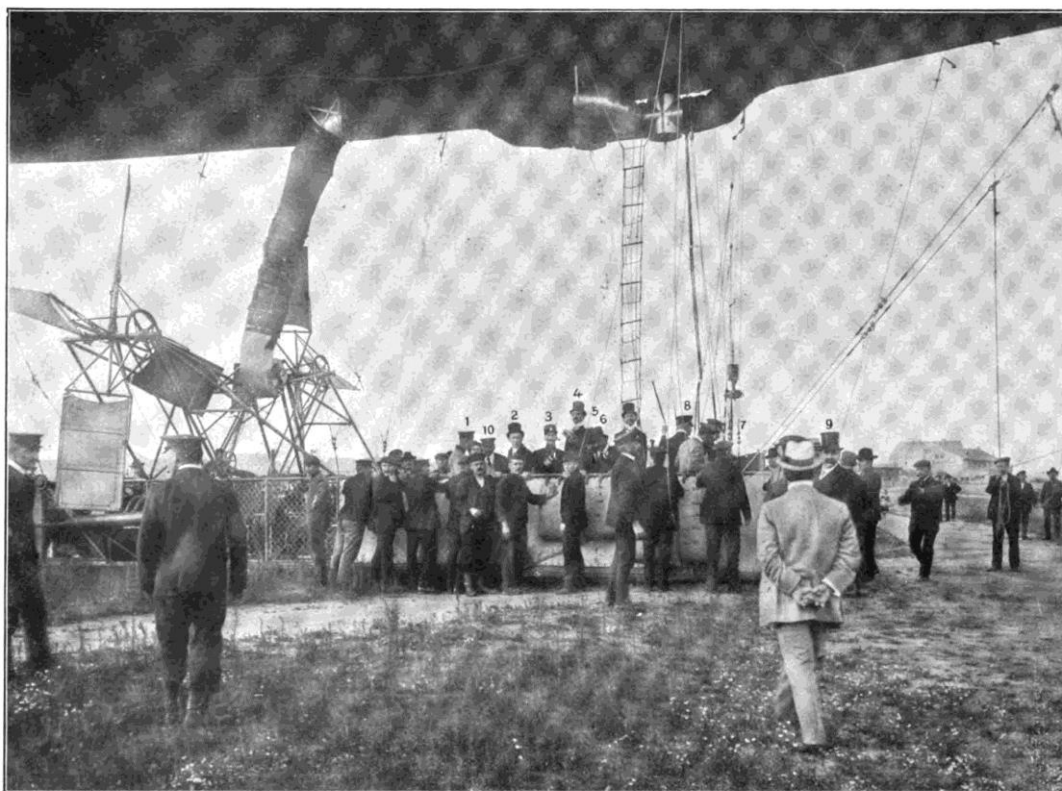
Para isso, optamos por recortar aqui as breves impressões legadas pelo *Deutsche Zeitschrift für Luftschiffahrt*, periódico alemão que tinha por escopo noticiar grandes acontecimentos na área da aviação da Alemanha e do mundo. Ao folhear suas páginas, é possível identificar trabalhos de divulgação de

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

eventos aéreos, propaganda de material aeronáutico (motores, hélices, aeronaves, óleos lubrificantes, etc.).

Portanto, o voo de um novo modelo de avião, a ascensão de balões em uma competição, novos recordes de altura e de velocidade batidos estampavam a publicação teutônica. No periódico alemão, podemos, no ambiente do **contato**, empregando aqui a proposição de Calvet Magalhães, os identificar os atores ou agentes (Figura 1) envolvidos nas negociações entre Brasil e o Império Alemão para a manutenção do estreitamento das relações militares entre os países e, como veremos mais a frente, o envio de um instrutor da empresa DELAG para a formação de balonistas nas Forças Armadas Brasileiras.

Figura 1 – Comitiva brasileira presidida pelo Marechal Hermes da Fonseca durante a *Kaisermanöver* (1910).



Der Präsident von Brasilien (6), Marschall Hermes da Fonseca, vor seinem Aufstieg in dem neuen Parseval-Luftschiff. Die übrigen Personen sind: 1. Leutnant von Auer, 2. Baron von Werthern, 3. Der Militärattaché der brasilianischen Gesandtschaft Julien, 4. Mendes de Almada, 5. Oberleutnant Guimasaes, 7. Herr Regierungsbaumeister Hackstetter, 8. Herr Oberleutnant Stelling, 9. Herr Konsul Fritz, 10. Herr Hauptmann der Reserve R. von Kehler.

Fonte: EIN LUFTSCHIFF-COLUMBUS, 1910, p. 21

Na seção *Verschiedenes*, Variedades, a reportagem intitulada *Fahrt des „Parseval VI“ von Bitterfeld nach Dresden*, ou seja, Jornada do Parseval VI" de Bitterfeld a Dresden, relata a viagem aérea do citado dirigível na Saxônia, perfazendo um percurso de cerca de 150 Km. Da parte que nos interessa, destacamos a parte relativa a participação do Presidente do Brasil no périplo aéreo.

O Presidente do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca, e os senhores de sua comitiva em

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

Bitterfeld realizaram recentemente uma ascensão com o "PL VI", que transcorreu de forma muito satisfatória. O Presidente então se sentiu compelido a enviar ao Major von Parseval um aviso especial por telégrafo, que dizia o seguinte:

"En montant le "Parseval VI", enchanté de la sûreté de l'appareil et de la fermeté de son pilote, je vous complimente et vous remercie.

Maréchal Hermes da Fonseca"

O Presidente gostou das instalações do "P. L. VI" de forma que participasse voluntariamente das atividades da equipe operacional (FARHT..., 1910, p. 26).

Preservamos acima a mensagem telegráfica no idioma utilizado pelo mandatário brasileiro eleito. Transcrevemos aqui a tradução: "A bordo do 'Parseval VI', encantado com a segurança do aparelho e da firmeza de seu piloto, eu vos agradeço e vos cumprimento". A frase transmitida em francês via telégrafo sem fio a bordo da aeronave evidencia alguns elementos. Parece algo um tanto irrelevante, mas, talvez não seja tão incidental o emprego do idioma franco no lugar do alemão, ainda que o cenário construído ao redor do Marechal contribuísse para o uso do falar *deustch*.

Em primeiro lugar, a língua francesa continuava, à época, o idioma da diplomacia, algo que seria incontornável a princípio. O segundo ponto recorreria uma contínua e profunda influência cultural francesa na sociedade brasileira. Como o dito nos primeiros parágrafos de nosso texto, apesar da influência econômica inglesa, as pretensões norte-americanas na América do Sul e o prestígio militar do Império Alemão, a França continuava sendo o farol cultural do Brasil. Portanto, arquitetura, urbanismo, hábitos alimentares, regras de etiqueta, língua e literatura contribuíram para sedimentar determinados padrões de comportamento e fala, como lembra Santomauro, e também, em nossa percepção, delimitava as possibilidades de ações e decisões das elites políticas brasileiras e militares.

Outro ponto que gostaríamos de chamar a atenção, é para o fato de a *Kaisermanöver* não deve ser compreendida apenas na sua função imediata e pragmática de adestramento dos combatentes de terra em suas mais diversas especialidades. Isto é apenas uma parte da realidade. Que a função do convite a futura presidência brasileira era, de forma mais direta e clara, a possibilidade de uma costura político-militar entre os países Brasil e Alemanha, acordo que culminaria na inserção do país sul-americano na esfera de influência do II Reich. Apesar da já citada função de adestramento, que serviria para evidenciar o exército melhor treinado e um dos pináculos da potência continental europeia, a manobra deve ser percebida também como um grande espetáculo cênico, exercício de força diante de uma plateia de notáveis alemães e estrangeiros. É esta "teatrocracia" da qual trata Georges Balandier em seu clássico *O poder em cena*. Para o antropólogo francês, o poder "só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial" (BALANDIER, 1982, p. 7). Nas manobra imperiais alemães, tanto quanto nos desfiles dos países do regime socialista mencionados por Balandier, "são expressões cerimoniais do dogma e da pedagogia dos governantes" (BALANDIER, 1982, p. 9).

Ainda que criticada nestes princípios do século XX pelo caráter teatral que visava impressionar como um espetáculo e focasse evidenciado uma postura conservadora da doutrina da infantaria alemã,

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

a *Kaisermanöver* explicitava um conjunto de elementos que reforçava o prestígio da força terrestre imperial, a saber: disciplina, eficiência da instrução, coerência doutrinária, competência no planejamento e sucesso da logística militar. Ainda que existisse resistência, como ressalta Eric Dorn Brose, por parte de segmentos do Exército Imperial em adotar novidades tecnológicas do período, os meios de guerra representavam o que havia de mais moderno, sendo um exemplo do desenvolvimento da indústria bélica germânica. Estes foram os fatores de atratividade que o modelo alemão apresentava para as testemunhas oculares.

2. Aerostação militar alemã

O debate historiográfico sobre a vinda de uma missão estrangeira para renovação do Exército Brasileiro pouco iluminou sobre o que era a configuração das forças terrestres europeias. Nestes princípios do século XX, as preferências manifestadas por políticos e militares pelos modelos francês e alemão quase nunca revelam aspectos relativos à estrutura orgânica ou orientação doutrinária, o que dirá sobre o enquadramento de setores dedicados a aviação e aerostação daquele tempo.

No verão de 1876, o representante dos Estados Unidos em Berlim, John Chandler Bancroft Davis, forneceu uma visão geral da organização das forças armadas do Império Alemão para o Departamento de Estado em Washington, DC. O Exército Alemão, como testemunhou o norte-americano, era na verdade formado por contingentes provenientes dos estados federais do Império. Esses estados podem ser divididos aproximadamente em três grupos: aqueles que integraram totalmente seus exércitos com o da Prússia, o maior estado da Alemanha e a força motriz por trás da unificação em 1871; aqueles que haviam negociado tratados especiais com a Prússia que davam a seus líderes direitos militares certos, embora em grande parte cerimoniais; e aqueles que “assumiram uma posição independente” dentro da estrutura militar da Alemanha. Ficou claro para Davis que a Prússia estava no centro dessa estrutura (WIES, 2023, p. 2).

De fato, o termo **Exército Alemão** (grifo nosso) foi uma invenção do Tratado de Versalhes, o que havia até a conclusão do armistício e das negociações de paz era o *Kaiserliches Heer* ou *Deutsches Reichsheer*, como termos oficiais empregados pelo Estado Alemão. Era a composição dos exércitos da Baviera, Prússia, Saxônia e Württemberg. O trabalho de Eric Dorn Brose sobre o choque existente entre resistências às inovações tecnológicas no Exército do Kaiser auxilia no esforço de entender o papel dos incrementos das inovações bélicas no seio de uma formação militar como a que passou ser extremamente influente na passagem do século XIX para o XX, gerando debates e choques de visões em torno do uso de novos meios e suas repercussões operacionais e táticos (BROSE, 2001, p. 4). Desta época pode ser destacado o seguinte:

E houve outras melhorias tecnológicas impressionantes, como balões de observação de última geração e triciclos para “velocipedistas” no corpo de mensageiros (BROSE, 2001, p. 44).

Sobre a incorporação de tais capacidades, concordam Daniel Hugues e Richard Dinardo, que durante a “última década antes da guerra, o exército adotou vários tipos de novos equipamentos e armamentos para aumentar o seu poder de combate, mobilidade e capacidade de dirigir as suas forças sobre os extensos campos de batalha de uma guerra futura” (HUGUES, DINARDO, 2018, p. 118). Retornando a Brose, a inovação não significou apenas a implementação de criações recentes para a realização de operações militares, mas também o refinamento de processos que conduziam a melhoria dos métodos e meios já existentes.

O controle de tiro ainda poderia ser alcançado, concentrando-se em um alvo por meio da adoção de novas tecnologias, como telefones de campo – um “requisito indispensável”. Melhores localizadores de alcance e mais atenção à observação frontal melhorariam o disparo de posições desfiladas (BROSE, 2001, p. 148).

Por conta da rápida transformação tecnológica vivenciada no período, no ano de 1903, o Exército Alemão “criou a Academia Técnico-Militar para aprofundar o conhecimento e as habilidades dos oficiais de vários ramos” (HUGUES, DINARDO, 2018, p. 118). Para lá acorreram “alunos [que] vieram de contingentes prussianos, saxões e de Württemberg” (HUGUES, DINARDO, 2018, p. 119). Já antes da eclosão da Primeira Grande Guerra, “o Militär Wochenblatt tinha uma seção regular dedicada à tecnologia” (HUGUES, DINARDO, 2018, p. 119). As inovações eram tanto incorporadas diretamente no plano operacional quanto eram digeridas e transmitidas em instituições formais de ensino, permitindo a capilarização dos conhecimentos de forma sólida pelo conjunto do corpo militar.

Da parte da prática do balonismo ou aerostação militar, faremos uso aqui de duas referências contemporâneas ao desenvolvimento inicial da arte aérea da guerra na Alemanha, sendo uma delas a do tenente-general Ernst Wilhelm von Hoeppner, autor da obra *Deutschlands Krieg in der Luft*, publicado originalmente em 1921. Oficial da Cavalaria Prussiana era, no final da Primeira Guerra Mundial, Comandante Geral do Serviço Aéreo Imperial Alemão (*Luftstreitkräfte*), Ernst von Hoeppner reuniu o conjunto da orientação da política aérea do Império Alemão, desenvolvendo um percurso cronológico da estruturação do uso de meios aéreos e o emprego pela força terrestre alemã desde seus primórdios até o final da Primeira Grande Guerra. Da parte que nos interessa, o oficial destaca algumas breves páginas sobre a atividade da aerostação militar na Alemanha tendo como pano de fundo o período posterior a Guerra Franco-Prussiana. Data de 1884, ressalta que a “mais antiga das armas aéreas é a aerostação militar” que foi esboçada com a “constituição da seção de experiências que deu origem, e, em 1901, ao primeiro batalhão de aerosteios” (HOEPPNER, 1923, p. 25).

Von Hoeppner, contudo, não avança na organização da aerostação militar imperial, configuração que foi mais bem desenhada com o trabalho de Félix Martin e F. Pont, respectivamente, Chefe do Batalhão Brevetado do 94º Regimento de Infantaria e Capitão de Artilharia Brevetado no Estado-Maior do Exército da França. Intitulado *L'Armée Allemande: étude d'organisation*, que representa um esforço de

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

levantamento de informações efetuado pelos citados oficiais franceses entre os anos de 1899 e 1902, correspondendo a uma síntese de dados publicados na *Revue Militaire de l'Étrangers*.

O objetivo do livro é apresentar um conjunto geral de informações sobre a estruturação das forças militares alemãs, apanhado que traz a baila cifras sobre o efetivo das organizações militares, tipo de material empregado e *modus operandi*. Não temos a intenção de desenvolver uma análise crítica da obra e os meios pelos quais seus autores edificaram suas descrições e nem o grau de sua fiabilidade. O que pretendemos é chamar a atenção para o fato de como no período entre a Guerra Franco-Prussiana e a Primeira Guerra Mundial frações do corpo militar francês acompanhavam a dinâmica das instituições bélicas de seus comparsas rivais, a atenção dada a determinados aspectos ligados à orientação de emprego de meios de guerra. Para a parte que nos cabe mais diretamente, o estágio de desenvolvimento alemão na aeronáutica militar em princípios do século XX, período que converge para as instruções de balonismo ocorridas no Rio de Janeiro com o auxílio do Capitão Thewalt, como pretendemos tratar mais adiante.

A prática da aerostação ou do balonismo militar, corresponde um dos primeiros passos para o estabelecimento de organizações especializadas no desenvolvimento do preparo e emprego de meios aéreos. Os oficiais franceses observam que a constituição de um setor de aerostação na força terrestre germânica foi uma ação para a estruturação de um núcleo para a preparação para guerra e era nomeado de “Estação de Experiências” que era responsável pela realização de ensaios de ascensão de balões (MARTIN, PONT, 1903, p. 579).

Em 1886, foi renomeado para “Seção de Aerosteios”, subordinada ao Regimento de Estradas de Ferro. Originariamente dotado com um efetivo de três oficiais e trinta homens, teve seu efetivo ampliado para seis oficiais e cento e quarenta homens entre praças e soldados (MARTIN, PONT, 1903, p. 580). Com a promulgação da Lei de 1899, a tropa de aerostação abarcava um batalhão prussiano (dotado de duas companhias) e uma seção bávara, cuja criação remonta ao ano de 1890. O batalhão prussiano subordinou-se a Inspeção de Tropas de Comunicação e não mais ao 1º Regimento Ferroviário. A seção bávara dependia, por sua vez, do ponto de vista técnico, do Corpo de Engenheiros e Fortalezas do Exército Bávaro (MARTIN, PONT, 1903, p. 580).

Nos anos seguintes, as equipes foram incrementadas e os setores de aerostação se especializaram. Por exemplo, integram o Batalhão de Aerosteios prussianos três capitães instrutores que atuavam no centro de instrução, onde oficiais eram capacitados a assumir o serviço de aerostação nas praças fortes e estados-maiores, entre outras atribuições neste campo (MARTIN, PONT, 1903, p. 581). Após 1898, anualmente, a Seção de Aerosteios de Berlim passou a receber uma dezena de oficiais de todas as armas em um curso de duração de um ano. No ano de 1902, esse número passou para quinze oficiais. “Os primeiros recebem uma instrução técnica relativamente completa e são exercidos tanto nas ascensões em balões livres quanto cativos. Os demais oficiais limitam sua instrução ao emprego de balões cativos” (MARTIN, PONT, 1903, 581-582). O foco da instrução em Berlim é efetuar a preparação

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

de militares para uma guerra de campanha (MARTIN, PONT, 1903, p. 582).

No que se refere aos aparelhos utilizados pelos alemães no alvorecer do século XX, Martin e Pont nos apresentam um cenário ainda nada desenvolvido em torno da dirigibilidade alcançada dos meios mais leves que o ar. Portanto, diante destas características tecnológicas do período, os aerosteios alemães empregavam dois tipos de balões: a) balões esféricos para ascensões livres; e b) balões de pipa (*Drachen ballon*) para ascensões cativas (MARTIN, PONT, 1903, p. 583). O regulamento adotado até 1902 prescrevia o uso de balões livres ou cativos em atividades de campanha e cerco.

Os aerosteios têm um regulamento particular, datado de 17 de outubro de 1901 (*Exerzir Reglement für Luftschiffer*). Ele compreende cinco partes consagradas respectivamente a manobra a pé, à manobra do balão, à manobra da seção de aterragem, ao emprego do balão em campanha, às formações para as revistas e desfiles (MARTIN, PONT, 1903, p. 584).

Entre 1900 e 1910, o desafio da condução aérea de balões em formato fusiforme encarou maiores avanços, permitindo o progressivo desenvolvimento do voo controlado dos meios aéreos, com os sucessos do Zeppelin LZ-1 de Ferdinand Von Zeppelin⁵, do Balão nº 6 de Alberto Santos Dumont (1901), o California Arrow de Tom Baldwin (1904), por exemplo. Sobre a transição, Ernst Hoeppner destaca que, em 1906, no seio da aerostação militar alemã, “o problema da dirigibilidade dos balões foi objeto de uma série de ensaios e estudos coroados de sucesso, e isto teve como resultado o crescimento sensível da aerostação” (HOEPPNER, 1923, p. 25).

Quanto às suas funções na força terrestre germânica, o balão cativo “foi concebido para ser um observatório elevado a partir da qual seria possível monitorar continuamente o terreno amigo e inimigo” (HOEPPNER, 1923, p. 25). A posição privilegiada do balonista militar situado acima da linha do terreno, o que possibilitava o recurso a outras ferramentas no campo da aquisição ou transmissão de informações, pois “também permitiu obtenção de fotografias oblíquas dando uma visão panorâmica do setor [observado]; a comunicação com o solo foi assegurada sem interrupção ou perda de tempo, graças ao uso do telefone” (HOEPPNER, 1923, p. 25).

Advertimos, no entanto, que a reflexão de Félix Martin e P. Pont encontram-se, em comparação com o trabalho do oficial prussiano, em um momento distinto do processo de transformação tecnológica da navegação aérea do mais leve que o ar. Os autores franceses se deparavam de forma imediata com uma prática ainda em seus primeiros passos no interior de estruturas militares formalmente especializadas. Por sua vez, o trabalho do militar prussiano, diferentemente, recolhe não só o conjunto das experiências daqueles primeiros tempos, mas também as lições legadas pelas ações na Primeira Guerra Mundial.

Em suma, Von Hoeppner testemunhou os dois cenários e a utilização do balão para finalidades bélicas. Por conta disso, da observação do processo em um lapso de tempo maior, foi possível a Ernst

⁵ O Barão Ferdinand Von Zeppelin encontrava-se nos Estados Unidos quando das primeiras ascensões de balões de observação na Guerra de Secessão.

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

Von Hoeppner perceber avanços e estagnações do campo. Nos anos que precederam imediatamente a eclosão da Grande Guerra Mundial, “o rápido e promissor desenvolvimento de dirigíveis e aviões prejudicou seriamente o balão cativo; quase nenhum outro trabalho estava sendo feito para aperfeiçoá-lo e, de acordo com a opinião corrente, já estava estagnado” (HOEPPNER, 1923, p. 26). Além disso, “a rápida evolução das manobras executadas em tempo de paz não se mostrava propícia ao uso do balão, não havendo, nem no Alto Comando, nem na Artilharia, uma compreensão exata das oportunidades de seu emprego” (HOEPPNER, 1923, p. 26).

No que diz respeito aos dirigíveis, o exército experimentou e utilizou, sucessivamente, vários modelos: primeiro, o semi-rígido Parseval, depois o dirigível flexível do modelo Parseval e o dirigível rígido do modelo Zeppelin (Z); finalmente, em 1913, um dirigível rígido do tipo Schutte-Lanz (S.L. 1) foi usado pela primeira vez. (HOEPPNER, 1923,p. 26). Para não cair no esquecimento, foi no modelo semi-rígido que Hermes da Fonseca teve a oportunidade de voar.

3. As necessidades brasileiras continuavam

As necessidades de modernização da força terrestre implicou a continuidade do desenvolvimento do projeto de dotar o Exército Brasileiros de um Parque de Aerostação nos primeiros dez anos do século XX. Ainda que o falecimento do Tenente Juventino da Fonseca em 1908 em um acidente de balão em Realengo tenha produzido uma forte comoção, sua morte não significou a cessação do interesse pela aerostação militar.

O Parque de Aerostação de Realengo foi assumido pelo então Major do Exército Brasileiro Affonso Barroin, que teve como auxiliar o Capitão comissionado da Guarda Nacional José Pereira da Luz. Estes militares teriam continuado o esforço levado a cabo inicialmente pelo Tenente Juventino da Fonseca. Estes oficiais não eram desconhecidos da comunidade interessada na nascente aeronáutica, mas eram representantes daquele acalorado interesse pelos meios aéreos daquela época. Affonso Barrouin foi estudioso do balonismo e autor de livros sobre dirigibilidade aérea e o estado da técnica de aeronáutica no Brasil, respectivamente de 1893 e 1909. Por sua vez, José Pereira da Luz foi um ex-combatente da Guerra de Canudos que no começo do século XX passou a se dedicar ao desenvolvimento e à ascensão de balões em Pernambuco, em 1907.

Durante sua breve permanência à frente do Ministério da Guerra, em substituição ao Marechal Hermes da Fonseca, o General-de-Divisão José Bernardino Bormann mostrou interesse em reativar o parque e delinear novos projetos para a aviação, “mandando adquirir equipamentos e convidando um balonista estrangeiro, o ex-capitão alemão Thewaldt, para instruir os militares do Exército e da Marinha nas artes da navegação aérea” (VIANA, 2020, p. 59). Vale destacar aqui o Ministro em questão nasceu em Pelotas e tinha acedência alemã. Era filho de Wilhem Bormann, um integrante dos Corpos Estrangeiros trazidos ao Brasil por Pedro I (VENSON, 2018, p. 56).

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

Esta aproximação com o mundo cultural germânico seja por meio de suas origens familiares e isto influenciou a decisão da contratação de um técnico alemão a fim de instruir oficiais brasileiros no trato da aerostação militar. Até que ponto a identidade étnica poderia promover uma identidade política, nos termos conceituais weberianos, não podemos e não temos a intenção de avançar de forma profunda, mas apenas apontar para a possibilidade de que certos traços culturais e origens étnicas possam interferir no processo decisório das autoridades brasileiras.

Sobre o balonista alemão, o Capitão Carl Heinrich Thewalt, pouca informação dispomos no momento atual de nossa investigação. As informações ainda se apresentam-se bastante fragmentadas, fato que demanda futura investigação dada ao estado fragmentário da atual constituição do nosso *corpus* documental. Recolhemos levantamentos pontuais que contribuem para uma primeira aproximação com a dita personalidade aeronáutica teutônica, como aquelas disponibilizadas por jornais brasileiros de língua alemã, que noticiam sua origem militar e filiação profissional, a cronologia de sua chegada a América do Sul e sua aproximação com as autoridades políticas e militares brasileiras. Destacamos o fragmento abaixo:

O oficial da reserva alemão C. H. Thewalt é esperado em Buenos Aires hoje com o vapor “Cap Vilano”. Sr. Thewalt, que é o agente geral da Luftschiffahrts-Akliengesellschaft em Berlim, quer fazer testes de voo aqui com a ajuda de oficiais brasileiros (BUNDESHAUPTSTADT, 1910, p. 19).

Notícia datada de 12 de agosto de 1910, é possível levantar as seguintes posições de Thewalt no campo da aviação destes primórdios. Em primeiro lugar, uma informação se destaca com precisão, era o balonista alemão um oficial reformado com posto de capitão, mas não sabemos o ano que sentou praça, duração do serviço ativo e nem o tempo de atuação junto a alguma unidade aérea. Mas seu posto o enquadra como instrutor dentro das orientações da Seção de Aerosteios do Exército Prussiano, conforme informa o levantamento realizado por Félix Martins e F. Pont. Nas publicações periódicas do Rio de Janeiro, jornais e revistas de variedades, era tratado genericamente como ex-capitão e sem orientar a que interesses ele representava.

O aeronauta era representante da *Deustch Luftschiffahrts-Akliengesellschaft* (DELAG), Sociedade Alemã de Aviação, primeira empresa de transporte aéreo do mundo, fundada em 1908. Esta presença na América do Sul corrobora com os dados levantados por Moniz Bandeira sobre um forte incremento da participação alemã no trato econômico com a América Latina, especialmente com o Brasil, no qual passou rapidamente no princípio do século XX a ser o Império Alemão o segundo país nas relações comerciais.

Os impulsos de modernização das nações menos desenvolvidas marcharam de mãos dadas com o uso de missões como ferramentas de penetração econômica. As potências que vendem as armas, via de regra, europeus, mas às vezes os EUA, geralmente querem colocar missões em terras estrangeiras porque acreditam que isso lhes daria vantagem para a venda de armas. Para as nações que forneciam a missão, a venda de armas era muito mais importante do que as modernizações das forças militares do

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

país em questão. A penetração econômica como papel principal das missões tornou-se popular no final do século XIX e continuou a ser uma das principais forças motrizes por trás do envio destas missões entre as grandes guerras mundiais.

4. Instrução aérea no Brasil

Não detalharemos de forma minuciosa o passo-a-passo das instruções aéreas ministradas aos militares brasileiros, tanto por conta do espaço disponível neste artigo, quanto por uma questão de limitação de acesso às fontes. Contudo, de maneira geral, ainda que isto possa ser, em um primeiro momento, como algo que deporia contra a viabilidade da construção do texto, na verdade, cumpre um papel de permitir um maior controle na identificação do cenário não trabalhado até hoje historiograficamente. A função básica deste artigo é permitir uma familiarização inicial com o objeto. O aprofundamento deverá ocorrer com a ampliação da heurística e o amadurecimento da pesquisa no período vindouro.

Figura 2 – Registro de uma das ascensões do Capitão C. H. Thewalt no Rio de Janeiro.



„Glück ab!“

Fonte: THEWALT, 1911.

Dispomos também de um texto de experiências aerostáticas redigido pelo próprio Thewalt, que

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

nos acrescenta sua ótica sobre os eventos ocorridos e as impressões sobre o Brasil e sua sociedade. Em 1911, o capitão publicou na revista alemã *Deutsche Zeitschrift für Luftschiffahrt* dividido em duas partes um artigo sobre a experiência de suas ascensões no Rio de Janeiro no ano anterior (Figura 2). Seu texto, ainda que breve, mostra-se um testemunho muito relevante sobre as impressões colhidas sobre a recepção do meio militar e o comportamento social, cultural e político brasileiro da prática aerostática. Não avançaremos aqui sobre as considerações do balonista alemão sobre as peculiaridades culturais brasileiras nem as idiossincrasias que tanto o incomodaram em sua estada em terras brasileiras. Tais elementos no seu discurso não colaboram com as intenções do nossa presente investigação, mostram-se, contudo interessante ponto de vista de estudos sobre o cotidiano e das percepções da alteridade entre os atores no tempo e no espaço. Por ora, foquemos na prática das ascensões, as impressões sobre a projeto aeronáutico do Brasil e parcos comentários sobre as instruções com militares brasileiros.

A missão de Thewalt é explicitada com toda clareza, a de ser “instrutor de oficiais brasileiros em voo de balão livre, a fim de montar uma tropa de aeronautas para o Ministério da Guerra e estudar as condições atmosféricas para a aquisição de balões Parseval” (THEWALT, 1911a, p. 22). Portanto, sua presença em terras brasileiras convergia com os esforços, ainda que tímidos, de se dotar o Exército Brasileiro de meios aéreos, e que o militar alemão estava ciente deste projeto iniciado com o Juventino da Fonseca que viera a falecer no acidente com seu balão em Realengo em 1908.

Thewalt conheceu outros balonistas que se aventuraram nos céus do entorno da Baía da Guanabara, como Ferramenta e o Capitão José Pereira da Luz. Com este último, Thewalt dialogou em um momento não precisado no tempo, no qual sabemos que o custo do curso de aerostação, do uso do material aeronáutico, hidrogênio, peças e maquinários relativos a esta atividade não foram comprados da força terrestre brasileira, mas mantidos pela própria DELAG, fato que surpreendeu Pereira da Luz, que realizava ascensões pagas pelo público.

Carl Heirinch Thewalt não esmiúça a maneira como se procedeu seus contatos com o meio militar brasileiro, nem como se deu o processo de instrução e nem o total de participantes das aulas práticas ou se as mesmas foram antecedidas de uma formação prévia teórica. No entanto, o instrutor alemão tece uma descrição bem elaborada do meio físico que teve oportunidade de conhecer. Chama a atenção para as condições geográficas e climáticas da antiga capital da República e demais terras banhadas pela Baía da Guanabara, descrevendo a densidade florestal da Mata Atlântica, a topografia situada entre as praias e as serras, a presença das planícies aluviais, lagoas costeiras, pântanos – que cogitamos que se tratavam de mangues e restingas –, as condições das edificações urbanas e as parcas menções as condições de transporte. Essas informações, fruto dos reconhecimentos aéreos colhidos em cada ascensão livre, integram o escopo desta atividade em termos militares, que é o de reunir dados sobre os ambientes operacionais que sejam reportados aos comandantes.

Por sua vez, acerca dos voos de instrução e do perfil dos alunos, Thewalt informa que:

Com base nessa observação [a das condições favoráveis do tempo e do vento], prometi

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

ao Ministro da Marinha o local que levaria meu balão “Pilot” até o navio de guerra “Minas Geraes” ancorado na baía, pegaria alguns oficiais da marinha selecionados para mostrar-lhes a observação de cima e depois voltar a toda velocidade na descida (THEWALT, 1911a, 23).

Por meio do texto do militar alemão, podemos identificar não só o interesse do Ministério da Guerra, mas também a Marinha Brasileira, que tomou parte das experiências levadas a cabo com o balão Pilot. Pouco ou nada se legou do projeto aeronáutico da Armada daquele contexto em específico, algo que demandará no futuro uma incursão na documentação proveniente do Almirantado Brasileiro a fim de saber como se expressava o projeto de aquisição de meios aéreos aerostáticos dos primeiros quinze anos do século XX.

As movimentações empreendidas pelo Exército Brasileiro foram muito mais objeto de publicização nos jornais e nas revistas da época do que as mesmas ações navais. Não sabemos ainda se a turma reunida para o adestramento no aeróstato era composta conjuntamente por oficiais da força terrestre e naval ao mesmo tempo, como um pacote de aulas compartilhado por ambos os grupos militares nacionais, ou se em grupos separados. Não dispomos de um *corpus* documental procedente dos órgãos de planejamento militar do Brasil que poderão, no devido tempo trazer um pouco de luz sobre este período, mas, por ora, restringir-nos-emos aos pontuais dados fornecidos majoritariamente por fontes periódicas aqui coligidas.

Chamamos a atenção pelo fato de o aerosteiro alemão ter travado contato com o material aerostático adquirido pelo Tenente Juventino da Fonseca. Este episódio veio a acontecer devido à necessidade imediata de se produzir hidrogênio. Se o equipamento trazido da Alemanha se encontrava danificado ou se as reservas haviam se esgotado, não temos como saber, mas para que o balão militar Pilot pudesse subir aos ares novamente, era preciso tentar “colocar um velho e desgastado gerador de hidrogênio francês de volta em serviço em Realengo” (THEWALT, 1911a, 26). Este esforço teve a colaboração do adido militar alemão Tenente Vogt, o que permitiu a geração de gás de boa qualidade e a consequente ascensão com apenas um terço do invólucro do balão preenchido. Este foi o melhor voo realizado por Thewalt no Brasil em termos de condições técnicas materiais. Além da paisagem da Baía da Guanabara e territórios imediatamente situados ao seu redor, o representante da DELAG conheceu o traçado da Estrada de Ferro Central do Brasil, da estação central próximo ao Ministério da Guerra até os confins de Realengo. Conheceu as instalações do Parque de Aerostação abrigado nas dependências da Escola de Artilharia e Engenharia bem como obteve a visão aérea da Fábrica de Cartuchos no mesmo bairro.

Na conclusão de seu artigo, C. H. Thewalt comenta sua oferta do balão para as autoridades brasileiras, destacando importância do aparelho para os trabalhos de cartografia utilizando fotografias aéreas, algo que seria de imenso valor para um país como o Brasil, dada a sua imensidão territorial. Segundo recomendações do balonista germânico, tal atividade ocorreria conforme o previsto no método

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

Scheimpflug, no qual três balões dirigíveis realizariam a tarefa de registrar “as áreas costeiras e fronteiriças mais interessantes”, substituindo assim os mapas existentes. Ainda que a confecção da planta não tivesse o grau de precisão de um mapa de Estado-Maior, a qualidade seria superior a que era realizada de forma tradicional no Brasil (THEWALT, 1911b, p. 17). Além dos aeróstatos contribuírem neste aspecto do domínio sobre os conhecimentos geográficos brasileiros, havia também a possibilidade de fazer uso de dirigíveis como meio de transporte superando, por exemplo a morosidade de deslocamento da cidade do Rio de Janeiro para a Região Serrana.

Além das potencialidades de agregar conhecimento para uma melhor gestão do espaço físico brasileiro e para o desenvolvimento de um moderno serviço de transporte, havia a não tão implícita capacitação para finalidades bélicas. Mais detidamente, o serviço oferecido ao Ministério da Guerra transcorreu de forma bem sucedida, como podemos depreender no texto de C. H. Thewalt.

Nesse ínterim, a comissão que me foi dada pelo Ministro da Guerra havia sido concluída. 2 oficiais haviam cumprido as condições prescritas pelos regulamentos de dirigíveis alemães, já haviam navegado sozinhos uma vez e agora eram condutores aprovados. As instruções alemãs para pilotos de balão foram modificadas e traduzidas para as condições brasileiras, e o estatuto de um aeroclube brasileiro também foi distribuído. O Presidente havia parabenizado os novos condutores em decreto e agradecido ao instrutor, e havia sido solicitado para o orçamento o anteprojeto para a formação de uma companhia de dirigíveis com todo o material alemão (THEWALT, 1911a, p.18).

Tratando do mesmo evento, o *Deutsche Zeitschrift für Luftschiffahrt*, no mês de novembro de 1910, assim relatou entusiasticamente em suas páginas:

Aeronáutica no Brasil. Nos prósperos Estados da América do Sul, a navegação aérea moderna também está se tornando cada vez mais popular. Então, agora, como notícia a revista "América do Sul e Central", está sendo planejada a criação de um aeroclube no Rio de Janeiro, que promoverá a prática de dirigíveis e criará máquinas voadoras (Die Luftschiffahrt..., 1910, p. 24).

A Revista Fon-Fon, em princípios de 1911, noticia que a empresa alemã de importação Theodor Willie & Co. ofereceu um banquete de homenagem em homenagem aos “novos pilotos militares de aerostação” (AVIAÇÃO..., 1911, p. 16). Presentes, além dos recém-formados, estavam presentes altas autoridades militares da República Brasileira. Na fotografia estampada no referido periódico carioca, nos deparamos ainda com membros da Legação Alemã no Rio de Janeiro em primeiro plano junto com o instrutor alemão e seus alunos (Figura 3), e, no alto, uma versão em “em biscouto *campagne*” do dirigível Parsefal PL VI, possivelmente representando a etapa seguinte de instrução aérea e a materialização de uma futura aquisição de equipamentos alemães. Devemos interpretar este evento social como mais um esforço de entidades comerciais germânicas objetivando sensibilizar as lideranças políticas brasileiras em favor de uma cooperação com o Império Alemão.

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

Figura 3 – Banquete patrocinado pela Theodor Willie & Co. aos balonistas militares recém-formados.



Fonte: FON-FON, 1911, p. 16

A instrução de aerostação empreendida em céus brasileiros não se fechava em uma atividade única. Na verdade, como bem se depreende do fragmento da reportagem do Carl Heinrich Thewalt, era uma etapa que permitia uma sucessão de desdobramentos. Além da formação de dois pilotos, foram cedidos regulamentos alemães que foram imediatamente, ao que parece, absorvidos e traduzidos para o português conforme a necessidade vigente. É possível identificar grande empenho para se dar prosseguimento à iniciativa militar brasileira em torno do balonismo militar. Informado no Relatório do Ministério da Guerra, referente ao Departamento Central, a Imprensa Militar foi responsável por publicar em 1910 quinhentos exemplares de instruções para pilotos de balão (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1911, p. 21). Desconhecemos, no entanto, totalmente a repercussão desta publicação ou mesmo a localização de um de seus exemplares. Empregaremos esta nota apenas como um vestígio das intenções por parte do Ministério da Guerra em fins daquele ano.

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

Visando o fomento de uma cultura compartilhada referente à aviação, foi entregue um estatuto para criação de um aeroclube no Brasil pautado naquilo que já era estabelecido na Alemanha. Não sabemos se tal documento serviu de modelo para o fomento das discussões sobre temas aeronáuticos no país, ou que tenha contribuído diretamente para a criação do Aeroclube Brasileiro em 1911. Aventamos que esta possibilidade é extremamente plausível, já que um dos membros fundadores desta sociedade civil foi o General-de-Divisão José Bernardino Bormann. Mas a conjectura não ocupará os espaços finais deste artigo, sendo tal tema relegado para reflexões posteriores.

Advertimos, todavia, para o devido esclarecimento, a nota do periódico alemão pode parecer excessivamente otimista com a aparente receptividade brasileira, o Capitão Thewalt não se mostra nem um pouco empolgado, pois sua experiência com as autoridades e a sociedade brasileira mostraram-se desencorajadoras, talvez pelo perceptível impacto da crítica proveniente dos jornais brasileiros francófilos. O cenário de disputa pelo mercado bélico brasileiro mostrava a faceta agressiva no uso das estratégias de convencimento político.

Vamos nos contentar aqui com a direção que essas ações almejavam tomar. Sobre a conclusão do curso de aerostação, os resultados foram publicados no Diário Oficial da União. O Ministério da Guerra, no expediente de 7 de novembro de 1910, assim se expressou sobre a brevetação de seus oficiais.

O capitão Estellita Augusto Werner e o 1º tenente Ricardo Kirck, pelo modo brilhante e altamente honroso para o Exército pela maneira com quem portaram nas diversas ascensões feitas no balão «Pilot», como se verifica da informação prestada pelo capitão Thewalt que, depois de uma aprendizagem, os considerou como pilotos militares, podendo dirigir balões livres, sem auxílio estranho (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1910, p. 26).

A nota oficial destaca o nome de dois oficiais do Exército Brasileiro aprovados pelo balonista teuto. O capitão Estellita Augusto Werner, quando 1º Tenente, integrou a primeira turma de militares brasileiros enviados para estagiar no Exército do Império Alemão em 1905, retornando em 1907 (LUNA, 2011, p. 139). Ao término do curso, o oficial permaneceu na Alemanha e, junto com Manuel Bougard de Castro e Silva⁶, integrou comissão responsável por visitar “estabelecimentos fabris e de participarem de um grupo de trabalho de compra de material [bélico]” (LUNA, 2011, p. 141). Após o retorno ao Brasil, foi lotado no Estado-Maior do Exército⁷. Em suma, era alguém já receptivo àquilo que estava sendo oferecido na época da chegada do Capitão Thewalt.

Por sua vez, o 1º Tenente Ricardo João Kirk, figura cara a história dos primórdios da aviação militar

⁶ O Tenente Castro e Silva era oficial da Arma da Artilharia. Publicou em 1910 **Tactica da Artilharia de Campanha**, obra traduzida do alemão de autoria do General H. Rohne. A obra contava com algumas passagens sobre o uso de balões cativos em atividade de reconhecimento em campanha.

⁷ Segundo Cristina Monteiro de Andrada Luna (2011), apesar do sobre nome Werner, não foi encontrada nenhuma outra referência que possa identificar oficialmente, conforme levantou a historiadora Cristina Monteiro Luna, a ascendência alemã do Estellita Augusto Werner, não há menção a isso em sua fé de ofício.

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

brasileira, foi um dos oficiais que testemunhou o trágico fim do Tenente Juntentino da Fonseca em Realengo em 1908. Aparentemente, foi nos confins dos subúrbios cariocas que o militar travou o primeiro contato com uma máquina voadora, quase foi sua primeira experiência aeronáutica também, caso tivesse aceitado subir na barquinha do balão do Tenente Juntentino. Não era um “jovem turco”, não integrou as vagas de turmas de oficiais que estudaram nas academias militares germânicas, mas tomou parte em um dos mais relevantes e delicados componentes dos debates sobre a necessidade de se modernizar as forças armadas brasileiras. Sua primeira aventura aeronáutica foi o curso de aerostação ministrado pelo Capitão Thewalt, do qual saiu, tal como o Capitão Estellita Werner, aprovado, tornando-se, portanto, apto na condução de um balão cativo ou livre.

O Brasil passou a contar com seus primeiros aeronavegantes. Além da formação de uma pequena equipe de balonistas militares, foi oferecido um conjunto básico de meios para iniciar a constituição de unidades de aerostação. Uma orientação geral foi fornecida ao Exército Brasileiro em sua luta pela incorporação dos mais recentes instrumentos de fazer a guerra. Todavia, a plena recepção institucional, apesar da tradução e adaptação dos regulamentos alemães, das orientações doutrinárias e das sugestões para criação de uma entidade especializada no fomento da prática aeronáutica, mostrou-se extremamente efêmera. Os avanços no campo aeronáutico baseados no modelo militar alemão, entretanto, sofreram um pesado revés com a mudança ministerial com a posse do Marechal Hermes da Fonseca na Presidência da República. Curiosamente, foi na presidência de Marechal Hermes que os planos em se constituir unidades aéreas de aerostação, seja livre, cativa ou dirigível, foram descontinuados de maneira abrupta logo nos primeiros momentos do novo governo. O Aviso Ministerial nº 32A, de 31 de janeiro de 1911, assinada pelo General-de-Divisão Emygdio Dantas Barreto, novo Ministro da Guerra expõe o seguinte:

Sr. Chefe do Departamento da Administração - Em solução ao vosso officio n. 75, de 9 de corrente, em que consultaes qual o destino a dar-se aos dois volumes vindos pelo vapor *Hohestafen*, contendo material para um balão militar, vos declaro que todo o material de balões existente no Realengo ou em outro qualquer lugar, inclusive o de que trata o citado officio, deverá ser recolhido a esse departamento (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1912, p. 13).

A firmeza da decisão em se constituir unidades de aerostação revelou-se desconcertantemente improdutivas. Parte do orçamento público foi empenhada na aquisição de material aeronáutico, o que permitiu a incorporação ao já existente Parque de Aerostação na transição de 1910 para 1911. Desconhecemos a data de chegada desses recursos vindos da Europa e do seu traslado para Realengo. O estado inicial da pesquisa se viu limitado pelo atual nível de acesso as fontes diretamente relacionadas aos eventos analisados. Esperamos, em uma nova etapa poder detalhar melhor as ações do Ministério da Guerra junto a DELAG e o direcionamento dirigido à nova atividade almejada. Em todo caso, a mudança de gestão mostrou-se sinônimo de apagamento dos projetos e a desmobilização de recursos e materiais adquiridos. Mostra-se curiosa esta descontinuidade do projeto, pois, apesar de atrelada a uma

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

necessidade de aprimoramento do desempenho operacional do Exército Brasileiro que se configurava em uma vantagem tática que contribuía na aquisição da informação visual de um hipotético adversário em teatro de operações, o mesmo poderia ser desconsiderado e arquivado em uma breve mudança ministerial.

Os motivos profundos deste descarte podem estar atrelado aos condicionantes da política exterior do Brasil, considerando não só as limitações orçamentárias crônicas da economia nacional, mas também pela disputa entre germanófilos e francófilos, das pressões que as autoridades brasileiras sofriam em meio ao jogo das disputas entre as potências industriais. Tal tensão causada pela adoção deste ao daquele modelo militar não se enquadra no quadro de preocupações deste breve artigo, sendo, por si só uma pano de fundo que enquadrava a modernização das Forças Armadas Brasileiras.

6. Considerações Finais

O projeto de criação de unidades de aerostação no Brasil mostra-se um tema ainda pouco explorado, muitas vezes não transbordando para além de parcas informações pontuais, especialmente quando procuramos efetuar a verificação de continuidade das ações encaminhadas para sua efetivação. Se em aproveitamento do legado material dos esforços de Juventino da Fonseca e os estudos empreendidos pelo Major Affonso Barrouin e do Capitão Pereira da Luz, para além do uso imediato para sanar um problema episódico não logramos ver com a devida clareza. O uso do espaço no Parque de Aerostação em Realengo parece iniciar, pelo menos, a manutenção de uma orientação da atuação do balão como meio fundamental para o bom desempenho para a Escola de Artilharia e Engenharia e a formação dos oficiais dessas armas.

A tarefa de Carl Heirich Thewalt não se limitou a simples instrução aérea. Na verdade, se nos atentarmos de forma acurada, notaremos que o que foi oferecido foi, na verdade foi um pacote completo de serviços e produtos. A instrução em balão cativo ou livre compreendia o ciclo básico na formação dos aerosteios, sendo esta a porta de entrada para a atividade aérea em balões dirigíveis, fornecidos pela mesma empresa que fornecia as aeronaves para o Exército Imperial Alemão. Conhecimento profissional e elementos materiais integravam-se em um mesmo programa de enquadramento institucional de uma parcela, ainda que ínfima, do oficialato do Exército Brasileiro.

Revela-se interessante o fato de a instrução militar para aerostação ficar a cargo de uma empresa privada como a DELAG. Tal situação reforça a percepção de como as empresas atuavam como uma extensão dos interesses externos do Império Alemão, possivelmente, neste caso, visando desconflitar interesses relativos às amarras impostas pelo contrato da Missão Militar Francesa para a capacitação da Força Pública de São Paulo. Se assim o é, vale questionar não apenas o processo de recepção de conhecimentos fornecidos ao Brasil, mas também como informações eram adquiridas por C. H. Thewalt em favor das autoridades teutônicas. Caso esta consideração se mostre positiva, mais do que um instrutor

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

de balonismo representante da uma empresa alemão de transporte aéreo, o Capitão Thewalt atuava como um agente informante das realidades que testemunhava, observando o interior das entidades que procurar prestar serviços.

Na verdade, ainda há pontos obscuros de difícil solução no atual contexto deste artigo. O nível superficial em que se encontram os estudos sobre a modernização do Exército Brasileiro em sua busca do domínio de meios aéreos restringe a profundidade de nossa presente reflexão. Deixemos para futuros desdobramentos dos estudos sobre o tema e a ampliação do *corpus* documental proveniente das atividades do Ministério da Guerra, especialmente com a hipotética identificação de pareceres técnicos, relatórios e estudos sobre aerostação e a colaboração de agentes estrangeiros comerciais, políticos e militares.

Longe de ser uma análise totalmente fechada e amadurecida, o presente texto visa se posicionar como uma abertura de um tema ainda não abordado. As páginas que se seguiram representam apenas um primeiro passo para melhor clarificar algo que até hoje permaneceu sem ter a devida atenção por parte da historiografia militar.

Referências

BALANDIER, Georges. **O poder em cena: pensamento político**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BROSE, Eric Dorn. **The Kaiser's Army: the politics of military technology in Germany during the machine age, 1870-1918**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

BUENO, C. **Política externa na Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Forças armadas e política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 2005.

CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4 ed. Brasília: EdUnB, 2011.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Barão do Rio Branco: missão em Berlim, 1901-1902**. Brasília: FUNAG, 2009.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Barão do Rio Branco chefe de missão: Liverpool, Washington, Berna e Berlim. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.

DIE LUFTSCHIFFFAHRT in Brasilien. In: **Deutsche Zeitschrift für Luftschiffahrt: Illustrierte Aeronautische Mitteilungen**. Berlim, n. 22, ano XIV. 2 de novembro de 1910. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Illustrierte Mitteilungen des Oberrheini/PE0fAQAAAJ?hl=pt](https://www.google.com.br/books/edition/Illustrierte_Mitteilungen_des_Oberrheini/PE0fAQAAAJ?hl=pt)

Aproximação alemã do projeto aerostático brasileiro (1910-1911)

[BR&gbpv=1&dq=FAHRT+des+%E2%80%9EParseval+VI%22+von+Bitterfeld+nach+Dresden&pg=PR10&printsec=frontcover](#). Acessado em: 13 mai 2023.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

EIN LUFTSCHIFF-COLUMBUS. In: **Deutsche Zeitschrift für Luftschiffahrt**: Illustrierte Aeronautische Mitteilungen. Berlim, n. 16, ano XIV. 10 de agosto de 1910. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Illustrierte Mitteilungen des Oberrheini/PE0fAQAAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=FAHRT+des+%E2%80%9EParseval+VI%22+von+Bitterfeld+nach+Dresden&pg=PR10&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Illustrierte_Mitteilungen_des_Oberrheini/PE0fAQAAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=FAHRT+des+%E2%80%9EParseval+VI%22+von+Bitterfeld+nach+Dresden&pg=PR10&printsec=frontcover). Acessado em: 13 mai 2023.

FAHRT des „Parseval VI“ von Bitterfeld nach Dresden In: **Deutsche Zeitschrift für Luftschiffahrt**: Illustrierte Aeronautische Mitteilungen. Berlim, n. 16, ano XIV. 10 de agosto de 1910. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Illustrierte Mitteilungen des Oberrheini/PE0fAQAAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=FAHRT+des+%E2%80%9EParseval+VI%22+von+Bitterfeld+nach+Dresden&pg=PR10&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Illustrierte_Mitteilungen_des_Oberrheini/PE0fAQAAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=FAHRT+des+%E2%80%9EParseval+VI%22+von+Bitterfeld+nach+Dresden&pg=PR10&printsec=frontcover). Acessado em: 13 mai 2023.

FAIRBAIRN, Brett. Economic and social developments. In: RETALLACK, James (ed.). **Imperial Germany. 1871-1918**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

HOEPPNER, Ernst. **L'Allemagne et la guerre de l'air**. Paris: Payot, 1923.

HUGUES, Daniel J., DINARDO, Richard L. **Imperial Germany and war. 1871-1918**. Kansas: University Press of Kansas, 2018.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **O desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MAGALHÃES, José Calvet. **A diplomacia pura**. 2 ed. sl. Bertrand Editora, 1995.

MARTIN, Félix, PONT, F. **L'Armée Allemande: étude d'organisation**. Paris: Librairie Militaire R. Chapelot et Ce., 1903.

MINISTERIO DA GUERRA. AVISO n. 32. A. de 31 de Janeiro de 1911. In: **Relatório do Ministério da Guerra de Maio de 1912**. Apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Marechal Vespasiano de Albuquerque e Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&Pesq=DIVIDE%20EM%20DUAS%20CATEGORIAS%20TODO%20O%20PESSOAL%20DA%20AVIACAO%20MILITAR%20E%20NAVAL&pagfis=15125>. Acessado em: 04 mai 2023.

MINISTERIO DA GUERRA. Expediente de 7 de novembro de 1910. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1783680/pg-26-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-11-1910>. Acessado em: 18 mai 2023.

POYER, Viviani. Fronteiras da diplomacia: os casos Panther e Kullak e as relações entre Brasil e Alemanha. In: **Anais do História em Debate**, n. 1, v. 4, 2021. Disponível em: . Acessado em: 23 fev. 2023.

ROHNE, H. **Tactica da Artilharia de Campanha**: segundo regulamentos da artilharia alemã. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

SANTOMAURO, Fernando. SUPPO, Hugo Rogelio, LESSA, Mônica Leite (org.). **A quarta dimensão das relações internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2013.

SCHUSTER, Leonie. **Luftfahrtpioniere und imaginationen von Nation und Welt in Brasilien, 1900-1922**. s.l.: WbgAcademic, 2022.

THEWALT, D. Freiballonfahrten in Rio de Janeiro. In: **Deutsche Zeitschrift für Luftschiffahrt**: Illustrierte Aeronautische Mitteilungen. Berlim, n. 14, ano XV, 12 julio de 1911. Disponível em: <https://archive.org/details/deutschezeitschriftfurluftschiffahrtillustrierte aeronautischemitteilungen15.1911h efte113>. Acessado em: 13 mai 2023.

THEWALT, D. Freiballonfahrten in Rio de Janeiro. In: **Deutsche Zeitschrift für Luftschiffahrt**: Illustrierte Aeronautische Mitteilungen. Berlim, n. 15, ano XV, 3 de maio de 1911b. Disponível em: <https://archive.org/details/deutschezeitschriftfurluftschiffahrtillustrierte aeronautischemitteilungen15.1911h efte113>. Acessado em: 13 mai 2023.

VENSON, Leticia Maria. **José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó (1880-1898)**. Monografia de História Defendida na Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **A Brigada de Infantaria Paraquedista**: história institucional e cultura organizacional da tropa aeroterrestre brasileira. Tese de Doutorado em História Defendida no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2020.

A política cartográfica da Era Vargas e os municípios mineiros de 1939	Renato Somberg Pfeffer Fundação João Pinheiro
--	--

Resumo

Em um cenário histórico onde se confrontavam os defensores do federalismo e os mentores da centralização autoritária, o artigo pretende discutir, por meio de fontes primárias e secundárias, as motivações geopolíticas que impulsionaram e configuraram a confecção das cartas municipais brasileiras em todo o país pelo decreto-lei federal nº 311 de 1938, conhecido como lei geográfica do Estado Novo. Em seguida, serão analisadas as intrincadas tramas da política mineira neste contexto histórico e o papel desempenhado pelo serviço geográfico de Minas Gerais na consecução destes mapas no estado. Por fim, a guisa de conclusão, serão tecidas algumas considerações sobre conhecimento, poder e as cartas municipais elaboradas sob a égide do IBGE naquele período. O princípio teórico que norteia este ensaio é que a cartografia oficial é uma forma de saber socialmente construída e vinculada ao poder constituído. Confeccionados por meio do discurso científico da época e eivados de propaganda nacionalista, os mapas municipais estiveram vinculados ao processo de consolidação das ambições políticas centralizadoras e autoritárias de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Políticas cartográficas; Era Vargas; Mapas municipais mineiros; Serviço geográfico de Minas Gerais.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, setembro de 2025

The cartographic policy of the Vargas Era and the maps of Minas Gerais municipalities from 1939	Renato Somberg Pfeffer Fundação João Pinheiro
---	--

Abstract

In a historical scenario where the defenders of federalism and the mentors of authoritarian centralization were confronted, the present work intends to discuss, through primary and secondary sources, the geopolitical motivations that drove and shaped the creation of Brazilian municipal charters throughout the country by the federal decree-law nº 311 of 1938, known as the geographic law of the Estado Novo. Next, the intricate plots of Minas Gerais politics will be analyzed in this historical context and the role played by the geographic service in creating these maps in the state. Finally, by way of conclusion, some considerations will be made about knowledge, power and municipal charters drawn up under the auspices of IBGE in that period. The theoretical principle that guides this essay is that official cartography is a form of knowledge that is socially constructed and linked to constituted power. Created through the scientific discourse of the time and filled with nationalist propaganda, the municipal maps were linked to the process of consolidating the centralizing and authoritarian political ambitions of Getúlio Vargas.

Keywords: Cartographic policies; Vargas Era; Minas Gerais municipal maps; Geographical service of Minas Gerais.

Introdução

A Exposição Nacional de Mapas Municipais, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1940 durante o Estado Novo (1937-1945), representou o coroamento dos esforços promovidos por Getúlio Vargas no sentido de produzir uma abrangente cartografia municipal brasileira que incluía “desde a sistemática da nova divisão territorial, definida pelo mesmo critério em todos os estados brasileiros, até a apresentação dos mapas respectivos, elaborados de acordo com as bases constantes no modelo aprovado” (COMENTÁRIOS [...], 1940a, p. 248). Essa mostra foi “um dos mais grandiosos eventos cívicos já realizados no Brasil” (CAMARGO, 2008, p. 41) e o discurso oficial e técnico-científico de então considerou os mapas confeccionados entre 1938-1940 “um esforço sem precedentes do país na produção de um mapa padronizado de todos e de cada um dos municípios brasileiros que, pela sua linguagem homogênea, constituiria em sua soma o tecido cartográfico do território nacional” (GOMES, 2010, p. 2).

Em um cenário histórico no qual se confrontavam os defensores do federalismo e os mentores da centralização autoritária, o presente trabalho pretende discutir, por meio de fontes primárias e secundárias, as motivações geopolíticas que impulsionaram e configuraram a confecção das cartas municipais brasileiras em todo o país pelo Decreto-Lei Federal nº 311 de 1938, conhecido como lei geográfica do Estado Novo. Em seguida, serão analisadas as intrincadas tramas da política mineira nesse contexto e o papel desempenhado pelo serviço geográfico de Minas Gerais na consecução desses mapas no estado. Por fim, à guisa de conclusão, serão tecidas algumas considerações sobre o conhecimento, o poder e as cartas municipais elaboradas sob a égide do IBGE¹.

O princípio teórico que norteia este ensaio é que a cartografia oficial é uma forma de saber socialmente construída e vinculada ao poder constituído (HARLEY, 2009). Em outros termos, as imagens cartográficas produzidas pelo Estado carregam juízos de valor e impõem a autoridade de um determinado sistema político. Realizados por meio do conhecimento científico da época e eivados de discursos nacionalistas, os mapas municipais elaborados no Estado Novo estiveram vinculados ao processo de consolidação das ambições políticas centralizadoras e autoritárias de Getúlio Vargas.

O texto é dividido em quatro partes, além desta introdução e da conclusão: o Brasil entre a centralização autoritária e o federalismo oligárquico; motivações geopolíticas da formulação da lei geográfica do Estado Novo; as intrincadas tramas da política mineira e a adesão ao projeto de Vargas; o serviço geográfico de Minas Gerais e a produção dos mapas municipais.

¹ A pesquisa realizada é fruto de projeto apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

1. O Brasil entre a centralização autoritária e o federalismo oligárquico

Os primeiros anos da década de 1930 foram marcados por uma grande instabilidade no Brasil, fruto da depressão de 1929. O intervencionismo governamental na economia promovido por Getúlio Vargas representava os interesses de grupos sociais diversos unidos contra o federalismo descentralizador oligárquico instaurado pela Constituição de 1891 e foi uma tentativa de minimizar os efeitos dessa crise.

O autoritarismo centralizador do presidente, apoiado por tenentes, políticos e intelectuais, em oposição aos projetos de caráter liberal e descentralizador, foram os elementos que ditaram a dinâmica das disputas políticas no período entre 1930 e 1937. A Revolução Constitucional de [19]32, assim como a luta pela hegemonia na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, foram representações das relações entre centralizadores, intervencionistas e autoritários, por um lado, e regionalistas e liberais, por outro lado. A interrupção do processo de centralização, com a aprovação da Constituição de 1934, ocasionou o surgimento de mais grupos nesse confronto político (BACAS, 2013, p. 5).

A bem da verdade, a própria Aliança Liberal² que apoiou o presidente na Revolução de 1930 representava interesses diversos dada sua heterogeneidade, pois nela estavam abrigadas inclusive oligarquias estaduais insatisfeitas apenas com a hegemonia paulista no cenário nacional. Estas oligarquias dissidentes, porém, não comungavam com o ideário centralizador presidencial, pois não pretendiam modificar a política cafeeira, o sistema eleitoral e a autonomia estadual (PANDOLFI, 2003).

Conviviam na Aliança Liberal, além das citadas oligarquias dissidentes, políticos favoráveis às reformas no sistema político e à implantação de um modelo de justiça social (Virgílio de Melo Franco, João Neves da Fontoura, Pedro Ernesto, José Antônio Flores da Cunha,...) e os tenentes (Siqueira Campos, Juarez Távora, Eduardo Gomes,...) que, desde a década de 1920, combatiam por meio das armas as oligarquias e defendiam a educação pública obrigatória, a reforma agrária, a adoção do voto secreto e um espaço de destaque para o exército na sociedade brasileira (PANDOLFI, 2003). Em suma, estavam aglutinadas na Aliança Liberal forças políticas díspares, inclusive opositores entre si, com propostas plurais. Chegando ao poder, era inevitável que divergências eclodissem, em especial, entre os estados mais ricos do Sul e Sudeste que, de um lado, defendiam o liberalismo econômico e o federalismo e, de outro, os tenentes e os estados do Norte e Nordeste, almejando um estado intervencionista e centralizador.

Getúlio, mesmo ciente da discrepância de posições que marcava a aliança que o levou ao poder, apoiou-se no grupo tenentista entre 1930-1932 e “passou a utilizar mecanismos políticos capazes de garantir a modernização e centralização do país” (BACAS, 2013, p. 10). Para tal, adotou o governo federal um sistema de interventorias nos estados substituindo lideranças políticas eleitas por pessoas ligadas ao varguismo³. No entanto, em razão dos desacordos em relação às políticas centralizadoras e autoritárias que

² A Aliança Liberal, gestada em 1929, foi um arranjo promovido por lideranças políticas de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul com intuito de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência nas eleições de 1930, em oposição à candidatura paulista de Júlio Prestes.

³ Olegário Maciel, eleito presidente de Minas Gerais em 1930, foi o único governador que permaneceu no executivo estadual após a Revolução de 1930.

marcavam o grupo de apoiadores da Revolução de 1930, a escolha dos interventores era sempre conflituosa, o que, somado à manutenção do estado de exceção do Governo Provisório (1930-1934), resultou na Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932.

Apesar de derrotado, o movimento garantiu a São Paulo um interventor civil e natural do estado. A Revolução de 1932 também forçou Getúlio a se afastar do tenentismo antioligárquico e convocar uma Assembleia Constituinte, que foi marcada pela desmobilização do projeto centralizador dos tenentes e pelo avanço do federalismo (VIANNA, 2001). Embora a Constituinte possa ser considerada uma derrota do centralismo getulista, o governo conseguiu limitar seu alcance por meio da censura à imprensa, exclusão dos comunistas do registro eleitoral e ausência de vários opositores do governo que haviam sido exilados. De todo modo, e na medida em que os partidos políticos existentes antes de 1930 estavam enfraquecidos, a Constituinte permitiu a emergência de novos grupos políticos nos estados, entre eles atores políticos radicalizados como a Ação Integralista Brasileira (AIB), que aglutinava grupos de inspiração fascista sob a liderança de Plínio Salgado, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e presidida por Luís Carlos Prestes.

Os constituintes de 1934, que elegeram Vargas presidente indiretamente, favoreceram os anseios liberais federalistas contrários ao intervencionismo estatal, ainda que mantivessem a ação centralizadora do Estado em questões econômicas e sociais e limitassem a autonomia financeira estadual. Insatisfeito com a manutenção do federalismo, Getúlio declarou, logo após a promulgação da carta, que seria seu primeiro revisor (LIRA NETO, 2013). De fato, a Constituição de 1934 durou somente até 1937.

Após a promulgação, o fortalecimento da ANL serviu como justificativa para criação da Lei de Segurança Nacional em 1935, diante do medo das elites e da “crença na possibilidade de execução da revolução social” no Brasil (BACAS, 2013, p. 17). Simultaneamente, avultavam-se os atritos entre os integralistas e os comunistas. Esse foi o contexto, aliado à divulgação de um falso plano de golpe comunista, o “plano Cohen”, que legitimou o Golpe do Estado Novo em 1937. O golpe consolidou a vitória das forças centralizadoras e autoritárias ligadas a Vargas.

Lideranças favoráveis à Revolução de 1930 que não estavam de acordo com o projeto centralizador e intervencionista de Getúlio foram afastadas do cenário político após o Golpe de 1937, o que, segundo Pandolfi (2003, p. 35), corrobora com a ideia de que o Estado Novo não foi um desdobramento do movimento revolucionário, mas “um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930”.

A implantação do Estado Novo aproximou o Brasil dos regimes fascistas europeus em fins da década de 1930 (PANDOLFI, 2003). Apesar de faltar ao país um sistema de partido único, foram instaurados mecanismos de controle de massas semelhantes aos que vigoravam nestes regimes: políticas

coletivistas, censura e repressão à oposição e propagação de um ideal nacionalista diante dos perigos representados pelo “liberalismo estrangeiro” que trariam “desordem ao país” (VELLOSO, 2003, p. 155). No ano seguinte ao golpe, Getúlio decretou a lei geográfica do Estado Novo, o Decreto-Lei Federal nº 311 de 1938, uma das estratégias fundamentais desse projeto de poder.

2. Motivações geopolíticas da formulação da lei geográfica do Estado Novo

Durante toda a Era Vargas (1930-1945), o governo federal tentou promover um programa modernizador, centralizador, autoritário e de forte intervenção do Estado na economia ao propor, entre outros, uma reforma administrativa em âmbito nacional que atingia diretamente os municípios em diversas questões. Em especial, criou certos marcos legais e institucionais voltados à autonomia municipal, um projeto eivado de contradições gestado no seio das instituições públicas e consubstanciado em uma nova política cartográfica.

Dentre as motivações geopolíticas e estratégicas da formulação das políticas cartográficas de Vargas, que resultaram na criação dos mapas municipais e na citada exposição de 1940, é possível destacar dois fatores: o desejo de fortalecer o poder central como estratégia de governabilidade (CAMARGO, 2008) e a institucionalização da geografia no Brasil por meio da criação de um aparato técnico-burocrático (MORAES, 1991).

2.1 Centralização como estratégia de governabilidade e o municipalismo

A centralização do poder promovida por Getúlio ocorreu por meio do reforço do municipalismo e da revisão do pacto federativo. De forma paradoxal, Vargas conjugou municipalismo e centralismo objetivando esvaziar o poder dos estados da federação diminuindo, assim, a autonomia das oligarquias regionais característica da República Velha (1889-1930). Nesse sentido, foram instituídas políticas integracionistas no quadro territorial brasileiro para reforçar a presença do estado central a partir da aproximação com os poderes municipais. Porém, como lembra Camargo (2008), esse movimento não resultou em um processo de emancipação dos municípios, pois o objetivo era mantê-los sob a tutela do governo federal.

Já durante o governo provisório de Getúlio (1930-1934), marcado pela suspensão das garantias constitucionais da Carta de 1891, foram editados dois decretos-lei determinantes no tocante à autonomia municipal (FELDMAN, 2002): o primeiro, o Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, determinava que prefeitos acumulassem as funções executiva e legislativa e que fossem indicados pelos interventores estaduais, que por sua vez eram nomeados pelo governo federal; o segundo, o Decreto nº 20.348, de 29 de agosto de 1931, estabelecia conselhos consultivos nos estados, municípios e no Distrito Federal, o que garantia a possibilidade de intervenção política sempre que necessária junto às administrações municipais. Na prática, esses decretos tornavam os municípios subordinados aos interesses federais.

A Constituição de 1934, por sua vez, estendeu aos municípios certas competências que eram exclusivas da União e dos estados, “entre elas a decretação de impostos e de taxas, a arrecadação de suas rendas, a organização dos serviços de sua competência e a eletividade dos prefeitos e dos vereadores, salvo algumas exceções, como nas capitais e estâncias hidrominerais” (PEIXOTO; PALAZZO; DERNTL; TREVISAN, 2014). Essa Carta Constitucional também determinava que os estados repassassem aos municípios metade dos impostos arrecadados, além de obrigar os estados a criarem órgãos de assistência técnica e fiscal para auxiliar a administração municipal. Essa crescente autonomia concedida pela Constituição aos municípios os tornava “menos vulneráveis ao jogo político-eleitoral dos estados e das oligarquias regionais” (CAMARGO, 2008, p. 39). Essa reformulação do pacto federativo continuava e aprofundava a estratégia governamental para enfraquecer as oligarquias estaduais, porém, não tornava os municípios uma opção de desenvolvimento para o país e sim aumentava o poder do governo central.

A temática municipal ganhou grande importância na primeira Era Vargas e se tornou um princípio pragmático governamental na construção da nação (MELO, 1993). Corrobora essa afirmação a proposta de Juarez Távora, ministro da Agricultura em 1934, de se organizar o país como uma federação municipalista na qual os estados cumpririam apenas a função de intermediários entre a União soberana e os municípios autônomos. Embora não aprovada na Constituinte de 1934, essa proposta comprova a importância dos municípios no projeto centralizador do governo federal (CAMARGO, 2008).

A estratégia varguista de enfraquecer as oligarquias estaduais ganhou uma nova perspectiva em 1937, quando foi outorgada a Carta Constitucional que deu origem ao Estado Novo. A autonomia municipal conquistada na Constituição de 1934 acabou sendo reduzida. Os prefeitos voltaram a ser nomeados pelos interventores, as câmaras municipais foram fechadas e os municípios passaram a receber recursos reduzidos. Em contrapartida, os prefeitos continuaram a decidir sobre os serviços de interesse local e passaram a ter o poder de criar organismos de interesse municipal direcionados aos espaços urbanos.

O que se nota desse breve histórico apresentado das ações governamentais na Era Vargas em relação à autonomia municipal é uma inconstância e uma aparente incoerência. No governo provisório, os municípios foram subordinados diretamente ao governo central, o que claramente enfraquecia as oligarquias. Após promulgada a Carta de 1934, os municípios passaram a gozar de crescente autonomia, inclusive em relação ao poder central. Por fim, no Estado Novo, voltou a predominar a centralização promovida pela União. Melo (1993) propõe que por detrás desse aparente paradoxo está, em essência, a real estratégia de centralização do poder encetada pela União. Em suma, o projeto político de Vargas era centralizador e, portanto, contrário à autonomia municipal. Porém, ele se baseava em uma concepção plebiscitária (PITKIN, 1967 *apud* MELO, 1993) e corporativa de representação política:

Nessa concepção, o município – matriz básica da sociedade política – está orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central. Sem mediações – de instâncias territoriais ou

político-partidárias – que distorçam essa identidade de fins, a articulação entre os dois níveis está assegurada pela centralização, que aproxima e reúne os dois polos. O município emerge, nessa perspectiva, como uma esfera comunitária – portanto pré-política – que acomoda apenas a coletividade das famílias e seus valores ainda não distorcidos pelas instâncias de representação. Essa reunião entre os dois polos, no entanto, é que permitiria a instauração da esfera pública sobre a ordem privada, particularista e não-comunitária [...] (MELO, 1993, p. 4).

Esse projeto centralizador e nacionalista de Vargas, que aproximava municípios e governo federal *pari passu* excluía os estados, foi acompanhado de um pensamento tecnocrático e científico que visava modernizar o Estado melhorando o desempenho da administração pública, o que deu origem a uma tecnoestrutura estatal considerada por Ianni (2009) como um novo estágio de amadurecimento do estado capitalista.

2.2 A institucionalização da geografia e o nacionalismo

A institucionalização da geografia e a política cartográfica dos municípios como estratégia de Vargas para centralizar o poder ocorreu “por meio da criação de um forte aparato técnico-burocrático” (MORAES, 1991, p. 171). Criados na década de 1930, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE - 1934), o Conselho Nacional de Estatística (CNE - 1936) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG - 1937) preconizavam, em teoria, a cooperação intergovernamental entre municípios, estados e governo central. Na prática, buscavam a subordinação, “por meio de acordos oficiais, dos poderes estaduais e municipais ao programa federal de uniformização dos levantamentos estatísticos (FJP, 1997, p. 52 *apud* GOMES, 2010, p. 3)”. O argumento utilizado pelo governo Vargas era a necessidade de uma base territorial municipal que se preocupasse com estudos geográficos que complementassem a documentação cartográfica, pois isso seria fundamental para que as informações estatísticas não continuassem sujeitas a “imprecisões e lacunas de natureza espacial” (PENHA, 1933, p. 78).

Criado em 1938 pelo Decreto-Lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reuniu os Conselhos de Estatística e Geografia e se tornou o “instrumento máximo da territorialização do aparelho do Estado” (CAMARGO, 2008, p. 39). Com uma estrutura capilarizada que abarcava as três instâncias governamentais, o IBGE promoveu programas de uniformização e de controle sobre os trabalhos estatísticos, geográficos e cartográficos do território brasileiro, objetivando sua “marcha para o interior do país” (GOMES, 2010, p. 3). Com a criação do IBGE, portanto, conjugavam-se os aspectos geopolíticos e estratégicos da formulação das complexas políticas cartográficas, especificamente as municipalistas.

A importância dos municípios para o IBGE era refletida na sua própria estrutura organizacional que era subordinada diretamente à presidência da República, sendo que seus órgãos colegiados tinham autonomia para legislar e, principalmente, possuíam representação paritária entre União, estados e municípios. Essa era uma “clara estratégia de construir a nação a partir do município” (CAMARGO, 2008,

p. 39). Ressalta-se, porém, que as contradições da conjuntura política em relação ao municipalismo também estiveram presentes no IBGE. O quadro técnico do instituto era próximo das oligarquias agrárias devido ao peso da base municipal na formulação das políticas nacionais e, ao mesmo tempo, havia uma perspectiva que se fundamentava na autonomia municipal e no fortalecimento do poder central, o que reduzia a influência das elites regionais.

Tendo como um de seus objetivos prioritários a cartografia, o IBGE implementou projetos de revisão de cálculos da superfície do país, realizou a campanha de coordenadas geográficas das sedes municipais e promoveu as campanhas dos mapas municipais. É notório, portanto, que o IBGE adotou ações para fortalecer os municípios em detrimento dos poderes estaduais e se tornou o articulador do movimento municipalista no governo Vargas (CAMARGO, 2008). São ações que corroboram esta afirmação

[...] a uniformização das toponímias dos municípios e de seus respectivos mapas e a definição legal do que se constituiria como cidade e urbano (decreto-lei nº 311, de 02/03/1938, conhecido como lei geográfica do Estado Novo); a uniformização cartográfica em variadas escalas e de atualização da carta do Brasil ao milionésimo; e a arbitragem do CNG nas questões de limites interestaduais (PEIXOTO; PALAZZO; DERNTL; TREVISAN, 2014).

No projeto territorial nacionalista e modernizante pretendido por Vargas, os formuladores dessas políticas percebiam a estreita relação entre a geografia e a cartografia (DE BIAGGI, 2000) e construíram, assim, “uma nova geografia material do país, e esta se fazia acompanhar de uma nova construção simbólica da identidade nacional: o nacional agora claramente expresso como estatal e oficial” (MORAES, 1991, p. 172). Elucidativo desse papel nacionalizador da geografia foi a conferência do engenheiro Cristóvão Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, proferida no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), no dia 28 de junho de 1940.

É profundamente nacionalizadora a Geografia quanto ao seu objeto, evidentemente, porque nela há a consideração obrigatória, permanente e exclusiva do território nacional. Quanto à sua metodologia - como técnica especializada de pesquisa, como elemento de instrução ou como instrumento de educação - a Geografia se constitui poderoso fator de nacionalismo, no campo, no gabinete ou na escola. Tanto assim que todo aquele que nela opera [...], todo aquele, que à Geografia se aplica, redobra em seu coração o sagrado amor à Pátria querida (CASTRO, 1940, p. 462-463).

A produção de mapas pelo IBGE, segundo De Biaggi (2000, p. 170), constituiu-se em uma das principais formas “de realização do Estado moderno” ao contribuir para formar uma imagem da pátria a partir de um centro único e substituir “as decisões políticas pelas soluções técnicas”. Dito de outra forma, os métodos científicos passaram a ser fundamentais tanto para a produção de imagens da pátria como para intervenção prática em um território marcado por problemas legais, fiscais e eleitorais multifacetados.

Foi por meio da lei geográfica do Estado Novo, que se instituiu a base do trabalho a ser realizado. A lei dispunha sobre a base territorial do país e determinava a imediata elaboração de mapas municipais segundo critérios técnicos rígidos.

Todo o esforço voltava-se para a fundação de uma ordem, de uma homogeneidade territorial:

espaços contíguos e não superpostos, circunscrições sistematizadas jurídica e administrativamente, nomenclatura padronizada, limites estáveis. E esse esforço deveria resultar na exata representação cartográfica de cada jurisdição municipal, tornando o mapa uma espécie de certidão de sua existência legal (GOMES, 2010, p. 4).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), colaborando com o plano de refundação da ordem territorial brasileira, propôs uma metodologia que deveria ser cumprida por todos os municípios no trabalho de se estabelecer a nova divisão territorial (INE, 1938b).

Em cerimônia cívica em 1º de janeiro de 1939, realizada neste mesmo dia e horário em todo o país, os representantes dos poderes locais, à sombra da bandeira e ouvindo o hino nacional, declararam em uníssono o texto produzido pelo CNG que definia a nova fisionomia física e jurídica do território municipal. Era instaurado então, por “decretos estaduais padronizados” pelo CNG, “o marco legal inaugurador da nova ordem” de divisão territorial do país (GOMES, 2010, p. 7). O evento denota que a homogeneização cartográfica municipal era considerada pelo governo Vargas um grande empreendimento patriótico que buscava conhecer e controlar as realidades locais e, simultaneamente, fortalecer a unidade federal.

No contexto ditatorial do Estado Novo varguista, iniciado em 1937, as prefeituras foram convocadas a participar do programa sob pena de perderem sua autonomia. “O prazo para apresentar o mapa do território, a memória técnica de sua confecção e as fotografias dos principais aspectos urbanos e geográficos do município era de um ano” (GOMES, 2010, p. 5). Diversos fatores levaram à prorrogação deste prazo, entre eles a escassez de técnicos, a imprecisão das divisas, as longas distâncias e a complexidade do trabalho.

As exigências técnicas da representação cartográfica que fixaria os limites municipais e as divisas interdistritais eram inúmeras e foi embasado na Resolução 03 do DC/CNG (INE, 1938a). O repertório de exigências incluía:

- a) a padronização de nomenclatura;
- b) a precisão e a discriminação dos elementos caracterizadores do território (principais elevações, desenvolvimento dos principais cursos d’água, povoações e principais fazendas, estradas e caminhos, linhas telefônicas e telegráficas);
- c) a fixação de linhas divisórias recorrendo a acidentes naturais facilmente identificáveis do terreno;
- d) a apresentação das plantas das cidades e das povoações com a delimitação precisa do perímetro urbano e rural; e
- e) diversas outras minúcias.

O empreendimento possuía, além das exigências técnicas, um forte clamor nacionalista e o interesse governamental em “despertar o máximo de interesse público” (MAPAS [...], 1939, p. 81).

O resultado foi a produção de 1574 mapas municipais em todo o país, conjugados com fotos e relatórios técnicos, o que revelava uma preocupação com uma memória técnica-documental e uma produção intertextual. Nesse período, uma série de eventos oficiais deixavam clara a intenção de Vargas em transformar a política governamental em um espetáculo cívico. Dada a envergadura do empreendimento, foram necessárias soluções técnicas e administrativas variadas, mobilização de muitos profissionais, institucionalização da cooperação entre os estados e os municípios e/ou contratação de serviços particulares (GRANDE, 1941).

Embora o IBGE tenha considerado o resultado satisfatório, os dados apresentados revelavam diferenças técnicas marcantes nos mapas sendo boa parte deles pouco precisos. De Biaggi (2000) demonstra que a desigualdade regional se evidenciou nos resultados e que os mapas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, que já possuíam serviços geográficos, eram muito mais precisos que os demais. Tal fato não impediu que a campanha dos mapas municipais se tornasse a “base do edifício construído pelo IBGE” (DE BIAGGI, 2000, p. 177).

As exposições regionais, que precederam a mostra nacional dos mapas municipais, ocorreram simultaneamente no dia 24 de março de 1940. Todas elas abertas com a audição da Hora do Brasil e o discurso de José Carlos Macedo Soares, presidente do IBGE. Durante as comemorações dos resultados da campanha dos mapas municipais, Soares citou o êxito do empreendimento como uma grande conquista do Estado Novo, “vitória que não poderia ter sido alcançada na vigência da autonomia dos Estados, e da autonomia dos Municípios” (COMENTÁRIOS [...], 1940a, p. 248). O entusiasmado presidente do IBGE ainda ressaltou em seu discurso, em referência à nova corrente da geografia francesa proposta por George Hardy (1939), a moderníssima geografia psicológica introduzida pelo CNG que criou um “movimento de psicologia coletiva em todo o âmbito Nacional, tendo em vista fixar relações entre a alma humana e a descrição do território do país” (COMENTÁRIOS [...], 1940a, p. 249).

No evento cívico de lançamento da campanha dos mapas municipais, em 29 de maio de 1940, em uma clara encenação nacionalista, todos os 1574 municípios enviaram representantes. Foram apresentados então ao ditador Getúlio Vargas, segundo Macedo Soares, a “mais completa documentação cartográfica já reunida no país, senão em todo mundo” (SOARES *apud* GOMES, 2010, p. 10). Para o presidente do IBGE

[...] o êxito do empreendimento cartográfico era total, pois pela primeira vez, tinha conhecimento seguro da nova divisão do território nacional, motivada pela lei geográfica do Estado Novo: “desapareceram as anomalias, as incoerências, os casos teratológicos do parcelamento territorial da República...” (IBGE, 1940, p. 17). Os mapas municipais, a um só tempo, instauravam essa nova ordem e serviam de base para sua construção futura, cuja realização maior seria a edição atualizada da Carta Geral do Brasil ao Milionésimo (GOMES, 2010, p. 10).

A exposição dos mapas municipais representou a encenação cívica e o controle do governo central sobre os poderes estaduais em seu extremo. De alguma forma, era a sequência da queima das bandeiras estaduais encetada em 27 de novembro no Rio de Janeiro de 1937, como parte de celebração da bandeira

nacional, poucos dias antes da instauração do Estado Novo por Vargas. Além do caráter político do evento, no entanto, a celebração representou o triunfo de uma “mobilização cartográfica inigualável” (COMENTÁRIOS, 1940b, p. 448).

Pode-se afirmar, portanto, que os mapas municipais na Era Vargas responderam às necessidades dos programas cartográficos oficiais, fundados na racionalidade científica da intelectualidade reunida no IBGE. O desfile teatral da exposição de 1940, por sua vez, foi um dos muitos artefatos do discurso unificador do Estado Novo, que “destinou-se a construir e divulgar uma imagem do território cartografado no plano simbólico, dentro de um rito celebrativo da ideia de unidade nacional” (GOMES, 2010, p. 12).

Nesse sentido, o discurso performático da exposição de 1940 pode ser percebido como uma das estratégias de Vargas para reforçar a ordem social que ele pretendia estabelecer. Ao final, mesmo eivado de contradições, o governo central ofereceu as condições jurídicas e institucionais que propiciaram a autonomia municipal e, ao mesmo tempo, o governo federal aumentou seu controle sobre as localidades para reduzir o poder das oligarquias estaduais.

3. As intrincadas tramas da política mineira e a adesão ao projeto de Vargas

Olegário Maciel foi o único presidente estadual que não foi substituído por um interventor federal após a Revolução de 1930. Esse fato provocou uma luta pela hegemonia política do estado no Partido Republicano Mineiro (PRM). De um lado, estava Artur Bernardes, ferrenho opositor do movimento tenentista na década de 1920 e um dos representantes das oligarquias dissidentes contrárias à hegemonia paulista que apoiaram a revolução; de outro, a Legião de Outubro, fundada em 1931 por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari, com o apoio do presidente estadual.

A Legião de Outubro, também chamada Legião Liberal Mineira, alinhada como os ideais centralizadores tenentistas, considerava os apelos de reconstitucionalização do país após 1930 defendidos por Bernardes, então presidente do PRM, contrários às finalidades do programa revolucionário (CALICCHIO, 2010). Considerando o estado de Minas uma das bases de sustentação da política federalista e descentralizadora, os legionários pugnavam pelo desmonte da estrutura política oligárquica estadual e passaram a pressionar pela intervenção federal no estado (BOMENY, 1980). A ação antibernardista dos tenentes da Legião era também movida por um sentimento revanchista devido à repressão que sofreram durante os anos que Bernardes ocupou a presidência da República (1922-1926).

Esse confronto provocou uma tentativa fracassada de golpe do PRM em 1931, quando Artur Bernardes tentou destituir Olegário Maciel, que evitava criar uma frente única de oposição à Getúlio, embora Maciel fosse uma figura política que representasse um obstáculo à centralização do poder.

Historicamente, o incidente passou a ser denominado “o equívoco de 18 de agosto”. No entanto, o 18 de agosto não foi positivamente um equívoco. Consistiu em um golpe político bem preparado, sem dúvida, mas cujo erro principal foi não avaliar convenientemente as forças concentradas no

campo adversário. Olegário Maciel pôde repelir o golpe com extrema facilidade, pois naquele momento contava com forte apoio da Força Pública Mineira, controlada por Capanema (CALICCHIO, 2010).

A tentativa de golpe *perremista* não foi apoiada pelo presidente da República, pois este estava ciente do apoio do secretário do interior Gustavo Capanema, líder da Força Pública Mineira, ao governador Olegário Maciel. Por outro lado, contou com a guarida de Osvaldo Aranha, ministro da Justiça de Getúlio, que objetivava derrubar o governador mineiro e os legionários, além de nomear um interventor.

Aranha também não concordava com as ligações entre os legionários e o governo Maciel, bem como com as relações entre os legionários e antigos líderes oligarcas, como Antônio Carlos de Andrada. O objetivo de Aranha era esfacelar a união dos políticos mineiros em torno do PRM (BACAS, 2013, p. 11-12).

No final daquele ano, foi selado um acordo entre o PRM e a Legião, que resultou na criação do Partido Social Nacionalista (PSN) no estado, de caráter conciliador. No entanto, em 1932, o PSN foi dissolvido devido à indefinição do governo mineiro entre a defesa do governo provisório de Vargas e o apoio à causa paulista⁴.

O PRM teve seu prestígio bastante abalado com esses episódios. Em 1933, quando da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, o governo federal criou em Minas, e nos demais estados, um partido governista para defender a doutrina da Revolução de 1930. Coube a Antônio Carlos organizar e liderar este partido, denominado Partido Progressista (PP). O PP buscava unir as forças estaduais que não fizeram oposição ao governo provisório de Getúlio (Antônio Carlos de Andrada, Venceslau Brás, Virgílio de Melo Franco etc.) e instituir uma base de apoio ao presidente do estado e ao presidente da República.

Para Olegário Maciel, o PP era “uma força partidária de grande autoridade, que afastando-se de todos os extremos propugnará pela implantação no país das normas mais adequadas à sua índole, grandeza e prosperidade” (BOMENY, 1980, p. 178-179). Na prática, ao afirmar que o PP se afastava dos extremos, Maciel assumia que o governo mineiro “era obrigado a estabelecer relações com oligarcas em detrimento da ausência de penetração do tenentismo no estado” (BACAS, 2013, p. 13).

O PP teve maioria nas eleições da Constituinte em Minas Gerais (31 deputados contra seis do PRM). Essa vitória por larga margem levou à união das duas agremiações em uma bancada única na constituinte, o que garantiu a Minas as prerrogativas que o estado possuía na República Velha. Por outro lado, a coexistência dos dois partidos deixava patente as disputas pelo poder estadual (BOMENY, 1980).

Durante a Assembleia Constituinte, Antônio Carlos, ex-presidente de Minas (1926-1930), foi designado para elaborar o anteprojeto constitucional. Em Minas, ele foi substituído na liderança do PP na Assembleia por Virgílio de Melo Franco. Naquele momento, era travada uma disputa entre Franco e

⁴ Artur Bernardes tornou-se o maior defensor em Minas Gerais da reconstitucionalização em 1932 e, com a derrota de São Paulo, foi exilado e teve seus direitos políticos cassados por três anos.

Gustavo Capanema para o cargo de interventor no estado. Ambos, porém, tiveram frustradas suas intenções, pois, quem assumiu a interventoria do executivo estadual após a morte de Olegário Maciel foi Benedito Valadares. A busca do equilíbrio entre oligarquias e tenentes norteou a escolha de Valadares por Getúlio, pois este precisava do apoio mineiro para sua eleição indireta que seria realizada pelos constituintes de 1934. O novo interventor getulista fortaleceu lideranças favoráveis ao governo federal e alijou do poder lideranças contrárias.

Nos anos seguintes, até o final do Estado Novo, coube a Valadares ser o interventor de Getúlio em Minas Gerais. Segundo Schwartzman (1969, p. 152),

[...] a tônica principal da estratégia política de Valadares é a fidelidade quase que absoluta a Vargas. Em oposição a Antônio Carlos, que tratava de usar sua força no estado para chegar à presidência, assim como a Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, que ousavam pretender a um poder político autônomo, Valadares se apresenta, desde o primeiro momento, como executor fiel da vontade de Vargas, e é assim que surge como interventor em Minas Gerais.

Valadares foi "plantado" (SCHWARTZMAN, 1969, p. 152) na política mineira por Getúlio. Instalado no poder, fez a opção estratégica de se manter fiel ao presidente. Ele não era o representante das oligarquias rurais, nem a expressão de interesses econômicos determinados, era um “agente aberto do chefe do estado [...], em um contexto em que o peso específico do governo central na vida política do país passa a ser dominante” (SCHWARTZMAN, 1969, p. 153). Até o fim do Estado Novo, Valadares vai cumprir com perfeição o papel de escudeiro de Vargas no estado ao subjugar os anseios autonomistas das oligarquias e, entre outras ações, garantiu o cumprimento das determinações da lei geográfica do Estado Novo com excelência.

4. O serviço geográfico de Minas Gerais e a produção dos mapas municipais

Em Minas Gerais foram produzidos 288 mapas municipais em cumprimento à Lei Orgânica Nacional nº 311, que havia sido colocada em execução no estado mineiro pelo Decreto de 23 de março de 1938. A maioria dos mapas foram elaborados pelo órgão encarregado do serviço geográfico do estado, o Departamento Geográfico. A exceção ficou por conta de poucos municípios mineiros, entre eles a capital do estado, Belo Horizonte, onde houve a participação da própria prefeitura. De toda forma, foram as prefeituras que custearam a produção dos mapas com recursos próprios por meio de um contrato específico fixado pelo Departamento Geográfico.

Criado na última década do século XIX, o serviço geográfico mineiro, à época denominado Comissão Geográfica e Geológica (CGG) de Minas Gerais, havia iniciado os trabalhos relativos à Carta Geral do Estado, porém, a CGG foi extinta em 1898 por motivo de economia. Na época, foram mantidos apenas os trabalhos referentes à solução de questões de limites, a cargo de uma seção da Secretaria de Agricultura. Os serviços de levantamento e de publicação da Carta Geral do Estado só foram retomados em 1920 com o restabelecimento da Comissão, que continuou subordinada à Secretaria. Álvaro da Silveira,

que havia sido diretor da CGG entre 1895-1898, voltou a ocupar o cargo de diretor e se manteve no cargo até 1931. Naquele ano, a Comissão se tornou um departamento do estado, tendo seu nome alterado para Serviço Geográfico e Geológico de Minas Gerais. Coube ao engenheiro Benedito Quintino dos Santos dirigir o serviço geográfico do estado entre 1931 e 1953 e manter a qualidade do trabalho desenvolvido por Silveira⁵. Segundo Gomes (2010, p. 8), em grande parte devido à participação intensa de Mário Augusto Teixeira de Freitas⁶, um dos fundadores do IBGE e atuante na formulação de políticas públicas desde a década de 1920, “a organização e produção cartográfica e estatística do estado mineiro eram considerados modelares” (GOMES, 2010, p. 8)⁷.

Em 1939, o serviço geográfico teve seu nome alterado para Departamento Geográfico do estado de Minas Gerais (DG-MG) pelo Decreto-Lei nº 483 de 19 de setembro⁸. Encarregado da elaboração dos mapas exigidos pelo Decreto-Lei nº 311, o regulamento do departamento detalhava, em seu capítulo primeiro, a finalidade, a organização e os métodos a serem utilizados em cada uma de suas seis divisões gerais (administração; astronomia e geodésia; topografia e cadastro; fotogrametria; cartografia e desenho; limites e coordenação geográfica). No capítulo segundo, o regulamento dispunha sobre o quadro de pessoal especificando a quantidade e as respectivas atribuições técnicas e administrativas dos funcionários. O capítulo terceiro, que tratava das disposições gerais, referia-se, principalmente, à necessária e íntima colaboração do DG com os órgãos do IBGE e à tabela de vencimentos do pessoal designado⁹.

A atuação do Serviço Geográfico de Minas Gerais, dirigida por Quintino, foi tida como um exemplo pela Revista Brasileira de Geografia na produção dos mapas municipais em 1939. Dentre as “soluções

⁵ Na década de 1930, Benedito Quintino dos Santos foi nomeado pelo então presidente do estado, Olegário Maciel, chefe da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais em 1931 e, no mesmo ano, superintendente do Departamento dos Serviços Geográfico e Geológico, ainda subordinado à Secretaria de Agricultura. Após a morte de Maciel em 1933, continuou prestigiado pelo interventor getulista Benedito Valadares e foi mantido no cargo. Em 1939, quando o Departamento Geográfico adquiriu autonomia, Valadares referendou seu nome como diretor do órgão (AMADO, 1996).

⁶ Em Minas Gerais, Teixeira de Freitas foi nomeado em 1920 delegado geral do recenseamento e, devido à sua brilhante atuação, foi convidado para reformar a organização estatística estadual. Convidado pelo governo de Vargas, tornou-se um dos responsáveis pela organização do Ministério da Educação e Saúde Pública e estruturou as estatísticas do ensino em todo o país. Suas ideias de cooperação interadministrativa das esferas federal, estadual e municipal foram fundamentais para a criação e consolidação do IBGE.

⁷ Gomes (2010) ainda destaca que a parceria do governo de Minas com o governo federal já havia resultado em muitas publicações estatísticas com a edição, em 1937, do Anuário Estatístico de Belo Horizonte (minucioso levantamento dos dados quantitativos sobre a cidade, entre eles demografia, serviços urbanos e outros, além de fotografias, ilustrações e do mapa do município elaborado pelo cartógrafo Afonso de Guairá Heberle).

⁸ Nesta ocasião, os setores encarregados dos estudos geológicos e meteorológicos foram desmembrados e passaram a constituir órgãos autônomos (AMADO, 1996).

⁹ Para fins do presente ensaio, é importante destacar o artigo primeiro do referido regulamento: “Art. 1º - O Departamento Geográfico de Minas Gerais, diretamente subordinado ao Governador do Estado, criado pelo decreto-lei nº 198, de 25 de março de 1939, tem por fim o levantamento da Carta Geográfica do Estado, os estudos sobre sua geografia física, econômica e política e a divulgação dos trabalhos e pesquisas que realizar, por meio de cartas gerais e regionais, boletins, memórias, monografias e relatórios, visando o conhecimento sucessivamente mais minucioso e completo do território estadual, bem como colaborar com os órgãos federais congêneres em todos os trabalhos de natureza geográfica e especialmente na elaboração da Carta Geral da República, mediante entendimento com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”(MINAS GERAIS, 1939).

notáveis” (MAPAS [...], 1939, p. 85) para concretização eficiente da cooperação entre o estado e as prefeituras, a revista aponta para a centralização dos recursos e da direção, o que proporcionaria, entre outras vantagens, economia e homogeneidade dos mapas a serem produzidos.

A interferência do Estado é, sem dúvida, da mais alta conveniência: primeiro, porque, com a centralização dos recursos e da direção dos serviços, torna-se possível uma elaboração mais econômica e mais homogênea dos mapas municipais; segundo, porque a unificação permite o desenvolvimento de um plano de trabalhos topográficos e cartográficos, plano de conjunto, que também beneficiará à carta geral do Estado; terceiro, porque a unidade de direção facilitará uma execução mais perfeita dos trabalhos; quarto, porque evita as naturais vacilações, as inevitáveis incompreensões e as fatais dificuldades com que lutariam as Prefeituras agindo isoladamente e sem controle (MAPAS [...], 1939, p. 85).

Buscando cumprir a exigência legal do governo federal e eivado de uma contribuição patriótica que permitiria conhecer o território nacional, o governo mineiro encetou a difícil tarefa de coordenar os trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos mapas municipais. Nos termos da Portaria nº 21, de 12 de abril de 1938, e de acordo com as instruções do CNG, foram firmados ajustes com os municípios que detalharam os trabalhos geodésicos de triangulação e coordenadas geográficas e geológicas¹⁰; levantamentos topográficos¹¹; especificações sobre as plantas das cidades e vilas; emprego de fotogrametria terrestre e aérea conforme conveniência para cada caso; pormenorização da cartografia e desenhos¹² e a determinação da origem e da distribuição dos recursos para os quadros técnicos e administrativos.

No afã de melhorar os já notáveis mapas municipais mineiros levantados por exigência do Decreto Federal nº 311, o diretor do DG, Benedito Quintino dos Santos, ainda endereçou às prefeituras e aos Diretórios Municipais de Geografia, em 1940, juntamente com as primeiras provas do mapa topográfico do município destinatário, uma circular e um questionário solicitando revisões e dados complementares.

Nos termos do ajuste celebrado com essa prefeitura, para execução do levantamento e trabalho cartográfico, e no desejo de completar, atualizar e introduzir correções porventura necessárias e enriquecer de minúcias o mapa, de modo a torná-lo um documento de ampla utilidade aos diversos ramos da administração, peço-lhes seja o trabalho submetido a cuidadoso exame do Diretório Municipal de Geografia, sob vossa esclarecida presidência (MAPAS [...], 1940, p. 651).

¹⁰ “Partindo da frente geodésica já existente e que abrange a parte do Estado ao Sul do paralelo 20 aproximadamente, serão lançadas sete cadeias meridianas de triangulação e uma cadeia paralela, dentro de cujas malhas ficarão fixadas as posições geográficas das sedes municipais e distritais” (Mapas [...], 1939, p. 90). Os cálculos da rede geodésica eram constituídos pelas cadeias meridianas determinadas pelo governo estadual e verificados com o apoio em novas bases medidas com o basímetro de invar. As coordenadas geográficas foram estabelecidas por observações diretas.

¹¹ “No território do Estado, ao Sul do paralelo 20, serão atualizadas as folhas já existentes na escala de 1/100.000, destacando-se os elementos topográficos necessários a cada um dos 118 municípios já atingidos pelos levantamentos anteriormente executados”. [...] “No território ao Norte do paralelo 20 e no Triângulo Mineiro os levantamentos serão intensificados por processos expeditos, estadimétricos ou fotogramétricos, conforme conveniência local, apoiando-se todos os levantamentos nos pontos geodésicos determinados” (MAPAS [...], 1939, p. 91-92). Esses levantamentos foram feitos, de preferência, sobre as linhas divisórias intermunicipais, interdistritais, estradas principais, ligando as sedes, principais cursos d’água e elementos orográficos.

¹² “Os trabalhos cartográficos serão executados com o mesmo rigor técnico e cuidado artístico empregado nos originais definitivos das folhas parciais da Carta Geral e em condições de serem impressos” (MAPAS [...], 1939, p. 93).

Em nome do DG, Quintino advertia que a pessoa encarregada dessa importante missão deveria percorrer todo o município “*in loco* e não a distância, o que resultaria em cometer-se muitas omissões e introduzir correções que não corresponderiam à verdadeira posição dos acidentes que já configuram ou venham a figurar na carta analisada” (MAPAS [...], 1940, p. 651-652). Além disso, sugeria Quintino que, durante as viagens, os mapas fossem forrados de pano fino e acondicionados em latas de lona ou de couro, o que evitaria que fossem dilacerados.

Durante o trabalho de campo, as verificações realizadas deveriam ser feitas com clareza no mapa, a lápis fino, utilizando os sinais e traços convencionados no rodapé do mapa, levando em conta sua escala, na posição exata e com a nomenclatura popular conhecida¹³. Ainda era necessário que esse registro gráfico fosse anotado nos quadros e os questionários respondidos enviados ao Departamento Geográfico¹⁴. Terminava Quintino a circular, que antecedia o questionário enviado aos municípios mineiros, afirmando a quão importante e patriótica era a tarefa solicitada pelo DG, e requeria que as correções fossem feitas com o mesmo zelo que os municípios vinham demonstrando desde o início da campanha cartográfica encetada por Getúlio Vargas e pelo governador¹⁵.

O quadro 1 a seguir, embasado no relatório publicado na Revista Brasileira de Geografia pelo engenheiro José Carlos Pedro Grande (1941), então chefe da seção da Carta Geral do Brasil ao milionésimo, subordinada ao Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (órgão executivo do CNG), sintetiza os resultados alcançados especificamente pelo estado de Minas Gerais durante o Estado Novo:

¹³ O trabalho incluía a verificação de “nomes de fazendas, sítios, lugarejos, povoados, capelas, cursos d’água, espigões, picos, serras, pedreiras, matas, cachoeiras, pontes, usinas, jazidas, escolas, postos-fiscais etc. e representação gráfica de estradas, caminhos, ferrovias, linhas telegráficas e telefônicas etc.” (MAPAS [...], 1940, p. 652).

¹⁴ Após a conclusão do trabalho realizado no campo, e discutidos os resultados em sessão plenária do Diretório Municipal de Geografia, este deveria ser devolvido até 31 de agosto de 1940 ao Departamento Geográfico do estado juntamente com um relatório sucinto e, se possível, acompanhado de fotografias de acidentes importantes e panoramas de alguns trechos, para servirem de base para o desenho de um mapa mais completo. Quintino deixava clara a conveniência de que os avanços diários realizados em cada trecho percorrido do terreno fossem recobertos “no mapa de campo, a lápis vermelho, como os traços convencionais respectivos, as estradas e caminhos percorridos e, a lápis azul, os cursos d’água examinados” (MAPAS [...], 1940, p. 652).

¹⁵ O questionário objetivando melhorar os mapas topográficos municipais, anexo à circular enviada pelo Departamento Geográfico de Minas Gerais, continha um modelo de relatório, quadros informativos a serem preenchidos pelo Diretório Municipal de Geografia e era composto “das seguintes folhas destinadas a metodizar o registro informativo sobre o território municipal: I. Relatório; II. Hidrografia; III. Orografia; IV. Vegetações; V. Ocorrências minerais; VI. Núcleos humanos; VII. Comunicações e VIII. Limites” (MAPAS [...], 1940, p. 653).

Quadro 1: Resultados alcançados por Minas no que se refere à produção dos mapas municipais
<i>Distribuição numérica dos Mapas Municipais mineiros segundo a escala:</i> 1:25.000 = 6; 1:50.000 = 134; 1:100.000 = 94; 1:150.000 = 22; 1:200.000 = 25; 1:250.000 = 5; 1:300.000 = 2. Total = 288 ¹⁶ .
<i>Distribuição numérica dos mapas municipais segundo o processo de levantamento:</i> preciso (mapas completos incluindo planimetria, altimetria e triangulação) = 182; preciso (mapas completos incluindo planimetria e triangulação, porém, sem as curvas hipsométricas) = 15; misto (levantamento preciso predominante e expedito para detalhes de importância secundária) = 9; misto (levantamento preciso para as linhas principais e predominando o expedito para os detalhes) = 82. Total = 288 ¹⁷ .
<i>Distribuição numérica dos mapas municipais mineiros segundo o tamanho útil:</i> número de mapas com dimensões em centímetros 77 x 102 = 288. Total = 288 ¹⁸ .
<i>Distribuição numérica dos mapas municipais mineiros segundo a categoria dos operadores:</i> repartição estadual existente = 197; repartição municipal = 1; engenheiro (sem especificação) = 14; engenheiro civil = 1; engenheiro civil, geógrafo, engenheiro silvicultor = 2; engenheiro civil, geógrafo, engenheiro topógrafo = 22; topógrafo = 38; agrimensor = 13. Total = 288 ¹⁹ .
<i>Distribuição numérica dos mapas municipais mineiros segundo a orientação:</i> existe canevá – Greenwich = 175; não existe canevá, mas orientação/norte/verdadeiro = 66; não existe canevá, mas orientação/norte/magnético = 34; não existe canevá, mas orientação/sem norte especificado = 13. Total = 288 ²⁰ .
<i>Distribuição numérica dos mapas municipais mineiros segundo a existência e natureza das plantas das cidades e vilas:</i> natureza esquemática (planta bem executada, com a edificação indicada, entretanto, sem figurarem os nomes dos logradouros e detalhes como os da delimitação das zonas urbana e suburbana) = 907; natureza esquemática (planta esquemática, de execução menos esmerada, contendo apenas quarteirões e a indicação dos perímetros urbanos e suburbanos, que há casos em que falta, sendo impossível a localização de edificações) = 37. Total = 944 ²¹ .

Fonte: Dados básicos: Grande (1941).
Elaboração própria.

¹⁶ Levando em conta os 1574 mapas municipais produzidos no Brasil ao final dos anos 1930, em 47% do total global predomina a escala de 1:100.000; 18,36% a escala 1:50.000 e 15,06% a escala 1:200.000.

¹⁷ Os 1574 mapas municipais brasileiros alcançaram resultados muito diferenciados devido aos processos de levantamento empregados. Os quesitos de precisão do CNG abrangiam os critérios de triangulação, planimetria e curvas hipsométricas. 63% dos mapas obtiveram total ou parcialmente estes quesitos, sendo que *todos* os mapas mineiros entraram nesta categoria. No que tangia a cumprir estes três quesitos de precisão simultaneamente, Minas se destacou de forma absoluta: apenas 191 municípios brasileiros alcançaram esta meta, sendo que 182 foram confeccionados no estado.

¹⁸ Todos os mapas dos municípios mineiros obedeceram ao tamanho mínimo determinado pelo CNG. 37,4% dos 1574 mapas municipais possuíam dimensões menores.

¹⁹ 52% do número global dos mapas apresentados foram realizados por órgãos oficiais, como foi o caso de Minas Gerais que superou esse percentual. Os demais mapas foram realizados em Minas por particulares com os conhecimentos técnicos necessários. Grande (1941) ressalta que 81 dos 1574 mapas produzidos no período não possuíam indicação segura sobre esta questão.

²⁰ A maioria dos mapas municipais (63%) possuíam canevá (reticulado que auxiliava na leitura dos mapas). 93% do total global que possuía canevá, incluindo 175 mapas mineiros, utilizaram indicação da longitude ocidental Greenwich, enquanto os 7% restantes utilizaram como referência o meridiano do Rio de Janeiro. O total global onde não existia canevá (37%), mas sim orientação, que no caso de Minas configuraram 113 mapas, é explicado pelo fato de que em muitos municípios inexistiam coordenadas de confiança. (GRANDE, 1941).

²¹ O risco de sobrecarregar os municípios, as dificuldades técnicas e o interesse urgente do CNG em obter elementos básicos para a atualização das folhas componentes da carta do país que servissem ao recenseamento explicam o pequeno número de plantas detalhadas no total global (6,66%). No caso de Minas, nenhum mapa apresentou esse detalhamento.

Conclusão

Brian Harley (2009) defendia que os mapas raramente eram lidos nos discursos geográficos do passado como formas de saber socialmente construídos. Contudo, a geografia política e a história do pensamento geográfico os têm vinculado, cada vez mais, ao poder constituído. Carregando juízos de valor, as imagens, entre elas as cartográficas, não são um reflexo passivo da realidade, ao contrário, dialogam constantemente com o mundo social. Nessa acepção, não faz sentido falar de mapas verdadeiros ou falsos, exatos ou inexatos, cientificamente construídos ou ideologicamente deformados, pois é por meio deles que imaginamos, articulamos e estruturamos o mundo. Partindo do princípio de que a cartografia é um produto social, é possível compreender “a que ponto eles se prestam às manipulações por parte dos poderosos na sociedade” (HARLEY, 2009, p. 2)²².

Sendo o conhecimento uma forma de poder, a cartografia não é uma mera reprodução abstrata do entorno na medida em que representa os imperativos de um determinado sistema político. Às vezes produzidos por meio do discurso científico, e muitas vezes como exercício explícito de propaganda, os mapas oficiais estão envolvidos no processo de consolidação do poder do Estado e, quase sempre, são atos de construção/preservação da ordem pública, da propaganda política e da vigilância dos cidadãos.

O presente texto comunga com essa ideia ao tentar demonstrar que os mapas municipais produzidos pela elite intelectual brasileira no contexto do Estado Novo, sob a égide do discurso científico da época e utilizados como instrumento de propaganda nacionalista e de modernização do país, representaram as ambições políticas de Getúlio Vargas para consolidação de um modelo de governo centralizador, autoritário e de forte intervenção do Estado na economia.

No cenário histórico brasileiro da década de 1930, e tendo como pano de fundo os debates travados à época sobre federalismo e nacionalismo centralizador, o presente trabalho analisou as motivações geopolíticas que impulsionaram a confecção das cartas municipais brasileiras em todo o país pelo Decreto-Lei federal nº 311, de 1938. Em seguida, foram analisadas as intrincadas tramas da política mineira daquele contexto histórico e o papel desempenhado pelo estado, à época comandado pelo interventor getulista Benedito Valadares, na consecução desses mapas.

A pesquisa realizada permite inferir que, embora esteja consolidado na mitologia cultural que os mapas oficiais são imagens científicas isentas de juízos de valor, “toda cartografia é uma ficção completa, controlada” (HARLEY, 2009, p. 9) que serve para o Estado impor seu poder de forma imagética e

²² Geógrafo e historiador de Cartografia, o inglês John Brian Harley (1932-1991) estimulou, desde a década de 1980, uma perspectiva que levasse em conta as agendas ocultas do contexto cultural, político e econômico da produção cartográfica. Com grande número de seguidores e também de detratores, suas ideias têm repercussão até os dias atuais. Entre as críticas a Harley, destacam-se os diversos exemplos apontados por Andrews (1994) que contradizem suas generalizações universalistas.

persuasiva. Embora essa generalização seja perigosa e demande estudos mais aprofundados, os mapas municipais demandados deliberadamente pelo Estado Novo, entre eles os de Minas Gerais, parecem corroborar a ideia de que aquelas ações foram símbolos políticos de uma vigilância sutil estatal que intentava favorecer a estrutura social e política pretendida por Getúlio.

Referências

- ANDREWS, John H. **Meaning, knowledge and power in the map philosophy of J. B. Harley**. Dublin: Trinity Papers in Geography, 1994.
- BACAS, Lucas Maia Felipe. **Os liberais e a oposição na Era Vargas (1930-1945)**. 2013. 43 f. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia de conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Angela Maria de Castro *et al.* (coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte dos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CALICCHIO, Vera. Legião Liberal Mineira. In: Abreu, Alzira Alves de *et al.* (org.) **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-liberal-mineira>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva. Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a organização nacional na Era Vargas. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). **O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.37-48.
- CASTRO, Cristóvão Leite de. Atualidade da cartografia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 462-470, jul. 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.
- CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS. **Um século de atividades geocartográficas em Minas Gerais: a história do IGA**. Belo Horizonte, 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=74650>. Acesso em: 17 maio 2023.
- COMENTÁRIOS: exposição de mapas municipais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 248-249, abr. 1940a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n2.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.
- COMENTÁRIOS: exposição nacional de mapas municipais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 448-461, jul. 1940b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n3.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.
- DE BIAGGI, Enali Maria. **La cartographie et les représentations du territoire au Brésil**. 2000. Thèse (Doctorat en Géographie, Aménagement et Urbanisme) – Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Université de Paris III, Paris, 2000.
- FELDMAN, Sarah. As instituições de urbanismo no Brasil: espaços de intermediação entre pensamento e prática. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 7., 2002, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: PPG-AU/UFBA, 2002.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. A exposição nacional de mapas municipais, 1940: a encenação nacionalista da imagem cartográfica. In: SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, 3. 2010, São Paulo. **Memórias do evento** [...]. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <https://3siahc.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/08/maria-do-carmo-3siahc.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

GRANDE, José Carlos Pedro. Mapas municipais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 138-148, jan. 1941. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

HARDY, Georges. **La géographie psychologique**. Paris: Gallimard, 1939.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins*, São Paulo, n. 5, p. 1-24, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>. Acesso em: 11 fev. 2024.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Resolução nº 03 do DC/CNG, de 29 de março de 1938. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resoluções do Diretório Central**. Rio de Janeiro, 1938a. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/images/memoria/publicacoes/Coletanea-Legislacao-IBGE.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Resolução nº 12 do DC/CNG, de 19 de setembro de 1938. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resoluções do Diretório Central**. Rio de Janeiro, 1938b. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/images/memoria/publicacoes/Coletanea-Legislacao-IBGE.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LIRA NETO. **Getúlio**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MAPAS municipais: o que fez o estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 651-657, out. 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n4.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

MAPAS municipais: pela Secretaria Nacional do Conselho. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 80-94, jan. 1939. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 1-15, 1993.

MINAS GERAIS. **Decreto-Lei nº 483, de 19 de setembro de 1939**. Aprova o Regulamento do Departamento Geográfico e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 1939. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/483/1939/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 11-35.

PEIXOTO, E. R.; PALAZZO, P. P.; DERNTL, M. F.; TREVISAN, R. (org.). Municipalismo e a reforma do Estado no primeiro governo Vargas: entre o "ruralismo" e o "urbanismo". In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 13., Brasília, 2014. **Anais** [...]. Brasília: FAU-UnB, 2014. Disponível em: <https://shcu2014.com.br/poster/206.html>. Acesso em: 2 fev. 2024.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. (Memória institucional, 4).

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Berkely: University of California Press, 1967.

SCHWARTZMAN, Simon. Benedicto Valladares: tempos idos e vividos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 151-153, 1969.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. *In*: CARVALHO, Maria Alice Rezende de; LESSA, Renato (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, setembro de 2025

Políticas públicas de desenvolvimento econômico na fronteira de Mato Grosso do Sul/MS	Cláudia Heloiza Conte Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
---	---

Resumo

O presente trabalho busca reunir as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento econômico da faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Este exercício permite analisar e compreender a dinâmica dessa área do país, que por suas características geográficas e sociais torna-se singular em detrimento do restante do território nacional. Trata-se de um espaço marcado por um processo lento de colonização e desenvolvimento econômico, distante dos grandes centros nacionais. De uma forma geral, a implementação de políticas específicas para a faixa de fronteira é recente e data do final do século XX, quando do redirecionamento de investimentos para esta área. No Mato Grosso do Sul, em especial, verifica-se algumas ações em termos de políticas e programas de âmbito nacional e estadual. Apesar disso nota-se que, efetivamente, poucos foram os resultados concretos, seja por corte orçamentário ou por descontinuidade política.

Palavras-chave: Políticas públicas; Desenvolvimento; Economia; Fronteira; Mato Grosso do Sul.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, setembro de 2025

The formation of public policies for economic development of Mato Grosso do Sul's border strip	Cláudia Heloiza Conte Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
--	--

Abstract

The present work seeks to bring together public policies at the economic development of Mato Grosso do Sul's border strip. This exercise makes it possible to analyze and understand the dynamics of this area of country, which due to its geographic and social characteristics, becomes unique to the detriment of the rest of national territory. It is a space marked by a slow process of colonization and economic development, far from large national centers. In general, the implementation of specific policies for the border strip is recent and dates back to the end of 20th century, when investments were redirected to this area. In Mato Grosso do Sul, in particular, there were some actions in terms of policies and programs, at the national and state levels. Despite this, it is noted that there were actually few concrete results, whether due to budget cuts or political discontinuity.

Keywords: Public policy; Development; Economy; Border; Mato Grosso do Sul.

Introdução

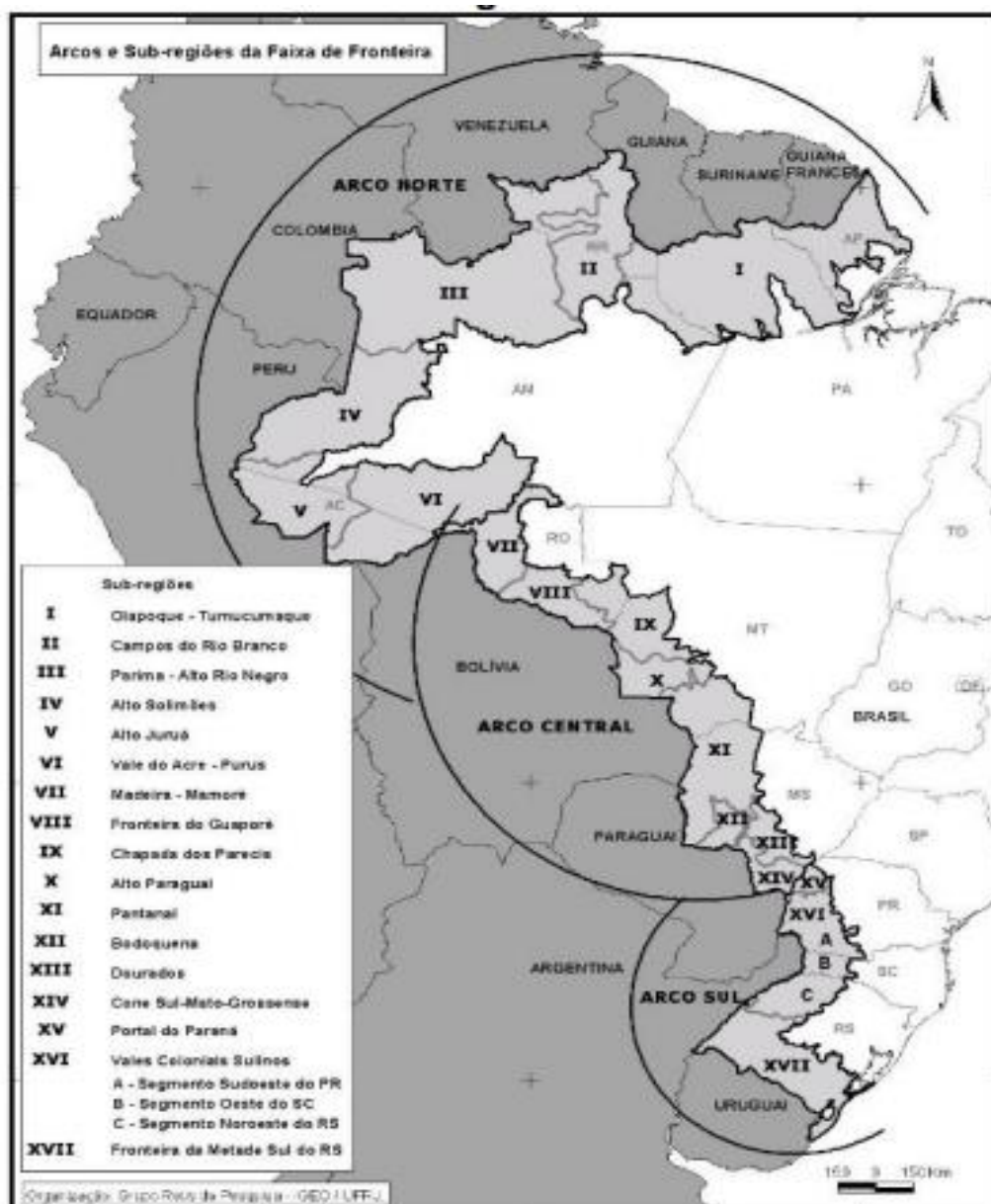
Foi na década de 1930 que ocorreu a ampliação da faixa de fronteira, passando de 100 para 150 quilômetros a partir do limite territorial (Nunes, 2013). Neste sentido, a faixa de fronteira brasileira conta com cerca de 15,7 mil quilômetros de extensão, estende-se por 11 estados, incorpora 588 municípios e faz fronteira com outros 12 países. A lei 6.634/1979 consolidou essa demarcação, declarando-a como estratégica e indispensável para a segurança nacional. Essa lei instituiu um conjunto de restrições em relação à posse de terra e ao estabelecimento de indústrias.

A lei condiciona também a autorização prévia da União para a exploração de serviços de radiodifusão, construção de pontes, estradas internacionais e de campos de pouso, de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos naturais (Brasil, 1979). A Constituição Federal de 1988, por sua vez, através do artigo 20, parágrafo 2º, alterou a perspectiva quando explicitou que, “a faixa de até 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (Brasil, 1988).

A faixa de fronteira é caracterizada pela baixa densidade demográfica, resultante do processo histórico de concentração do desenvolvimento nas regiões litorâneas e centrais do país, bem como pelas grandes distâncias destas regiões, colaborando com a povoação tardia desta área. Foram tardios também os incentivos para a sua ocupação territorial, que teve início, por exemplo, com o Programa Calha Norte e Marcha para Oeste, os quais contribuíram no processo, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste.

No Mato Grosso do Sul, 44 dos 79 municípios encontram-se na faixa de fronteira, representando mais de 55% de seu território. A faixa está localizada no arco central e faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai, como mostra a figura 1.

FIGURA 1 – Arcos da Faixa de Fronteira



Fonte: Brasil (2005).

Machado (2005) evidencia que, a faixa de fronteira constitui uma região de necessidades urgentes, carente de ações que efetivamente promovam seu desenvolvimento. Em relação as políticas públicas de desenvolvimento econômico para a faixa de fronteira, é importante salientar que as duas primeiras décadas depois de sua delimitação, as políticas foram direcionadas para a segurança e defesa, inserida na concepção de instituir uma área de restrição (Neves et al, 2016).

A implementação de políticas específicas direcionadas para a fronteira, bem como a integração

nacional a partir dos ministérios do governo federal, é recente. Estas medidas datam do final do século XX, quando foram redirecionados investimentos para a faixa de fronteira. Para melhor compreender como se deu esse processo, o trabalho está dividido em duas partes, exceto introdução e considerações finais. Inicialmente será realizada uma abordagem sobre as primeiras ações no sentido da construção das políticas públicas.

Gênese das políticas públicas de desenvolvimento econômico na faixa de fronteira

No espaço que hoje compõe o estado de Mato Grosso do Sul, as primeiras ações estatais datam do século XVIII. Tais ações tinham caráter geopolítico, que objetivavam “garantir as fronteiras” com alinhamento aos propósitos econômicos no sentido de proteger as jazidas e os caminhos de passagem até as minas de Cuiabá, descobertas naquele século (Santos; Missio, 2020). Foi, inclusive, neste movimento que ocorreu a criação do Forte de Corumbá, em 1778, do Forte Coimbra, em 1775 e do Forte de Miranda, em 1797. No entanto, foi apenas na primeira metade do século XIX que a pecuária bovina se tornou a principal atividade econômica nesta área.

A participação estatal no processo de desenvolvimento do sul de Mato Grosso foi sendo ampliada lentamente, com destaque para as políticas de integração do território nacional. Tratava-se, por exemplo, de ações como a implantação das linhas telegráficas no início do século XX, e especialmente da construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, ligando Corumbá a Bauru.

Mais tarde, com o programa Marcha para Oeste, ocorreu a criação da Fundação Central, em 1943, e do projeto Colônia Agrícola de Dourados, em 1948. Destaque deve ser dado à segunda metade da década de 1960, quando foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, em substituição a Fundação Brasil Central. Foi neste contexto que projetos foram desenvolvidos com o direcionamento para o atual território de Mato Grosso do Sul.

Em relação a Sudeco é importante frisar que esta encontrava-se vinculada ao Ministério do Interior, atuando nos estados de Goiás, Mato Grosso e no Território Federal de Rondônia. Como a Sudeco incorporou a Fundação Brasil Central, trouxe consigo seu patrimônio e alguns de seus serviços, como a administração de hospitais e escolas.

Contudo, seu objetivo central era a efetivação de programas, pesquisas e levantamentos econômicos da região. Nesta perspectiva, tem-se o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE, no contexto do I Programa Nacional de Desenvolvimento - PND. O Prodoeste procurava ampliar a rede rodoviária com vistas à ligação com os principais centros do país. Os investimentos contemplaram trechos da BR-163 (Rondonópolis-Campo Grande-Dourados), da BR-262 (Campo Grande-Aquidauana-Corumbá)

e da BR-376 (Dourados-Paranavaí) (Brasil, 1971). Para Le Boulegat (2000), a partir da ampliação das rodovias com o Sudeste, houve crescimento da produtividade agrícola no sul de Mato Grosso.

A autora aponta ainda que, a Prodoeste foi uma referência para que a Sudeco pudesse elaborar o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste – PLADESCO. Entre as metas estabelecidas consta a elevação da participação da indústria na constituição do PIB, de 5,5% para 10% até o final da década de 1970 (Sudeco, 1973). Duas áreas foram contempladas neste programa, o eixo Campo Grande-Dourados e a área de Corumbá, ou seja, inseridas na Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul.

As diretrizes para a primeira área eram a tecnificação da produção, a industrialização da produção e o desenvolvimento urbano, enquanto para Corumbá constava a tecnificação da pecuária e a industrialização da carne. Na sequência, foram lançados os programas especiais como o Prodepan e o Prodegran. O primeiro foi destinado à construção da rodovia transpantaneira, bem como investimentos na pecuária; apesar disso, Abreu (2001) evidencia que não foram finalizados de forma íntegra.

Para Pereira (2013), o Prodegran foi o mais exitoso dos programas, já que estimulou a agricultura da região, com expansão, incentivos ao aumento da produtividade, introdução de novas culturas, modernização das práticas de comercialização e criação de agroindústrias. A Sudeco teve um papel importante no desenvolvimento do Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul, no entanto, sua influência foi restrita, já que as ações dependiam em grande parte de capital estrangeiro. Para Abrita e Silva (2017), esse foi um dos motivos que promoveu a extinção da Sudeco, em 1990.

Corrêa (2019), neste contexto destaca a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE e do Plano de Metas, nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, respectivamente. Estas políticas tiveram seguimento nos governos militares através do Plano de Ação Econômica do Governo, entre 1964 e 1966, do Plano Estratégico de Desenvolvimento, entre 1968 e 1970, com a criação das superintendências regionais, bem como através do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND I e II, entre 1970-1974 e 1975 e 1979.

No que diz respeito ao contexto regional, a materialização de Mato Grosso do Sul como fronteira agrícola, foi direcionada pelas políticas dos governos militares como papel fundamental para o povoamento e crescimento econômico. “Tratava-se de uma reorganização da agricultura brasileira e, consequentemente, da agricultura do Sul-mato-grossense, no sentido do avanço da fronteira agrícola, no dizer da SUDECO, mas que estava subordinada à indústria” (Abreu, 2001, p.70).

Apesar de estar presente nos debates públicos há mais de três décadas, os resultados, no que diz respeito a mudanças da realidade fronteiriça, são limitados. Belarmino e Vieira (2022) apontam que, no decorrer deste período, vários planos, projetos, comissões, grupos e núcleos foram criados, resultando na

elaboração de planos e políticas direcionados ao desenvolvimento dos municípios de fronteira, no entanto, a maior parte não saiu do papel. Das ações que tiveram início, parte não teve andamento, ou então, quando realizadas, alcançaram poucos resultados. É a partir da Constituição Federal de 1988 que se verifica uma maior atenção à necessidade de elaboração de políticas públicas para a faixa de fronteira, como será discutido na próxima parte.

As políticas públicas de desenvolvimento econômico pós-1988

Entre 1985 e 1995 não houve políticas de desenvolvimento regional de forma expressiva. Destaque para a promulgação da Constituição em 1988, especialmente do artigo 159, onde foram instituídos os Fundos Constitucionais de Financiamento, entre eles, o Fundo do Centro-Oeste – FCO. Apesar disso, Cintra (2007) mostra que tais fundos foram criados mais com a perspectiva de compensação das fragilidades financeiras dos estados e municípios do que efetivamente de desenvolvimento regional.

Na Constituição foi estabelecido que os programas de continuação deveriam estar presentes nos planos plurianuais. Assim, o processo de retomada do planejamento do desenvolvimento regional de ordem governamental ocorre a partir do Plano Plurianual – PAA, de 1996/1999 (Freitas, 2012).

É nesta perspectiva que, em 1996 é lançado o Programa Brasil em Ação. O programa teve 42 empreendimentos, onde 16 estavam direcionados para a área social e 26 para a infraestrutura. No Mato Grosso do Sul foram três os projetos: recuperação das BR – 364 e 163, construção da Ferronorte e a conclusão da hidrovía Tietê-Paraná (Brasil, 1998). Especificamente na área de fronteira, foi lançado o projeto de implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia, com Corumbá sendo uma das pontas do gasoduto.

Com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o programa Avança Brasil, que posteriormente transformou-se no Plano Plurianual 2000/2003, com o aprofundamento das diretrizes da política anterior. Neste mesmo período foram criados os fundos estaduais, que objetivavam a promoção do desenvolvimento através do fundo de desenvolvimento do sistema rodoviário de Mato Grosso do Sul – FUNDERSUL e do Fundo de Investimento Social – FIS.

Para Abreu (2001), neste período as políticas regionais passaram a ser mais direcionadas para a implementação de complexos agroindustriais no estado, ou seja, a consolidação do avanço da fronteira agrícola possibilitou novas articulações produtivas, como a diversificação de produtos – avicultura, suinocultura e a pecuária bovina, as quais integram a produção de grãos para o abastecimento dos mercados interno e externo. Foi nesta perspectiva que se deu a industrialização da soja, da carne, do álcool e da cana-de-açúcar nas décadas de 1990 e 2000 (Abreu, 2001).

A partir de 2003, com o primeiro governo Lula, houve uma retomada das ações voltadas à

diminuição das desigualdades regionais e sociais. Neste sentido, ocorreu a reativação da SUDENE, da SUDAM e da SUDECO, bem como a reorientação do Fundo Constitucional de Financiamento (FNO, FNE e FCO) e dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE), a promoção de programas mesorregionais pelo governo federal (PROMESO, CONVIVER, PDFF, PDSA), incluídos nos Planos Plurianuais de 2004-2007 e de 2008-2011 e sobretudo, a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, em 2007 (Gumiero, 2017).

A PNDR elaborou três planos macrorregionais, englobando o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO), com previsão de investimentos de R\$ 147,34 bilhões de reais entre 2007 e 2010 (Santos; Missio, 2020). Neste sentido, foram escolhidas as sub-regiões estratégicas e prioritárias para compor o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Semac, 2012). Foi nesta conjuntura que lançaram os Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável de 2025 – PRDS/MS, criado em 2004, e o Plano de Desenvolvimento Regional – PDR-MS, 2030, elaborado em 2010.

O principal objetivo da PNDR estava relacionado com a busca pela redução das grandes desigualdades em termos de nível de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre as unidades territoriais ou regionais do Brasil. Diante disso, a política foi mantida em dois pilares: a sustentação de uma trajetória de minimização das desigualdades regionais e a exploração dos potenciais endógenos das bases regionais de desenvolvimento.

Seguindo o objetivo de diminuir as desigualdades e potencializar o desenvolvimento, foram criados na PNDR quatro objetivos específicos: assegurar as regiões com condições necessárias de crédito, tecnologia, infraestrutura, etc., promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos, assim como a melhoria da qualidade de vida; consolidar as organizações sócio produtivas regionais e estimular a exploração das potencialidades sub-regionais, que resulta da diversidade socioeconômica ambiental e cultural do país (Brasil, 2007).

Entre 2012 e 2013, o Ministério da Integração Nacional promoveu debates para a reformulação e a criação de uma nova política regional, definida como PNDR II (Alves; Rocha Neto, 2014). Os principais objetivos da PNDR II foram sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais e a criação de condições de acesso justo e com equilíbrio aos bens e serviços públicos. Para a faixa de fronteira, a política reafirmou o tratamento espacial multiescalar em âmbito regional, sendo prioritária para as ações de programas específicos em suas sub-regiões.

A PNDR II classificou como prioritárias três regiões espaciais: o semiárido brasileiro, a região integrada de desenvolvimento do entorno do Distrito Federal – RIDE e a faixa de fronteira. Apesar das proposições e debates, Cano (2017) afirma que parte das alterações ocorridas nas regiões do Brasil foram pouco assistidas pela PNDR. Neste sentido acrescenta que, a política tem sido mais influenciada pelo

contexto externo, pela política macroeconômica e pelos resultados de políticas implícitas, a exemplo dos programas de transferência de renda, de interiorização do ensino superior federal, de ampliação de crédito, etc. Para Corrêa (2019), avaliar a PNDR é desafiador, pois nela atuam políticas de distintas naturezas. É complexo também porque perpassa pelas ligações entre o governo federal e demais unidades federativas.

De forma concomitante à elaboração da PNDR, o Ministério da Integração, via Secretaria de Programas Regionais em parceria com o Grupo Retis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicou em 2005 uma proposta de reestruturação do Programa Social da Faixa de Fronteira – PSFF. O objetivo de tal reestruturação foi de verificar a distribuição dos recursos do PSFF-PDFF, o qual não contava com diretrizes claras e não considerava as desigualdades econômicas e sociais das sub-regiões da faixa de fronteira (Machado *et al.* 2006).

Nessa discussão é importante frisar que, foi apenas na década de 1990 que a secretaria de assuntos estratégicos da Presidência da República, mesmo que timidamente, assumiu uma iniciativa de apoio aos municípios da faixa de fronteira através do Programa de Auxílio Financeiro dos Municípios da Faixa de Fronteira – PAFMFF. Em 1999 é formado o Programa Social da Faixa de Fronteira, na perspectiva da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional – SDR/MI. Após 2003, o programa recebeu o nome de Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF.

O Ministério da Integração Nacional, dentre suas atribuições estabelecidas no final da década de 1990, estava responsável por ações que objetivavam a reversão do quadro de desigualdade e de exclusão das regiões brasileiras e de suas populações. Com a reorganização do Ministério em 2003, foi criado o Departamento de Desenvolvimento Regional, subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

Em suas atribuições estava incluída a implementação, em articulação com demais órgãos públicos, de programas, projetos e ações de geração de emprego e renda nas áreas de menor dinamismo socioeconômico da região Centro-Oeste, incluindo a faixa de fronteira (Decreto 4.649/2003). Em 2011, no entanto, os assuntos relativos à fronteira foram redirecionados para o Departamento de Gestão de Programas de Desenvolvimento Regional, o qual tinha por objetivo a implementação, avaliação e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento fronteiriço (Prado, 2019).

A avaliação dos primeiros quatro anos do Programa (1999-2002) apontou que as verbas e convênios concentraram-se em poucas regiões, especificamente no Acre, Rondônia e Noroeste do Rio Grande do Sul, e estiveram voltados para infraestrutura urbana e pequenas obras públicas (Brasil, 2005).

Concluída em 2005, a proposta de reestruturação do PDFF indicou os novos caminhos para os investimentos federais nesta área, através da regionalização em arcos e sub-regiões, bem como uma agenda política com estratégias fundamentadas na centralidade das cidades-gêmeas e em arranjos produtivos

transfronteiriços. A proposta apontou novos parâmetros para a ação estatal na faixa de fronteira, e neste sentido, inicialmente foi sugerida a renovação da base conceitual, sobretudo dos conceitos de território, territorialidade, rede, região e regionalização.

As bases conceituais do PDFF convergem com a PNDR em relação ao fato de que, as desigualdades territoriais devem ser consideradas entre a interação do poder público com a sociedade civil. A partir, portanto, do levantamento dos indicadores de desenvolvimento econômico e identidade cultural, a tipologia das sub-regiões proposta para o PDFF foi uma macro divisão da faixa de fronteira em três grandes arcos: Arco Norte, contemplando os estados do Amapá, Pará, Amazonas, Acre e Roraima; Arco Central, que conta com os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o Arco Sul, que engloba os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (figura 1).

Com essa divisão posta, foram propostas as sub-regiões de cada um dos arcos. Neste sentido, considerou-se a base produtiva e a identidade cultural (Machado *et al*, 2006). Os municípios de fronteira enquadram-se na condição de estagnados ou baixa renda e diante disso, a faixa de fronteira brasileira recebeu atenção na proposta do PNDR. Deste modo, desde a institucionalização da PNDR, o PDFF foi incluído na busca pela integração sul-americana, proposta pela PNDR (Corrêa, 2019).

Ainda em relação as definições da proposta de reestruturação, deve-se apontar que as 14 sub-regiões foram compostas por 588 municípios da faixa de fronteira, enquadrados em lindeiros e não lindeiros. Os municípios lindeiros subdividem-se em três grupos: aqueles em que o território e sede localizam-se no limite internacional, com conurbação ou semi-conurbação urbana com uma cidade do país vizinho; municípios com território limítrofe com o país vizinho, mas a sede não está localizada no limite internacional, e municípios que fazem divisa com o país vizinho, mas sua sede está fora da faixa de fronteira. O grupo dos municípios não lindeiros, por sua vez, caracteriza-se por ser constituído por municípios com sede na faixa de fronteira e municípios com sede fora da faixa de fronteira (Brasil, 2005).

As distintas áreas fronteiriças foram caracterizadas a partir de uma tipologia de interações transfronteiriças, ou seja, zona tampão, margem, frente, capitar e sinapse (Brasil, 2005). A publicação, resultado da pesquisa, mostra uma extensa e profunda caracterização deste espaço através da sistematização de dados, de mapeamento e das análises. “A partir dos problemas identificados na zona de fronteira e do marco legal vigente (legislação brasileira e acordos binacionais), foi elaborada uma proposta de agenda com diretrizes para a atuação institucional na faixa de fronteira” (Neves *et al*, 2016, p.24).

O principal objetivo do PDFF é de promover o desenvolvimento da faixa de fronteira através de sua estruturação social, física e produtiva, com destaque para a intensificação das potencialidades locais e na articulação com demais países da América do Sul. A fim de alcançar o objetivo central, foram elaborados quatro objetivos que se alinham as diretrizes da PNDR, envolvendo a promoção do desenvolvimento

territorial. Assim, a proposta engloba a infraestrutura econômica, social, institucional e produtiva, com a manutenção da organização do território e da coesão das sociedades locais.

O primeiro objetivo específico é o de fortalecimento institucional, que busca ações de políticas na região de fronteira no sentido de fortalecer as sub-regiões que possuem elementos sociais e econômicos semelhantes. O segundo trata do desenvolvimento econômico integrado, considerando este o caminho para a melhoria na qualidade de vida da população e na integração regional. Os mecanismos estão relacionados com as bases produtivas locais, com qualificação profissional, capacitação e incentivo ao empreendedorismo, incentivo à formação de linhas de crédito, investimentos em infraestrutura, etc.

Já o terceiro objetivo diz respeito a cidadania, que no programa é anunciada como a ativação das potencialidades locais, passando pela relevância da compreensão do desenvolvimento da cidadania, que considera o fato de que a população destas áreas tem dificuldades no ato de exercer seus direitos e consequentemente desenvolver suas potencialidades. E por fim, o quarto objetivo trata do marco regulatório, ou seja, inserir as singularidades da fronteira na formação de uma base legal. Os instrumentos pensados no PDFF abordam a necessidade de estudos sobre acordos e regras bilaterais que possibilitem levantar as prioridades dos países envolvidos na integração fronteiriça.

Em 2008 foi criado o Grupo de Trabalho Inter Federativo - GTI, para realizar uma gestão integrada da faixa de fronteira, o que se tornaria o início da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF. Dois anos depois, o GTI elaborou um documento com orientações para as políticas federais destinadas a faixa de fronteira. Trata-se de uma retomada dos fundamentos da Proposta de Reestruturação (2005), com atualização de alguns dados.

As bases elencam onze ações do governo federal, as fontes de financiamento, os acordos binacionais, o marco legal e as novas propostas de legislação. Além disso, foi introduzido um modelo de gestão, onde o articulador central seria a CDIF (Neves *et al*, 2016). Mesmo com uma agenda extensa em termos de ações estruturantes propostas, o maior avanço desde 2010 foi a consolidação desse próprio modelo, onde a CDIF se torna a principal ferramenta de articulação das políticas destinadas a faixa de fronteira.

Nesta perspectiva, a CDIF corresponde a continuidade das políticas de desenvolvimento regional oriundas do PDFF, mas também o fim do PDFF enquanto um programa. A constituição da CDIF encaminha-se no sentido da agenda de fortalecimento institucional, proposta em 2005, mas com adequações, a exemplo da troca dos fóruns e planos de desenvolvimento sub-regionais pelos núcleos e planos estaduais.

O estabelecimento da CDIF se deu apenas em março de 2011, tendo como iniciativa, a organização dos agentes locais dos municípios e estados fronteiriços em núcleos estaduais de fronteira, bem como a

elaboração dos Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – PDIF. Os núcleos estaduais são os interlocutores da CDIF no estado, sistematizando as demandas locais e analisando as propostas de ação, com a elaboração dos planos regionais.

A CDIF atua também através dos seis grupos de trabalho, os quais estão ligados aos ministérios a partir de seu tema. O GT1 trata das escolas binacionais de fronteira e do instituto técnico de fronteira, o GT2 diz respeito à saúde na fronteira, o GT3 trata da infraestrutura, o GT4 do funcionamento integrado do controle fronteiriço, enquanto o GT5 aborda a inclusão produtiva e o GT6 a segurança pública e a fiscalização na fronteira. A construção dos PDIFs estaduais resultou na elaboração de uma agenda para os três arcos fronteiriços. A partir das ações encaminhadas, a Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, montou o Plano Brasil Fronteiras, o qual, no entanto, não teve seguimento enquanto política pública.

A partir das orientações da CDIF, foi criado, no Mato Grosso do Sul, o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do MS – NFMS (Decreto nº13.303, de 22 de novembro de 2011). Foram as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, juntamente com a do Desenvolvimento Agrário, da Produção, Indústria, Comércio e do Turismo, as responsáveis pela coordenação das ações de desenvolvimento da região de fronteira. Com os estudos do NFMS, foi criado em 2012, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul – PDIF-MS, o qual abrange as diretrizes da PNDR e do PDFF.

Para Corrêa (2019), a criação do PDIF-MS foi resultado, também, do Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso do Sul – PDR-MS 2023, publicado em 2009 e orientado pela PNDR e pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste – PCDO. Especificamente para a área de fronteira do estado, buscou fortalecer os municípios no sentido de amenizar a distância em termos econômicos entre a fronteira e as demais regiões de Mato Grosso do Sul.

O autor aponta ainda que, a coordenação do PDIF-MS encontra-se sob responsabilidade da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul – SEMAGRO. No entanto, os últimos registros em relação as atividades do programa foram publicados no final de 2013. Trata-se do III Encontro Anual de Núcleos Estaduais de Fronteira, que ocorreu em Corumbá/MS. O mesmo uniu representantes dos estados fronteiriços brasileiros com o objetivo de definir o planejamento do uso de recursos para os programas participantes na PNDR. O quadro 1, a seguir, apresenta de forma resumida as políticas públicas ligadas ao desenvolvimento da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul.

Quadro 1- Políticas Públicas ligadas ao Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Nacional e Estadual (MS).

Planos Plurianuais (PPA's)	Esfera Federal	Esfera Estadual
1996-1999	Programa Social da Faixa de Fronteira (PSFF), pouco articulado e com investimento pontuais e ineficientes.	Criação de Grupos de Pesquisas sobre a Fronteira.
2000-2003	Formulação de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) a partir de 2003 e reformulação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, (em 2005) para Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).	--
2004-2007	Em 2007 é instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) é inserido na PNDR. Também é elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do CentroOeste (PDCCO) seguindo as diretrizes propostas pela PNDR.	Criação do CAF- Comitê de Articulação Federativa. Criado em 2003 por um protocolo de cooperação federativa, foi instituído oficialmente em 2007, pelo Decreto Federal 6.181.
2008-2011	Em 2010 é criada a Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (CDFF);	Em 2011 é instituído o Núcleo de Integração da Faixa de Fronteira de MS (NFMS) originado de grupos de trabalho da CAF.
2012-2015	Reformulação da PNDR com a orientação da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR). A proposta de reformulação seguiu para o Congresso no intuito de transformá-la em Política de Estado. Ações pontuais do PDFF até 2013.	Em 2012 é elaborado o Plano Integrado de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIF-MS) cuja implementação ocorreu em 2013. Poucos avanços constatados, apenas na área de Defesa.
2016-2019	A PNDR enfraquece com a falta de um Fundo Constitucional próprio e da morosidade para aprovação de se transformar em uma Política de Estado	Criação do Programa Fomentar Fronteiras (PFF) pelo Governo de MS sem vínculos com os Programas federais ou estaduais.

Fonte: Corrêa (2019).

No contexto do estado, o Programa Fomentar Fronteiras – PFF, criado em 2014, não tinha relações claras de institucionalidade com os programas federais e/ou estaduais da faixa de fronteira. Com o Decreto 10.090/2014, o governo estadual deu prioridade para a faixa de fronteira com o Paraguai. No documento evidencia-se a necessidade da promoção do desenvolvimento econômico e social dos municípios através

de incentivos de benefícios fiscais ao comércio e estabelecimentos industriais, desde que as mercadorias fossem fabricadas no Paraguai e comercializadas no Brasil.

I-estabelecimentos comerciais atacadistas localizados na região de fronteira internacional; II -estabelecimentos industriais localizados no Estado, beneficiários de incentivos fiscais obtidos com base na Lei Complementar Estadual nº 93, de 5 de novembro de 200148, ou na Lei Estadual nº 4.049, de 30 de junho de 2011; III-exclusivamente, produtos acabados industrializados no Paraguai, que transitem pelos estabelecimentos a que se referem os incisos I e II deste parágrafo. 2º Para efeito do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, considera-se região de fronteira internacional o território do Estado compreendido pelas áreas dos Municípios de Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Japorã, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas (Mato Grosso do Sul, Decreto 14.090/2014).

O PFF optou por incentivar o comércio atacadista e industrial através de concessões de benefícios fiscais para operações com mercadorias industrializadas advindas do Paraguai. Apesar disso, Corrêa (2019) evidencia que não é perceptível no programa quais seriam as possibilidades desses incentivos para a base social dos municípios. A criação do PFF buscava a promoção do comércio entre os municípios fronteiriços com o Paraguai, considerando o interesse do estado na efetivação de empreendimentos econômicos na região de fronteira e a possibilidade de estabelecer estes via benefícios fiscais.

Nesta perspectiva comercial e de acordo com a norma advinda do Projeto de Lei 6.316/09, se deu a autorização para a criação de lojas francas (*free shops*) nas cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira do Brasil. A ideia, de acordo com Lima (2017), é a potencialização do desenvolvimento econômico e social das cidades de fronteira a partir de suas próprias características geográficas e históricas. O projeto trouxe como objetivo central a autorização para a abertura de lojas francas nas cidades cortadas por rodovias federais e que se encontram na faixa de fronteira.

Deve-se frisar que, lojas *free shop* comercializam produtos nacionais e importados com preços mais atraentes que os praticados no Brasil. Neste sentido, há benefício em termos turísticos, especialmente para os setores de hotelaria e alimentação, por outro lado, ocorre prejuízo ao comércio local, que não tem suporte para concorrer, resultando no fechamento de lojas e redução no quadro de empregos. Trata-se de uma temática que carece de maior aprofundamento em termos sociais e econômicos.

Retornando a discussão sobre os planos plurianuais, Neves *et al* (2016) evidenciam que, dos planos de 2004 a 2015, o governo federal manteve apenas o PDFF como programa específico para a faixa de fronteira. O orçamento de 2009 totalizou R\$ 337.766.462,00, ou seja, 2,6% do orçamento do Ministério da Integração, sendo ainda, 90% dos recursos oriundos de emendas parlamentares. Exceto alguns municípios de médio e grande porte, situados na faixa de fronteira, os municípios fronteiriços tem dificuldades institucionais para formular e habilitar projetos com convênios federais. Neves *et al* (2016, p.24) explicitam que, as verbas destinadas ao PDFF entre os anos de 2006 e 2013 apontam essa dificuldade e exemplificam:

Quando observamos a diferença entre a Dotação Inicial do PDFF e os valores pagos. Entre 2006 e 2011, foram R\$ 923 milhões de Dotação Inicial, com 75,3% Autorizado e 42,9% Empenhado/Liquidado. O que consta como Pago ou Restos a Pagar Pagos entre 2006 e 2013 é o valor de R\$ 70.178.999,00 (7,6% da Dotação Inicial).

Em relação ao Plano Plurianual 2012-2015, este incorporou os programas e ações federais em 65 políticas estratégicas. Neste sentido, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira foi diluído dentro da Política de Integração Sul-Americana, especificamente no objetivo de estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões incluídas na faixa de fronteira através de políticas públicas que considerem sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração sul-americana.

De acordo com Neves et al (2016), a avaliação publicada em 2014 não apresenta avanços consideráveis. O Plano Brasil Fronteiras não foi concretizado, ou seja, apesar do esforço da CDIF para a articulação interministerial, considerando o desenvolvimento de políticas públicas para a faixa de fronteira, o contingenciamento de gastos e a pouca prioridade destinada as políticas de desenvolvimento regional e de integração sul-americana neste período, prejudicaram o alcance de resultados efetivos da CDIF.

Com o encerramento do PDFF a partir do PPA 2012-2015, as verbas direcionadas ao programa referem-se somente ao Restos a Pagar Pagos em 2012 e 2013. De acordo com Neves, Silva e Monteiro (2019), no último período (2016-2019) houve uma importante diminuição nos recursos e com isso o PNDR se enfraqueceu.

Trata-se de um processo que já vinha ocorrendo desde 2006, quando foram aprovados R\$923 milhões e foram autorizados 75,3% do valor e apenas 42,9% efetivamente pagos. Os autores apontam ainda que, a partir do PPA de 2011-2015, o PDFF foi encerrado no orçamento público, e na opinião dos autores, como mencionado anteriormente, o programa foi diluído em uma proposta de integração da América do Sul, com a permanência dos objetivos de estimulação do desenvolvimento econômico e social, bem como da integração das regiões que se encontram na faixa de fronteira.

Em 2019, a PNDR foi revisitada através do Decreto 9.810, que estabelece como finalidade a “redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população” (Brasil, 2019). O decreto prevê que, a PNDR seria implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, que substitui o Ministério da Integração, onde os planos regionais de desenvolvimento, voltados para a Amazônia, para o Centro-Oeste e para o Nordeste seriam assinalados enquanto ferramentas de planejamento da PNDR.

Verifica-se que o novo decreto prioriza o desenvolvimento econômico, haja vista que, em seus objetivos expressa a geração de renda para a melhoria da qualidade de vida, em especial nas regiões com

especialização na produção de commodities agrícolas e minerais. Para Silva (2021), o instrumento legal mantém a faixa de fronteira como sub região especial para a atuação estatal coordenada, prevendo o uso do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional como base para viabilizar a “cooperação internacional com vistas a integração de políticas brasileiras e dos países da América Latina e do Caribe” (Brasil, 2019).

Como iniciativa da PNDR, o MDR editou a Portaria 3.227/2020 que estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI), com o objetivo de fortalecer os municípios da faixa de fronteira, com especial atenção às cidades gêmeas. Com evidente foco na área econômica e de gestão pública, o programa estabelece como eixos setoriais: i) desenvolvimento produtivo; ii) infraestrutura econômica e urbana; iii) desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e iv) - fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos. São objetivos do programa, conforme seu Art. 5º: I - buscar a ação articulada das políticas públicas setoriais do Ministério do Desenvolvimento Regional na faixa de fronteira para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais; II - apoiar as medidas de ordenamento, gestão territorial e desenvolvimento urbano na faixa de fronteira, com alternativas que oportunizem vantagens competitivas; III - estimular o empreendedorismo, o cooperativismo e a inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, de forma a integrá-los a sistemas regionais, nacionais, transfronteiriços e globais; IV - promover a inovação tecnológica nas atividades produtivas; e V - fortalecer as capacidades de gestão dos Municípios com estratégias de desenvolvimento territorial/local por meio da indução de arranjos socioprodutivos intermunicipais (Silva, 2021, p.28).

Silva (2021) acrescenta que, os trabalhos mais recentes do MDR e outros ministérios, em termos de fronteira, foram publicados nas atas das reuniões e no relatório de atividades da CDIF 2019-2020. Cabe a CDIF a definição dos critérios de ação governamental conjunta para o desenvolvimento e integração na área abrangida pela faixa de fronteira, a fim de estimular a integração das políticas públicas e a parceria com os demais entes públicos para a promoção da complementaridade das ações.

Além disso, a CDIF é responsável por propor ações no sentido do desenvolvimento regional na área de fronteira e na integração sul-americana, pela articulação das ações com o comitê executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, pela apresentação de planos regionalizados e pela emissão de pareceres e recomendações sobre questões do desenvolvimento regional na faixa de fronteira (Brasil, 2019).

Apesar dessa tentativa de retomada das políticas públicas federais destinadas a faixa de fronteira a partir de 2019, na prática não foi verificada nenhuma ação efetiva e as atenções voltam-se para o novo governo Lula, iniciado em 2023.

Considerações Finais

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) foi criado no sentido de ativar as

políticas de governo na faixa de fronteira e de possibilitar a melhoria da qualidade de vida da região através da estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais, do apoio a implantação de infraestrutura complementar, social e produtiva, ao apoio de empreendimentos produtivos, a organização social e do associativismo na faixa de fronteira, além da formação de agentes para o desenvolvimento integrado e sustentável na faixa de fronteira .

Na área do desenvolvimento econômico, o PDFF conferiu relevância aos arranjos produtivos locais (APL), via capacitações em gestão pública, investimento e concessão de crédito, e de articulações transfronteiriças. Nesta perspectiva, a PNDR apresentou inovações no processo operacional, como os recortes regionais e a criação de programas específicos para alcançá-los.

Apesar da busca por soluções, tanto o PDFF quanto os demais programas com foco nas regiões de fronteira perderam o fôlego a partir das restrições orçamentárias, descontinuidade política, entre outros aspectos. Essa realidade se mostra como preocupante, haja vista as necessidades urgentes em termos econômicos na faixa de fronteira e carece de políticas mais efetivas, que considerem as particularidades desta área tão importante para a formação territorial brasileira e para a integração sul-americana.

Referências

- ABREU, S. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato-Grossense: contextos, propósitos e contradições**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.
- ABRITA, M. B; SILVA, W. G. Políticas de desenvolvimento regional: uma análise a partir da atuação da primeira Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (1967-1990). **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 1, p. 235-256, 2017.
- ALVES, A, M; ROCHA NETO, J, M. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional–PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, p. 311-338, 2014.
- BELARMINO, O,M; VIEIRA, R, M. Faixa de Fronteira Sul Mato Grossense e os municípios em situação crítica de desenvolvimento socioeconômico. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 6, n. 1, 2022.
- BRASIL. **Lei nº. 6.634, de 02 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº. 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Diário Oficial da União 1979; 3 mai.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Presidência da República. **Programa Brasil em Ação: dois anos**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 1998.
- BRASIL, Congresso Nacional. **Plano Plurianual 2000-2003** Anexo I: Diretrizes Estratégicas e Macro-objetivos. Brasil, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1998-2000/anexo/ANL9989-I-00.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

_____. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Grupo RETIS – IGEO/UFRJ. Brasília, 2005.

CANO, W. Crise e Industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3 (140), p. 444-460, 2015.

CINTRA, M. A. M. **Relatório 3: Fundos Constitucionais de Financiamento (do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste)**. Unicamp, 2007. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/pesquisa-2006-2007/SubprojetoIXRelat3BNDES.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CORRÊA, A. S. **Políticas Públicas para a integração regional da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul: um estudo da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”**. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2019.

FREITAS, W. D. de. O planejamento regional brasileiro no fim do século XX :Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. **Revista Territorial, Goiás**, v. 1, n. 1, p. 47-72, 2012.

GUMIERO, R. G. Trajetória de Políticas de Desenvolvimento Regional para a Fronteira Sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, v. 1, n. 1, p. 161-181, 2017.

LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaços-temporais**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2000.

MACHADO, L, O. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. **Continente em chamás. Globalização e território na América Latina**, v. 1, 2005.

MACHADO, L; RETIS, Grupo. Terra Limitanea: Atlas da fronteira continental do Brasil. **Rio de Janeiro. UFRJ/CNPq**, 2006.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria do Estado de Fazenda. **Decreto nº 14.090, de 27 de novembro de 2014**.

NEVES, A, J et. al. **Segurança Pública nas Fronteiras**. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

NUNES, M. **Contrastes e convergências socioterritoriais na faixa de fronteira internacional oeste brasileira: impactos das políticas contemporâneas**. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

PEREIRA, J. dos S. **A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70**. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2013.

PRADO, H, S, A. **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil**. Curitiba: Íthala, 2019.

SANTOS, K, F; MISSIO, Fabrício J. Políticas Públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova Economia**, v. 30, p. 921-950, 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMAC. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado**

de Mato Grosso do Sul (PDIF/MS), 2012.

SILVA, V, J, B da. A interação do Ministério do Desenvolvimento Regional com os governos subnacionais nas ações sobre a faixa de fronteira. **Revista GeoPantanal**, Corumbá/MS, n. 31, jul./dez. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE -(SUDECO).
PLADESCO - **Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste**. Brasília, 1973.

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação	João Pedro Aparecido Vicente Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
--	---

Resumo

Neste texto, resultante de pesquisa bibliográfica e documental, promove-se uma análise sobre a Reforma Universitária brasileira de 1968, com base nos pressupostos da teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação. A documentação considerada para retratar os contornos da reforma inclui relatórios e textos legais produzidos no contexto dos acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação brasileiro e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, nos anos 1960. Como resultado, tem-se que a colaboração MEC-USAID pode ser compreendida como uma transnacionalização de políticas públicas, tendo culminado em um processo de governação híbrida que se tornaria comum a partir dos anos 1990. Nessa perspectiva, atuou a USAID, em tempos de Guerra Fria, com precursora das práticas futuramente adotadas por agências como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Palavras-chave: História da Educação; Políticas Públicas; Governança Híbrida.

Reflections on the 1968 University Reform, based on the Globally Structured Agenda for Education theory	João Pedro Aparecido Vicente Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
---	--

Abstract

In this text, resulting from bibliographic and documentary research, an analysis of the 1968 University Reform in Brazil is promoted, based on the assumptions of the Globally Structured Agenda for Education theory. The documentation considered to portray the features of the reform includes reports and legal texts produced in the context of the agreements established between the Brazilian Ministry of Education and the United States Agency for International Development in the 1960s. As a result, the MEC-USAID collaboration can be understood as a transnationalization of public policies, culminating in a process of hybrid governance that would become common from the 1990s onwards. From this perspective, USAID acted, in times of the Cold War, as a precursor of the practices adopted in the future by agencies such as the World Bank and the Organization for Economic Co-operation and Development - OECD.

Keywords: History of Education; Public policies; Hybrid governance.

Introdução

A seleção daquilo que é ensinado, a forma como se ensina e por meio de quais instituições ministra-se a educação não são questões neutras e despolitizadas. O Estado, ao regular e normatizar a área, alinhar-se-ia às intenções dos grupos com maior poder de pressão sobre a tomada de decisões nos processos de produção de políticas. Essa síntese é proposta pelo autor da teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação - AGEE -, Roger Dale (2004).

O presente artigo vale-se da AGEE para empreender uma análise sobre o processo de transnacionalização de políticas consubstanciado nos acordos firmados entre o Ministério da Educação - MEC - e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID -, nos anos 1960. Para tanto, sustenta-se em pesquisa documental, abrangendo os principais relatórios e textos legais que precederam a Reforma Universitária, a partir de 1966, e nela culminaram, em 1968.

Para Dale (2004), a educação centra-se em três questões fundamentais: [1] a quem é ensinado o que, como, por quem e em que circunstâncias; [2] como, por quem e através de que estruturas, instituições e processos são definidos os conteúdos e modos de ensino; [3] as consequências sociais e individuais destas estruturas e processos. Tais questões detêm-se na definição, formulação, transmissão e avaliação do conhecimento escolar, com foco em processos como o financiamento e a regulação. Também é dedicada pela AGEE atenção sobre como o sistema educativo afeta as oportunidades de vida dos indivíduos.

A influência internacional na produção de políticas já se fazia presente no governo Castello Branco, de 1964 a 1967, recomendando a expansão do sistema de graduação superior privado, com viés bacharelesco, voltado para as necessidades do mercado de trabalho e pesquisa reservada à pós-graduação. Muitas medidas nesse sentido foram gestadas naquele primeiro governo do regime civil-militar brasileiro, sendo levadas a efeito na Reforma Universitária de 1968.

Espelhamento de Prioridades

No Brasil da segunda metade dos anos 1960, a incipiente industrialização nacional demandava investimentos e tecnologia estrangeiros, estimulando a adoção de laços pró-capitalistas que viriam a unir ideologicamente o Brasil e seus principais parceiros

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda

Globalmente Estruturada para a Educação

~~comerciais: Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Argentina. A educação, na forma dos~~
acordos MEC-USAID e na assimilação do modelo americano de pós-graduação, denotava adesão aos modos de gerir pensados por especialistas estrangeiros, conforme conceitos e objetivos emanados por uma visão política do principal centro dinâmico de poder no continente.

Influenciando o Estado e o modo de regulação, a globalização imprime importantes efeitos sobre os sistemas educativos nacionais, muitas vezes como resultado da ação de organizações internacionais. As políticas alinhadas entre si sobre determinado tema, quando se tornam transnacionais, não emergem de uma política mundial, mas de uma política criada por Estados específicos e difundida para outras nações (DALE, 2000).

São três as prioridades do Estado capitalista, segundo Dale (2014): *conceder apoio infraestrutural para o processo de acumulação*, ou seja, estradas, rodovias, portos, políticas para a agricultura e a indústria; *garantir contexto para sua expansão contínua*, o que envolve a manutenção do mercado interno e a busca por consumidores externos; e por fim, *legitimar o modo de produção capitalista*, ponto em que podemos enquadrar os processos educativos e ideológicos.

“[A] governança é sempre pedagógica, sempre ensina, é sempre ontológica, nas maneiras que delimita o mundo, [...] [sob formas] aparentemente neutras” (DALE, 2014, p. 12). As políticas globalizadas, explica Dale (2004), pretendem lidar com problemas que, sob o ponto de vista de manutenção do capitalismo, afetam a todos os países que as absorvem, mas que não possam ser resolvidos por nenhum deles isoladamente. Nesse processo, os Estados optariam por ceder alguns aspectos de sua soberania em favor de organizações internacionais, face à premência de problemas de teor econômico que esses países não criaram sozinhos e aos quais não podem responder em termos individuais.

Tais relações políticas, ao incidirem sobre o *policy making*, raramente serão recíprocas em igual medida. Isso se aceitarmos que a estrutura de poder mundial conta com centros dinâmicos de desenvolvimento e atores periféricos que se relacionam com o centro. Conforme a AGEE, as forças supranacionais derivam das agendas dos Estados com maior potencial político e econômico para o exercício de influência sobre os demais, sendo a educação um dos aspectos formativos de mão de obra para comportar as necessidades do sistema produtivo, não estando os valores culturais locais imunes às forças da globalização.

Podemos compreender o centro dinâmico de poder como ocupado por países líderes em termos de produção industrial, organização do sistema monetário e reversão

~~da eficiência gerativa de lucros em prosperidade social. Os países com menor~~
desenvolvimento industrial, científico e econômico ocupariam diferentes graus na periferia em torno do centro dinâmico capitalista. Um fluxo difusionista seria, portanto, o centro dinâmico valer-se de seu poderio comercial para persuadir Estados interessados na aproximação do tipo ideal de desenvolvimento mercantil.

No contexto da Guerra Fria, essa influência podia ser encontrada nas relações entre Estados Unidos e o restante da América Latina, sendo o Brasil, a partir da implantação do regime civil-militar, aliado na ideologia dita anticomunista e parceiro comercial interessante, ao modificar a legislação para facilitar o investimento de capitais estrangeiros.

Especificamente com relação à política educacional brasileira, a influência americana, naquele período, expressou-se principalmente na forma dos acordos firmados entre o MEC e a USAID, de 1965 a 1976. Inicialmente, foram contratados assessores americanos para desenvolver uma proposta de reformulação dos ensinos primário e secundário no país. Incluiu-se o treinamento, nos EUA, de um núcleo de dirigentes da educação brasileira, tanto para verificar na prática os modos de aplicação das mudanças administrativas planejadas quanto para que se familiarizassem com os valores da educação norte-americana, adaptando para o contexto brasileiro tais experiências. Em 1966, o acordo seria expandido na forma de uma assessoria para a modernização da administração universitária, cujas influências repercutiriam na Reforma de 1968 (LIRA, 2010).

Na interpretação de Fávero (1994), a intervenção da USAID na América Latina foi concebida como uma estratégia de hegemonia política americana para o continente, nos anos 1960, e ocorreu via três tipos de assistência: técnica, financeira e militar. Embora a princípio os acordos tenham se focado no ensino primário e secundário, já em 1965 existia o prelúdio de uma reforma para as universidades.

A governança educacional, central para a AGEE, encontra nos acordos MEC-USAID um processo de influência que perpassa as três questões fundamentais enumeradas por Dale (2004), uma vez que abrange uma reformulação sobre o que é ensinado e como, delimitando objetivos e conteúdos para os ensinos primário e secundário, e no caso do ensino superior, formas de organização administrativa e o enfoque dispensado à produção de ciência.

O processo por meio do qual os conteúdos e modos de ensino são definidos passa a ser uma questão pretensamente técnica, na forma de colaboração fornecida por

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação
~~especialistas do país mais avançado. Contudo, trata-se também de uma expressão~~
difusionista do movimento de adequação de políticas internas ao projeto político daquele mais aproximado, ou mesmo ocupante, do centro dinâmico de poder.

Nos primeiros cinco anos da década de 1960, as matrículas no ensino superior ampliaram-se 67% no Brasil. A partir de 1966, a tendência acentuou-se, gerando grande excedente de candidatos frente ao número de vagas no sistema público (CUNHA, 1974). O crescimento também aconteceu na pós-graduação, e quando ocorreu a Reforma de 1968, já havia aproximadamente uma centena de cursos de mestrado e doutorado no país - eram 33 em 1965 (SUCUPIRA, 1980).

Entre junho e setembro de 1965, o consultor greco-alemão Rudolph Atcon produziu relatório, sob encomenda do MEC, contendo um modelo de reforma para o ensino superior brasileiro. Atcon já havia secretariado o Fórum de Reitores da Alemanha e organizado programas de reestruturação desse nível de ensino em países da América Latina. Ele conhecia o sistema universitário brasileiro há 15 anos, quando iniciou a preparação do documento. O intuito do MEC não era necessariamente implantar as diretrizes de modernização, e sim avaliar a viabilidade da proposta (CORREIO DA MANHÃ, 1966).

O relatório Atcon preconizou que as universidades se tornassem fundações privadas e implantassem uma nova estrutura administrativa, departamental, tendo como base princípios de rendimento e eficiência, além da separação entre as funções de formulação e execução da política educacional. Foram previstas medidas como a contratação de administradores profissionais com capacidade gerencial; controle financeiro por meio de um Conselho Curador formado por industriais, juristas e banqueiros; eliminação de entraves burocráticos; adoção do sistema de créditos e a formação alinhada à realidade do mercado, de modo a buscar o avanço econômico nacional (ATCON, 1966).

Muitas das recomendações seriam posteriormente assimiladas na Reforma de 1968, tais como a defesa dos princípios de autonomia e autoridade, a reformulação do regime de trabalho docente e a criação de centros de estudos básicos. Na universidade-empresa idealizada por Atcon, o amadorismo deveria ser substituído pela especialização, e as paixões ideológicas isoladas, o que levava à exclusão dos estudantes de qualquer papel de influência sobre a administração e à despolitização do trabalho dos professores.

Quadro 1. Síntese sobre o Relatório Atcon, a partir de aspectos selecionados

João Pedro Aparecido Vicente
**Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda
Globalmente Estruturada para a Educação**

Organização administrativa	Departamental, com a gestão realizada por administradores profissionais; Privatização do ensino superior na forma de fundações; Conselho de Curadores formado pela elite empresarial, para realizar a fiscalização econômico-financeira; Conselho Universitário, uma elite acadêmico-científica voltada para a reflexão sobre o aspecto pedagógico. Conselho de Reitores, para gerir as universidades com autonomia quanto ao poder Executivo.
Orientação científica	Criação de unidades de ensino básico e ampliação de cursos profissionais. Sistema de créditos; Educação compreendida como ferramenta para o desenvolvimento econômico.
Orientação política	Desmobilização do movimento estudantil, compreendido como ideologicamente contrário ao capitalismo. Integração entre universidades da América Latina a fim de criar uma identidade comum voltada para o desenvolvimento; Combate à burocracia característica do serviço público, à lentidão, baixa produtividade e ineficiência, formalismos e susceptibilidades características da academia tradicional.
Corpo docente	Integração e flexibilização nas atividades docentes, com vistas à economicidade; Retirada de docentes atuando em cargos administrativos; Racionalização e otimização da atividade docente e de pesquisa, com planejamentos criados por técnicos especializados.
Corpo discente	Deveria ser excluído dos processos decisórios e administrativos da universidade; Ampliação de vagas significaria investir no desenvolvimento social.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Atcon, 1966.

Com o Decreto-Lei 53, de 18 de novembro de 1966, o presidente Castello Branco fixou princípios de reestruturação para as universidades federais. Cada instituição deveria praticar tanto ensino quanto pesquisa, nas modalidades básica e aplicada, em unidades agrupadas conforme as áreas de conhecimento. Essas unidades seriam supervisionadas por órgãos centrais situados na administração superior da universidade, com atribuições deliberativas e representantes dos setores de estudos básicos e de formação profissional. As unidades de ensino e pesquisa básicos passariam a incluir, obrigatoriamente, cursos de formação de professores para o 2º grau e especialistas de Educação.

Tal composição significava o fim das cátedras. Na reestruturação, os cargos de magistério resultariam distribuídos entre as unidades que passavam a compor a universidade. Um dos critérios de preferência para a concessão de subvenções e auxílios orçamentários da União para estabelecimentos não federais passava a ser a observância dos ditames do Decreto-Lei 53/1966.

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda

Globalmente Estruturada para a Educação

~~Já o Decreto-Lei 252, de 28 de fevereiro de 1967, complementou a reestruturação,~~
adotando a nomenclatura departamentos para a menor fração da estrutura universitária em termos de organização administrativa, didático-científica e de alocação de pessoal, reunindo disciplinas afins e congregando professores e pesquisadores em torno do ensino e da pesquisa.

A chefia do Departamento caberia a docente de carreira. A formação de professores, do ponto de vista dos conteúdos, continuava destinada às unidades de estudo e pesquisa básica. Já a formação pedagógica ficava a cargo de uma unidade de ensino profissional e pesquisa aplicada. A coordenação didática dos cursos seria colegiada. Cada universidade emitiria diretamente seus diplomas de graduação e pós-graduação. Não só unidades destinadas ao ensino e à pesquisa comporiam a Universidade: poderia haver órgãos suplementares de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante. Também eram previstos cursos e serviços de extensão universitária à comunidade.

Ambos os Decretos-Lei derivavam de anteprojetos do Conselho Federal de Educação solicitados pelo MEC. Segundo Nicolato (1986), o primeiro deles foi elaborado pelo conselheiro Valnir Chagas e aprovado pelo Conselho dois dias após o recebimento do Aviso Ministerial que o encomendava. Tal celeridade pode ser atribuída ao fato de que o tema já vinha sendo debatido no CFE entre 1962 e 1966, tendo sido necessário apenas organizar as informações já internamente produzidas. Já o anteprojeto que resultaria no Decreto-Lei 252/1967 foi produto de uma comissão formada por Clóvis Salgado, Durmeval Trigueiro, Valnir Chagas, Newton Sucupira e Rubens Maciel.

Quadro 2. Síntese dos Decretos-Lei 53/1966 e 252/1967, a partir de aspectos selecionados

	Decreto-Lei 53/1966	Decreto-Lei 252/1967
Organização administrativa	Unidades que realizam ensino e pesquisa, supervisionadas por órgãos centrais da administração da universidade.	Departamental, congregando disciplinas afins, para realizar ensino e pesquisa; Coordenação didática dos cursos é colegiada.
Orientação	Unidades de formação profissional	Foi mantido o sistema comum de

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda

Globalmente Estruturada para a Educação

científica	e pesquisa aplicada, reunidas conforme o campo de atividade; Previsão de um sistema comum de ensino e pesquisa básica, também responsável por formar professores para o 2.º grau e especialistas de Educação.	ensino e pesquisa básica, também responsável pela formação em conteúdos para professores de 2.º grau e especialistas de Educação. A formação pedagógica ficou a cargo das unidades de formação profissional e pesquisa aplicada.
Orientação política	Centralidade governamental sobre as universidades e subordinação de suas unidades às instâncias internas de supervisão, rompendo a tradição das cátedras.	Semelhante à do Decreto 53/1966.
Corpo docente	Distribuído entre as unidades, para realizar atividades de ensino e pesquisa, sem duplicidade de meios para atingir o mesmo fim.	A atribuição das atividades de ensino e pesquisa é determinada aos professores pelo departamento, em plano de trabalho formal.
Corpo discente	Nenhuma previsão específica.	Foi prevista a possibilidade de órgãos suplementares de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Brasil, 1966, 1967.

Conforme Bomeny (2001), os Decretos-Lei acima descritos foram recebidos pela comunidade universitária como impositivos e inflexíveis. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras resistiam em se tornar institutos. Na visão do CFE, estas haviam fracassado na missão de formar professores para o ensino secundário ou escolas normais, tendo, antes, formado especialistas para disciplinas científicas e literárias para a educação superior.

Dentre os paradoxos estabelecidos na década de 1960 em torno das universidades, estavam a autonomia institucional na verdade tutelada pelo Conselho Federal de Educação; o desejo de produzir pesquisa livre, devendo, entretanto, atender às exigências de modernização da sociedade; e a crescente demanda por vagas, característica de um país em industrialização, chocando-se com os objetivos governamentais de manter a qualidade do ensino (BOMENY, 2001).

Em novembro de 1966, divulgou-se acordo firmado entre o MEC e a USAID, mantido sob sigilo desde junho do ano anterior. O Ministério contou com uma Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior - Eapes¹ -, à qual coube analisar a

¹ Composta inicialmente por cinco professores, e, numa segunda composição, outros cinco, não permanecendo os da primeira formação. Foram ouvidos, ainda, 20 palestrantes convidados, entre pesquisadores, reitores e membros do CFE. Uma equipe formada por técnicos americanos trabalhava em paralelo, fornecendo estudos para a Eapes.

~~situação desse nível de ensino, confrontar as características ideais e as necessidades~~
constatadas, e desenvolver um plano de melhorias.

Já no governo Artur da Costa e Silva², em maio de 1967, foi assinado novo convênio entre MEC e USAID, visando a formular caminhos para a expansão e o aperfeiçoamento do ensino superior no país, o que significou a continuidade do trabalho da Eapes. Publicado em 1968, o relatório da Equipe viria a subsidiar o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU -, composto em julho daquele ano.

Houve relevante convergência entre os relatórios da Eapes e do GTRU, apontando que a educação superior deveria ter intenções práticas e adaptar seus conteúdos às necessidades do desenvolvimento nacional. O sistema de ensino não poderia continuar atendendo a um público restrito, mas a expansão deveria respeitar a contenção de despesas, buscando fazer o máximo possível com o menor custo, daí os princípios defendidos de flexibilidade estrutural e não duplicidade de meios para atingir as mesmas finalidades acadêmicas (MARTINS, 2009).

No relatório da Eapes (1969), recomendou-se a eliminação da cátedra vitalícia, a criação de departamentos e um ciclo básico de estudos no primeiro ano de formação superior - esse último apontamento não viria a se concretizar. A pressão social advinda do excedente de demanda, sugeriu-se, poderia ser enfrentada com a adoção de vestibular classificatório, que incorporaria mais estudantes, além do estímulo à criação de universidades particulares, oferecendo auxílio financeiro como contrapartida à oferta de vagas para alunos que não pudessem arcar com as mensalidades. Prescreveu-se, adicionalmente, haver representação dos estudantes nos conselhos universitários.

No que diz respeito à pós-graduação, a Eapes (1969) assinalou que os cursos deveriam contar com professores doutores, mas também especialistas de notória competência, ainda que não possuísem títulos acadêmicos. Entre as vantagens do oferecimento de pós-graduação, para as instituições de ensino, o documento citou a formação e o recrutamento de pessoal do magistério superior, abertura de novos campos ao trabalho da inteligência indagadora, além de progresso científico, tecnológico e cultural do país do qual dependeriam a eliminação do atraso em que nos encontramos. No setor da pesquisa, a pós-graduação funciona como fator multiplicador. O mestre utiliza melhor as suas potencialidades profissionais, reproduzindo-as criadoramente nos esforços dos alunos pós-graduados que orienta. [...] Dos níveis do ensino, a pós-graduação é, sem

² General do Exército que já havia ocupado o Ministério da Guerra no governo antecessor.

Por meio do Decreto 62.024, de 29 de dezembro de 1967, Costa e Silva criou uma Comissão especial presidida pelo general Carlos Meira Mattos, com as finalidades de emitir pareceres conclusivos sobre reivindicações estudantis e propor medidas com vistas a solucionar os problemas causados pelo movimento. Do relatório final dessa Comissão, destaca-se a função instrumental destinada à educação naquele período, uma vez que os esforços nas recomendações exaradas visavam a inculcar, em todos os níveis e ramos especializados, o sentido da objetividade prática.

A aplicabilidade do ensino e da ciência produzidos no ambiente universitário foi complementada, no relatório, por um viés político e ideológico visando renovar a fê da população estudantil nas intenções e propósitos do governo. O grande objetivo da educação, por sua vez, foi apresentado como ser instrumento para consecução dos intuitos econômicos e sociais da política de desenvolvimento (CMM, 1969), isto é, o projeto de industrialização e a criação de condições favoráveis ao capitalismo.

A Comissão defendeu que os aspectos técnico-estruturais da reforma do ensino superior já estavam contemplados nos Decretos-Lei 53/1966 e 252/1967, e estimulou o aumento do poder central sobre as universidades, incluindo iniciativas para que os estudantes aderissem à ideologia nacionalista e voltada para o desenvolvimento econômico.

Isso demandaria, conforme o Relatório (CMM, 1969), publicidade anunciando uma nova política nacional para a educação a partir de 1969. O documento avaliou que a reforma presente nos Decretos-Lei estava acontecendo de forma lenta e desordenada, dificultando o atendimento de demandas sociais como maior oferta de vagas - questão que estaria sendo agravada pelo excesso de poderes do CFE - e a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento econômico. Recomendou-se que os estudantes não tivessem participação nos órgãos representativos, pois o movimento estudantil seria liderado por uma minoria esquerdista que não refletiria a visão dos estudantes como um todo.

Ainda para a CMM, a lista tríplice para escolha dos reitores deveria ser extinta, em favor da livre designação pelo presidente da República, e o ensino superior privatizado na forma de fundações - com bolsas para alunos pobres. O suposto abuso na liberdade de cátedra também foi criticado, pois proporcionaria um cenário propício para pregações antidemocráticas e contra a moral, problema que deveria ser sanado com a aprovação prévia, pelo departamento ou órgão semelhante, dos conteúdos a serem ministrados em

Como o conceito governamental de democracia naquele momento incluía a luta contra o comunismo, entende-se que o posicionamento centralizador da Comissão estabelecia uma relação entre a inquietude do movimento estudantil e o ideário de esquerda, tanto nos aspectos morais quanto nos políticos.

Quadro 3. Síntese sobre o Relatório da Comissão Meira Mattos, a partir de aspectos selecionados

Organização administrativa	Departamental, sob maior centralização do governo e menor influência da sociedade civil; Profissionalização dos gestores; Privatização do ensino superior na forma de fundações.
Orientação científica	Sistema de créditos; Educação compreendida como ferramenta para o desenvolvimento econômico; Adequação do ensino superior às demandas do mercado.
Orientação política	Escolha de reitores feita diretamente pelo presidente; Desmobilização do movimento estudantil, descrito como manipulado pela esquerda; Centralização administrativa, com foco no respeito à autoridade; Proibição de atividades doutrinárias em aula.
Corpo docente	Despolitização da atividade docente; Melhor remuneração.
Corpo discente	Não participação nos conselhos gestores da universidade; Repressão a atividades e manifestações de cunho subversivo; Bolsas a alunos sem recursos.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de CMM, 1969.

Composto por 11 membros, o GTRU foi instituído pelo Decreto 62.937, de 2 de julho de 1968, com o objetivo de acelerar a reforma universitária, visando à eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país.

O grupo foi presidido pelo ministro de Educação e Cultura, Tarso Dutra, e contou com representação de outros dois ministérios: Planejamento e Fazenda. O CFE não apenas indicou dois participantes - Newton Sucupira e Valnir Chagas - como obteve a prerrogativa de ser consultado em matérias relacionadas a suas atribuições específicas. O relatório do GTRU explicitou que a intenção do grupo não foi diagnosticar a crise do sistema de ensino superior, mas indicar medidas operacionais realistas para racionalizar a organização das atividades universitárias.

A reforma (GTRU, 1968) proposta pelo grupo inferia, como o Relatório Meira

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda

Globalmente Estruturada para a Educação

~~Mattos, que os Decretos Lei 53/1966 e 252/1967 vinham sendo observados mais pelas~~
universidades privadas que pelas públicas, sendo necessária a adoção generalizada dos ditames legais, de modo a combater o formato universitário de justaposição de faculdades.

As críticas ao CFE presentes no Relatório Meira Mattos não encontraram continuidade no GTRU, o qual se embasou em pareceres e indicações do Conselho para tratar de temas como a estrutura universitária, a articulação entre os ensinos médio e superior, a implantação dos departamentos e a natureza da pós-graduação.

Na visão do GTRU, o movimento estudantil, independentemente de seu teor ideológico e político, deveria ter participação em todos os órgãos colegiados das universidades, mas estas, por não possuírem forças para se renovarem por si mesmas, deveriam ser disciplinadas pelo Estado. Já a grande demanda por vagas deveria ser enfrentada com a adoção de vestibulares unificados regionalmente, o que otimizaria a inserção do candidato em alguma instituição.

A contradição entre estimular a liberdade de organização dos estudantes em torno de suas pautas, mas vincular a administração universitária ao projeto governamental pode ser compreendida se considerado que esse poder disciplinar recaía, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, fortemente sobre o CFE, duplamente representado no grupo e expressamente apoiado pelo relatório final da Reforma.

Entre agosto e setembro de 1968, os anteprojetos constantes do relatório do GTRU sofreram algumas alterações por parte dos ministros da Educação e Cultura, Planejamento, Fazenda e Justiça, em tópicos que acentuavam o controle do poder central (NICOLATO, 1986). Enviado ao Congresso no início de outubro como projeto de lei a ser votado em regime de urgência, o texto recebeu 142 propostas de emenda, das quais apenas 16 foram incorporadas na íntegra e 37 parcialmente (SAVIANI, 1988).

Houve, contudo, veto presidencial a 11 dos dispositivos acrescentados pelos congressistas. Na interpretação de Nicolato (1986), o envio do projeto ao Congresso, ao invés da publicação como decreto, significou apenas uma formalidade, pois a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, contendo a Reforma, seria modificada já em fevereiro do ano seguinte, com a edição do Decreto-Lei 464, que restituía a Reforma a seu texto original, ou seja, sem emendas resultantes da passagem pelo Congresso.

Para o GTRU, a universidade, na era das sociedades industriais, viu-se compelida a exercer funções aparentemente conflitantes, como criar conhecimentos novos e preparar grande massa de estudantes para a vida profissional, sem deixar de contribuir para a manutenção da alta cultura, descrita no relatório como privilégio de alguns. Nota-se a

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda

Globalmente Estruturada para a Educação

~~persistência da dualidade entre formação erudita e profissional, com noção de que o~~
ensino superior seria preferencialmente lugar daquela, mostrando-se invadido pelas demandas desta última.

A urgência na implantação sistemática de cursos pós-graduados foi apresentada como solução para formar cientistas, professores e tecnólogos de alto padrão, além de profissionais criadores para a indústria, sem necessidade de estudar no exterior - devido ao custo e risco adicional de não desejarem retornar ao país.

Já a criação de uma política nacional de pós-graduação foi defendida como necessária para evitar o abastardamento dos graus de mestre e doutor, por meio de critérios de qualidade, evitando repetir a precariedade dos cursos de graduação, além de aumentar a eficiência na formação docente. Isso se daria na forma de centros regionais de pós-graduação em áreas que já tivessem demonstrado possuir pessoal capacitado e iniciativa para oferecer cursos, recebendo financiamento governamental se atendidas normas a serem estabelecidas pelo CFE.

Quadro 4. Convergências entre os relatórios da Eapes e do GTRU, a partir de aspectos selecionados

	Relatório Eapes	Relatório GTRU
Organização administrativa	Departamental, com atividades de ensino e pesquisa.	Departamental, com atividades de ensino e pesquisa, flexibilidade administrativa e autonomia didática.
Orientação científica	Oferecimento de ensino e pesquisa básicos, formação profissional e pesquisa aplicada; Aproximação entre a universidade e os setores produtivos, com observação das demandas do mercado de trabalho.	Oferecimento de um primeiro ciclo geral, antes do prosseguimento em estudos profissionais; Sistema de créditos; Criação de cursos de curta duração. Adaptação da universidade às necessidades do mercado e do progresso nacional e regional.
Orientação política	Pondera a respeito da transformação das universidades em fundações, dá exemplos, mas não se posiciona a favor ou contra.	Fortalecimento do ensino médio como fortalecimento do superior; Unificação regional do vestibular, de forma a otimizar a oferta de vagas; Respeito ao movimento estudantil, qualquer que fosse sua inclinação ideológica.
Corpo docente	Ingresso por meio de concurso, preferencialmente para dedicação integral; Afastamento para qualificação,	Regime de dedicação exclusiva; Titulação como critério para

**Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda
Globalmente Estruturada para a Educação**

	bem como proteção contra perseguições políticas; Oferecimento de bolsas e verbas para pesquisa.	ingresso e ascensão.
Corpo docente	Representação assegurada no Conselho Universitário; Bolsas a alunos carentes.	Atividades de monitoria como forma de despertar no aluno o interesse pela docência; Participação em órgãos colegiados.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Eapes, 1969; GTRU, 1968.

Além de manter as previsões gerais contidas nos Decretos-Lei 53/1966 e 252/1967, a Lei 5.540/1968, ao fixar normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, estabeleceu a escolha de reitor e vice-reitor para períodos de quatro anos, nomeados pelo presidente a partir de lista de indicados pelo Conselho Universitário; a formação de professores para o ensino de 2.º grau a cargo do ensino superior; carreira docente unificada, integrando ensino e pesquisa; extinção das cátedras e representação dos alunos nos órgãos colegiados das Instituições de Ensino Superior.

O regime departamental, na configuração da reforma dos anos de 1960, soltou as amarras artesanais que limitavam a expansão do ensino superior estatal no Brasil, pois a incorporação de docentes já não dependia de decisão pessoal do catedrático, mas, sim, de concursos públicos. Ademais, o poder acadêmico e institucional abandonou a base necessariamente patrimonialista, centrada no professor catedrático, e substituiu-a por uma base de poder do tipo racional-legal, centrada na gestão colegiada (CUNHA, 2004, p. 799).

Na Lei 5.540/1968, à formação cívica do aluno foram previstas atividades de extensão, na forma de programas, para a melhoria das condições de vida da comunidade, cultura, arte, esportes e, por fim, a criação de consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional. Já o CFE foi dotado de prerrogativas como fixar condições para revalidação de diplomas estrangeiros, interpretar a LDB em questões de jurisdição administrativa, emitir parecer sobre a autorização ou reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado, inspecioná-los periodicamente e suspender, após inquérito administrativo, o funcionamento ou a autonomia de qualquer universidade, por motivo de infringência da legislação do ensino ou de preceito estatutário/regimental.

Foi previsto, também, o reconhecimento de federações de escolas, consistindo na congregação de estabelecimentos isolados, que passariam a ter um regimento unificado e estrutura administrativa comum. A fórmula seria intermediária entre as universidades - modelo assumido como natural para o ensino superior - e as faculdades isoladas,

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda

Globalmente Estruturada para a Educação

~~admitidas como excepcionais e passageiras. Com fulcro na Indicação 48, de 15 de~~
dezembro de 1967, do CFE, o GTRU esperava que tais federações evoluíssem posteriormente para o formato de universidade.

A modernização administrativa, com abolição da cátedra e adoção de estrutura departamental, sistema de créditos e disciplinas avulsas, passou a ser adotada gradualmente, também, por instituições estaduais e confessionais. A progressão docente vinculada à titulação acadêmica incentivaria a criação de Planos Nacionais de Pós-Graduação, a partir dos anos 1970.

Paradoxalmente, as faculdades privadas que passaram a surgir para atender à demanda excedente seguiram o antigo modelo de estabelecimento isolado, e sem vinculação com a pesquisa ou preocupação em formar um horizonte intelectual crítico. Criava-se um sistema estruturado no modelo empresarial, buscando a obtenção de lucros e o atendimento rápido da procura por cursos (MARTINS, 2009; FERNANDES, 1975).

Com a Reforma de 1968, a pós-graduação manteve a relação tutorial entre aluno e orientador, e institucionalizou-se o modelo em que o candidato cursa disciplinas especializadas, passa por banca de qualificação e defesa pública de trabalho final. Na década seguinte, a pós-graduação seria definida como importante ferramenta para o desenvolvimento econômico do país, por parte de setores do governo, incluindo as Forças Armadas. Cientistas que, nos anos 1960 haviam cursado pós-graduação no exterior, muitos financiados por fundações como a Ford e a Rockefeller, regressavam com uma clara perspectiva sobre como deveria ser a pós-graduação brasileira (BALBACHEVSKY, 2005).

Quadro 5. Síntese da Lei 5.540/1968, a partir de aspectos selecionados

Organização administrativa	Departamental, com atividades de ensino e pesquisa supervisionadas por órgãos centrais da administração da universidade; A coordenação didática dos cursos é colegiada; Fiscalização econômico-financeira por parte de um Conselho de Curadores, inclusive com membros externos.
Orientação científica	Previsão de estudos básicos e profissionais, complementáveis para cumprimento de créditos dentro de diferentes cursos; Flexibilidade na formatação de cursos profissionais conforme a duração, para corresponder às condições do mercado de trabalho; Currículo e duração mínima de cursos estabelecidos pelo CFE.
Orientação política	Centralidade do governo sobre universidades, com medidas visando a relativizar o poder docente; Comunidade interna e externa participa dos órgãos colegiados; Aproximação entre a educação superior e as demandas do mercado.

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda

Globalmente Estruturada para a Educação

Corpo docente	Carreira unificada, integrando ensino e pesquisa; Titulação como critério para ingresso e ascensão; Igualdade de condições, nos colegiados, entre professores da área básica e da profissional e aplicada.
Corpo discente	Participação nos órgãos colegiados, com direito a voz e voto; Possibilidade de criação de diretório acadêmico para representação estudantil; Previsão de atividades de extensão, culturais, cívicas e esportivas.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Brasil, 1968.

Queiroz et al. (2013) contabilizam que, de 1960 a 1970, as matrículas em estabelecimentos de ensino superior no Brasil aumentaram 318% - uma expansão mais acentuada no setor privado, com incremento de 410% nas vagas, do que no público, com 253%. Considerando o total de alunos, em 1960, 58,6% das matrículas concentravam-se no sistema público; dez anos depois, 50,5% estavam em instituições privadas, em sua maioria de pequeno porte, praticantes de ensino e não pesquisa, num crescimento caracterizado pela oferta de cursos nas áreas Humanas e Sociais - para cujo funcionamento não seriam necessários investimentos em laboratórios.

Consequência direta dos anseios das classes médias em ter oportunidades de emprego nos setores mais modernos da economia e na burocracia estatal, o aumento na demanda por ensino superior concentrou-se em cursos de baixo custo e em estabelecimentos com critérios menos rígidos de seleção. A oferta dessa formação demonstrou-se um negócio lucrativo, tendo sido menor nas regiões mais pobres, como Norte e Nordeste - que permaneceram dependentes de universidades públicas (DURHAM, 2003).

A Constituição de 1967 mantinha os privilégios fiscais para o setor educacional privado. Os meios formais adotados pelo regime para despolitizar as universidades públicas expressaram-se na Lei 4.464/1964, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes; Decreto-Lei 228, de 28 de fevereiro de 1967, que limitou a existência de organizações estudantis ao âmbito estrito da universidade, e Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definiu medidas punitivas a serem adotadas nos casos de infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares.

Esse último incluiu como ilegalidades incitar paralisações ou delas participar, organizar ou tomar parte em movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, imprimir ou portar material subversivo, atentar contra a moral ou manter em cárcere privado professores, diretores, empregados ou alunos de estabelecimentos de

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda

Globalmente Estruturada para a Educação

~~ensino. As penas incluíam perdas de bolsas e desligamento, no caso de alunos, e demissão no caso de docentes e funcionários.~~

Ao contrário de países como Chile, Uruguai e Argentina, nos quais os governos militares desmantelaram as universidades públicas, no Brasil a ditadura apresentou uma política para o ensino superior, visando à modernização e à expansão, investindo também em bolsas e apoio, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes -, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - e Financiadora de Estudos e Projetos - Finep -, para a pós-graduação. Essa área foi especialmente beneficiada pela adoção de regimes de tempo integral do corpo docente, pela dedicação exclusiva e pelas políticas de avaliação periódica dos programas (TRINDADE, 2003).

Determinava a Constituição de 1967 que o ensino oficial posterior ao primário seria gratuito para aqueles que, demonstrando efetivo aproveitamento, provassem insuficiência de recursos. O regime de gratuidade seria substituído, sempre que possível, pelo de concessão de bolsas, exigido o posterior ressarcimento no caso do ensino superior.

Com a Reforma de 1968, a noção de ensino privado complementar ao sistema público intensificou-se. Estruturava-se um modelo de universidade federal preservada da massificação, voltada para estudantes com maior capital econômico e/ou cultural, em cujo interior a pesquisa e a pós-graduação elevariam o padrão de qualidade institucional (MARTINS, 2009). Por seu turno, muitos dos estabelecimentos privados e isolados, no todo ou em parte de seus cursos, focaram uma clientela com menor capital cultural - oriunda de diferentes níveis de renda (CUNHA, 2014).

Considerações Finais

A governança híbrida resultante de processos de transnacionalização de diretrizes para o desenho de políticas públicas é um fenômeno que não se restringe à área da Educação. Pelo contrário, perpassa todas as áreas que possam ser do interesse da globalização econômica, fornecendo as bases necessárias para a expansão dos intercâmbios comerciais entre os países envolvidos.

O enfoque proposto por esse artigo recaiu sobre a Reforma Universitária de 1968, buscando retratá-la como ponto inicial de uma reestruturação do sistema universitário no país, por meio de um maior alinhamento às necessidades do mercado e substituição da tradição catedrática pelo sistema departamental, característico da universidade americana.

Reflexões sobre a Reforma Universitária de 1968, com base na teoria da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação

~~Destaque-se ainda que essa nova política para a educação superior foi~~ concomitante a mudanças adotadas na educação básica, também como resultado de influência externa na elaboração das diretrizes, e mesmo na pós-graduação, conceituada em 1965 por meio do Parecer 977, do Conselho Federal de Educação, declaradamente tendo como base o modelo da pós-graduação norte-americana.

O apoio infraestrutural do estado para o desenvolvimento das atividades produtivas no Brasil dos anos 1960, com a expansão da educação básica e técnica para formação de contingentes de trabalhadores e oferecimento de ensino superior crescentemente privado como opção de consumo para as classes médias e altas, demonstra a adesão do poder público, àquele momento, a ditames da USAID então considerados convenientes para o projeto nacional-desenvolvimentista.

Atuando como dispersora de diretrizes para o desenvolvimento de políticas em países em desenvolvimento, a Agência cumpria, naquela década, o papel que nos anos 1990 passaria a ser assumido pelo Banco Mundial e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE -, já num contexto de globalização econômica e reconfiguração dos estados, como resultado das reformas neoliberais.

Referências

ATCON, Rudolph P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, Colin.; SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 275-304.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. Brasília: Paralelo 15, Capes, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 13.416, 21.nov.1966.

BRASIL. Decreto-Lei 252, de 22 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 2.443, 28.fev.1967.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 10.369, 29.nov.1968.

CMM - COMISSÃO MEIRA MATTOS. Relatório final. **Paz e Terra**, v. 4, n. 9, p. 199-241, out.1969.

CORREIO DA MANHÃ. **Divulgado Relatório Atcon de ensino**. Rio de Janeiro, 3.dez.1966, 1.º caderno, p.7.

CUNHA, Luiz Antônio. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 14, n. 5, p. 66-70, set./out.1974.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 795-817, out.2004.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun.2014.

DALE, Roger. Globalisation: a new world for comparative education? In: SCHREIWER, Jürgen (Org.). **Discourse formation in comparative education**. Berlim: Peter Lang, 2000, p. 87-109.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada Para a Educação”? **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago.2004.

DALE, Roger. Estado, globalização, justiça social e educação: reflexões contemporâneas de Roger Dale. Entrevista concedida a GANDIN, Luís Armando. **Currículo sem Fronteiras**, v. 14, n. 2, p. 5-16, maio/ago.2014.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Documento de Trabalho 3/03. São Paulo: Nupes/USP, 2003.

EAPES - EQUIPE DE ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR. **Relatório final**. Rio de Janeiro: MEC, 1969.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, Marília Costa (org.). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 149-177.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GTRU - GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA. Reforma universitária: relatório do Grupo de Trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 50, n. 111, p. 119-175, jul./set.1968.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro. 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr.2009.

NICOLATO, Maria Auxiliadora. **A caminho da lei 5.540/68**: a participação de diferentes atores na definição da reforma universitária. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte. 1986.

QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira et al. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das instituições privadas de ensino superior no compasso com as políticas de Estado. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, v. 21, n. 79, p. 349-370, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

SUCUPIRA, Newton. Antecedentes e primórdios da pós-graduação. **Fórum Educacional**, v. 4, n. 4, p. 3-18, out./dez.1980.

TRINDADE, Hégio. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. In: CLACSO - CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. **Las universidades en América Latina**: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financeiro. Buenos Aires: Clacso, 2003, p. 161-180.

Os impactos da pandemia de gripe espanhola para a educação entre 1918 e 1919	Rosinete Carioca Costa Secretaria Municipal de Educação de Teresina
--	--

Resumo

Este artigo é uma revisão de literatura sobre estudos do Portal de periódicos da CAPES que abordam a gripe espanhola e os efeitos desta para a educação. Tem como objetivo analisar os impactos ocorridos na educação no contexto da pandemia de gripe espanhola entre 1918 e 1919. A pandemia suscitada pela gripe espanhola iniciou no começo do século XX. A doença respiratória vitimou entre 20 e 50 milhões de pessoas. A escolha do tema deve-se à necessidade de conhecer e repensar os impactos das pandemias em diferentes momentos históricos, com o intuito de entender os efeitos que produzem na educação. Os estudos bibliográficos partem dos seguintes autores: Araújo (2022), Schwarcz; Starling (2020), Toniolo (2001), Martins (2003), Gracino (2021); Santos (2021); Kolata (2002); entre outros. Os resultados demonstram que a pandemia de 1918 passou a ser mais estudada durante a pandemia causada pela Covid-19 em 2020. Entretanto, persistem lacunas a serem pesquisadas quando nos referimos as práticas educativas promovidas no ambiente escolar no contexto da gripe. A crise sanitária de 1918 acentuou as desigualdades sociais e submeteu a educação a sofrer impactos tanto momentâneos quanto duradouros. Na época, a ausência de adoção de políticas públicas para infância deixou este público desamparado.

Palavras-chave: Gripe. Pandemia 1918. *Influenza* espanhola. Educação no início do século XX.

The Impacts of the Spanish Flu Pandemic on Education between 1918 and 1919	Rosinete Carioca Costa Secretaria Municipal de Educação de Teresina
--	---

Abstract

This article is a literature review of studies from the CAPES Journal Portal that address the Spanish flu and its effects on education. The aim is to analyze the impacts on education within the context of the Spanish flu pandemic between 1918 and 1919. The pandemic, triggered by the Spanish flu, began at the start of the 20th century. The respiratory disease claimed between 20 and 50 million lives. The choice of this topic stems from the need to understand and reconsider the impacts of pandemics at different historical moments, with the intention of comprehending the effects they produce on education. The bibliographic studies are based on the following authors: Araújo (2022), Schwarcz; Starling (2020), Toniolo (2001), Martins (2003), Gracino (2021); Santos (2021); Kolata (2002); among others. The results demonstrate that the 1918 pandemic began to be more extensively studied during the COVID-19 pandemic in 2020. However, gaps remain to be researched regarding the educational practices promoted in the school environment in the context of the flu. The 1918 health crisis exacerbated social inequalities and subjected education to both immediate and long-term impacts. At the time, the lack of adoption of public policies for childhood left this group unprotected.

Keywords: Flu, 1918 Pandemic, Spanish Influenza, Education in the Early 20th Century.

Introdução

O presente artigo é uma revisão bibliográfica dos estudos que abordam a educação no contexto da pandemia de gripe espanhola entre 1918 e 1919. A pesquisa foi realizada a partir de publicações do Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no recorte temporal de 1997 a 2024, período este correspondente ao primeiro e último estudo divulgado pelo Portal de periódicos sobre a pandemia de 1918.

A revisão da literatura foi fundamental nesta pesquisa, ao situar o problema no contexto mais amplo da área de estudo, proporcionando uma compreensão mais profunda do tema, fornecendo uma base teórica sólida. Além disso, proporciona evidências e apoio lógico às conclusões e discussões apresentadas, dentro de uma perspectiva histórica sobre o desenvolvimento, ao contextualizar a evolução das práticas educativas ao longo do tempo. Justifica-se a escolha do tema devido a necessidade de conhecer e repensar os impactos das pandemias em diferentes momentos históricos, no intuito de entender os efeitos que essas produzem na educação.

Considerada a doença mais investigada do século XX, a gripe é uma doença antiga e fez milhares de vítimas durante muito tempo. O termo gripe “talvez venha do francês *gripper*, que significa parar de funcionar – a pessoa está bem num dia e, no outro de repente, sente calafrios, vêm a febre e as dores no corpo, a cabeça lateja e começa a tossir” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 17). A enfermidade se tornou uma das mais estudadas. Toniolo considera a doença como “responsável por dezenas de milhões de mortes, e sendo, por isso, conhecida como a última grande praga” (2001, p. 5). Já o termo pandemia foi conhecido pela primeira vez, de fato, em 1580. Originado na Ásia, espalhou-se pela África e, em seguida, pela Europa de norte a sul em um período de seis meses, e daí à América. (Toniolo, 2001, p. 30). Entretanto, há estudos que comprovam que a gripe é uma doença milenar, pois 412 a.C., na Grécia, Hipócrates, o pai da medicina, falava de uma doença respiratória que durou algumas semanas, matou muitas pessoas e então, desapareceu. Foi a primeira descrição científica de influenza” (Toniolo, 2001, p. 19).

Outras epidemias também foram responsáveis por crises sanitárias no mundo, trazendo com elas sofrimento e desordem no cotidiano das pessoas. Na infestação por peste negra ou peste bubônica na idade média, “estatísticas tradicionais falavam que 1/3 da população europeia faleceu com a peste, mas estudos recentes têm apontado que a doença causou um impacto muito mais profundo na Europa. Eles têm afirmado que de metade a 2/3 da população europeia faleceu” (Santos *et al*, 2020, p. 05). Ao longo da história, o Brasil vivenciou outras pandemias, segundo Araújo (2022, p. 15) “suscitadas pela colonização e pelo tráfico de escravos, sendo introduzidas no país doenças provenientes de outros continentes, até então desconhecidas pela população local”. Como por exemplo, a epidemia de tuberculose (1549), da varíola

(1555, 1563, 1660, 1690, 1720 e 1740), da febre amarela desde meados do século XIV até 1849. E a cólera em 1855. Na segunda metade do século XX, o sarampo, a malária e a AIDS são também exemplos de momentos pestilentos.

Sobre as implicações de epidemias, Brito (1997, p. 13) ressalta que estas ultrapassam o estritamente biológico e são evidentes os impactos demográficos. Os efeitos de um evento cujas consequências mais notáveis são sentidas exatamente na esfera das relações cotidianas. Sobretudo, trazem consigo a ameaça de dizimação coletiva. Na pandemia de Covid-19, em 2020, por exemplo, a população teve suas relações sociais afetadas pelo isolamento social, na esfera educacional, o uso das tecnologias digitais, o ensino fora dos muros da escola e a importância da família para o processo de ensino e aprendizagem foram impactos evidentes. Para Schwarcz e Starling (2020, p. 17) cada um desses males guarda sua história, sua especificidade e desenvolvimento. Só o que há de comum é a maneira como a humanidade reage a eles. Ao longo de décadas, não se tem um preparo para vivenciar uma pandemia, tornando os efeitos negativos catastróficos.

Deste modo, pouco mais de 100 anos antes da propagação do coronavírus, o mundo se deparou com o surto que se tornou mundial em 1918. Em meio à Primeira Guerra Mundial, se desenvolveu uma doença respiratória letal para alguns. A doença propagou-se rapidamente no mundo e se tratava de uma infecção por vírus que ficou conhecida como *influenza hespanhola*. O termo *influenza* “nasce na Itália, pois lá ela normalmente aparecia no inverno, por influência do frio” (KOLATA, 2002, 16). Quanto ao termo espanhola, “nasce pelo fato de a Espanha se posicionar como país neutro na guerra e relatar oficialmente os primeiros casos de gripe” (MAUAD, 2020, p. 4). Porém, a gripe de 1918 recebeu diferentes nomes como “espanhola”, “terrível mal”, “pneumônica”, “mal reinante”, “gripe”, dentre outros.

Em virtude da Grande Guerra, designar uma doença com o nome do inimigo ou do estrangeiro é algo que se repete pelo menos desde a Idade Média. O surto de gripe de 1918 também era chamado pelo nome dos opositores da guerra. Tal como “os soldados alemães chamavam a peste de “febre de flandres” na Polônia, a “gripe de bolchevique”, na Pérsia, “gripe inglesa”, em San Sebastián, perto da fronteira com a França, “gripe francesa” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 14). Outra alcunha conhecida nesse contexto dramático é “bailarina” ou “dançarina da morte”. Schwarcz e Starling (2020, p. 35) afirmam que a virose recebeu este nome “porque dançava e se disseminava em larga escala, e deslizava com facilidade para o interior das células do hospedeiro e se alterava ao longo do tempo e nos vários lugares”. Estudiosos consideram também que a doença obteve este nome pela quantidade e rapidez de mutação do vírus.

A pandemia de 1918 durou até meados de 1919, de origem ainda não resolvida, sendo que neste período aconteceram três ondas. Inicialmente o hemisfério norte foi atingido com a primeira onda, considerada leve, no período de março a julho de 1918, que depois se espalhou globalmente. A segunda

onda durou aproximadamente de agosto de 1918 até o início de 1919. E uma terceira onda ocorreu entre fevereiro e abril de 1919 e foi de gravidade intermediária. (ALONSO *ET AL*, 2011). Não há um número exato de vítimas; os dados reais são imprecisos, entretanto, estudiosos apontam que em média 20 a 100 milhões de pessoas morreram; em média 600 milhões, quase um terço da população foi contaminada na época, estima-se que o número de habitantes no mundo era de 2 bilhões. A pandemia foi “considerada a maior da história do século XX, matou tanto em tão pouco tempo, ao passo que a guerra matou 8 milhões, alguns supõem que adoeceram entre 80 e 90% dos habitantes do planeta” (MARTINS, 2003, p. 106). Os motivos da ausência ou incerteza dos dados reais, segundo Kolata (2002, p. 17), provém do fato de “muitos lugares atacados pela gripe não apresentarem estatísticas de mortalidade”. Este contexto tem gerado desafios para os historiadores e estudiosos do assunto, muitos caracterizam a epidemia como misteriosa ou mesmo pandemia esquecida.

No Brasil, a gripe chegou na terceira onda, entre agosto de 1918 e fevereiro de 1919. Gracino (2021, p. 2) considera que o país estava despreparado, sem conhecimento científico e técnico para conter a doença que contagiou principalmente pessoas pobres. Estudiosos indicam que os primeiros infectados “estejam relacionados ao desembarque do navio Demerara, proveniente de Liverpool e Lisboa, que aportou no Recife em setembro de 1918. Ele realizou, posteriormente, escalas em Salvador e Rio de Janeiro” (ARAÚJO, 2022, p. 35). A crise sanitária teve início nas cidades portuárias e depois o vírus foi percorrendo o interior do Brasil.

Outro aspecto observado é que as “camadas populares viviam em condições insalubres, ausência de serviços básicos (água, esgoto e luz) e a falta de acesso à assistência hospitalar explicam o maior número de vítimas em meio à população carente” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 67). Além disso, Araújo (2022, p. 35) aponta que a onda de gripe “causou colapso, ocupação das casas de saúde, em algumas cidades houve colapso funerário por falta de caixões e coveiros”. As medidas sanitárias adotadas são as mais variadas em diferentes cidades, não havia um padrão de organização destas pelo poder público. No Rio de Janeiro, por exemplo, “proibiram-se aglomerações, fecharam-se fábricas, faltavam alimentos, remédios e leitos” (ARAÚJO, 2022, p. 35). Escolas foram fechadas e outras transformadas em postos de socorro.

A PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA ENTRE 1918 E 1919.

Neste trabalho foram analisados os estudos que abordam como a educação foi afetada pela circulação acelerada do vírus da *influenza* espanhola em 1918. Para isto, utilizaram-se estudos publicados no Portal de periódicos da CAPES entre os anos de 1997 e 2024. Intervalo este, da primeira publicação divulgada até a última sobre a gripe de 1918 no referido portal. A pesquisa ocorreu durante o mês de junho

de 2023 a março de 2024. Na busca, utilizou-se o termo “gripe espanhola”, sendo encontrados 221 resultados, publicados entre 1991 e 2024. A maior parte dos artigos está publicada na língua inglesa (174 artigos) seguida de 96 na língua portuguesa e 11 na língua espanhola. Quanto aos assuntos indicados pela plataforma, se destacam “gripe espanhola” (31), “*history*” (23), “Covid -19” (22), “*Spanish Flu*” (19) e “*History & Philosophy Of Science*”, seguidos de “*pandemic*” (14), “*epidemia*” (11) e “*influenza*” (11). Verifica-se que os artigos não trazem em seus títulos, ou não está evidente, o termo “educação”. Quando se busca no portal o termo “*Influenza* espanhola”, o número de publicações diminui para 96 resultados, revelando a preferência pelo uso do termo gripe espanhola nos diferentes estudos.

Quando se utiliza o filtro refinamento para verificar quais dos 221 artigos foram publicados antes, durante e após a pandemia do coronavírus, constatou-se que 101 foram publicados entre 1991 e 2019, recorte temporal que equivale a 28 anos, em média três publicações por ano. No período correspondente a emergência sanitária por coronavírus entre 2020 e 2022, de acordo com a Portaria Nº 913, que declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (BRASIL, 2022), identificam-se 100 artigos. Ou seja, em três anos foram publicados em média 33 artigos referentes à pandemia de gripe espanhola. Em seguida, verifica-se que, após o encerramento da emergência sanitária por Covid-19 no Brasil, correspondendo ao período entre 2023 e 2024, foram lançados na plataforma 20 artigos sobre a pandemia de 1918. Deste modo, há incidência maior na publicação de artigos que estudam a *influenza* espanhola no período de infecção por Covid-19 entre 2020 e 2022.

Historiadores consideram que a pandemia de 1918 passou a ser estudada com mais frequência durante a pandemia de 2020, quando o mundo inteiro sofria com a infecção, e na tentativa de compreender os momentos epidêmicos, estudiosos de todo o mundo buscaram aprofundar os estudos científicos sobre as pandemias que antecederam a Covid-19. Com relação a isto, El-Dine; Mello (2021, p.17) sinalizam que a presença de historiadores na imprensa durante a pandemia de 2020 foi mais significativa do que em outras epidemias, nas quais a gripe espanhola emergiu como referência. Foi constantemente reiterada a ideia de que o conhecimento histórico poderia tanto nos orientar no presente quanto apontar caminhos para o pós-pandemia. Nesse sentido, percebe-se que pesquisadores passaram a investigar com mais frequência a história da pandemia por gripe espanhola para entender o momento de crise que se instaurou em consequência da disseminação do coronavírus.

Ao realizar nova pesquisa no portal, utilizando o termo gripe espanhola vinculado ao termo Brasil, o resultado obtido apresentou registros para o período entre 1991 e 2023, totalizando 86 resultados. Dentre estes, 27 artigos não retratam a pandemia de Covid-19 e não o termo utilizado na busca. Sendo que 26 artigos estão duplicados. Em razão disto, desconsidera-se para a análise desta pesquisa a soma de 53 artigos;

Os impactos da pandemia de gripe espanhola para a educação entre 1918 e 1919

com isto, restaram 33 publicações com títulos que contemplam a pandemia de 1918 no Brasil, elencados a seguir:

TABELA 1 – Ano de publicação das pesquisas sobre a gripe espanhola no Portal de periódicos da CAPES.

Ano de publicação (artigos)	Quantidade de pesquisas sem duplicação
1997	1
2005	3
2008	1
2009	2
2010	1
2016	2
2017	1
2020	2
2021	10
2022	6
2023	4
Total	33

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

A partir da análise do quadro acima, foram publicados mais artigos em 2021, seguidos de seis em 2022 e quatro em 2023. Evidenciando o maior número de estudos durante a pandemia por coronavírus, com soma de 18 artigos entre 2020 e 2022. Quanto a área de estudo, 27 artigos são da área de história, sendo que duas perpassam pela área do direito, uma literatura e uma religião. Quatro periódicos são da área da saúde, destes, dois são da área da saúde coletiva. Das 33 publicações acima, nenhuma trata ou aborda diretamente o tema educação, tão pouco retratam a esfera educacional no contexto da pandemia de 1918.

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA GRIPE ESPANHOLA ENTRE 1918 E 1919.

Problematizar a educação no contexto da gripe espanhola é um desafio, uma vez que os estudos que abordam estes dois temas ainda são raros. É necessário aprofundar as discussões acerca da temática da educação na pandemia de 1918. Na tentativa de obter resultados sobre a educação recorreu-se ao Portal de Periódicos e, utilizando o termo “gripe espanhola e educação”, obtiveram-se 34 resultados divulgados no intervalo de 2001 e 2024. No entanto, durante a análise, verificou-se uma quantidade significativa de artigos duplicados, muitas vezes mais de uma versão na língua portuguesa e/ou inglesa, totalizando sete artigos repetidos. Exclui-se também 18, pois, após a leitura dos referidos resumos, é possível concluir que estes

Os impactos da pandemia de gripe espanhola para a educação entre 1918 e 1919

não abordam o tema educação no contexto da *influenza*. Sendo assim, considera-se um total de 10 publicações para realização da análise mais detalhada, como se verifica na tabela abaixo:

TABELA 2 – Artigos sobre a gripe espanhola e a educação (CAPES)

Nº	AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO
1	Oliveira, C; Silva, R. J. A. da; Serafim, T. M.	Pandemias e infância: um olhar para a pequena infância nas crises sanitárias (1918-2020) na perspectiva da cultura material.	Revista Brasileira de História da Educação	2024
2	Figueredo, Eluana Borges L. de; <i>et al</i>	Influenciadores da desinformação nas pandemias de gripe espanhola e Covid-19: um estudo documental.	Revista Brasileira de Educação Médica	2022
3	Santos, Ademir Valdir	Escolas como postos de socorro: instituições escolares na epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro (1918).	Revista Brasileira de História.	2021
4	Venâncio, André L. J; Mignot, Ana C.	O Pandemônio de 1918: Testemunho de um médico para a posteridade	Educação em Questão	2020
5	Ribeiro, Anna C; Marques, Maria C; Mota, André	A gripe espanhola pela lente da história local: arquivos, memória e mitos de origem em Botucatu, SP, Brasil, 1918	Interface	2020
6	Martins, Liane M. B; Silva, Silvana C. H. P. Da	A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937).	Revista Brasileira de História da Educação	2014
7	Martins, Liane M. Bertucci	Ciências da cura: Debates, embates, educação popular no final dos anos 1910.	Esboços	2007
8	Martins, Liane M. Bertucci	Entre doutores e para os leigos: fragmentos do discurso médico na influenza de 1918.	História, Ciências, Saúde-Manguinhos	2005
9	Martins, Liane M. Bertucci	Memória que educa: Epidemias do final do século XIX e início do XX.	Educar em Revista	2005
10	Martins, Liane M. Bertucci	"Conselhos ao povo": educação contra a influenza de 1918.	Cadernos CEDES	2003

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

A partir da tabela, se destaca a historiadora Liane Maria Bertucci Martins, que por volta de duas décadas aborda a educação em circunstância da pandemia de 1918. A tabela demonstra que a pesquisadora apresenta a problemática antes da pandemia de 2020. Tendo publicado entre 2003 e 2014 diferentes artigos contemplando discussões que envolvem a educação e a saúde em diferentes pandemias durante os séculos XIX e XX, os quais serão analisados mais adiante.

Dos periódicos da tabela, o mais atual foi publicado em 2024. Trata-se do artigo de Oliveira, Silva e Serafim (2024), intitulado [Pandemias e infância: um olhar para a pequena infância nas crises sanitárias \(1918-2020\) na perspectiva da cultura material.](#) O estudo versa sobre as relações e concepções higienistas de saúde e assistência, temas precursores da creche enquanto instituição de atendimento à infância. E analisa as medidas e protocolos de enfrentamento a gripe espanhola no interior de uma instituição para crianças pequenas na cidade de São Paulo em 1918 e na pandemia por coronavírus em 2020. O artigo faz o recorte temporal entre 1918 e 1919, analisando as atas de reuniões da creche Baronesa de Limeira, localizada na

cidade de São Paulo. A creche surgiu no início do século XX e destinava-se aos cuidados para das crianças pobres da época. O período foi marcado pelo aumento populacional nos grandes centros urbanos, dado que ocasionou uma série de problemas sociais, dentre eles o desemprego, a pobreza, altas taxas de mortalidade ou abandono infantil. Para as autoras, neste contexto, a elite da sociedade brasileira passou a atuar nos problemas sociais emergentes e criou instituições sociais que, em certa medida, higienizam as cidades e promovem o ordenamento e o controle da população pobre.

Embora a creche Baronesa de Limeira permaneça em atividade atualmente, seu modelo de atendimento foi alterado à medida que a educação para crianças pequenas se modificou por questões de âmbito social e/ou política educacional. Para Kulhmann Jr. (2015), desde finais do século XIX, os serviços prestados ao atendimento da criança pequena se articulavam às iniciativas jurídico-policia, médico-higienista em meio as práticas religiosas da época. Na creche Baronesa de Limeira, o atendimento era pautado na ética e costumes religiosos. A instituição propôs atendimento e assistência à infância nos aspectos de saúde e higiene um ano antes da pandemia de gripe com a criação de um laboratório médico em suas dependências e a presença de médico-higienista em meio as práticas cotidianas da instituição.

As autoras ressaltam que mesmo com a história de vinculação à assistência, não é possível negar um viés educativo nas práticas das creches. Afinal, a partir do momento em que demarca um atendimento pautado na moral cristã, não há dúvida sobre o fato de que tinha determinada forma de cuidar e, conjuntamente, educar as crianças. Acrescentam ainda que alguns impactos da pandemia na instituição, dentre eles, a suspensão de atividades e reuniões, a prática de confinamento de crianças e funcionários para evitar contato exterior e contágio das crianças abrigadas e a criação de uma sala de isolamento. Essas ações visavam isolar as crianças que manifestassem alguns sintomas de qualquer doença infecciosa, de modo a não representar risco sanitário ao ambiente da instituição. No entanto, houve contaminação dos médicos que trabalhavam na creche. Fazendo com que o atendimento fosse realizado através de telefone pela irmã superior durante os dias de afastamento do serviço médico.

O estudo considera que as medidas adotadas foram cruciais, pois a instituição tinha um potencial fluxo e concentração de pessoas que poderiam tornar o ambiente propício para disseminação do vírus. Aponta ainda que o relatório anual de alguns dos números relacionados à mortalidade no contexto da gripe demonstrou o número de 146 óbitos de menores de dois anos em uma semana, durante o mês de dezembro, na cidade paulista. Enquanto a mortalidade na creche foi de seis entre 1918 e dezembro de 1919.

Para as autoras, a discussão se inclina às questões relacionadas às práticas pedagógicas da educação infantil ao longo da história e problematiza as interferências do campo médico higienista como elemento constituinte do fazer educacional, expresso pela marcada preocupação com o controle, a limpeza e a higienização dos corpos infantis.

No segundo artigo da tabela 2, Figueredo; et al (2022) buscam compreender aspectos da propagação de informação falsa nas pandemias por gripe espanhola e Covid-19. Para os estudiosos, ao olhar para a pandemia 1918, notamos que a história é viva e reverbera no futuro, pois “com a pandemia de 2020 reaparecem os velhos problemas de desinformações, tais como: boatos, receitas milagrosas, medicamentos sem comprovação científica, teorias conspiratórias entre outros” (FIGUEREDO *ET AL*, 2022, p.02). O artigo aponta para a urgência de o setor saúde compreender o fenômeno da desinformação no passado para entendê-la no tempo presente. E assim, elaborar medidas educativas concretas de intervenção, já que tais desordens informacionais geram um problema de desconfiança.

Destaca ainda que a formação em saúde pode ajudar os profissionais a compreenderem o fenômeno, para atuarem como influenciadores de informação baseada em evidências científicas. A formação contínua do profissional agrega no seu desenvolvimento profissional, pois o “desenvolvimento profissional tem uma conotação de evolução e continuidade” (GARCIA, 2009, p. 09). A formação contínua é aquela que o profissional busca durante todo o seu desenvolvimento profissional. Neste sentido, ela pode tornar-se aliada dos profissionais da saúde e configurar mais segurança para combater os males que uma notícia falsa pode causar.

No artigo intitulado “*Escolas como postos de socorros: instituições escolares na epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro (1918)*”, Santos (2021), utilizou edições do jornal *Correio da Manhã* para identificar impactos da disseminação da gripe espanhola em instituições escolares na cidade do Rio de Janeiro. Os resultados demonstraram que várias escolas foram fechadas e transformadas em postos de socorro. Em consequência disso e da carência de profissionais da saúde, os professores foram solicitados a atuar diretamente nestes postos de socorro, atribuindo-lhes novas funções. Essas ações sinalizam a incorporação de mudanças temporárias na finalidade social da escola e atuação docente, pois quando a crise sanitária se encerra, estas mudanças se desfazem e retomam seu estado inicial. Santos acrescenta que os exames finais para promoção de estudantes foram interrompidos, sendo realizadas as aprovações por média anual.

Outro aspecto observado foi o adiamento dos exames preparatórios do ensino superior e o benefício aos alunos do curso de medicina que trabalharam na assistência à população durante a pandemia.

Venâncio e Mignot (2020), no artigo intitulado [*O Pandemônio de 1918: Testemunho de um Médico para a Posteridade*](#), falam da pandemia de gripe, a partir do livro *O Pandemônio de 1918*, inscrito pelo médico Moncorvo Filho, publicado em 1924, pelo departamento da criança no Brasil, na cidade Rio de Janeiro. Segundo os autores o livro aborda um testemunho do médico que assumiu uma posição de destaque no combate à gripe espanhola, pois denunciava os problemas sociais e a falta de condições sanitárias que dificultavam a ação naquele momento. Ele deixou registrado as dificuldades que enfrentava o poder

público, médicos, cientistas e, em particular, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), órgão por ele criado para cuidar de crianças, a partir de práticas que vinha desenvolvendo em suas pesquisas. Além disso, pretendia enfrentar os problemas da infância, tais como os altos índices de mortalidade infantil no Brasil.

Para Venâncio e Mignot (2020), Moncorvo Filho estava inserido no movimento denominado de *nacionalismo militante*, neste “os intelectuais não se importavam com a origem social ou profissional a qual se vinculavam, mas usavam sua formação e campo de atuação para propor caminhos, visando a superação dos problemas que assolavam o Brasil” (VENÂNCIO; MIGNOT, 2020, p. 04). Esses missionários se articulavam para criar um ideário que pudesse ser construído a partir de uma nova tradição, com a inserção de novas práticas que se alinhassem as dos países europeus, norte-americanos e ao movimento higienista surgido na segunda metade da década de 1910.

Moncorvo atuou em iniciativas com foco no combate ao analfabetismo, na fundação de um curso popular de higiene infantil em 1915, na criação e participação em diversas instituições de cunho científico. O que evidencia interesse com a questão social, com especial atenção à infância, pois considerava que as crianças, em sua maioria, viviam sem noções básicas de higiene, o que contrariava todas as nações científicas e sociais que se esperava para o desenvolvimento de uma vida mais digna.

Desse modo, empenhava-se propondo medidas para a infância, divulgando trabalhos no campo do higienismo ou comentando a pandemia. Assim, a proteção à infância na agenda do médico “tinha por objetivo intervir na vida das crianças para impedir que fossem acometidas desses males. Em seus projetos constava a pauta de instruir as famílias para os cuidados higiênicos e profiláticos, a partir do ensino de puericultura, medicina caseira e educação doméstica” (VENÂNCIO; MIGNOT, 2020, p. 04).

Moncorvo Filho e profissionais como médicos, enfermeiros e voluntários levavam remédios e ajudavam no combate à doença e ensinavam práticas de higiene para a população que não tinha acesso à educação. Estas práticas educativas tiveram efeito satisfatório na contenção da quantidade de mortos pela doença.

O artigo demonstra que havia preocupação em incentivar ações de assistência à infância, pois o público infantil mais pobre enfrentava problemas de altos índices de mortalidade. Assim, incentivou-se a adoção de práticas educativas de higiene para combater a gripe entre a população mais pobre que sofria com a precariedade de saneamento, serviços de saúde e educação.

Ribeiro, Marques e Mota (2020), no artigo intitulado *A gripe espanhola pela lente da história local: arquivos, memória e mitos de origem em Botucatu, SP, Brasil, 1918*, propõem desconstruir as ideias, as singularidades e capturar as representações e expectativas sobre a passagem do vírus da gripe na cidade paulista.

Deste modo, destacam-se alguns aspectos considerados mais relevantes quanto a desconstrução destes mitos pautados pelo artigo. O primeiro deles é o discurso progressista e linear de desenvolvimento afetado pela pandemia. Muito se falava acerca da excepcionalidade sanitária paulista, o quanto o Estado seria o único capaz de empreender um projeto civilizador. Inclusive, estava presente nas práticas que cercaram as instituições escolares em torno da sociedade paulistana na Primeira República. Mas durante a pandemia de 1918 foram identificados os lugares ocupados pela Saúde e pela Educação. Com relação a isto, enquanto “as ações e discursos empregados na formação de crianças e normalistas pregavam a disseminação de valores e comportamentos afeitos à urbanização, à industrialização e ao nacionalismo” (RIBEIRO; MARQUES; MOTA, 2020, p. 5). Mais tarde, estas ações e discursos são abalados quando a *influenza* entra em cena, pois a escola normal em Botucatu teve seu edifício transformado em hospital provisório durante a epidemia.

A investigação aponta ausência de políticas públicas de conservação, preservação e disseminação de arquivos históricos em Botucatu. Como destacam os autores, “os acervos em sua maioria encontram-se dispersos e com materialidade comprometida, fragmentados em suas séries e sem tratamento arquivístico” (RIBEIRO; MARQUES; MOTA, 2020, p. 3). Para os autores, a dispersão de fontes ou a interrupção destas revelam o modo “como o passado encontra-se articulado na construção e reconstrução da memória local, refletindo o que se pretende preservar em torno de discursos e representações, na luta pela dominação da recordação e tradição” (RIBEIRO; MARQUES; MOTA, 2020, p. 3). A seleção, ocultação ou mesmo destruição de vestígios históricos pelo poder público denota o controle do registro e da memória, por meio de retenção de fontes, ao mesmo tempo que constrói narrativas sobre a identidade individual e coletiva.

Neste sentido, os discursos introduzidos pelos veículos de comunicação da época alimentavam ideias de que o espaço urbano era isento de conflitos e tensões sociais, ideias reafirmadas pela elite local. O jornal *Correio de Botucatu*, por exemplo, era escrito sob forte influência de um político e continha em seu escopo editorial a representação da cidade sob a ótica dos setores dominantes. Os autores do artigo em questão reinscrevem os documentos históricos em seu tempo, decifrando o acontecimento da palavra em seus trajetos. Sobre a construção histórica, Luca (2022, p. 30) nos fala que está “não revela verdades para sempre estabelecidas, que assim como o presente, o passado comporta múltiplas possibilidades, razão pela qual o discurso historiográfico é marcado pela mutabilidade”. Os momentos históricos estão sujeitos a alterações e interpretações.

Outro fato notado pelos autores era o pouco destaque ocupado pela grave doença nas edições do jornal *O Correio de Botucatu*. Porém, a conveniência, suposto controle de informação e silenciamento foi barrado, quando a gripe causa a morte do principal editor em meados de novembro. Outro aspecto, era a cidade de Botucatu na época ser considerada com localização privilegiada e sob o comando da elite local.

Era caracterizada como uma cidade linda, rica, próspera, atraente e mais populosa do planalto ocidental. “Proclamou-se livre de doenças pelo clima, pela profusão de associações de benemerência, aparato médico-sanitário e equipamentos republicanos dos quais dispunha, mitificando-se em torno de um território promissor, aprazível e salutar, no imaginário paulista” (RIBEIRO; MARQUES; MOTA, 2022, p. 07).

Porém, as epidemias do final do século XIX e início do XX fizeram crianças e jovens suas principais vítimas. Fato este que, segundo autores, culminou na instalação da primeira Delegacia Estadual de Saúde de Botucatu. Contudo, três meses após a instalação do órgão, a gripe espanhola se propagou, fragilizando os discursos em volta do destaque regional que a cidade ocupava, os elogios às condições climáticas e de higiene, a assistência institucionalizada, as relações do poder local com o governo estadual, inclusive a ideia de que as forças do vento barrariam a epidemia. (RIBEIRO; MARQUES; MOTA, 2020, p. 08)

O artigo ressalta que instituições religiosas contribuíram na assistência local aos enfermos. No entanto, destaca também as contradições, as motivações e soluções encontradas pela elite junto a Igreja Católica, no enfrentamento às endemias e à pobreza. Além disto, o auxílio do poder público à estas instituições e a versão oficial divulgada pelos gestores públicos sobre a epidemia da *influenza* na cidade, que ao se deparar com a crise sanitária, demonstrou sua fragilidade em barrar os altos índices de infectados pela doença.

Os autores concluem ressaltando que o número de infectados e mortos pode ser maior que os dados apresentados, pois a crise instaurada demonstrou fragilidade dos serviços públicos de saúde e culminou na interrupção dos Correios, causando a subnotificação dos casos de gripe, dos registros de óbitos e de enterramentos ou mesmo o apontamento errôneo da causa mortis nos cartórios civis. Revela ainda que a história da gripe espanhola ainda se apresenta como campo a ser explorado por historiadores, principalmente ao possibilitar a comparação das ideias e modelos de saúde propostos, executados ou não pela agenda sanitária paulista na Primeira República. Assim como sinalizam as contradições elencadas para a desconstrução das ideias que dificultam a compreensão do passado e o enfrentamento das injustiças constitutivas ao longo da formação sócio-histórica.

Já Martins e Silva (2014) realizaram um estudo sobre o Asilo São Luiz em Curitiba, no Paraná, fundado após a pandemia de 1918, para acolher adultos e crianças que tiveram todos os parentes mortos pela *influenza* e oferecer aulas de ensino primário e profissionalizantes. O estudo problematiza as últimas décadas do século XIX e início do século XX, período que abarca o fim da escravidão e a implantação do regime republicano. Neste período, os discursos apontavam uma preocupação educacional, pois crianças e jovens vagavam pelas ruas do Rio de Janeiro em situação de desamparo. Neste momento, “ganha ênfase o conceito de trabalho como possibilidade de redenção humana, fonte de riqueza e criação, força moral e dignidade” (MARTINS; SILVA, 2014, p. 108). Isto se desencadeou no esforço de transformar menores

órfãos, abandonados ou delinquentes, vários deles negros ou mestiços, em trabalhadores. Educar aparecia como meio tanto para a manutenção da sociedade, quanto para seu desenvolvimento e prosperidade futura.

Aos poucos, as autoridades governamentais criavam as escolas profissionalizantes com o intuito de ensinar os ofícios manuais e mecânicos mais convenientes para as regiões nas quais estavam localizadas. O artigo aponta que na época viviam na capital paranaense muitos imigrantes que chegaram atraídos pela possibilidade de trabalho. No entanto, "muitos não possuíam capacitação adequada para as vagas de trabalho disponíveis, aumentando o número de desocupados, biscateiros e mendigos e, o que muitos consideravam mais grave, era grande a quantidade de menores entre eles" (MARTINS; SILVA, 2014, p. 109).

Com a chegada da pandemia de 1918, os problemas sociais se ampliaram, despertando a iniciativa de religiosos na criação de instituições de amparo. O asilo oferecia cursos profissionalizantes de marcenaria, sapataria e alfaiataria. Alguns saíram da instituição com emprego garantido, outros atuaram como autônomos no final de 1934. Para a criação, manutenção e ampliação das oficinas, as Irmãs do Asilo São Luiz recorreram diversas vezes ao governo estadual, aos políticos paranaenses e aos moradores de Curitiba.

De acordo com os livros de registro da instituição, entre 1919 e 1937, foram atendidas 354 crianças e jovens. Desse total, 271 eram brancos, 42 morenos, 21 pardos e 20 negros. Neste sentido, a quantidade de abrigados brancos superava mais da metade dos menores e jovens atendidos, a clientela de negros, morenos e pardos soma 83 abrigados. Portanto, o estudo demonstra que a iniciativa foi tomada em consequência da pandemia, ocasionando um impacto duradouro para a educação, uma vez que o orfanato nasceu em virtude da crise sanitária e perdurou. As práticas de ensino desenvolvidas dentro do asilo demonstram a articulação efetiva de formação para o trabalho com início na infância. Porém, demonstra a desigualdade no atendimento à população negra.

No artigo, "*Ciências da cura: Debates, Embates, Educação popular no Final dos anos*" 1910, Martins (2007) analisa os discursos elaborados por profissionais da saúde no período da gripe, expondo as concepções de ciência médica de dois grupos que procuravam educar a população de São Paulo. Constata que após o ano 1890, cientistas da área da saúde tentavam ampliar sua atuação social. Era cada vez mais crescente a publicação de estudos que divulgavam preceitos sobre doenças e cura. As práticas de curandeiros, sangradores e parteiras começaram a ser desconsideradas como atividades legalizadas, pois há séculos atuavam entre enfermos e necessitados. Segundo a autora, em 1910 começam a tornar-se evidentes os estudos voltados para alopatria e homeopatia. O primeiro é considerado medicina tradicional, nele "os medicamentos são utilizados para tratar as patologias por meio de ações contrárias aos sintomas." Por exemplo, para febre, utiliza-se antitérmico; para dor, analgésico; e contra infecção bacteriana, antibiótico" (ROSENBAUM, 2005, p. 42). O segundo trata-se de uma "abordagem terapêutica que busca estimular a

capacidade de autocura do organismo, usando doses extremamente diluídas de substâncias naturais” (ROSENBAUM, 2005, p. 42).]

No entanto, a autora define que ambos os debates “defendiam as ações científicas na tentativa de educar as pessoas, instruindo-as sobre procedimentos que julgavam adequados para amenizar dores e acabar com enfermidades” (MARTINS, 2007, p. 74). É importante notar que o papel dos dois grupos no momento de crise, para aliviar o sofrimento das vítimas e instruir a população nos princípios das suas ciências pode ter sido essencial. Mas, para os leigos, muitas vezes, pouca diferença fazia entre homeopatia ou alopatia, para população mais pobre, o importante era conseguir um medicamento para acabar com a doença.

No artigo seguinte, cujo título é *Entre doutores e para os leigos: fragmentos do discurso médico na influenza de 1918*, Martins (2005) descreve duas indicações para o tratamento dos doentes no período de infecção por *influenza*, as prescrições aprovadas pela Academia Paulista de Medicina e a ‘mercurialização’. A estudiosa busca ordenar saberes sobre a gripe espanhola e os debates a respeito dos tratamentos que explicitavam tanto a forma como o discurso médico-científico era elaborado quanto o seu crescente hermetismo para o entendimento popular. Quando a gripe de 1918 começou a se espalhar pela cidade de São Paulo, o “Serviço Sanitário do Estado,” informava que se tratava de uma enfermidade para a qual não pode haver profilaxia eficaz, regional ou local, toda ela deve ser individual” (MARTINS, 2005, p. 144). Foram divulgadas práticas educativas de higiene e cuidados pessoais.

Com o anúncio das primeiras vítimas da gripe, os médicos e governantes começaram a ser criticados pela imprensa. O número de mortes se elevava, debates foram promovidos pelo governo na tentativa de reordenar os serviços até então realizados. Junto a isto, uma gama de remédios foi aprovada pelas autoridades sanitárias. Porém, fabricantes passaram a anunciar que seus produtos combatiam a gripe espanhola, utilizando muitas vezes a mesma linguagem manipulada para comercializar poções sem aprovação científica. Neste sentido, aos poucos foram adotadas ações pontuais, com o intuito de frear anúncios de remédios que se apresentavam como milagrosos. Um movimento que substituiu a palavra “cura” por “indicado” e uso de termos de maneira pouco eficiente para socorrer as pessoas sem instrução.

A autora defende que a especialização da fala médica, os espaços privilegiados para aquela fala, a comunicação entre pares e com aqueles considerados leigos não surgiram com a epidemia, mas ganharam uma visibilidade ímpar naquele período. Martins (2005, p. 155) explica que a pandemia de 1918 “apontou a diferença entre aquela fala especializada, já usada entre médicos, e a outra, para os leigos, que divulgava termos facilitadores da instrução das pessoas e buscava educar os indivíduos como pacientes (dependentes?) do saber médico”. O discurso médico, muitas vezes, possui uma linguagem mais complexa e que dificulta o entendimento, principalmente entre os leigos do assunto. Quando esta linguagem se aproxima do saber popular, ela se torna acessível a população mais simples e sem instrução. Neste sentido, esta preocupação

em fazer as pessoas entenderem os debates envolta da gripe auxilia na obtenção de medidas mais assertivas por parte da população. Ademais, a hospitalização dos doentes foi cada vez mais incentivada e as práticas educativas intensificadas, contribuindo para a queda dos índices de mortalidade. Martins (2005) também aponta que a discussão sobre a utilização do mercúrio no combate à *influenza* espanhola também mobilizou diversos médicos da academia, todos foram contra, pois, segundo estes, quem fez uso de injeção de mercúrio não se curou da gripe e uma pessoa faleceu. Contudo, havia “estudos que comprovavam o uso do mercúrio sublimado, isto é, cristalizado (sais de mercúrio), com alto grau de pureza, tanto como preventivo quanto curativo da gripe espanhola, inclusive de sua forma mais terrível, a pneumônica. Era a *mercurialização*” (Martins, 2005, p. 156). Com isto, o discurso dos que defendiam este tipo de medicamento e outros doutores era acirrado, as desavenças estavam cada vez mais frequentes entre os médicos. O artigo demonstra a importância dos debates científicos, porém naquele momento, pessoas infectadas precisavam de segurança no uso de medicamento e mais, segurança científica.

Já o artigo *Memórias que educam: epidemias do final do século XIX e início do XX* de Martins (2005), investiga como a memória da epidemia de febre amarela esteve presente nas ações e reações da população de Campinas, em São Paulo, desde as primeiras informações sobre a gripe espanhola. A febre amarela representou, entre as enfermidades endêmicas, a que primeiro mobilizou atenções nitidamente apreensivas quanto ao futuro econômico do estado de São Paulo. Ela marcou tão profundamente os moradores de Campinas, que nomes de praças, ruas e avenidas homenageiam desde então muitos daqueles que atuaram para minorar o sofrimento dos campineiros em 1889. A lembrança também foi ostentada “no brasão da bandeira de Campinas, que carrega a figura lendária da *Phenix* egípcia, é um símbolo da localidade renascida após a epidemia de 1889” (MARTINS, 2005, p. 76).

Estudos científicos anunciaram que o agente causador da doença era o mosquito *Aedes aegypti*. Para conter a doença, a Comissão Sanitária de Campinas adotou estratégias usadas em outras cidades que eliminavam o ciclo de vida do mosquito. Os resultados foram satisfatórios, repercutiu internacionalmente, ganhando legitimidade e adeptos. Em consequência das práticas adotadas, a epidemia de febre amarela desapareceu e as condições de salubridade do local melhoraram sensivelmente a vida dos campineiros.

Entretanto, a triste lembrança da virulência da epidemia de febre amarela ainda permanecia viva na memória dos habitantes da cidade, que eram diariamente educados sobre os desastres que uma epidemia pode causar. Contudo, em setembro de 1918, os moradores da cidade receberam as primeiras notícias de uma nova epidemia na cidade. Nesta época, os jornais anunciavam da seguinte maneira: “Campinas gozava de “lisonjeiro estado sanitário” e combatiam incansavelmente aqueles que se divertiam, incutindo pânico na população. Era necessário não se abater e afastar os pensamentos negativos, pois isso dificultaria o ataque da gripe epidêmica” (MARTINS, 2005, p. 77). Em contraponto, existiam problemas que poucos

queriam admitir que facilitavam a propagação da gripe, como a falta de água, péssimas condições higiênicas em bairros e cortiços. Assim, quando o número de doentes na cidade de São Paulo começou a crescer, autoridades de Campinas mandaram publicar no jornal instruções para educar informalmente a população para combater a gripe. Com o avanço da doença pelo país, a assistência médica não era suficiente para conter as demandas. Foi realizada mobilização e a educação foi um instrumento utilizado para conscientizar a cidade. Junto a isto, autoridades tomaram medidas por meio de projeto e votado como lei para conter a gripe. Com auxílio de entidades locais públicas e particulares, foi feita a ampliação de atendimento médico, de leitos para indigentes, organização dos hospitais de isolamento, postos de socorros, suspensão de aulas, distribuição de remédios, refeições e alimentos, interdição de vendas de frutas e sorvetes. Incluía também dieta leve, repouso, uso de remédios populares e os indicados pelos médicos em caso de sintomas. Houve fiscalização para coibir aumento dos preços dos alimentos, fiscalização na comercialização de produtos e aumento de pessoas trabalhando no setor de limpeza, para colaborar com a salubridade e saúde da comunidade. Para as autoridades, o isolamento social e a profilaxia individual eram cruciais no enfrentamento da doença. Após a onda da pandemia, o número de mortos foi considerado mínimo.

Ao final, a autora indaga sobre como a educação informal e cotidiana dos campineiros a respeito da pandemia, foi decisiva no período. Pelo fato de as autoridades tentarem educar a população com medidas e experiências passadas, como a epidemia de febre amarela. Assim, entende-se que as autoridades, instituições privadas e a população tomaram medidas assertivas para frear a infecção e obter resultados satisfatórios no controle da doença. A prática de educação informal parece ter exercido um papel decisivo na construção de práticas educativas de cuidados e higiene para população da cidade.

Do mesmo modo, no artigo "*Conselhos ao povo*": *educação contra a influenza de 1918*, Martins (2003) defende que a educação poderia ajudar a evitar a propagação do vírus da *influenza* entre as classes populares, com orientações de cuidados e higiene, por meio da divulgação intitulada de "Conselhos ao povo", nos jornais da época. A autora destaca que órgãos responsáveis pela saúde da população foram acusados de incompetência e incapacidade de combater a pandemia.

Entretanto, para outros, "o problema era diferente, tratava-se de uma questão eminentemente educacional." Instruções de higiene surgiam como dois grandes meios para se tentar acabar com a gripe no período crítico da epidemia" (MARTINS, 2003, p. 110). Educar por meio de prescrições médicas e atos de higiene, foram utilizados de forma sistemática pelos meios de comunicação da época, promovendo naquele momento práticas que consideramos educativas. Estas práticas "estão alicerçadas no tempo e no espaço, podendo ser exercida em ambientes formais e não formais. Ela não é uma ação que deriva de um conhecimento prévio, como acontece com certas engenharias modernas, mas sim uma atividade que gera cultura intelectual" (SACRISTÁN, 1995, p. 70). As práticas educativas são atividades que estão presentes

no nosso cotidiano e podem ser desenvolvidas por todos, independentemente do contexto, pois não necessitam de planejamento antecipado. Elas podem ser realizadas no ambiente escolar e fora dele. A difusão destas no contexto da *influenza* espanhola pode ter sido fundamental para a sociedade, principalmente para a população mais pobre, em sua maioria analfabeta.

A pandemia de gripe, em 1918, aconteceu durante os conflitos da Primeira Guerra, gerando sofrimento e insegurança. Nesse contexto, historiadores têm encontrado dificuldades em remontar a historiografia da epidemia, isto, pela ausência de políticas públicas de conservação, preservação e disseminação de arquivos históricos. E pelos discursos sobre a pandemia serem provenientes da classe dominante e da elite.

Acredita-se que, mesmo com as vivências de pandemias anteriores ao início do século XX, a gripe espanhola revelou o despreparo dos médicos e da ciência. Ao mesmo tempo, cientistas da área da saúde buscaram conhecimentos sobre outras pandemias para ampliar seus estudos e educar as pessoas. A presença de embates entre médicos na defesa de suas teses para o melhor e eficaz tratamento para espanhola é significativa. Todavia, acrescido de uma linguagem que facilitasse o entendimento para a população, deixando de lado o hermetismo.

Contudo, os episódios de desinformação se perpetuaram durante a pandemia, causando incertezas. Parece ser possível conter as falsas notícias através de formação em saúde e alinhado a ciência, principalmente por profissionais da área. Assim como as práticas educativas de higiene pessoal e procedimentos profiláticos foram adotados como importantes medidas de contenção da gripe.

Desse modo, a educação exerce protagonismo, quando cede seus espaços físicos e atores para executar medidas de enfrentamento da infecção. A colaboração de instituições privadas e religiosas auxiliou na obtenção de medidas sanitárias, principalmente de classes marginalizadas pelo poder público. Por fim, é sabido que, em meio ao elevado número de óbitos, em sua maioria entre a população com 20 a 40 anos, as crianças também sofreram as consequências, pois as políticas para infância caminhavam a passos lentos e havia poucas instituições de apoio, muitas sem o auxílio do governo.

Portanto, é interessante perceber, a partir da leitura dos artigos citados, que a maioria dos pesquisadores é de doutores e doutorandos participantes de Programas de Pós-graduação em Educação, História e Saúde Pública das universidades Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Dentre as pesquisas, uma pesquisadora é mestranda em História. Cinco artigos são estudos de autoria e/ou coautoria da historiadora Liane Maria Bertucci Martins que contribui para o debate acerca da educação e instrução da população no período da pandemia de 1918.

As práticas educativas desenvolvidas no contexto da pandemia de 1918 incluem na prática pedagógica o campo médico-higienista. Porém é necessário explorar como aconteciam as práticas

educativas diretamente com as crianças naquele contexto. Notamos ainda que a preocupação com a infância no início do século, realçava os ideais higienista importados tanto dos países europeus, como dos norte-americanos e sinaliza a preocupação médica em propagar as pesquisas científicas envoltas do tema infância.

A desinformação é um mecanismo que esteve presente nas pandemias de gripe espanhola e Covid-19. Discutir os impasses ocasionados por ela é essencial, no entanto, precisamos avançar nas medidas educativas concretas de intervenção mencionadas no artigo. É preciso tornar evidente as medidas educativas e como os profissionais de saúde serão abordados para realização de tais intervenções.

Embora a gripe espanhola tenha ocasionado transformações temporárias em escolas de algumas cidades, como é o caso do Rio de Janeiro e São Paulo, ainda é necessário explorar como a gripe foi abordada nos espaços educativos nas cidades do interior, especialmente aquelas mais carentes de serviços básicos de saúde e saneamento.

O estudo avança quando revela que a história da gripe espanhola ainda se apresenta como campo a ser explorado por historiadores, principalmente ao possibilitar a comparação das ideias e modelos de saúde propostos, executados ou não pela agenda sanitária paulista na Primeira República. Assim como sinalizam as contradições elencadas para desconstrução das ideias que dificultam a compreensão do passado e o enfrentamento das injustiças constitutivas ao longo da formação sócio-histórica, tais como a desigualdade, o racismo e as diferenças regionais. Porém, necessita-se aprofundar os estudos que possibilitem perceber tais injustiças ao longo da formação sócio-histórica.

A epidemia de gripe ampliou as desigualdades sociais, além disto, demonstrou que a maior parte da população, especialmente os pobres carecia de instrução. Naquele momento, profissionais de saúde enfrentaram as debilidades das políticas educacionais, pois a população era carente de saber formal e o analfabetismo assolava o país. Médicos e enfermeiros travaram uma batalha para educar a população com práticas educativas de higiene que pudessem diminuir os riscos de infecção por gripe. Tanto através dos impressos, na adoção de uma linguagem menos especializada, quanto por meio ações educativas utilizadas em epidemias anteriores a gripe espanhola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o final do século XIX e início do XX, os ideais republicanos circulavam pelo país. Adeptos do regime, acreditavam na emancipação do povo por meio da educação, visando colmatar o analfabetismo. Além disso, boa parte da população vivia sem condições sanitárias e de higiene básicas. O ensino primário se popularizava vagarosamente, deixando jovens e crianças marginalizados e sem instrução. Com a chegada da pandemia de gripe espanhola, as desigualdades sociais se ampliaram, sendo a população pobre a mais

vulnerável às mazelas da doença.

Buscar estudos sobre a pandemia ocasionada pela gripe espanhola e as relações com os processos educativos, ainda representa um desafio. E apesar de encontrar estudos que abordem os impactos da pandemia de 1918 para a educação, a maioria utiliza os dados da área da medicina, identificando o número de mortos, as decisões políticas, práticas de cura e a história da pandemia, deixando lacunas quanto a problematização da educação no contexto da gripe.

Neste estudo, percebe-se uma quantidade considerável de artigos duplicados no Portal da CAPES, fator que dificultou o processo de revisão bibliográfica. Todavia, a partir da análise da produção historiográfica, é possível perceber que estudiosos do assunto sinalizam que a pandemia provocou transformações em diferentes ambientes de aprendizagem, formais, não formais e informais, ocasionando impactos momentâneos e outros duradouros. Caracterizam-se como impactos momentâneos ou efeitos transitórios aqueles que duraram somente no período de disseminação letal da doença. Entre os impactos momentâneos destacam-se a paralisação das aulas, a transformação das escolas em postos de socorro, a atribuição de novas funções aos profissionais da educação para suprir a carência de profissionais da saúde no atendimento à população doente, o fomento de práticas educativas para a população se proteger da doença, linguagem acessível para a população sobre a doença, também ao uso de experiências de pandemias anteriores como reflexo para tomar decisões mais assertivas quanto as medidas sanitárias a serem adotadas.

Quanto aos impactos duradouros ou efeitos duráveis, caracterizam-se aqueles que aparecem e seguem após o período pandêmico, ou seja, as medidas tomadas em virtude das consequências da propagação da doença. Como é o caso da criação do asilo em Curitiba e no Paraná para acolher órfãos de vítimas da doença.

Ressalta-se que a crise sanitária demonstra, naquele momento, necessidade de políticas públicas de proteção à infância, uma vez que este público sofreu consequências graves. Na educação, foi notório o quanto o índice de analfabetismo dificultava o entendimento de práticas de higiene e cuidados, veiculados pelos jornais. Entretanto, quanto ao acesso a estes, é preciso problematizar, pois os periódicos, possivelmente eram de acesso principalmente da elite. Como ter certeza de que práticas educativas veiculadas pelos jornais chegaram à população marginalizada pelo estado?

A crise sanitária por gripe espanhola deixou expostas vulnerabilidades sociais, fragilidade de políticas públicas em saúde e educação ampliou as desigualdades sociais. Os estudos corroboram a debilidade de medidas de contenção da pandemia, e fornecem elementos implícitos, para afirmar que a educação pode auxiliar no controle de epidemias, por meio de práticas educativas, desde que essas sejam divulgadas e apreendidas pela população.

Os arquivos e acervos de memórias coletivas têm importante papel na construção do conhecimento

histórico e na desconstrução de ideias e notícias falsas, que dificultam o desenvolvimento do trabalho dos profissionais da saúde. Porém, quando buscam uma formação contínua baseada em saberes científicos, os efeitos das notícias sem embasamento científico podem diminuir consideravelmente. É fundamental que se aprofunde o conhecimento sobre os impactos das pandemias na educação, no intuito de que se compreenda quais respostas e quais sujeitos auxiliam para as transformações das práticas educativas durante os períodos de crise sanitária.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Wladimir J; NASCIMENTO, Francielle C; ACUÑA-SOTO, Rodolfo; SCHUCK-PAIM, Cíntia; MOLEIRO Marcos A. A pandemia de influenza de 1918 em Florianópolis: uma cidade subtropical no Brasil. *Revista Vaccine*, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2011.02.047>> Acesso em 10 de jan. 2024.

ARAÚJO, Maria Fernanda. Gripe espanhola (1918-1919): análise da gestão da epidemia no estado de Santa Catarina. (dissertação) Unesc, 2022. Disponível em: <[UNESC: Gripe espanhola \(1918-1919\): análise da gestão da epidemia no estado de Santa Catarina](#)> Acesso em 20 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto n.º 913 de 22 de abril de 2022.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <[Portaria-913-22-MS \(planalto.gov.br\)](#)> Acesso em 10 de fev. 2024.

BRITO, N. A. de. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro, 1997. *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 4, p. 11–30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000100002>> Acesso em mai. 2023.

EL-DINE, Lorennna Ribeiro Zem; MELLO, Vanessa. A gripe espanhola como lição”: a pandemia de 1918-1919 nos jornais “O Globo” e “Folha de S. Paulo” (1941-2020), 2021. *Revista NUPEM*, Vol. 13. Disponível em: <[10.33871/nupem.2021.13.29.13-35](#)> Acesso em 20 de mai. 2023.

FIGUEREDO, Eluana Borges Leitão De; RODRIGUES, Roberta Mariana Da Costa; PONTES Karina Castro Teixeira; OLIVEIRA, Marcela Teixeira De; OLIVEIRA, Juliana Taveira; SOUZA, Lilian De. Influenciadores Da Desinformação Nas Pandemias De Gripe Espanhola E Covid-19: Um Estudo Documental. *Revista Brasileira De Educação Médica*. Vol. 46.2, 2022. Disponível em: <[scielo.br/j/rbem/a/vB86wyBcynHNkvVXPzdhB6g/?format=pdf&lang=pt](#)> Acesso em 10 de mai. 2023.

GARCIA, Carlos Marcelo. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. 2009. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação* · n.º 8 · jan/abr 09, p.07-22. Disponível em: <[Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro | Marcelo | Sísifo \(ulisboa.pt\)](#)> Acesso em 15 jun. 2023.

GRACINO, Eliza Ribas *et al.* A pandemia e a educação na escola pública: a dualidade do ensino e a diferença das classes sociais. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 21, p. e021049-e021049, 2021. Disponível em: <[Vista do A pandemia e a educação na escola pública | Revista HISTEDBR On-line \(unicamp.br\)](#)> Acesso em 19 de abr. 2023.

KOLATA, Gina. **Gripe: a história da pandemia de 1918;** tradução de Carlos Humberto Pimentel D. da Fonseca. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUHLMANN, JR. M. **Infância e educação infantil:** Uma abordagem histórica.

Porto Alegre: Mediação, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, Liane Maria Bertucci. “Ciências Da Cura: Debates, Embates, Educação Popular No Final Dos Anos 1910.” Esboços, 2007. Disponível em: <[Vista do Ciências da cura: Debates, embates, educação popular no final dos anos 1910 \(ufsc.br\)](#)> Acesso em 12 de fev. 2024.

_____. “Conselhos ao povo”: educação contra a influenza de 1918. Cadernos Cedes, v. 23, n. 59, 2003, p. 103-118. Disponível em: <[P02\scielo\Ativo\ccedes\v23n5](#)> Acesso em 01 de mai. 2023.

_____. Entre doutores e para os leigos: Fragmentos do discurso médico na influenza de 1918 Among Doctors and for the Lay: Fragments of the Medical Discourse during the 1918 Flu Epidemic. História, Ciências, Saúde--Manguinhos, 2005. Disponível em: <[Dossie LIANE MARIA BERTUCCI-MARTINS.p65 \(scielo.br\)](#)> Acesso em 01 de mai. 2023.

_____. **Influenza, a medicina enferma**: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Editora Unicamp, 2004. Disponível em: <[scielo.br/j/csp/a/q6Rpm7t3QqbZNthQKqWxMLj/?format=pdf&lang=pt](#)> Acesso em de mai. 2023.

_____. Memória que educa: Epidemias do final do século XIX e início do XX. Educar Em Revista, vol. 25, 75-89, 2005. Disponível em: <[Educar 25.pdf \(scielo.br\)](#)> Acesso em 10 de mai. 2023.

MARTINS, Liane Maria Bertucci; SILVA, Silvana C H P da. A Gripe, Os órfãos E a Educação Para O Trabalho No Asilo São Luiz De Curitiba (1918-1937). Revista Brasileira De História Da Educação, 2014. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223800942014000200](#)> Acesso em 10 de mai. 2023.

MAUAD, Ana Maria. Flagrantes da “Hespanhola”: A epidemia de influenza na imprensa ilustrada do rio de Janeiro em 1918. Brasiliana:Journal for Brazilian Studiesv. 09, n. 01, 2020. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.25160/bjbs.v9i1.119938](#)> Acesso em 10 de mai. 2023.

OLIVEIRA, Carla de; SILVA, Rayane Jéssica Aranha da; SERAFIM, Tania Maria. Pandemias e Infância: Um olhar para a pequena infância nas crises sanitárias (1918-2020) na perspectiva da cultura Material. Revista Brasileira de História Da Educação, vol. 24, 2024. Disponível em: <[https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/65](#)> Acesso em 20 de fev. 2024.

RIBEIRO, Anna Cristina Rodopiano de Carvalho; MARQUES, Maria Cristina da Costa; MOTA, André. A gripe espanhola pela lente da história local: arquivos, memória e mitos de origem em Botucatu, SP, Brasil, 1918. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 24, 2020. Disponível em: <[pt \(scielosp.org\)](#)> Acesso em 18 de abr. 2023.

ROSENBAUM, Paulo. **Homeopatia: Medicina Sob Medida**. São Paulo: Publifolha, 2005.

SACRISTÁN, J. G. Contextos de determinação da prática profissional. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 63-88.

SANTOS, Ademir Valdir. Escolas como postos de socorros: instituições escolares na epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro (1918). Revista Brasileira de História, v. 41, p. 281-303, 2021. Disponível em: <[MONTAGEM - RBH n87 v41 maio-agosto.indb \(scielo.br\)](#)> Acesso em 19 de abr. 2023

SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos; VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet; VARGAS, Gabriela Caceres Riet. Educação em tempos de pandemia: uma narrativa da gripe espanhola à COVID-19. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <[Vista do EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA NARRATIVA DA GRIPE ESPANHOLA À COVID-19 \(unipampa.edu.br\)](#)> Acesso em 18 de abr. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. Companhia das Letras, 2020

SILVA, Silvana Cristina Hohmann Prestes da. De órfãos da gripe a trabalhadores: o asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937. Universidade Federal do Paraná. (dissertação), 2010. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/24946?show=full> > Acesso em 20 de fev. 2024.

TONIOLO, João Neto. **A história da gripe**: a influenza em todos os tempos e agora. São Paulo: dezembro Editorial, 2001.

VENÂNCIO JUNIOR, A. L.; MIGNOT, Venancio A. C. O Pandemônio de 1918: Testemunho de um médico para a posteridade. Revista Educação Em Questão, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n58ID21540> > Acesso em 10 de fev. 2024

Metodologia do ensaio biográfico: organização estrutural, Desafios e proposta para algumas guidelines	Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa Universidade Metodista de São Paulo
---	---

Resumo

Um dos maiores desafios para o pesquisador é o domínio das metodologias para desenvolvimento do trabalho científico. Para que o projeto de pesquisa tenha relevância científica é necessário que o pesquisador entenda e se familiarize com a estrutura do trabalho a ser desenvolvido. A metodologia do ensaio biográfico permite a fuga da história tradicional para diferentes pontos de vista, para isso se faz necessário que o pesquisador deixe a sua zona de conforto e transite pelos caminhos do saber fazendo uso de instrumentos científicos para alcançar a originalidade acadêmica. O presente artigo tem como objetivo esclarecer dúvidas referentes ao processo de estruturação e abordagem da metodologia do ensaio biográfico. Os resultados alcançados com este trabalho servirão como subsídio e suporte no processo de desenvolvimento crítico e intelectual na formação de alunos universitários. Além de tentar fornecer algumas dicas na pesquisa.

Palavras-chave: ensaio biográfico, história, sociologia, antropologia.

Biographical essay methodology: structural organization, challenges and proposal for some guidelines	Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa Universidade Metodista de São Paulo.
--	--

Abstract

One of the greatest challenges for the researcher is the mastery of methodologies for the development of scientific work. For the research project to have scientific relevance, it is necessary for the researcher to understand and become familiar with the structure of the work to be developed. The methodology of the biographical essay allows the escape of traditional history to different points of view, for this it is necessary that the researcher leave his comfort zone and move through the paths of knowledge using scientific instruments to achieve academic originality. This article aims to clarify doubts regarding the process of structuring and approaching the biographical essay methodology. The results achieved with this work will serve as support and support in the process of critical and intellectual development in the training of university students. In addition to trying to provide some tips on research.

Keywords: biographical essay, history, sociology, anthropology.

Introdução

O ensaio biográfico permite o registro de testemunhos, documentos e o acesso à vida direta do pesquisado e assim dar um ponto de vista complementar muitas vezes diversa da historia oficial, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação dos fatos históricos ou eventos sociais ou culturais estudados. Por exemplo, pode-se descobrir que certo homenageado histórico tinha mais do que mostrado, ou ser mais vilão, do que o herói comumente apresentado.

Normalmente é usado para descrever a vida de uma celebridade, personagem histórico, alguém com um legado importante na vida. No entanto, ainda que usualmente pouco usado como método, pode-se fazer de pessoas que são representantes de um grupo donde tenham coisas em comum. Essa pesquisa surge de tese de doutoramento em Educação, Arte e História da cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisa modos de vida de pertencentes a assembleia de Deus, maior igreja pentecostal da América Latina.

A tradição do relato biográfico foi o principal veículo de propagação através do tempo vivido, sempre se constituiu como a principal comunicação entre os seres humanos, era o conjunto de saberes divididos no contato direto entre pessoas, gerador dos conhecimentos em conjunto e seus respectivos povos, sendo sempre usado um chefe, um líder, um ancestral como modo de vida de como certo povo deveria viver. Por não ser registrado de modo sistemático foi considerado carente de veracidade (por uma academia moderna que julgava o que era ou não verdade) como vários saberes sequestrados¹ (Foucault, 1999) durante a história, no entanto, com o advento da história científica, este relato oral foi deixado para segundo plano, sendo o argumento principal para tal opção, o seu déficit de cientificidade.

As fontes escritas foram adotadas como únicas fontes válidas dos estudos históricos após os registros comerciais oriundos da pós-neocolonização, em especial para registrar os lucros da exploração das metrópoles coloniais das nações (Jenkins, 2001). A revolução histórica que trouxe a chamada nova história ocorrida em meados do século XX, chamada nova história, que trouxe diversas consequências contrárias ao seu paradigma tradicional (Burke, 1992). Uma dessas consequências foi o resgate do relato oral como fonte histórica, possibilitando sua adesão na academia e sendo hoje um complemento importante na análise sócio-histórica.

Na pesquisa científica das ciências sociais, do método de ensaio biográfico, tem por base um projeto de pesquisa, um objetivo e com referencial teórico previamente definido. Cada pesquisador recorre ao

¹ Segundo Foucault, a história das ciências a serviço da política e dos poderes (capital?) enterrou e subjugou diversos saberes que não eram passíveis de ser postos em uso monetário, tais como os saberes populares ou o ponto de vista da história que não gerava patriotismo ou capital, ou seja foi enterrado na história as vozes dos excluídos, dos escravos, das mulheres, dos loucos, em suma, do povo não vencedor e isso causou uma tremenda perda de poder popular. A história oficial passa a ser contada pelos vencedores.

ensaio biográfico de acordo com os pressupostos de sua disciplina, seja ela antropologia, sociologia, história ou outra; porém todos recorrem à palavra gravada do sujeito de pesquisa, ou suas memórias registradas documentalmente, ou através de testemunhas que dá origem a um documento que constitui fonte de pesquisa.

Estes dados foram grandiosamente possibilitados e aumentados pelo surgimento da memória eletrônica (tecnologia), que promoveu uma vertiginosa transformação na história de utilização da memória pela humanidade. Estes registros são as emoções, sentimentos, a memória viva de pessoas comuns que fornecem seus depoimentos. Os registros dessas pessoas por serem comuns foram desprezados pela História Oficial (Certeau, 1994). Os registros podem ser a história de vida destas pessoas ou a história temática, nos quais, por meio de lembranças pessoais, os entrevistados relatam suas experiências em determinados contextos. E com isto é possível obter uma visão mais completa sobre suas visões de mundo e do grupo social a que pertencem.

Um pouco de teoria da história.

Segundo Lê Goff (1996, p.424) a história da memória dividiu-se em cinco períodos. O primeiro predomina o conhecimento e sua divisão de modo oral, e a música e o poema tinham um papel preponderante no registro e difusão desse conhecimento. No segundo período: Na antiguidade surge a escrita e os documentos tinham por função armazenar informações. O terceiro período classificado na idade média foi valorizada a experiência sábio da comunidade, e dos líderes políticos e carismáticos. O sábio era fonte de sabedoria que guardava sua experiência mais a história dos antepassados. Neste período a escrita foi dominada pela igreja católica. Na renascença, o surgimento da imprensa tirou de cena o interprete e o escriba e colocou o leitor que não interpretava, apenas lia. Depois houve o surgimento da memória visual com o surgimento da fotografia. Na história da memória contemporânea houve uma vertiginosa transformação na história de utilização da memória pela humanidade, o surgimento da memória eletrônica.

Para Halbwachs (1990) a história não é uma sucessão de fatos ou que um período seja diferente do outro. A história serve, ainda, para formar um quadro organizado de pontos de referência para as lembranças individuais e coletivas. É necessário que exista uma lembrança anterior para que seja acessada a lembrança histórica. O autor aponta, ainda, que não é possível a separação real da memória individual e coletiva. O relato dos entrevistados é importante então para resgatar não só uma memória individual, mas coletivo-histórica (Foucault, 1999).

O exemplo de certos líderes, surge sobretudo na história moderna, ainda que negativamente, como por exemplo como deveria ser o nazista, através de história mitologizadas de Hitler. No capitalismo, as grandes biografias de milionários são usadas largamente nas faculdades de economia, administração e

mesmo partilhadas através da indústria cultural como exemplos a serem seguidos. Para Agamben (2002), ser distinto e diferente é uma indicação da sociedade contemporânea que renega aquilo que prega a igualdade e tradição. Quer aquilo que é novo, sobretudo apresentado pela mídia. A novidade significa distinção e individualidade. Algo que não é mais um caminho sagrado. O homem burguês, espelho e desejo de todos os outros é incapaz de autoconhecimento sagrado. Só se reconhece na distinção da última moda. Desesperado, sem saber que está desesperado, recorre ora a seitas das modas ora a medicamentos caros para tentar desesperadamente entender-se enquanto humano e não consegue.

Ocorre que o burguês é o herói mitológico da contemporaneidade. É o exemplo mitificado do *self-made-man*. Literalmente, a linguagem que se usa é o que venceu na vida. Ou seja, compara-se como se fosse uma batalha mitológica que venceu o monstro horroroso de uma pobreza. Assim com a mídia, todos espelham ser burgueses. A mentalidade burguesa que trouxe a filosofia que é tida como salvadora dos direitos liberais. Assim, o burguês é valorizado e aclamado. Hoje se procura a figura do gestor burguês inclusive para a política, como mito salvador (Miller & Lapham, 2012). É a figura que acham que vai salvar, mas não vai.

O ensaio

Para conhecer a realidade histórica por meio da voz-relato das pessoas que nele viveram, ouve-se e analisa-se a voz do narrador, e como mostrou Halbwachs (1990), a memória não é apenas individual, mas social. Vale, ainda, lembrar que registrar a história com outros valores, é (re)construir um documento diferente do que se apresenta na história. Tal processo de coleta registrada de depoimentos orais leva o pesquisador a fazer uso das palavras e informações das testemunhas e nem sempre recorrer ao registro oficial.

As informações colhidas devem ser colhidas, diretamente pelo pesquisado, de preferência em áudio e/ou vídeo, para posterior escrita, dando certo grau de confiabilidade, protegendo o pesquisador e permitindo futuras análises deste material por outros historiadores e ineditamente pela própria comunidade (a qual chamaremos se apropriando de um conceito jurídico de Stakeholders² que significa demais interessados). Isto também preserva e vincula em uma honesta ética envolvida na relação pesquisador X pesquisado. Pode-se também buscar material histórico tradicional, como registros, diários, e metodologia de análise documental. Ainda se pode fazer através de testemunhas.

² São exemplos de outros interessados: o orientador do pesquisador, o departamento a qual ele se vincula, órgãos de fomento, futuros outros pesquisadores, a academia em geral e principalmente a comunidade pesquisada, a qual recomendamos retornar o resultado da pesquisa por uma questão de respeito.

Na medida em que o vínculo com os entrevistados se firma, percebemos que outros tipos de texto e subtexto podem emergir e servir para a pesquisa: informações escritas, literatura, documentos, imagens, entre outros. Principalmente, busca o testemunho e opinião do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações, dando-lhe certo poder de voz.

Empodera o agente da história, dando-lhe oportunidade de relatar o que nem sempre é relatado na história oficial. Nesse sentido a história oficial sempre foi a dos vencedores (na famosa frase de G. Orwell), dos intelectuais que detinham ou exploravam os meios de informação ou de quem tinha mais poder. Sempre foi excluído do relato aqueles pobres, o povo, quem não tinha voz. A história biográfica da voz ao ponto de vista as vezes excluído da história podendo dar um relato de outro ponto de vista do registro oficial.

O ensaio biográfico é um método normalmente definido como uma forma de pesquisa e a criação de fontes para o estudo da história contemporânea, que surgiu em meados do século XX, no entanto já eram usados os exemplos biográficos partilhados como exemplo de como se viver desde antes da história escrita. O ponto de testemunhas também importa. Trata-se de entrevistas com pessoas que testemunharam certos acontecimentos. Estas entrevistas são conduzidas como parte de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas a entrevistar, o que e como perguntar, e este objetivo será dado ao material produzido (Gagnebin, 1997).

O trabalho com a metodologia do ensaio biográfico não termina na realização, gravação, transcrição e arquivamento da entrevista, pois o documento gerado precisa ser interpretado quanto à forma e conteúdo, além do estabelecimento das relações com o contexto e outras fontes documentais, como a associação dos relatos orais a outras fontes de dados, imprensa diária e periódica da época, registros, cartas, fotos, livros de instituições, escolas, literatura, produções escritas dos entrevistados e outros. (Alberti, Fernandes E Ferreira, 2000)

Esta diversidade de documentos torna-se fundamental para a confiabilidade da pesquisa e a recorrência de fonte do pesquisador e Stakeholders. Evidentemente, outras fontes documentais e até mesmo outras histórias orais podem e deveriam ser comparadas para uma fidedignização do objeto que se pretende pesquisar (Chizzotti, 1991). Assim, este método valoriza o conhecimento popular, no sentido de responder aos interesses sócios históricos. Esse fato não é só legítimo como é inevitável, uma vez que, busca as origens dos fatos presentes (Gagnebin, 1997).

Ferreira (1994, introdução), destaca a importância das representações obtidas nos relatos orais, sendo necessária a análise ou intervenção para sanar as possíveis deformações e a subjetividade contida nos relatos com documentos escritos, que atua de forma complementar à fonte escrita.

O Trabalho.

O trabalho com ensaio biográfico se beneficia de ferramentas teóricas das Ciências Humanas, muito comuns na antropologia e sociologia quantitativa. Tem a possibilidade de ser aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento: direito, marketing, medicina educação etc. Em todas essas áreas, já foram desenvolvidas pesquisas que adotaram a metodologia da História oral em algum momento da sua trajetória constitutiva.

O ensaio biográfico não é novidade, Flávio José o usava em várias partes de sua História do povo hebreu, bem como Hesíodo e outros historiadores da Antiguidade, já utilizaram esse procedimento para escrever sobre acontecimentos de sua época (Aquino; Franco; Lopes, 1980). As memórias de imperadores romanos, bem como até mesmo os escritos bíblicos, estão repletas de elementos biográficos. A famosa Escola de Chicago, segundo a qual caberia ao pesquisador sair das bibliotecas e ir para o campo, no caso, a cidade, transformada em laboratório, era célebre nesses relatos.

Houve um *boom* da biografia após a facilidade de publicação de livros na década de 1930, que acabou marcando bastante a própria metodologia, suas práticas e a forma como passou a ser vista por historiadores e outros cientistas sociais. As biografias logo chegam ao Brasil, onde vão ser escritas – e, conseqüentemente, lidas – com regularidade a partir dos anos 1930, período de grande impulso da indústria do livro. Jovens romancistas em ascensão vão experimentar o gênero, como Érico Veríssimo, com sua história da guerreira santa Joana d’Arc, e Jorge Amado, que tratará do poeta do romantismo Castro Alves e, mais tarde, do líder comunista Luiz Carlos Prestes. Mesmo antes disso, com o célebre "Os Sertões," Euclides da Cunha, já em 1902 coloca elementos de ensaio biográfico de alguns sertanejos e até mesmo de Antonio Conselheiro.

A maravilhosa capacidade de gravar as experiências de grupos cujas histórias foram mal representadas, apresenta um óbvio avanço das disciplinas de humanidades. Mas o reconhecimento só foi possível após um extenso movimento de transformação dessas ciências, com o tempo, de já não pensar em termos de uma única história ou identidade nacional; a reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades na sociedade. Houve certa resistência. Resistência essa, causada, em parte, devido à forma como as investigações foram realizadas utilizando a história oral.

Cuidados na técnica.

Acreditar que o simples relato constitui uma história mais autêntica é uma mentira relatada por alguns historiadores, isso porque não analisar, não verificar não cruzar com outras fontes é um erro comum

nas ciências humanas (Labrousse, 1973) ³, salvo se acompanhado com a exclusiva opinião do relatado avisado no texto, mesmo assim deve ser feito com reservas, é um caso em que se despreza a formação técnica e a própria análise - opinião –problemática levantada pelo pesquisador.

É um erro comum também no que Alberti *et al* (op. cit.) chamam de biografia “militante” comum em sociólogos e antropólogos (especialmente estudantes pós-graduandos) “deslumbrados” com seus pesquisados (o que também é muito comum): *O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise* (idem ,p. 43).

Outro erro é considerar que a História é uma *reparação* para dar apenas voz aos excluídos (ibidem), de fato ela faz isso, mas tratar ela como a panaceia de dar voz a uma suposta incapacidade daqueles grupos de escreverem sobre si mesmos; é inverter o objeto de pesquisa. Dar voz para esses (em nossa opinião) é encaixá-los de fato na justiça social e tirá-los da exclusão, construindo suas identidades como cidadãos que têm voz ativa nos rumos de sua nação. O argumento principal para esse tipo de erro é considerar um dado grupo como exótico e exatamente com intenção de considerá-lo igual, o inferioriza, o infantiliza de modo indireto, surgindo um falso e não intencional preconceito em relação a eles, que acaba reforçando as diferenças sociais; de que eles não são capazes de deixar registros eficientes sobre si mesmos (desprezando o trabalho do arqueólogo e antropólogo). Há em todos os povos uma cultura riquíssima passível de resgate de seu registro que vai além de lhe dar voz, e sim pela luta em lhe dar ação e não registro. É comum fazer a pesquisa e não voltar mais para lhes ajudar a lutar por sua cidadania; isso decorre da falta corrente de análise.

Com as transformações técnicas e a conseqüente mudança social oriundas, que mudaram os meios de fazer comunicação e de registro (COSTA, 2005), alteraram também o conteúdo dos arquivos histórico. Outros registros sonoros (músicas, *jingles*, gravações radiofônicas), imagéticos, arqueológicos, divididos a velocidade eletrônica, hoje são fontes divididas e guardadas. O documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado (VAINFAS, 1998) podendo assim ser revalorizado o ensaio biográfico.

Concordamos com Edgar Morin (1995) que em todas as ciências, dentre as quais se inclui a história, devem ser mediadas pela trans-multi-interdisciplinaridade. A História beneficia- se do diálogo com a Antropologia, a Literatura, a Sociologia, a Ciência Política e outras áreas do conhecimento. O fato de uma pesquisa de História oral ser interdisciplinar por natureza, constitui pois, mais um fator que favorece hoje sua aceitação por parte de historiadores e cientistas sociais. Essa reconciliação da História oral com a

³ Sobretudo para quem como nós professores, vemos alunos vítimas da falha educação brasileira básica, lidamos com muitas correções de trabalhos incompletos baseados nessa mera técnica.

academia, notadamente a partir do decênio de 1990, se deve, sobretudo, a necessidade de se contar a história dos vencidos que não era muito bem contada⁴.

Para que serve?

A metodologia normalmente é usada para grandes personagens, no entanto pode ser usada para pesquisa de determinado grupo. (2010), em excelente artigo, exemplifica a celebre obra de Susan Sontag que relata a vida de portadores de HIV, como excluídos da sociedade.

O ensaio biográfico é uma maneira para conhecer e gravar várias oportunidades que surgem dar sentido histórico e voz aos vários grupos sociais em todas as camadas da sociedade. Neste sentido, está em sintonia com as novas tendências da pesquisa em ciências humanas, que reconhecem múltiplas influências que estão sujeitas a diferentes grupos do mundo globalizado, sobretudo os que eram excluídos da história (Certeau, 1994).

Vale observar, contudo, que há todo um espaço ocupado pelo ensaio biográfico fora da academia, como é o caso de algumas práticas pedagógicas e terapêuticas, já praticadas há anos pelos médicos e psicólogos em suas anamneses (Santana Júnior, 2012), nos testemunhos jurídicos para descobrir a verdade e, sobretudo, em ciências da religião (Andrade Cabral, 2005), a qual nós temos dedicado sérias pesquisas.

Nossa pesquisa quer entender primeiramente, o que é a identidade membro de um grupo do ponto de vista antropológico. Para tanto, recorremos a algumas histórias orais de membros do grupo para relatar sua biografia. Assim estabelecemos suas trajetórias de vida. Em suma, existe uma transmissão de memória ativa que constitui uma identidade diferenciada, desconexa da memória oficial, positivista e histórica. A memória e identidade transcendem o texto, o registro, e é existente de fato nas suas práticas cotidianas e não se restringem apenas à religião.

A memória pode ser entendida não somente como uma ferramenta que guarda dados mnemônicos, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re)significação das coisas e de si mesmo (Ricoeur, 2007, p. 40); que se manifesta em uma crença coerente com um comportamento social que representa a diferença que constitui a sua única identidade diferenciada de qualquer outro grupo. Essa identidade se faz transmissível não exatamente através de um discurso ou de uma recuperação de memória, mas através de uma imitação desconexa da história formal, feita por outros membros do grupo mais antigos, que se manifesta numa manifestação grupal. O novo convertido pentecostal não chega ao culto de terno e gravata citando trechos da Bíblia, ao contrário, muitas vezes sua natureza anterior era diametralmente oposta à figura assembleiana. Muitas vezes, tratava-se do sujeito sem qualquer conhecimento bíblico. Por convivência e imitação, vai

⁴ O fato de não contar se deve a teoria de Foucault (op. cit.) de que a história oficial de certo modo estava a serviço do poder econômico e o ponto de vista do vencido não era interessante ser contado.

adquirindo os hábitos, as práticas cotidianas, a linguagem, os costumes daquele grupo. Assume-se então uma disposição bourdieusiana de *habitus* nos grupos religiosos. Aqui, entende-se *habitus* como:

“[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas”. (Bourdieu, 1996, p. 65)

O entrevistado, cria e recria modos de ser, fazer e se relacionar, ou seja, disposições de ser, que serão mais ou menos duráveis, transpondo-as a outras práticas que não só as que o entrevistador queira saber, adquiridas com as experiências dos membros preexistentes no grupo. Cria-se assim uma matriz de observação, valoração e ação no mundo. Desse modo, realiza sua vida de acordo com os novos valores que lhe foram transmitidos.

Peter Berguer e Luckmann (2005), afirmam que a memória chega a ser construída pelos pertencentes de um grupo, sem necessariamente a fidelidade com a memória histórica. Assim, a memória é construída conforme as crenças, necessidades e até interesses do grupo, pervertendo assim toda a história real (Bosi, 1994).

O uso da metodologia do ensaio biográfico é muito dispendioso e nada fácil. Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros e psíquicos (Ferreira, 1994). Como, em geral, um projeto de pesquisa em biografia pressupõe a realização de várias entrevistas, o tempo e os recursos necessários são bastante expressivos (Selau, 2004).

O interessante do ensaio biográfico, está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, de modo libertário. Isso possibilita entender como pessoas e grupos experimentaram o passado. O ensaio biográfico pode trazer contribuições mais interessantes. No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às “distorções” da memória, ao fato de não se poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade (Vainfas, 1998). Hoje considera-se que a análise oral pode levar à melhor compreensão história de uma pessoa, grupo ou comunidade (Maria de Freitas, 2006). Devemos lembrar que o projeto da modernidade capitalista não aceitava muito bem subjetividades (Foucault, 1999).

A capacidade da entrevista contradizer e conter generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica e permite a “mudança de perspectiva” (Maria de Freitas, 2006). É no erro possível do entrevistado que o pesquisador pode encontrar uma verdade ao confrontá-lo (de modo respeitoso, claro) ou interpretar sua linguagem nem sempre oficial e fácil. Existe uma riqueza nas resultantes do ensaio biográfico que permite o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos e lhes dá voz,

constituindo portanto, verdadeiro instrumento para realizar uma análise mais detalhada dos testemunhos obtidos em uma pesquisa.

A coleta de entrevista não deve ser o objetivo final a ser analisado pelo pesquisador, mas deve ser parte de um processo maior: o seu trabalho (Ferreira, 1994). Sua coleta deve ser precedida de largo conhecimento prévio da situação sócio histórica dos entrevistados e vai ser mais eficiente se houver a confiança participante dentro do grupo (Chizzotti, 1991). Não é fácil trabalhar com a chamada fonte oral. Como fazer para interpretar sua mensagem? É preciso considerar as condições factuais de do momento e da situação tomando certos cuidados (Maria de Freitas, 2006).

Os elementos da entrevista.

Coleta pratica de entrevista há no mínimo dois agentes: o entrevistado e o pesquisador. É recomendável a existência de um elo de confiança para que o entrevistador fale pouco e o entrevistado mais, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato e também de suas ações (Selau, 2004), seu papel e do seu imaginário, e que o historiador interprete melhor em seu gabinete (Chizzotti, 1991).

A entrevista documenta uma ação de dupla mão: a relação comunicacional entre entrevistado e entrevistador. Tanto um como outro têm determinadas ideias sobre seu interlocutor e seja superando preconceito e a desconfiança. Em segundo lugar, a entrevista de biografia é de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o um fato relatado por quem quase sempre tem um interesse (Alberti, Fernandes e Ferreira, 2000).

Deve-se levar em consideração o indivíduo em sua especificidade, o ser psicológico, que imprimirá sentido a uma série de concepções diferentes do estudados na academia, é colocar-se no lugar do outro (Selau, 2004) algo que se aprende muito mais na aula de didática do que nos cursos de pesquisa, e o pesquisador que opta por trabalhar com a biografia deve ter consciência de que está lidando com uma fonte que reforça esses valores. Pierre Bourdieu já alertava quanto para a “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1996)⁵, isto é, para o fato de a *unidade do eu* ser, na verdade, seu aspecto sócio cultural. Na verdade, o *eu* é fracionado e sócio-histórico.

O entrevistado pode dar seus próprios significados ao sentido da história (Maria de Freitas, 2006). É o entrevistador que tem de estar atento a multiplicidade de significados atribuídos a ações e narrativas escolhidas e atribuir sentido científico às experiências após a situação em que são narradas no seu laboratório ou escritório e levar em conta a subjetividade e reinterpretar com o cuidado de não falsear ou

⁵ Embora este texto de Bourdieu fale sobre biografia as duas técnicas biografia e história oral tem concepções parecidas mas são diferentes pois a biografia aponta apenas um ponto de vista.

não estragar ou ainda interpretar sobre seus próprios valores os quais não estão isentos por mais que a ciência tente alcançar sua suposta neutralidade(Morin, 1995).

Reconhecer os paradigmas que estão na base da História oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um “retrato” do passado (Alberti, Fernandes e Ferreira, 2000).

Ao contar seu relato, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em texto, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido, sempre passível de reinterpretação (Borges, 2009).

Uma narrativa oral que sempre é uma interação entre entrevistado e entrevistador como em uma informal conversa, podemos dizer essa fonte é diferente em relação a outros documentos pessoais, como as memórias e as autobiografias (Albuquerque Júnior, 2007). O relato vai depender e muito das condições da entrevista e do modo pelo qual ele percebe seu interlocutor. Quando lhe é pedido a falar sobre o passado diante de um gravador ou uma câmera, cria-se uma situação um tanto intimidadora, isso pode gerar graves erros ou falhas (Maria de Freitas, 2006). É claro que o entrevistado acostumado a falar em público (um pastor ou advogado por exemplo) terá um desempenho diferente daquele que não tem essa experiência, (como um membro da religião ou um trabalhador simples). Para alguns, o fato de estar concedendo uma entrevista pode ser motivo de orgulho, porque sua experiência foi considerada importante para ser registrada. Para outros, a situação pode ser inibidora (Albuquerque Júnior, 2007).

Devemos lembrar que linguagem oral é diferente da escrita, leitores desavisados podem estranhar o texto da entrevista transcrita, menos formal do que um texto já produzido na forma escrita. Todos esses fatores devem ser levados em conta quando da produção, transcrição e da análise da fonte oral. Ou seja, deve-se avisá-los. Do que se está se tratando, das dificuldades da entrevista, quem é o tipo de entrevistado, e se autorizado, sua biografia sucinta.

Preparando.

A maioria dos autores recomenda que o trabalho de entrevista deva ser organizado em basicamente em três momentos: a preparação das entrevistas, sua coleta e seu tratamento (Maria de Freitas, 2006). A preparação já deve vir descrita no projeto de pesquisa bem como é recomendável a descrição do seu roteiro (Cardoso, 1986). No projeto, deve ficar claro que a metodologia usada e se ela se afina com questão colocada e se vai ser útil para responder (idem).

Deve ser destacado o ponto de vista dos entrevistados sobre o tema estudado e estes devem ser coadjuvantes para os objetivos da pesquisa (Cipriani, 1988). Obviamente é preciso a pré-existência ou pré

- contato com entrevistados em condições e com boa vontade de prestar seu depoimento (Durhan, 1986). Recomenda-se que no projeto deva pré-existir o perfil de pessoa a ser entrevistada e daí a importância de um levantamento do perfil sociocultural do grupo a qual ele pertence (Cardoso, 1986) alguns recomendam uma breve incursão social no grupo estudado (Cipriani, 1988).

Bom lembrar que o entrevistador não deve perder totalmente o controle da entrevista sendo inundado por uma profusão de assuntos interessantes que podem surgir durante a mesma, ele deve conduzir sempre que possível a conversa de volta ao tema (Cardoso, 1986), escolher o local, hora e procurar não fugir do roteiro (Maria de Freitas, 2006), deve-se evitar cansar, discordar, interromper ou pressionar o entrevistado o afã de fazê-lo ouvir o que se deseja, algo normal no pesquisador entrevistador inexperiente ou que quer provar uma tese, a entrevista pode surpreendê-lo (Durhan, 1986)

O tipo de pessoa e quem entrevistar deve ter relação com a pesquisa e com os objetivos, deve se levar em conta sua experiência, sua capacidade comunicativa a depender do contexto, seu carisma, e outros aspectos daí a necessidade de uma sondagem prévia (Becker, 1997). É recomendado listar os possíveis nomes dos entrevistados com uma breve biografia⁶ que justifique sua escolha de acordo com os objetivos descritos no projeto (Cardoso, 1986), isso pode mudar, visto que a entrevista pode ser revista pelos stakeholders, pelos fatos decorrentes e pelas situações adversas como no caso de alguém não querer entrevistar ou não estar disponível. Nomes novos podem surgir em meio a pesquisa prévia, ou uma coleta pode ficar aquém das expectativas, sendo recomendável nova coleta com outra pessoa. Somente no final da pesquisa haverá uma lista definitiva de entrevistados referentes ao trabalho.

Outro erro comum, é que durante certa entrevista o pesquisador se depare com um relato interessante que pode levar a outra pesquisa, por exemplo, ele pode estar pesquisando religião e acabar com um relato de causas políticas, igualmente interessante, mas que nada tinha haver com o projeto inicial, não se deve desistir mas deve-se elaborar novo projeto com objetivos específicos para tanto. Se necessário reconduzir o entrevistado ao assunto o que não impede de após utilizar as mesmas anotações e re-entrevistar a mesma pessoa para uma segunda pesquisa, mas importantíssimo manter o foco naquele projeto inicial.

Legalmente o pesquisador deve se preservar e preservar o pesquisado, deve-se cumprir as normas técnicas da instituição a qual se vincula, evitar entrevistas com menores e se fizer não identificar em respeito ao ordenamento jurídico do país, já na gravação conseguir uma declaração de voz autorizando seu uso e a cada transcrição levar um modelo de carta de anuência explicando muito bem o que se trata em um modelo mais ou menos assim :

⁶ Não confundir com metodologia biografia que outra valorosa metodologia das ciências sociais, muito parecidas uma com outra, mas a biografia é enfocada em um personagem e não em uma situação social.

CARTA DE CESSÃO

(Local e data)

Destinatário,

Eu, (nome, estado civil, documento de identidade, endereço, profissão), declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em (datas das entrevistas) para (nome do entrevistador ou instituição) usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, desde que seja para fins específicos de pesquisa científica ou teológica. Declaro também que está autorizado a publicação de meus dados para esses fins.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.

Assinatura do Depoente

As entrevistas podem não ir de acordo com os objetivos do projeto, isto devido a sua natureza imprevisível, os entrevistados podem estar imbuídos de um orgulho egoísta e não relacionar a questão sócio-histórica desejada (Queiroz, 1988). Daí é bom o pesquisador saber e manejar bem o espaço pesquisado para não perder muito tempo atrás de outro, recomenda-se ter em mente, ou melhor, já no projeto entrevistados alternativos (Cardoso, 1986).

Deve-se evitar um grande número de entrevista salvo quando a própria pesquisa tenha como objeto a coleta de história oral ou for quantitativa. Se este projeto for coadjuvante de outras fontes no máximo três devem bastar para uma boa pesquisa qualitativa (Durhan, 1986). É claro que tal número pode ser revisto a qualquer momento, depende do projeto. Convém contar com diferentes pontos de vista, daí é recomendável usar inquiridos de diferentes origens que têm papéis diferentes na realidade de estudo.

No contato com o entrevistado deve-lhe estar muito bem explicitado seu papel, a importância da entrevista, se ele concorda em assinar um termo de autorização i. e, transcrição resumida da mesma e se possível divulgação de documentos, provas, com cópias preferencialmente autenticadas das mesmas.

Após o projeto estar bem amarrado, deve-se traçar o roteiro de entrevista, e melhor agendar previamente já descrito o uso do material a ser usado, deve-se por ética, deixar claro ao entrevistado o porquê e os objetivos da pesquisa, e de preferência já ter uma vivência observativa, preferencialmente em observação participante com a realidade social do mesmo (Andrade Cabral, 2005).

O roteiro deve seguir uma cronologia e organização intensa. segue-se um modelo de roteiro básico:

1. Visita participante que deverá demorar mais ou menos 2 meses
2. Pré-documentação aprovação pelo comitê de ética, 4 semanas

3. Elaboração previa com orientador de um roteiro de entrevistas, 4 semanas⁷
4. Coleta-gravação das entrevistas, que como já contam com endereço certo, entrevistadores alternativos e pré-documentação não devem passar de 3 semanas.
5. Re-coleta de entrevistas se for o caso.

Seguindo-se este roteiro pode-se partir para a preparação das entrevistas. É sempre bom entrar em contato com o entrevistado e agendar hora e dia com pelo menos espaço de no mínimo duas horas (o melhor será bem mais) sobre o assunto. Recomenda-se varias visitas, isto é unânime entre os autores. É bom descrever uma breve biografia do entrevistado com já anteriormente citado.

Feita a entrevista é certo dispor de um tempo para análise e re-análise da mesma e se necessário nova entrevista para preencher lacunas (Cardoso, 1986) que eventualmente tenha sido deixadas. O pré-roteiro de entrevistas é altamente recomendável este se possível deve ser elaborado com um orientador ou colega experiente em entrevistas orais. Também é bom ter uma ficha previa de identificação do entrevistado. O roteiro não deve ser fechado e sim ser uma orientação aberta e flexível. Se a coleta for além de uma sessão, convém elaborar roteiros parciais previamente preparados e analisados (Alberti, Fernandes e Ferreira, 2000).

O tratamento do material coletado vai depender do que foi definido no projeto inicial com relação ao destino do material produzido. O equipamento deve ser de boa qualidade, é necessário um caderno de pesquisa de campo para anotar as lacunas e reflexões a serem feitas a posteriori, descrições, palavras mal compreendidas, gestos, risos percepção corporal etc.... é bom após entrevistas hoje em dia fazer imediatamente o backup dos dados em local seguro, se for transcrever deve-se fazer com tempo e calma. Depois deve-se tratar o texto e se necessário “traduzir” a expressões, em algumas entrevistas com o meio pentecostal podem surgir expressões como “e o fogo caiu em meio ao culto” que significa manifestação de glossolalia, profecias e danças, nesse exercício de transcrição é fundamental descrever tudo e traduzir sempre que possível. É bom registrar em algum lugar de preferência no caderno de campo as impressões ainda que pessoais sobre a entrevista em si e se perguntar da utilidade dela frente ao projeto, nem tudo pode ser útil, em meio a entrevista pode ser que o entrevistado discorra longamente sobre política, futebol e assuntos desconexos que podem até ser omitidos após longa análise.

Quando da publicação é necessário a edição do texto para estar de acordo com as normas de publicação. Tal edição não pode comprometer a fidelidade do entrevistado, se necessário utilizar a

⁷ Isso é uma sugestão de roteiro que pode ser mudado conforme a natureza peculiar de cada pesquisa esse tempo e essa lista não é *numerus clausus*.

expressão latina *sic* (significa assim foi dito em latim quando a citação provém de seu autor original do mesmo modo que foi dito).

A entrevista pode não ser sempre verdade, Goff (op cit) já dizia que todo registro é mentira e, portanto, passível de interpretação ou prova, mas é importante e um dado sempre histórico ver a opinião do entrevistado. Duvidar pode levar ao pesquisador achar mais falhas e ir atrás de mais fontes. É interessante ter noção de semiótica, linguagem corporal, subtexto e outras técnicas de entrevista, quando se trata de religião (nosso campo), deve-se sempre lembrar da teoria da Crick (1994) de que as vezes não é mentira para a pessoa, ainda que absurda para a comunidade científica, pode ser um outro tipo de verdade, mas não há de se entrar nesse imbróglio agora.

Deve-se tomar cuidado para não generalizar (Ferreira, 1997), apenas se utilizando de comparação com outras fontes é que pode-se daí pensar em uma situação social verdadeira e não apenas de relatos, alias a questão se é ou não verdadeira é um outro problema, o importante é o ponto de vista de alguém que está passando pela situação social, isso é quase uma afronta a academia tradicional porém ela gerou erros que devem ser consertados (Certeau, 1994).

É muito valioso e importante o ponto de vista do entrevistado: sua interpretação do fato-problema e de sua própria história em relação ao tema, da interpretação da sua comunidade, de como concebe o mundo em relação ao problema etc. Tomar a entrevista como um todo significa levar a cabo o conselho de Salomão e saber ouvir, isso em si constitui o significado da situação para a pessoa.

Deve-se respeitar as culturas interpretando-as seguindo Geertz (1989), de acordo com o próprio significado que o entrevistado lhe dá, de acordo com sua linguagem levando em conta que linguagem é como ele referencia a si mesmo e ao mundo (Costa, 2009), e aí que surge uma reinterpretação da historia dos conhecimentos (Morin, 2005), uma nova riqueza de historias que foram caladas oferecendo ao leitor uma nova ampla gama de interpretação. Os fatos são interpretados e plenos de significação em relação dialógica a sua ressignificação pessoal do entrevistado-entrevistador em uma representação de mundo que nem sempre está de acordo com o registro e historia oficial (Certeau, 1994), o mundo para alguns filósofos é representação e significado (Costa, 2009) particular de cada um.

Não deve-se estar restrito a moral da historia oficial pois a biografia gera riquezas e novas interpretações e novas éticas (Ferreira, 1997) que o pesquisador vai compreender aceitando no mínimo ponto de vistos diversificados que aumentam a riqueza do registro a qual se propôs escrever.

A Antropologia, em que pese o exorcismo que vem realizando desde Boas, ainda não conseguiu, de todo, livrar-se do fantasma de Levy-Bruhl. Levy-Bruhl acreditava na infantilidade e, portanto, na inferioridade da mentalidade primitiva do pesquisado, acreditava que só o cientista poderia dar uma visão fiel do fato ocorrido e que o pesquisado não tinha nada de útil a oferecer, embora tenha contribuído muito

em suas descrições, e bom lembrar que é um ponto de vista de um europeu branco, cujo ponto de vista é diferente do pesquisado.

Está na hora de por o pesquisado, melhor a vítima da história (Certeau) como narrador da história. Substituir o conceito de "mito", com suas ressonâncias semânticas negativas, pelo de "narrativa", pode representar um passo à frente lembramos, que segundo Prandi (1999, p. 149), Franz Boas teve um importante papel na formulação do relativismo em pesquisar as narrativas e suas funções; as ciências sociais modernas em geral não tratam esses aspecto cultural como mito, mas sim como uma riqueza imbuída na cultura humana (Delumeau, 2000) .

A técnica de ensaio biográfico é uma maneira de imergir na vida e cultura de quem a faz acontecer a fim de buscar explicações inclusive se utilizando do método de história oral para quebrar preconceitos e trazer a baila realidades esquecidas pela história e pela mídia oficial.

Do porque ensaio biográfico?

A intenção é perceber o imaginário e a auto-opinião que o participante tem frente a um fato social, histórico, elemento cultural ou antropológico e principalmente a percepção que esse público tem do evento. Tentar enfatizar o imaginário do grupo social que relata crua e qual o seu papel, sua percepção e sua busca de explicações para certas circunstâncias, a maneira como percebem e recriam em sua memória os fatos que participaram. O que se quer é captar a percepção e subjetividade de quem teve ou participou de um relato ou evento e aplicar tais conceitos ao fenômeno em si.

A síntese bibliográfica, deve sempre servir de apoio ao ensaio biográfico, e consiste em vários trabalhos, sobretudo da antropologia, filosofia e das ciências da Religião, Com base nos trabalhos de François Laplatine (1999, p. 418), que procura construir, na perspectiva da antropologia da saúde e da doença, conceitos adequados à compreensão do fenômeno mórbido, tais como doença-sujeito (a *illness* ou a experiência subjetiva da doença), doença-sociedade (a *sickness*, que designa os comportamentos socioculturais conectados com a doença em uma dada sociedade) e doença-objeto (tal como apreendida pelo saber biomédico).

Assim, desde um ponto de vista antropológico, é possível reconhecer que as doenças, no que concerne a sinais e sintomas particulares, são atravessadas pela cultura em diferentes épocas e sociedades. Com efeito, os significados culturais marcam tanto a pessoa doente, imprimindo-lhe sentidos existenciais, quanto os seus cuidadores, particularmente os pastores e os irmãos-irmãs de intercessão, que podem atribuir significado antropológico de curandeiros (Bastide, 2006, p.41), os quais constituem sua prática com base

em redes semânticas culturais centradas na dimensão ritual. Na perspectiva dos pacientes, os significados culturais subscrevem os sentidos existenciais das pessoas enfermas, e estão inscritos na fala através de idiomas e metáforas culturalmente determinados que articulam a experiência da doença e consequentemente espiritual (Desroche, p.62,1986).

Com efeito, é na comunicação verbal que podemos reconhecer um discurso que pode ser tratado no jogo de sua instância, que se caracteriza não por uma continuidade, mas por rupturas e descontinuidades, sendo, então, possível considerar a existência de múltiplas formações discursivas referentes a doença, que tomam corpo nas narrativas sobre a doença. Estas, por seu turno, correspondem à experiência da doença, através da qual se constituem os sentidos a ela referentes, a pessoa pensa que seus atos sociais (pecados ou provas) causaram certa doença e isso modifica seu contato social e ela sai em busca de purificação mudando sua relação com o mundo ou discursando mudá-la.

Nesse item da *forma de análise dos resultados*, a linha do projeto é a de procurar compreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos, não a partir de um mero gesto de decodificação, mas como um procedimento que desvende a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários. Isto será feito em algumas etapas:

A pesquisa de campo deve sempre procurar identificar individualmente cada membro que se envolve no processo de identificação de identidade pesquisada, bem como sua atuação sobre estes fenômenos, e sua própria análise destes. Disto vai surgir quem deve ser escolhido para depor na história de vida.

A gravação pode e deve ser previamente agendada de preferência em local que forme a identidade do pesquisado em que frequentam para lhes trazer evocação do seu grupo pessoal a qual estão inserido dando maior identificação e menos estranhamento ao momento da coleta de entrevista. Na prática a gravação tem de ser precedida de “cabeçalho” da entrevista, informando o nome do entrevistado, do(s) entrevistador(es), a data, o local e o projeto no qual a entrevista se insere.

Todo aparato legal é bom ser consultado, é recomendável consultar o comitê de Ética e se possível, advogado da instituição ligada a pesquisa.

As perguntas ser podem abertas de modo a possibilitar sempre ao entrevistado sua opinião sobre o assunto o que não impede perguntas mais fechadas. Todo projeto tem suas especificidades e delas nascem as perguntas certas damos aqui alguns exemplos.

Perguntas prévias de identificação (qual o seu nome, idade, pertença religiosa etc..). Perguntas sobre a identidade pesquisada. pode ser, por exemplo, religiosas: a quanto tempo você se converteu? Você acredita que Deus Cura? Como se dá esse processo em sua opinião? Ou do espaço pesquisado, a quanto tempo mora na favela? Há realmente crime como se diz? Qual a sua opinião? Perguntas específicas do

projeto: Como você acha que vai ser usada essa pesquisa que estou fazendo? O que faz você se identificar como membro da tribo Nhanderu ou como membro do povo tupi?

É importante estabelecer no projeto quando e como o pesquisador vai procurar compreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos, não a partir de um mero gesto de decodificação, mas como um procedimento que desvenda a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários. Isto pode ser feito em algumas etapas.

A pesquisa biográfica procurará identificar individualmente cada membro que se envolve no processo de identificação e de formação da identidade do grupo social pesquisado em processos sociais a qual estão inseridos, bem como sua atuação sobre estes fenômenos, e sua própria análise destes. Enfocar-se-á seu próprio imaginário a qual deve-se fazer análises posteriores e cruzamento com outras fontes, submetidos a bibliografia. Essas fontes serão preferencialmente as fornecidas pelos próprios relatados mais os testemunhos gravados nas situações de seu próprio cotidiano. Pode ser usado outra metodologia coadjuvante como o questionário, por exemplo, aplicado com perguntas que possam fundamentar a história oral.

Referencias:

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., e FERREIRA, MM., orgs. **História oral: desafios para o século XXI** [online] (2000). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org> disponível em books.scielo.org/id/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879-03.pdf. acesso em 15/05/2013

ALENCAR, G. F. de. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleia de Deus. 1911-2011. Novos diálogos**, 2013

AGAMBEN, Giorgio . **Homo sacer I. O poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2002;

ANDRADE CABRAL, Newton Darwin de,(2005). **Entre a história e as ciências da religião: questões teórico-metodológicas sobre o trabalho com depoimentos orais**, *revista de teologia e ciências da religião*, revista de pós graduação em ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, , ano IV • n. 4 • setembro/2005 – pp. 205-217

AQUINO, Rubim Santos Leão; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico. 1980

ALVES. PC & Rabelo MCM (org.) **Antropologia e saúde. Traçando identidade e explorando fronteira**. Fiocruz, Rio de Janeiro, 1998.

BASTIDE Roger. **O Sagrado selvagem e outros ensaios**, São Paulo, Cia das Letras, 2006.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 25ª. Ed., Petrópolis: Vozes, 2005
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191. 1996
- BOSI, E. . **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras. 1994
- BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**; trad. de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP. 1992
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005,
- CARDOSO, R. (1986) **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez
- CERTEAU, M.(1994) **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes. 1991.
- CIPRIANI, R.(1988) **Biografia e cultura: da religião à política**. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). In: *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais; v. 5, 1988. p. 106-42
- COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. (2009) **Sobre as causas evolutivas da cognição humana** / Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa. – Marília, 2009. 145 f. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.Bibliografia: f. 134-142. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Junior.
- COSTA, Otávio Barduzzi. R. **O homem e o trabalho: O Deus In Machina**. Revista das Produções Científicas Fênix, Bauru, v. 1, n.1, p. 241-246, 2005.
- CRICK F.(1994) **The Astonishing Hypothesis: The Scientific Search for the Soul**. London: Simon & Schuster;1994.
- DELUMEAU, Jean. **De Religiões e de Homens**. São Paulo: Loyola. 2000
- DESROCHE Henri. **Sociologia da esperança**. São Paulo, Paulinas, 1986.
- DURHAN, E. R. (1986) **A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas**. In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986, p. 17-38.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Entrevistas: abordagens e uso da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas. 1994
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral, comemorações e ética**. Projeto História. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, p.157-164, abr. 1997.
- FOUCAULT, Michel(1999). **Aula de 7 de janeiro de 1976**. In: _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**.Rio de Janeiro: Imago. 1997
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC,. 1989

- JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto. 2001
- LAPLANTINE F.(2004). **Antropología de la enfermedad: estudio etnológico de los sistemas de representaciones etiológicas y terapéuticas en la sociedad occidental contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones del Sol; 2004.
- MARIA DE FREITAS, Sônia **História Oral: Procedimentos E Possibilidades**, Editora Humanitas, São Paulo. 2006
- MILLER, Brian & LAPHAM, Mike, **The Self-Made Myth and the Truth about How Government Helps Individuals and Businesses Succeed**. San Francisco-CA: Berrett-Koehler publisher, 2012.
- MOTT, Luiz. **Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu**. IN: SOUZA, Laura de Mello e. org. *Historia da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- QUEIROZ, M. I. P.. **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, E. R. dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007
- SANTANA JÚNIOR, Fernando Oliveira . **Medicina, ética e judaísmo na literatura: da anamnese à narrativa do doente em A Majestade do Xingu, de Moacyr Scliar**. INTERSEMIOSE • Revista Digital, ANO I, vol. 01, n. 01, Jan/Jul 2012, n.1disponível em <http://www.neliufpe.com.br/wp-content/uploads/2012/06/06.pdf>, acesso em 15/05/201
- SELAU, Mauricio da Silva , **História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais**, Revista Esboços, Revista de pós-graduação em História da UFSC- Florianópolis – SC. 2004.
- SOUZA, Eneida Maria de **CRÍTICA BIOGRÁFICA**, ainda, **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, n. 4, p. 51 – 57, jul./dez. 2010
- VAINFAS, R. **Caminhos e descaminhos da História**. In: CARDOSO, C.F.S. & VAINFAS, R. (Org.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- VANDERLEI SILVA, Kalina e SILVA, Maciel Henrique. ; **Dicionário de Conceitos Históricos**, verbete história oral — Ed. Contexto – São Paulo. 2006.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, setembro de 2025

O papel de Marina/Malintzin/Malinche no processo de conquista do México- Tenochtitlan	Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira Universidade Federal do Maranhão
--	---

Resumo

Pretende-se evidenciar o papel de Marina/Malintzin/Malinche no processo de conquista do México-Tenochtitlan (1519-1521), por meio de sua representação nos textos de Francisco López de Gómara, *Historia de la Conquista de Mexico*, publicado em 1552, e de Bernal Díaz del Castillo, *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*, concluído em 1568. Como referencial teórico-metodológico, recorreremos às noções do filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin. Segundo este autor, “onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento”. Todo texto tem um autor e este autor tem uma intenção. Há uma inter-relação entre o texto e o contexto do autor. (BAKHTIN, 2011, p. 307, 308, 311).

Palavras-chave: Marina/Malintzin/Malinche; Protagonismo Indígena; Conquista do México-Tenochtitlan.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, setembro de 2025

He role of Marina/Malintzin/Malinche in the process of conquest of Mexico- Tenochtitlan	Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira Universidade Federal do Maranhão
---	---

Abstract

The aim is to highlight the role of Marina/Malintzin/Malinche in the process of conquest of Mexico-Tenochtitlan (1519-1521), through its representation in the texts of Francisco López de Gómara, *Historia de la Conquista de Mexico*, published in 1552, and by Bernal Díaz del Castillo, *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*, completed in 1568. As a theoretical-methodological reference, we will resort to the notions of the Russian language philosopher Mikhail Bakhtin. According to this author, “where there is no text there is no object of research and thought”. Every text has an author and this author has an intention. There is an interrelationship between the text and the author's context. (BAKHTIN, 2011, p. 307, 308, 311).

Keywords: Marina/Malintzin/Malinche; Indigenous Protagonism; Conquest of Mexico-Tenochtitlan.

Introdução

Introdução

Marina é mencionada nos relatos sobre a conquista do México-Tenochtitlan a partir do momento em que é dada de presente aos espanhóis pelos líderes indígenas de Tabasco juntamente com outras dezenove indígenas na condição de escravizadas. Como observa Margo Glantz, Marina foi “entregue como instrumento fundamental para cumprir com as tarefas da vida diária (...), incluindo as tarefas de reprodução”. (GLANTZ, 1994, p. 7, tradução nossa)

Nas penas dos cronistas do século XVI, Marina é retratada como a intérprete que acompanhava Cortés, fazendo a intermediação entre o conquistador espanhol e os líderes indígenas da Mesoamérica; e também a mãe do filho de Cortés, Martin Cortés.

No século XIX, após a Independência do México e no processo de construção da identidade mexicana, o discurso político mexicano reinterpretou o papel de Marina, acusando-a de traidora por ter ficado ao lado dos espanhóis no processo da conquista. (SKIDMORE, 1997, p. 117). Conforme Cristina González Hernández, nesse momento, é formada a “lenda negra” de Malinche, ela é considerada a culpada, a traidora da pátria:

A formação da “lenda negra” da Malinche é, pois, um longo processo diretamente relacionado com o estabelecimento da ideia de nação, que, fazendo da conquista seu ponto central, converte Malintzin na principal protagonista, ou por melhor dizer, na principal culpada da destruição do mundo pré-hispânico. (HERNÁNDEZ, 2002, p. 42, tradução nossa)

Em seu livro *El laberinto de la soledad*, publicado em 1950, precisamente no capítulo intitulado “Los hijos de la Malinche”, Octavio Paz funde Marina com a *Chingada*, aquela que entregou o seu povo aos espanhóis. Portanto, uma traidora:

Se a Chingada é uma representação da Mãe violada, não me parece forçado associá-la à Conquista, que também foi uma violação, não só no sentido histórico, mas na própria carne das mulheres índias. O símbolo da entrega é Dona Malinche, a amante de Cortés. É verdade que ela se entrega voluntariamente ao Conquistador, mas ele, assim que ela deixa de lhe ser útil, a esquece. Dona Marina tornou-se uma figura que representa as índias, fascinadas, violadas ou seduzidas pelos espanhóis. E da mesma forma que o menino não perdoa a mãe por tê-lo abandonado para ir em busca do pai, o povo mexicano não perdoa a traição da Malinche. (PAZ, 1992, p. 35, tradução nossa)

Malintzin se converteu em blasfêmia na boca dos chicanos. Neste sentido, segundo Gloria Anzaldúa, no México, a indígena é conhecida como *la Chingada*: “É a puta, a prostituta, a mulher que vendeu seu povo aos espanhóis, estes são os insultos depreciativos que os chicanos esculpem diariamente contra ela.” (apud GLANTZ, 1994, p. 9, tradução nossa)

Percebe-se que as representações de Marina mudam de acordo com as épocas e os interesses daqueles que a representam. Neste trabalho, nosso interesse reside em colher as primeiras impressões registradas sobre a indígena por dois cronistas que viveram na sua época. No caso, Bernal Díaz del Castillo, soldado-cronista que participou da expedição de Cortés na Mesoamérica, e Francisco Lopez de Gómara, que nunca esteve na América, mas conviveu com o conquistador, já que residia em sua casa, de 1540 a 1547, na qualidade de capelão privado e secretário.

Pretendemos destacar o protagonismo de Dona Marina/Malintzin/Malinche no processo de conquista espanhola, notadamente no México-Tenochtitlan (1519-1521), mediante sua representação em textos da época. Utilizamos como fontes: *Historia de la Conquista de Mexico* de Francisco López de Gómara, publicada em 1552, e *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España* de Bernal Díaz del Castillo, concluída em 1568.

Como referencial teórico-metodológico, recorreremos às noções do filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin. Segundo este autor, “onde não há texto, não há objeto de pesquisa e pensamento”. Todo texto tem um autor e este autor tem uma intenção. Há uma inter-relação entre o texto e o contexto do autor. (BAKHTIN, 2011, p. 307, 308, 311)

Contexto: o processo de conquista do México-Tenochtitlan

A fim de empreender uma grande conquista na Mesoamérica¹, segundo Jacques Soustelle, no dia 10 de fevereiro de 1519, o conquistador espanhol Hernán Cortés (1485-1547) partiu de Cuba em comando de “11 navios, (...) 508 soldados, 16 cavalos e 14 peças de artilharia”. (SOUSTELLE, 2002, p. 94).

Figura 1: Mapa da Mesoamérica:

¹ Denomina-se Mesoamérica a região do continente americano que inclui o sul do México e os territórios da Guatemala, Belize e El Salvador, como também as partes ocidentais da Nicarágua, Honduras e Costa Rica.



Fonte: <https://www.mapade.org/mesoamerica.html>

A expedição comandada por Cortés em 1519 foi a terceira que partiu de Cuba e chegou à costa mexicana. A primeira expedição realizada em 1517 foi comandada por Francisco Hernandez de Córdoba; a segunda ocorreu no ano seguinte sob o comando de Juan de Grijalva. Em 1519, Cortés havia sido enviado à região mexicana por Diego Velásquez, governador de Cuba. Contudo, depois que os navios haviam partido, por desconfiar de Cortés, Velásquez tentou fazer com que ele voltasse a Cuba, mas Cortés não acatou suas ordens, desembarcou na futura Vera Cruz e declarou que estava sob a autoridade direta do rei da Espanha (TODOROV, 2014, p. 75). Importante lembrar que Carlos I era ao mesmo tempo rei da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano Germânico como Carlos V, portanto, o homem mais poderoso da Europa na época. A relação entre Diego Velásquez e Cortés, que já era conflituosa antes desse episódio, piorou, a partir daí, eles se tornaram grandes rivais. Conforme Marcus Vinicius de Moraes, “O governador de Cuba chegou a escrever para o Conselho das Índias, reclamando da desobediência de Cortés”. (MORAIS, 2011, p. 49).

Antes de ingressar no exército de Castela, Cortés havia cursado dois anos de Direito na Universidade de Salamanca e por isso dominava a arte da oratória, do convencimento através da palavra. Contudo, esta sua habilidade não surtiria efeitos na região da Mesoamérica, já que se deparou com povos indígenas de diversas etnias, com línguas e culturas diferentes. Assim, o conquistador logo percebeu que, para conseguir

alcançar seu objetivo, necessitava de intérpretes para intermediar a comunicação entre ele e os povos originários daquela região. Na época, a pessoa que exercia tal atividade era chamada de *lengua* (língua).

Ao chegar na Mesoamérica, Cortés já tinha conhecimento de que uma expedição espanhola havia naufragado na Jamaica em 1511 e que dois sobreviventes viviam na península de Yucatán. Um deles, o frade espanhol Jerónimo de Aguilar, aceitou prontamente o convite de Cortés para juntar-se à sua expedição e ser sua *lengua*, já que havia aprendido a falar a língua maia durante os oito anos em que viveu entre os indígenas.

Em Potonchán, cidade da província de Tabasco, após ter empreendido guerra contra Cortés, os líderes indígenas decidiram aliar-se a ele e, a fim de selar o acordo de paz, presentearam o conquistador espanhol com joias de ouro, pedras turquesa, frutas, pão, pavões e vinte mulheres indígenas escravizadas, dentre elas aquela que seria mais conhecida posteriormente como Malinche.

Assim que Cortés recebeu as vinte mulheres indígenas de presente dos líderes indígenas de Tabasco, ele ordenou que fossem batizadas no cristianismo antes de distribuí-las entre seus capitães, já que na cultura europeia cristã era considerado pecado mortal ter relações sexuais com mulheres indígenas pagãs. A indígena que ficou conhecida posteriormente como Malinche recebeu o nome de Marina e, por considerá-la a mais bonita, Cortés a deu para o capitão Portocarrero, o homem mais importante de sua armada por ser primo de um conde espanhol.

Enquanto Cortés avançava em uma parte da Mesoamérica onde se falava maia, Jerónimo de Aguilar serviu perfeitamente na intermediação entre ele e os líderes indígenas ou seus embaixadores, pois traduzia as palavras pronunciadas por Cortés em espanhol para a língua maia falada pelos povos originários. No entanto quando ainda no ano de 1519, em San Juan de Ulúa, fortaleza de Veracruz, os espanhóis receberam um governador, acompanhado de cerca de quatro mil indígenas, como embaixador do imperador asteca Montezuma, para transmitir mensagens desse a Cortés, Jerónimo de Aguilar não entendeu sequer uma palavra, pois aqueles indígenas falavam em náuatle, língua oficial do Império Asteca.

A partir daí, como dominava as duas línguas, náuatle e maia, Marina passou a traduzir as palavras dos indígenas do náuatle para o maia a Jerónimo de Aguilar e este convertia em espanhol para Cortés; depois, os dois intérpretes, línguas, faziam o trabalho ao inverso, de Cortés aos indígenas. Devido sua facilidade em aprender línguas, logo Marina aprendeu a falar em espanhol, o que tornou o trabalho de Jerónimo de Aguilar menos importante. Com isto, ela passou a ser a língua oficial mais importante de Cortés.

Logo que chegou à região da Mesoamérica, Cortés fez “uma descoberta que continha o germe de sua vitória”. (SOUSTELLE, 2002, p. 96). Ele percebeu que muitos povos submetidos ao Império de Montezuma odiavam os astecas. Dentre eles, os totonacas, habitantes da região de Totonocapan, que

receberam os espanhóis muito bem em sua capital, Cempoala. Já os tlaxcaltecas, poderosos inimigos dos astecas, que não haviam se submetido ao Imperador Montezuma, assim que os espanhóis chegam à fronteira de Tlaxcala, inicialmente resistiram, travando batalha com eles, mas logo os líderes tlaxcaltecas resolveram fazer aliança com os espanhóis contra os inimigos astecas. Assim, “os espanhóis entraram em Tlaxcala (...) com uma chuva de flores “os tlaxcaltecas tornam-se os melhores aliados dos espanhóis; dirigiram-se a Cholula e massacraram seis mil cholultecas (SOUSTELLE, 2002, p. 96), povos inimigos dos tlaxcaltecas. Esse massacre, de 18 de outubro de 1519, ficou conhecido como o *Massacre de Cholula*.

Após esse massacre, Montezuma autoriza que os espanhóis entrem em Tenochtitlan. Assim, no dia 8 de novembro de 1519, os espanhóis entram na capital do Império Asteca, sendo muito bem recebidos pelo Imperador. Depois de algum tempo, Cortés resolve prender Montezuma. Ao saber que na costa do México havia uma expedição capitaneada por Pánfilo de Narváez, enviada por Diego Velásquez para tirar seu comando e castigá-lo, Cortés parte ao seu encontro com alguns de seus soldados e deixa outros em Tenochtitlan sob o comando de Pedro de Alvarado para guardar Montezuma. Cortés vence a batalha, prende Pânfilo de Narváez e convence os outros a ficarem sob seu comando. Fica sabendo que, durante o tempo em que esteve ausente de Tenochtitlan, sob as ordens de Pedro de Alvarado, muitos nobres astecas foram massacrados traiçoeiramente no Templo Maior durante uma festa religiosa, e que os astecas se sublevaram. Cortés retorna a Tenochtitlán. Montezuma morre. Diante do forte ataque dos astecas, Cortés resolve fugir da cidade à noite com seu exército. Os astecas descobrem o plano, e na batalha, o conquistador perde metade de seus soldados. Tal episódio de 30 de junho de 1520 ficou conhecido como a *Noite Triste*. Cortés foge para Tlaxcala, onde recupera suas forças. Com seus aliados tlaxcaltecas e outros, o conquistador volta para sitiar a cidade de Tenochtitlan, que havia sido construída em uma ilha no meio do Lago Texcoco. Além de cortar todas as vias de acesso à cidade, ele ordena que seus soldados construam 12 bergantins (embarcações pequenas e rápidas). (TODOROV, 2014, p. 75-76). Com a cidade sitiada, os indígenas enfrentaram a fome, a sede e a epidemia de varíola. Mesmo com o heroísmo do novo Imperador Asteca Cuauhhtemotzin (Cuauhtémoc), de seus guerreiros e demais, os espanhóis e seus aliados conquistaram a cidade. “Em 13 de agosto de 1521 (...) Cuauhhtemotzin teve que se render a Cortés. Assim teve fim o Império”. (SOUSTELLE, 2002, p. 98)

As Cartas de Relación de Hernán Cortés dirigidas ao Imperador Carlos V

De 1519 a 1526, Cortés escreveu cinco *Cartas de Relación* ao Imperador Carlos V: a primeira carta foi escrita em 1519, a segunda em 1520, a terceira em 1522, a quarta em 1524 e a quinta em 1526.²

Constituindo-se em um tipo de informes oficiais, tais cartas relatavam com detalhes o cotidiano do conquistador e de seus soldados na Mesoamérica. Desse modo, as dificuldades, batalhas, alianças, vitórias, derrotas, mortes e conquistas eram narradas por Cortés. Fato importante é que o governador de Cuba, Diego Velázquez, escrevia às autoridades espanholas, falando da rebeldia do conquistador. Assim, o propósito de Cortés ao narrar suas façanhas nessas *Cartas de Relación* era obter não somente privilégios como também o apoio do Imperador.

Quanto à Marina, o conquistador a menciona somente em duas de suas cartas. Na Segunda Carta, redigida em 1520, em duas linhas ele fala brevemente das duas *lenguas* que o acompanhavam, sem citar seus nomes.

Na Quinta Carta, escrita na cidade de Tenochtitlan em 03 de setembro de 1526, Cortés refere-se à Marina apenas como a *lengua* (intérprete) que o acompanhava, frisando que a indígena tinha sido entregue a ele juntamente com outras vinte mulheres em Tabasco:

Respondi que o capitão que os povos de Tabasco disseram que havia passado por sua terra, com quem eles haviam lutado, era eu; e para que ele acreditasse ser verdade, que se informasse daquela língua que com ele falava, que é Marina, aquela que eu sempre trouxe comigo, porque ali me haviam dado com outras vinte mulheres; e ela lhe falou e o certificou sobre isso, e como eu havia conquistado o México, e contei a ele sobre todas as terras que submeti e coloquei sob o império de sua majestade. (CORTÉS, 1985, p. 338, tradução nossa)

Nesta Carta de Relación, o conquistador não diz que Marina mediava suas negociações e tinha um papel importante ao seu lado, portanto, apagando seu protagonismo na história da conquista do México-Tenochtitlan. Como o objetivo de Cortés era narrar suas façanhas ao Imperador Carlos V para obter apoio e privilégios, não era de seu interesse mostrar a importância de Marina no processo de conquista do México.

Apesar de Marina não ter deixado nenhum registro sobre si, e de Hernán Cortés quase não mencioná-la em suas cinco *Cartas de Relación*, dirigidas ao imperador Carlos V, é possível perceber a sua importância, já que os cronistas que relataram sobre a conquista do México dedicaram-lhe algumas páginas de seus textos. Dentre eles: Francisco López de Gómara, em *Historia de la Conquista de México* (1552); Bernal Díaz del Castillo, em *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España* (1568); frei Bernardino de Sahagún, em *Historia general de las Cosas de Nueva España* (1575); frei Bartolomé de Las

² Segundo Lacroix, as *Cartas de Relación* de Hernán Cortés apareceram impressas em 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1532 e 1550. (LACROIX in GÓMARA, 2007, p. XVI).

Casas, em *Historia de las Indias* (1559); o mestiço Diego Muñoz Camargo, em *Hitoria de Tlaxcala* (1584); e o mestiço Hernando Alvarado Tezozomoc, em *Crónica Mexicana* (1598).

Aqui, nos concentraremos em dois deles: Francisco López de Gómara e Bernal Díaz del Castillo, nas crônicas acima citadas.

Francisco López de Gómara: [...] ele a queria ter por sua faraute e secretária [...]

Pouco se sabe sobre Francisco López de Gómara. Segundo Iglesias, ele nasceu na cidade de Gómara, localizada na província de Soria, Espanha, no dia 02 de fevereiro de 1511, conforme deixou registrado em sua obra os *Anales del Emperador Carlos V*. Não se tem informação certa de sua vida antes dos vinte anos de idade. Com esta idade, em 1531, ele diz que encontrava-se em Roma. Em 1541 diz estar em Veneza. Neste ano, integra a expedição de Carlos V contra Argel, da qual Hernán Cortés também participou. Durante esta desastrosa expedição, iniciou-se a amizade entre Gómara e Cortés. Gómara tinha trinta anos de idade e Cortés cinquenta e seis. O sacerdote passa a trabalhar para o conquistador, sendo seu capelão e criado quando este se torna marquês. Após a morte de Cortés em 1547, Gómara continua morando em Valladolid. Não se sabe a data exata de sua morte, mas estima-se que foi entre 1557 e 1566. Morreu jovem, nos primeiros tempos do reinado de Filipe II. (IGLESIA, 1942, p. 97-98, tradução nossa)

Gómara nunca esteve na América. Foi nomeado por Cortés a seu capelão privado e secretário. Por sete anos (1540 a 1547) morou na casa do conquistador na Espanha, seja em Valladolid, seja em Castilleja de la Cuesta (município da província de Sevilha). A partir dos relatos que ouvia de Cortés, escreveu *Historia general de las Indias* e *Historia de la Conquista de Mexico*, sendo esta a segunda parte daquela. Enquanto na primeira parte o autor aborda o contexto mais amplo da conquista da América, na segunda foca na conquista do México. Para a escrita desta última, usou como fontes as *Cartas de Relación* de Hernán Cortés assim como o seu depoimento oral; além disso, colheu informações de outros conquistadores, como frei Toribio de Motolinía, Andrés de Tapia, Pedro Mártir de Anglería e Gonzalo Fernández de Oviedo. (LACROIX in GÓMARA, 2007, p. IX-XVI, tradução nossa).

A obra foi publicada em Zaragoza no ano de 1552; no ano seguinte, foi reimpressa em Medina del Campo, cidade natal de Bernal Díaz del Castillo; em 1554, foi reimpressa em Amberés e mais uma vez em Zaragoza. (RUI, 2010, p. 176). Para Jorge Gurría Lacroix, a obra tinha um projeto bem simples: “Tratava-se de narrar a atuação de Hernán Cortés durante a conquista do México e, por sua vez, dar a conhecer quem eram as gentes que habitavam estas terras, assim como os costumes e formas de vida de que eram possuidores”. (LACROIX in GÓMARA, 2007, p. IX. Tradução nossa)

Gómara foi o primeiro historiador que escreveu um livro para tratar somente da conquista do México; este foi o primeiro livro impresso a respeito do tema; o livro causou polêmica, sendo censurado no momento da publicação; denunciado e recolhido; muitas vezes reeditado e traduzido para diversos idiomas; atualmente, no México, está condenado a um quase completo esquecimento. (IGLESIA, 1942, p. 97, tradução nossa)

Como bom renascentista que era, Gómara ansiava pela imortalidade. Em sua concepção, era fundamental que as ações dos homens, nas esferas das letras e das armas, não fossem jamais esquecidas. Pela falta de dados existentes a respeito da vida de Gómara, poder-se-ia concluir que seu desejo de imortalidade não se realizou. Contudo, seus livros bastam para satisfazer a ambição de um intelectual humanista tão notável como ele foi. Enquanto os outros documentos se calam, seus livros dizem tudo sobre ele. É possível perceber a extraordinária solidez de sua cultura recebida na Itália renascentista. Ele fica tão impressionado com o espetáculo da Espanha verdadeiramente imperial de Carlos V que isto o impulsiona a dedicar-se à história. O grande conhecimento que possui dos homens, sua habilidade para a biografia, aparece na veneração que nutre por Hernán Cortés e no lugar de honra que lhe dedicou tanto em sua vida como em seus textos. (IGLESIA, 1942, p. 97-99, tradução nossa)

Tamanha era a veneração que Gómara nutria por Hernán Cortés que dedicou a *Historia de la conquista de México* ao filho do conquistador, Don Martín Cortés, Marquês do Valle.³ (LACROIX in GÓMARA, 2007, p. XXII-XXIII, tradução nossa). Conforme os próprios termos de Gómara, “A ninguém devo atribuir a Conquista do México, ilustre senhor, senão a Vossa Excelência, que é filho daquele que a conquistou, para que, assim como herdou a propriedade, herde também a história”. (GÓMARA, 2007, p. 3, tradução nossa)

De acordo com Ramón Iglesia, o conceito que Gómara tem da história é “individualista, aristocrático e heroico”, a história é um conjunto de biografias de grandes personagens. Neste sentido, o relato da conquista do México se confunde com a biografia de Hernán Cortés. (IGLESIA, 1942, p. 157-158, tradução nossa). De fato, a obra inicia com o nascimento e termina com a morte desse conquistador.

Conforme Adailson José Rui, devido ser um humanista do Renascimento e estar vinculado a Cortés como seu capelão e secretário, López de Gómara exaltou Cortés como “o único condutor da conquista”: “O vínculo de Gómara com Cortés, associado à tendência de valorização do indivíduo [...] do Renascimento, ajuda-nos a compreender as razões que levaram Gómara a exaltar Cortés [...] como o único condutor da conquista, o líder eminente”. (RUI, 2010, p. 176)

³ Don Martín Cortés (1532-1589) era filho de Hernán Cortés com a sua segunda esposa, Doña Juana de Zúñiga, com quem se casou em 1529. Don Martín Cortés tinha um meio-irmão mais velho com o mesmo nome. Martín Cortés (1523-1568), filho de Hernán Cortés com Dona Marina, não possuía o título de don. Ele foi o primeiro filho homem de Hernán Cortés. Apesar de ser ilegítimo, recebeu o nome do avô, pai de Hernán Cortés.

Segundo Todorov, logo que toma conhecimento da existência do reino de Montezuma, Cortés resolve “não apenas extorquir riquezas, como também subjugar o reino.” No início, ele não quer tomar e sim compreender. “Sua expedição começa com uma busca de informação e não de ouro. A primeira ação importante que executa (...) é procurar um intérprete.” (TODOROV, 2014, p. 143). Pois, na concepção do conquistador, “A conquista da informação leva à conquista do reino”. (TODOROV, 2014, p. 149)

Na *Historia de la conquista de México*, Gómara dedica quatro páginas para tratar da entrada de Jerónimo de Aguilar na expedição de Cortés como sua *lengua* oficial. Segundo Gómara, ao chegar à ilha de Cozumel com sua expedição, Cortés e seus homens foram muito bem recebidos pelos índios. Esses ficaram muito admirados com a aparência dos espanhóis e, por meio de encenação com as mãos, comunicaram que em Yucatán viviam cerca de cinco ou seis homens iguais a eles. Cortés demonstrou muito interesse em tê-los como seus intérpretes (*lengua*); “[...] considerando o quanto lhe importaria ter bom *faraute* para entender e ser entendido [...]” (GÓMARA, 2007, p. 3, tradução nossa) não mediu esforços para encontrá-los, como evidencia a carta que escreveu para que fosse entregue a eles pelos índios:

Aqueles ilhéus não se cansavam de olhar para os nossos cavalos ou navios; e assim, nunca pararam, senão iam e vinham; maravilhavam-se com as barbas e a cor de nossos homens, que chegavam a tentá-los, e faziam sinais com as mãos em direção a Yucatán, porque estavam lá cinco ou seis homens barbudos, havia muitos sóis. Fernando Cortés, considerando o quanto lhe importaria ter um bom *faraute* para entender e ser entendido, implorou ao calachuni que lhe desse alguém que levasse uma carta aos barbudos que diziam. Mas ele não encontrou quem quisesse ir lá com semelhante recado, por medo daquele que os tinha, que era grande senhor e cruel; e tal, que conhecendo a embaixada, mandaria matar e comer quem a levasse. Vendo isso, Cortés lisonjeou três ilhéus que foram muito prestativos em sua pousada. Deu-lhes algumas coisinhas e implorou que fossem com a carta. Os índios deram muitas desculpas para isso, pois tinham por certo que os matariam. Mas, enfim, foram tantas orações e presentes que prometeram ir. E assim, logo escreveu uma carta que em suma dizia: ‘Nobres senhores: parti de Cuba com onze navios de armada e quinhentos e cinquenta espanhóis, cheguei aqui em Acuzamil, de onde vos escrevo esta carta. Os desta ilha me certificaram que há nessa terra cinco ou seis barbudos que em tudo são muito parecidos conosco. Eles não sabem me dar ou dizer outros sinais; mas a partir disso conjecturo e tenho certeza de que vocês são espanhóis. Eu e estes nobres que vêm comigo para descobrir e povoar estas terras, pedimos-lhes muito que, dentro de seis dias que receberem esta, venham até nós, sem mais demora ou desculpa. Se todos vierem, conheceremos e gratificaremos o bom trabalho que esta armada receberá de vocês. Envio um bergantim para que venham, e dois navios para segurança.—Fernando Cortés’. (GÓMARA, 2007, p. 27-28, tradução nossa)

De acordo com Gómara, após muitas tentativas fracassadas, Cortés encontra-se com Jerónimo de Aguilar, que se torna seu intérprete (GÓMARA, 2007, p. 29-31, tradução nossa), já que em decorrência dos oito anos vividos entre os povos maias aprendeu a falar a língua deles. Agora, Cortés poderia se comunicar melhor com os índios de Cozumel: “Logo no dia seguinte à chegada de Aguilar, Cortés voltou a falar com os acuzamelanos para informar-se melhor sobre as coisas da ilha, pois eles seriam bem entendidos com tão fiel intérprete”. (GÓMARA, 2007, p. 31, tradução nossa)

Como sabemos, em sua missão de conquista, Cortés buscava fazer alianças com os povos indígenas da Mesoamérica, mas alguns não aceitavam e faziam guerra contra os espanhóis. Na referida obra, Gómara

menção a batalha entre os indígenas da província de Tabasco e o exército de Cortés. Segundo o cronista, após resistirem, os senhores daquele povo aceitaram o acordo de paz e amizade proposto por Cortés. Para selar tal acordo, deram muitos presentes ao conquistador, dentre eles vinte mulheres escravas, que Cortés distribuiu entre seus capitães:

Veio a Cortés o senhor daquele povo e outros quatro ou cinco vizinhos, com boa companhia de índios, e lhe trouxeram pão, pavões, frutas [...] quatrocentos pesos de ouro em joias, algumas pedras turquesa de pouco valor, e até vinte mulheres de suas escravas para que lhes assassem pão e cozinhasse para o exército; com as quais pensavam fazer grande serviço, como eles os viam sem mulheres, e porque cada dia é preciso moer e cozinhar pão de milho, em que se ocupa muito tempo as mulheres. [...] Cortés [...] distribuiu aquelas vinte mulheres escravas entre os espanhóis. (GÓMARA, 2007, p. 46-47, tradução nossa)

Segundo Gómara, quando Hernán Cortés esteve em San Juan de Ulúa, Teudilli, governador daquela ilha, na qualidade de magistrado do imperador Montezuma, enviou alguns índios até onde Cortés e seus soldados estavam para saber quem eram, o que queriam, se ficariam ali ou seguiriam adiante. Mesmo Jerónimo de Aguilar não os tendo entendido, Cortés os recebeu muito bem e disse que no outro dia falaria com o seu governador. No outro dia, Cortés e seu exército encontraram-se com o governador Teudilli, que estava acompanhado de mais de quatro mil índios desarmados. Dentre eles, alguns trouxeram muitos alimentos. Teudilli deu a Cortés ricas joias de ouro e objetos de plumas bem elaborados. Cortés o abraçou, recebendo-o alegremente. Deu a ele alguns presentes, incluindo quinquilharias de pouquíssimo valor para os espanhóis, mas que eram muito estimadas pelos índios. (GÓMARA, 2007, p. 52-54, tradução nossa)

Gómara acrescenta que até aquele momento a comunicação entre Cortés e Teudilli estava sendo feita sem *lengua*, já que Jerónimo de Aguilar não entendia a língua daqueles índios, que falavam uma língua muito diferente da língua maia que havia aprendido. Desse modo, Cortés estava desanimado por não ter como se comunicar com aquele governador e obter informações sobre o lugar. No entanto, logo Cortés animou-se, pois uma das vinte mulheres que recebera em Potonchán (cidade situada na província de Tabasco) falava com os índios que acompanhavam o governador e os entendia muito bem. Com a ajuda de Aguilar, Cortés falou com ela, prometendo-lhe mais que liberdade se fosse leal a ele na intermediação entre ele e os índios de sua terra, que ele a queria como *faraute* e secretária:

Tudo isto se havia feito sem língua, porque Jerónimo de Aguilar não entendia estes índios, que falavam outra linguagem muito diferente da que sabia; Cortés foi com cuidado e tristeza, por faltar-lhe *faraute* para entender-se com aquele governador e saber as coisas daquela terra; porém, logo saiu dela, porque uma daquelas vinte mulheres que lhe deram em Potonchan, falava com os daquele governador e os entendia muito bem, como a homens de sua própria língua; assim que Cortés tomou-lhe separada de Aguilar, e prometeu-lhe mais que liberdade se tratasse com a verdade entre ele e aqueles de sua terra, pois os entendia, e ele a queria ter por sua *faraute* e secretária. (GÓMARA, 2007, p. 54, tradução nossa)

Quem era esta indígena? Qual é a sua procedência? Segundo Gómara, Cortés também perguntou a ela quem era e de onde vinha. Marina falou que era de Jalisco, de um lugar chamado Holuta, filha de pais ricos, e que o senhor daquela terra era seu parente; quando menina, foi roubada por mercadores, vendida na feira de Xicalango, perto de Tabasco, e depois chegou ao poder do senhor de Potonchan:

[...] além disto, perguntou-lhe quem era ela e de onde. Marina, que assim se chamava depois de cristã, disse que era de Xalisco, de um lugar dito *Viluta*, filha de ricos pais, e parente do senhor daquela terra; que sendo menina foi roubada por certos mercadores em tempo de guerra, trazida para vender na feira de Xicalango, que é uma grande aldeia sobre Coazacualco, não muito longe de Tabasco; de lá foi chegando ao poder do senhor de Potonchán. (GÓMARA, 2007, p. 54, tradução nossa)

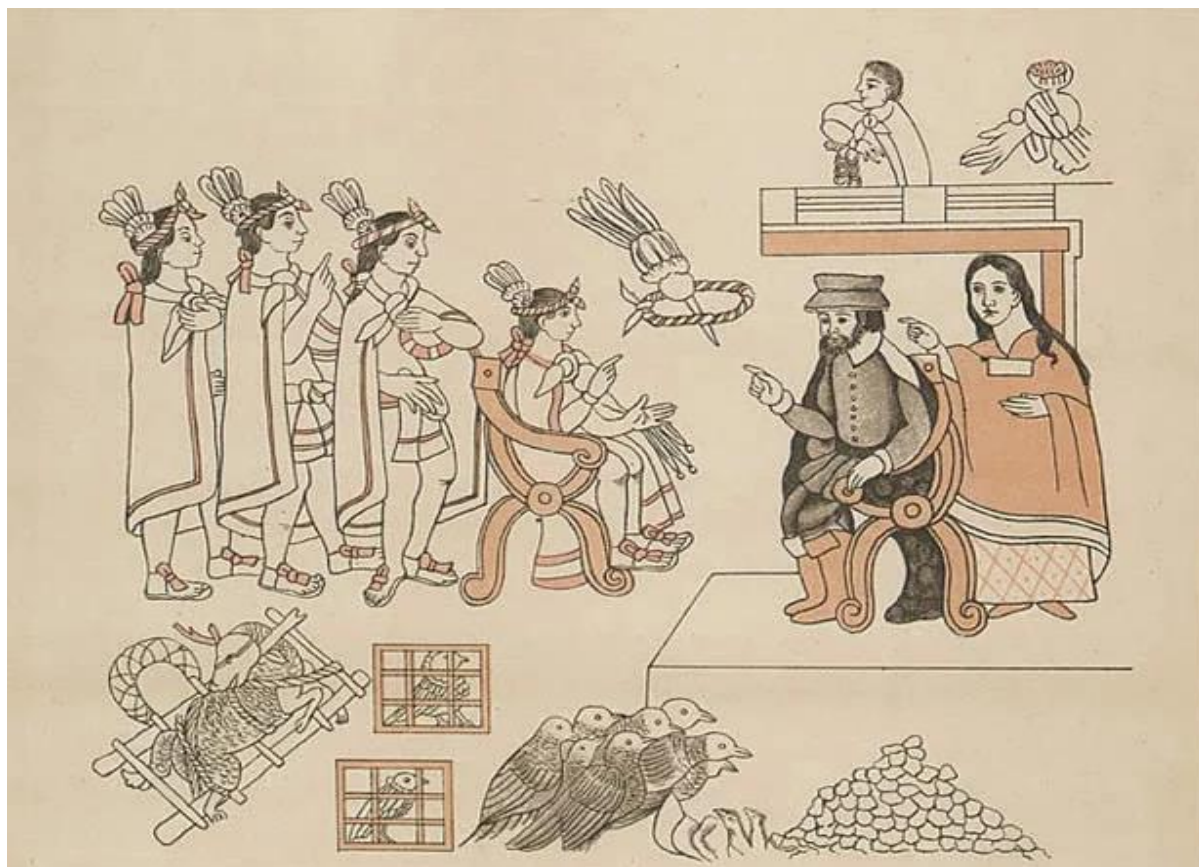
Segundo Gómara, as vinte mulheres foram as primeiras índias batizadas da Nova Espanha. Cortés teve certeza de que aquela escrava seria sua fiel *faraute* (guia) junto de Aguilar. Então, assistiu à missa com o governador Teudille, comeram e depois ficaram em suas tendas com suas línguas, outros espanhóis e índios:

Esta Marina e suas companheiras foram as primeiras cristãs batizadas de toda a Nova-Espanha, ela sozinha, com Aguilar, o verdadeiro intérprete entre os nossos e os daquela terra. Certificado Cortés que tinha certo e leal *faraute* naquela escrava com Aguilar, ouviu missa no campo, pôs Teudille a seu lado, depois comeram juntos; enquanto comiam, ambos ficaram em suas tendas com as línguas e muitos outros espanhóis e índios. (GÓMARA, 2007, p. 54, tradução nossa)

Figura 2: Lâmina 11 do *Lienzo de Tlaxcala*⁴

Marina representada ao lado de Cortés em seu diálogo com o imperador Montezuma:

⁴ O *Lienzo de Tlaxcala*, concluído em 1552, foi encomendado pelo Cabildo da cidade de Tlaxcala para registrar a participação dos tlaxcaltecas na tomada de Tenochtitlan. Com isso, os governantes da cidade pretendiam continuar a obter privilégios por parte do imperador Carlos V. (BRAVO, 2010, p. 58).



Fonte: Chavero, 1892.

Bernal Díaz del Castillo: [...] *dona Marina tinha muito ser e mandava absolutamente entre os índios em toda a Nova Espanha* [...]

Há poucas informações a respeito da vida de Bernal Díaz del Castillo antes de sua aventura à América. Ele nasceu em 1495 ou 1496 em Medina de Campo (cidade da província de Valladolid); filho de María Díez Rejón e de Francisco Díaz del Castillo, regedor da cidade. (SERÉS in DÍAZ DEL CASTILLO, 2014, p. 1117, tradução nossa)

Em 1514, aos vinte anos de idade, o jovem Bernal Díaz del Castillo é possuidor de um enorme espírito aventureiro, talvez influenciado pela leitura da novela de cavalaria *Amadis de Gaule*, amplamente difundida em sua cidade, embarca com o conquistador espanhol Pedrarias Dávila, que estava a caminho de Terra Firme (Panamá) na qualidade de governador e capitão geral, permanecendo com ele por aproximadamente quatro meses. Bernal Díaz del Castillo fixou-se primeiramente na região do Dárien, situada entre Colômbia e Panamá, depois obteve autorização de Pedrarias Dávila para se mudar para a Ilha de Cuba. Em 1517, participa da primeira expedição às costas de Yucatan, comandada por Francisco Hernández de Córdoba. Em 1518 participa da expedição de Juan de Grijalva ao mesmo local, recolhendo

informações valiosas para a expedição de Hernán Cortés em 1519 da qual faria parte. (SERÉS in DÍAZ DEL CASTILLO, 2014, p. 1117-1118, tradução nossa)

Após a conquista do México-Tenochtitlan, luta junto ao imperador Filipe II para que seus esforços na conquista sejam recompensados. Em 1529 sua lealdade ao imperador e mercedes são reconhecidas. Fixa-se na Guatemala por volta de 1541, parcialmente recompensado. Nesta época, era pai de dois filhos com a índia dona Francisca e de um filho com a esposa dona Angelina. Contudo, por volta de 1544, para obter a *encomienda*, foi obrigado a se casar com dona Teresa Becerra (filha do conquistador e alcaide da Guatemala, Bartolomé Becerra) com quem teve nove filhos. Após sua participação na conquista do México, Bernal Díaz del Castillo fez algumas viagens à Espanha e escreveu duas cartas ao imperador Filipe II, uma em 1552 e outra em 1558, reclamando seus direitos a *encomiendas* e outros privilégios. (SERÉS in DÍAZ DEL CASTILLO, 2014, p. 1122, tradução nossa)

A partir da leitura da *Historia de la Conquista de Mexico* do historiador e eclesiástico espanhol Francisco Lopes de Gómara, publicada em 1552, no ano seguinte Bernal Díaz del Castillo decidiu transformar seu antigo memorial de guerra em uma crônica, a qual foi concluída em 1568, surgindo assim a *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. Esta obra está ligada à descoberta, conquista, *repartimiento*, povoação do México e à própria vida do conquistador/soldado/cronista, da qual a melhor parte é a aventura coletiva da qual participara. (SERÉS in DÍAZ DEL CASTILLO, 2014, p.1122, tradução nossa)

Em 1552, a *Historia de la Conquista de Mexico* e seu autor já eram famosos na Espanha. Ao lê-la, Bernal Díaz del Castillo percebeu a exaltação que Gómara fazia de Cortés como o único conquistador do México, além de alguns erros históricos. A *Historia de la Conquista de Mexico* inspirou Bernal Díaz del Castillo a apresentar a sua versão para a história da conquista em contestação à versão de Gómara. Em sua crônica, Bernal Díaz del Castillo relataria os fatos dos quais fora testemunha ocular e participe ativo como um dos capitães de Cortés.

Na obra de Gómara, capitães e nativos que participaram da conquista foram omitidos, enquanto a conquista era mostrada como uma façanha somente de Cortés. Para Bernal Díaz del Castillo e outros autores pertencentes ou descendentes dessas categorias, como o mestiço Garcilaso de la Vega, era preciso registrar a verdade. Assim sendo, a obra de Gómara foi contestada por eles, pois não viam nela a presença da verdade. (RUI, 2010, p. 177)

É importante ressaltar que cada autor expressava a verdade conforme seus próprios valores. Para Gómara, um eclesiástico, a verdade continuava fundamentada em características do medievo, “a história conduzida por Deus e pela ação dos grandes homens”. (RUI, 2010, p. 178). Apesar de ter vivido dez anos na Itália, em contato com as ideias renascentistas, continuava fiel ao medievalismo dominante na Espanha,

seguindo as normas da concepção cristã de história da historiografia medieval, a qual concebe a intervenção da Providência Divina na história. Neste sentido, o homem converte-se em um simples executor dos desígnios da Providência Divina. (LACROIX in GÓMARA, 2007, p. X-XI, tradução nossa). Por outro lado, conforme observa Ramón Iglesia, “Para Gómara [...] a história é essencialmente a biografia dos grandes homens”. (IGLESIA, 1942, p. 100, tradução nossa). Em sua *Historia de la conquista*, Gómara só mencionava Cortés, ignorando as ações da tropa que participara da conquista. (LACROIX in GÓMARA, 2007, p. XII, tradução nossa)

Já para outros cronistas, a verdade estava associada ao que poderia ser provado. Desse modo, buscavam registrar a importância e a utilidade ao Império Espanhol não apenas dos líderes, mas sim de todos aqueles que os relatos oficiais deixaram de fora. Em sua crônica, os autores davam a sua versão da história, esforçavam-se em evidenciar e comprovar a sua procedência e de que modo eles, seu povo ou sua categoria contribuíram ao êxito da conquista, aumentando assim a quantidade de protagonistas bem como a possibilidade de participarem das glórias e lucros obtidos na conquista. No século XVI e início do século XVII, o relato histórico era um documento não apenas no sentido de registro da memória, mas também de valor legal, que garantia privilégios para aquele que tivesse participado dos acontecimentos registrados. (RUI, 2010, p. 178,180)

Bernal Díaz del Castillo está entre os autores que decidiram escrever a sua versão da história para registrar sua participação na conquista. (RUI, 2010, p. 181). Tal versão ficou registrada na *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*, concebida na velhice, com mais de 80 anos de idade, muitos anos depois de sua participação nos fatos narrados. Na obra, Bernal Díaz del Castillo procura corrigir e eliminar as imprecisões e exageros cometidos por Gómara, objetivando com isso garantir o seu direito a reclamar sua parcela nas mercês reais concedidas aos partícipes do grande empreendimento da conquista. Dentre os exageros cometidos por Gómara criticados por Castilho está a exaltação de Cortés como o herói da Conquista. Ao contrário, Castilho mostra que os agentes da conquista foram os espanhóis, principalmente os capitães, categoria a qual pertencia. Evidencia o coletivo em detrimento do individual, mostrando a importância dos soldados como conselheiros de Cortés em várias ocasiões em que importantes decisões eram tomadas. (RUI, 2010, p. 181-182). Conforme o cronista, “Digo que sobre essa minha relação podem os cronistas sublimar e louvar ao valoroso e esforçado capitão Cortés e aos fortes conquistadores, pois tão grande empresa saiu de nossas mãos”. (CASTILLO, 2003, p. 5, tradução nossa)

O assunto da busca de Cortés por intérpretes que fizessem uma boa intermediação entre espanhóis e indígenas da Mesoamérica também é destacado por Bernal Díaz del Castillo, em sua *Historia verdadera de la Conquista de la Nueva España*.

Segundo ele, na ilha de Cozumel, com o auxílio de Melchorejo, índio proveniente da Ponta de Catoche, que sabia falar um pouco de espanhol e muito bem a língua dos índios de Cozumel, Cortés certificou-se da existência de espanhóis em uma ilha próxima. Por meio de presentes ao cacique e aos índios de Cozumel, conseguiu que dois índios mercadores desta ilha fossem como mensageiros, levando cartas, acompanhando o capitão Diego de Ordaz, com um navio e um barco menor, e que aguardassem oito dias na costa da Ponta de Catoche:

Com Melchorejo, o da Ponta de Catoche, que já entendia pouca coisa da língua de Castela e sabia muito bem a de Cozumel, se lhe perguntou a todos os principais e todos [...] disseram que haviam conhecido certos espanhóis, e davam direção deles, e que na terra adentro, andando dois dias, estavam, e os tinham por escravos um cacique, e que ali em Cozumel havia índios mercadores que lhes falaram havia poucos dias. Do qual todos nos alegramos.

Disse-lhes Cortés que logo os fossem chamar com cartas [...] e deu aos caciques e aos índios que foram com as cartas camisa, e os lisonjeou, e lhes disse que quando voltassem lhes daria mais miçangas. O cacique disse a Cortés que enviasse resgate para o amo com quem estavam que os tinham por escravos, para que lhes deixassem vir, e assim se fez, que se lhes deu aos mensageiros todo tipo de miçangas.

Logo mandou preparar dois navios, [...] um era pouco maior que bergantim [...] e por capitão deles Diego de Ordaz, e mandou que estivesse na costa da Ponta de Catoche aguardando oito dias com o navio maior, e entretanto que fossem e viessem com a resposta das cartas, com o navio pequeno voltassem a dar a resposta a Cortés do que faziam. (CASTILLO, 2003, p. 11, tradução nossa)

Apesar de alguns desencontros, Jerónimo de Aguilar chega de canoa à ilha de Cozumel encontrando-se com os espanhóis para a alegria de Cortés. (CASTILLO, 2003, p. 12-14, tradução nossa)

Logo após destacar o encontro de Cortés com Jerônimo de Aguilar, Bernal Díaz del Castillo fala da chegada dos espanhóis em Tabasco. De acordo com o cronista, em um primeiro momento, os índios os receberam com hostilidades, armados, mas depois aceitaram um acordo de paz. Bernal Díaz del Castillo evidencia a intermediação entre Cortés e os líderes de Tabasco feita por meio de Jerônimo de Aguilar, sua *lengua*, que sabia falar muito bem a língua de Tabasco. (CASTILLO, 2003, p. 14-18, tradução nossa)

O soldado-cronista menciona os presentes de ouro dados a Cortés pelos caciques de Tabasco e seus vizinhos, enfatizando o presente mais importante, as vinte mulheres e dentre elas dona Marina, como seria chamada após o batismo; presente este que foi recebido com muita alegria por Cortés:

Vieram muitos caciques e principais daquele povo de Tabasco e de outros comarcas, fazendo muito acato a todos nós, e trouxeram um presente de ouro. Não foi nada todos estes presentes em comparação de vinte mulheres, e entre elas uma excelentíssima mulher, que se disse dona Marina, que assim se chamou depois de tornar-se cristã. Cortés recebeu aquele presente com alegria. (CASTILLO, 2003, p. 18, tradução nossa)

O cronista faz questão de ressaltar a ascendência nobre da indígena. Segundo ele, dona Marina era filha de grandes caciques, tinha boa aparência. As vinte mulheres foram batizadas no cristianismo, tornando-se as primeiras cristãs da Nova Espanha. Cortés as repartiu entre seus capitães, dando dona

Marina, que era a mais bonita e curiosa, ao capitão Portocarrero. Porém, quando este capitão foi à Espanha, dona Marina esteve com Cortés, tendo um filho dele, Martin Cortés:

Logo se batizaram, e se pôs por nome dona Marina àquela índia e senhora que ali nos deram; verdadeiramente era cacica, filha de grandes caciques e senhora de vassalos; e bem se lhe parecia em sua pessoa. [...] As outras mulheres não me recordo bem de seus nomes [...], mas estas foram as primeiras cristãs que houve na Nova Espanha; Cortés as repartiu a cada capitão [...]; e a esta dona Marina, como era de bom parecer, intrometida e desenvolta, deu a Alonzo Hernández Portocarrero; quando este foi à Castela, esteve dona Marina com Cortés, teve ela um filho que se chamou Martin Cortés. (CASTILLO, 2003, p. 19, tradução nossa)

Bernal Díaz del Castillo destaca que dona Marina pertencia à nobreza indígena. O pai e a mãe eram cacique e cacica de um povo da região de Painala. Com a morte do pai, a mãe se casou com outro cacique tendo um filho com ele e resolveram dar ao menino o cacicado. Para evitar que a menina representasse alguma ameaça, a deram aos índios de Xicalango e esses aos índios de Tabasco, os quais a passaram a Cortés como presente:

Quero dizer que dona Marina, como desde sua infância foi grande senhora e cacica de povos e vassalos, é desta maneira: que seu pai e mãe eram senhores e caciques de um povo que se diz Painala. Morreu o pai ficando muito pequena, a mãe se casou com outro cacique jovem e tiveram um filho; segundo parece, queriam bem ao filho que tinham tido. Acordaram entre o pai e a mãe dar a ele o cacicado; para que ele não tivesse estorvo, deram à noite a menina dona Marina a alguns índios de Xicalango; para que não fosse vista, espalharam a notícia que havia morrido. Naquela época morreu uma filha de uma índia sua escrava, e publicaram que era a herdeira; de maneira que os índios de Xicalango a deram aos índios de Tabasco, e os de Tabasco a Cortés. (CASTILLO, 2003, p. 19, tradução nossa)

Percebe-se a influência das histórias de cavalaria na representação de Marina por Bernal Díaz del Castillo. A semelhança com Amadís de Gaule é muito clara. Segundo Julie Greer Johnson, Amadís e Marina são de origem nobre, sendo vítimas do abandono por parte de suas próprias famílias quando ainda crianças. Após o desaparecimento dos pais – o de Amadís parte em uma jornada e o de Marina morre – as mães, com ajuda de servos ou escravos, abandonam suas filhas secretamente. As crianças, Amadís e Marina, são criadas distantes de suas famílias originais e por pessoas com culturas diferentes (JOHNSON, 1997, p. 162, tradução nossa)

Em várias partes do texto, Bernal Díaz del Castillo refere-se a Gerónimo de Aguillar e Marina como nossas línguas, que Cortés sempre os levava consigo, sobretudo Marina; que Marina entendia as línguas e explicava muito bem. Em seus próprios termos: “dona Marina falava de tal maneira que o sabia bem fazer”. (CASTILLO, 2003, p. 49, tradução nossa). Na concepção do cronista, dona Marina não era excelente apenas como tradutora, ela tinha muita personalidade e autoridade junto aos índios:

Como dona Marina em todas as guerras da Nova Espanha, Tlaxcala e México foi tão excelente mulher e boa língua [...] a trazia sempre Cortés consigo; dona Marina tinha muito ser e mandava absolutamente entre os índios em toda a Nova Espanha. (CASTILLO, 2003, p. 19, tradução nossa)

Tamanha era a importância de dona Marina entre os povos nativos da região do México que, conforme Bernal Díaz del Castillo, os índios, caciques, embaixadores de várias províncias e o imperador Montezuma chamavam Cortés de Malinche pelo fato de dona Marina estar sempre junto dele quando este se comunicava, falando suas palavras na língua mexicana:

Chamavam a Cortés Malinche, e assim o nomearei daqui em diante em todas as práticas que teríamos com quaisquer índios, tanto desta província (Xicalango) como da cidade do México [...]. E o motivo de ter lhe posto este nome é que como dona Marina, nossa língua, estava sempre em sua companhia, especialmente quando vinham embaixadores [...] ela declarava na língua mexicana, por este motivo chamavam a Cortés o capitão de Marina, e logo o chamaram Malinche. (CASTILLO, 2003, p. 42, tradução nossa)

É importante lembrar que os povos originários da Mesoamérica não conseguiam pronunciar a letra “r”, então diziam Malina; e, após o nome, usavam um título honorífico, “Tzin”; assim, a pronúncia final saía Malintzin. Por sua posição de destaque, os espanhóis a chamavam de dona Marina. Como Cortés estava sempre acompanhando dona Marina, os indígenas o chamavam de Malinche, o capitão, senhor, de Malintzin. A este respeito, observa Todorov “é revelador o apelido que os astecas dão a Cortés: chamam-no Malinche... (pelo menos uma vez não é a mulher que adota o nome do homem”. (TODOROV, 2014, p. 147). Porém, na posteridade, dona Marina ficou conhecida como Malinche, pois os espanhóis que acompanhavam Cortés entendiam o Malintzin pronunciado pelos indígenas como Malinche.

Considerações finais

Mesmo que Cortés tenha quase apagado o importante papel de Marina no processo de conquista na Mesoamérica, como fica claro nas pouquíssimas linhas em que ela aparece em suas *Cartas de Relación*, o protagonismo dessa indígena é evidenciado por Gómara em *Historia de la Conquista de México* e ainda mais por Bernal Díaz del Castillo na *Historia verdadera de la Conquista de la Nueva España*.

O soldado-cronista Bernal Díaz del Castillo participou da expedição de Cortés, por alguns anos conviveu lado a lado com a intérprete, dedicando-lhe várias páginas de sua *Historia verdadera de la Conquista de la Nueva España*. Na referida obra, o cronista falou dela com respeito e admiração, mostrando sua importância naquele processo.

É inegável que a participação de Marina facilitou a conquista espanhola na região da Mesoamérica. Sem ela, a conquista teria sido mais difícil e demoraria bem mais para concretizar-se. É bom lembrar que

Marina não fazia a tradução literal das palavras de Cortés aos líderes indígenas e destes a Cortés, ela interpretava, aconselhava tanto Cortés como os líderes indígenas a fazerem alianças ao invés de guerras, evitando desse modo que mais sangue fosse derramado.

Referências

Fontes primárias

CORTÉS, Hernán. **Cartas de la conquista de México**. Madrid: SARPE, 1985.

CHAVERO, Alfredo. **El Lienzo de Tlaxcala**. México: Innovación, 1892.

DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. **Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España**. Biblioteca Virtual Universal, 2003.

GÓMARA, Francisco López de. **Historia de la Conquista de México**. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

Fonte secundária

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRAVO, Isabel Bueno. El Lienzo de Tlaxcala y su lenguaje interno. In: **Anales del Museo de América**, 18, p. 56-77, 2010.

GLANTZ, Margo (Coord). Nota Introdutória. In: **La Malinche, sus padres y sus hijos**. México: Editorial Taurus, 1994.

HERNÁNDEZ, Cristina González. **Doña Marina (La Malinche) y la formación de la identidad mexicana**. Madrid: Encuentro, 2002.

IGLESIA, Ramón. **Cronistas e historiadores de la conquista de México**. México: El Colegio de México, 1942.

JOHNSON, Julie Greer. Bernal Díaz and the Women of the Conquest. In: FOSTER, David William; ALTAMIRANDA, Daniel (org.). **Writers of the Spanish Colonial Period**. New York: Garland Publishing, 1997.

LACROIX, Jorge Gurría. Prólogo. In: GÓMARA, Francisco López de. **Historia de la conquista de México**. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007. (Colección Clásica, N° 65).

MORAIS, Marcus Vinícius. **Hernán Cortez: civilizador ou genocida?** São Paulo: Contexto, 2011.

PAZ, Octavio. Los hijos de la Malinche. In: **El laberinto de la soledad**. Madrid: Fondo de cultura Económica de España, S.L., 1992.

RUI, Adailson José. A utilização da história no decorrer da conquista da América. In: **Revista de Teoria da História**, ano 1, número 3, p.169-189, junho/2010.

SERÉS, Guillermo. Bernal Díaz del Castillo y la «Historia verdadera». In: DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. **Historia verdadera de la conquista de la Nueva España**. México: Academia Mexicana de la Lengua, 2014. (Edición, presentación, estudio y notas de Guillermo Serés; ensayo introductorio de Miguel León-Portilla).

SKIDMORE, Thomas E. Onde estava a “Malinche” brasileira? Mitos de origem nacional no Brasil e no México. **Revista Cultura Vozes**, nº 91, p. 107-118, Petrópolis, 1997.

SOUSTELLE, Jacques. **A civilização asteca**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Cláudio Júnior Damin
As mulheres na Revolução Federalista de 1893

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, setembro de 2025

As mulheres na Revolução Federalista de 1893	Cláudio Júnior Damin Universidade Federal do Pampa
---	---

Resumo

O artigo investiga a presença e a participação das mulheres na Revolução Federalista (1893-1895), uma guerra civil do início da República e que conflagrou, em particular, o Rio Grande do Sul, opondo republicanos e federalistas (maragatos). O estudo parte do pressuposto de que o silêncio e a invisibilidade das mulheres na campanha militar não significam uma ausência, mas sim a reprodução de uma cultura marcial dominada pelo masculino. A pesquisa é orientada pela metodologia qualitativa a partir da análise de trabalhos de memorialistas, registros dos jornais da época, correspondências, diários militares e a historiografia conhecida sobre o conflito. Destaca-se o papel das mulheres como vítimas de diversos tipos de violência, mão de obra para a logística da guerra, acompanhantes dos homens nas marchas e também como combatentes, principalmente no Exército Revolucionário, pontuando-se diferenças entre mulheres legalistas e maragatas.

PALAVRAS-CHAVE: História das Mulheres; Positivismo; Violência; Revolução Federalista de 1893

Cláudio Júnior Damin
As mulheres na Revolução Federalista de 1893

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, setembro de 2025

The women in the Federalist Revolution of 1893	Cláudio Júnior Damin Universidade Federal do Pampa
---	---

Abstract

O artigo investiga a presença e a participação das mulheres na Revolução Federalista (1893-1895), uma guerra civil do início da República e que conflagrou, em particular, o Rio Grande do Sul, opondo republicanos e federalistas (maragatos). O estudo parte do pressuposto de que o silêncio e a invisibilidade das mulheres na campanha militar não significam uma ausência, mas sim a reprodução de uma cultura marcial dominada pelo masculino. A pesquisa é orientada pela metodologia qualitativa a partir da análise de trabalhos de memorialistas, registros dos jornais da época, correspondências, diários militares e a historiografia conhecida sobre o conflito. Destaca-se o papel das mulheres como vítimas de diversos tipos de violência, mão de obra para a logística da guerra, acompanhantes dos homens nas marchas e também como combatentes, principalmente no Exército Revolucionário, pontuando-se diferenças entre mulheres legalistas e maragatas.

PALAVRAS-CHAVE: História das Mulheres; Positivismo; Violência; Revolução Federalista de 1893

Introdução

“As mulheres são as eternas esquecidas na história das guerras”, escreveu Colling (2014). Por falta de fontes, documentos, registros e por uma cultura historiográfica e intelectual que apenas contemporaneamente privilegiou a atuação da mulher para fora do ambiente doméstico e de sua condição coadjuvante em relação ao homem, o trabalho de resgate da história das mulheres nos conflitos humanos torna-se um verdadeiro desafio. Trata-se, no entanto, de um desafio necessário, porque sendo a guerra um empreendimento das sociedades humanas, as mulheres sempre estiveram presentes ocupando determinadas posições e cumprindo certos papéis sociais.

Dentro dessa perspectiva, o presente artigo tem o objetivo de investigar a presença e a participação das mulheres na Revolução Federalista (1893-1895), conflito do início da República e que atingiu os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e opôs republicanos e federalistas (maragatos). Também chamada de guerra civil de 1893, esse conflito de natureza militarmente irregular passou a ser conhecido como “guerra da degola” em razão da prática disseminada do corte da garganta como modo de eliminação física dos inimigos.

Em razão da notável ausência de estudos sobre as mulheres nessa guerra, o artigo busca responder à seguinte questão: qual foi a participação das mulheres na Revolução Federalista de 1893? Partimos do pressuposto de que o silêncio e a invisibilidade de sua presença na campanha militar não significam uma ausência, mas sim a reprodução de uma cultura marcial masculinizada que não reconhece papel social relevante para o feminino.

Para cumprir o objetivo definido, nossa investigação é orientada pela metodologia qualitativa. Ressalte-se que inexistem qualquer obra ou documento que condense de maneira aprofundada a presença das mulheres na Revolução Federalista, de modo que os registros, evidências e pistas sobre suas participações são extremamente fragmentados. Assim, utilizamos como fontes de pesquisa uma diversidade de trabalhos de memorialistas republicanos e federalistas, registros dos jornais da época, documentos militares e a historiografia conhecida sobre a guerra. Os exemplos apresentados ao longo do artigo concentram-se no Rio Grande do Sul, o principal campo das batalhas e o estado mais conflagrado pela guerra.

1 A mulher na República Positivista

A Revolução Federalista de 1893 foi um conflito ambientado nos primeiros anos do regime republicano, marcados pela instabilidade política, violenta competição de grupos pelo poder e polarização ideológica (FRANCO, 2012; FLORES; FLORES, 2016). O golpe de 15 de Novembro de 1889, ao exilar a família imperial, estabeleceu uma nova ordem no país, cujo fundamento intelectual era, em boa medida,

assentado na doutrina da filosofia positiva do francês Auguste Comte, cuja influência mais profunda e abrangente verificou-se no Rio Grande do Sul (FAUSTO, 1994).

O positivismo, em linhas gerais, buscava cuidar de cada aspecto da vida em sociedade, com pretensões de tornar-se a verdadeira religião da humanidade (RIBEIRO JR., 1984). Essa religião, completamente natural, racional, científica e sem qualquer verdade revelada, serviria para buscar o aperfeiçoamento moral e intelectual do “grande ser”, ou seja, da própria humanidade, compreendida aqui como um estado de comunhão e solidariedade permanente entre todos os homens.

No âmbito da política e do governo, a ideia motriz é a defesa da “ditadura republicana”. Esse tipo de organização seria necessário para que a sociedade, compreendida como um organismo vivo, possa funcionar de maneira sadia, sem doenças ou outras instabilidades. Ato contínuo, alguém precisa concentrar em torno de si poderes para organizar de maneira autoritária o estado e a sociedade. Por consequência, a presença de oposição e do debate público de ideias são percebidas como temerárias para o organismo, pois levariam ao faccionismo e à discórdia. Em Comte também está ausente a noção clássica de separação de poderes.

Bosi (2004, p. 176) salienta que, no Brasil, a aliança entre republicanos e o positivismo pode ser verificada com maior clareza a partir do fenômeno do castilhismo no Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos, o fundador do Partido Republicano Riograndense, será o responsável por demonstrar “a capacidade de uma doutrina europeia enxertar-se no tronco ideológico de uma formação periférica”. Pesavento (1989, p. 61), por sua vez, considera que o positivismo, no Rio Grande do Sul, foi “endossado como matriz inspiradora de conduta política e administrativa”, “legitimando a atuação do governo autoritário e do partido situacionista gaúcho”.

A Revolução de 1893 precisa, pois, ser compreendida dentro desse marco ideológico mais amplo, com a vinculação de boa parte das elites políticas, econômicas e militares republicanas ao positivismo. No Rio Grande do Sul, a dissensão estabeleceu-se desde os primeiros dias após o golpe de 15 de Novembro de 1889, opondo, de um lado, os republicanos positivistas e, de outro, o grupo do ex-conselheiro imperial Gaspar Silveira Martins, formado por antigos adeptos do Partido Liberal e organizados no Partido Federalista, a agremiação dos maragatos. A este último grupo também passaram a se agregar os chamados republicanos dissidentes de Assis Brasil e Barros Cassal, que não aceitavam a direção partidária de Castilhos.

Haverá, ao final da guerra civil, em agosto de 1895, a vitória absoluta dos republicanos castilhistas e de inspiração positivista que irão, nos anos e décadas seguintes, imprimir sua visão de estado e sociedade ao Rio Grande do Sul. As teses comtianas saem vitoriosas do conflito, derrotam seus contestadores e passam

a influenciar de maneira muito significativa na trajetória socioeconômica dos gaúchos na primeira parte do século XX.

Quando a guerra propriamente dita eclode, em fevereiro de 1893, os republicanos positivistas já eram os senhores do Rio Grande do Sul. A partir de um minucioso trabalho de infiltração da burocracia levado a cabo por Júlio de Castilhos, os seus correligionários detinham o controle do estado, incluindo suas forças coercitivas como a Brigada Militar. Naquele então, vale destacar, a ocupação de qualquer emprego público demandava o alinhamento ao partido do regime (RODRIGUEZ, 2000). Isso significa dizer que os intendentes, coletores de impostos, juízes e promotores de comarcas e delegados de polícia, além de titulares de cartórios, em todas as regiões do estado, eram aliados do presidente Castilhos (FRANCO, 2013).

Importa salientar que essa dominância dos republicanos positivistas nos espaços de poder do estado também passava a interferir na vida privada, em padrões culturais e de comportamento. Isso porque a filosofia positiva preocupava-se com questões morais gerais, tais como a formação da família, a educação, e particulares, como o papel a ser desempenhado e o espaço a ser ocupado pelas mulheres na sociedade (ISMÉRIO, 1995). Esse ponto teórico é particularmente importante em nossa investigação porque irá balizar os limites da atuação das mulheres, principalmente aquelas de famílias republicanas, ao longo da guerra civil.

O feminino é um dos grandes temas do catecismo comtiano, sendo uma mulher, Clotilde de Vaux, a amada do filósofo, a padroeira suprema da religião racional, idealizada como a figura mais representativa da humanidade (RIBEIRO JR., 1984). Essa contemplação, no entanto, segundo a doutrina, não era correspondida com uma atuação minimamente igualitária em relação aos homens porque as mulheres eram julgadas como naturalmente inferiores.

Em certas esferas da vida, como a pública e o mundo do trabalho, as mulheres não estariam capacitadas para participar, transmitindo ao masculino essas funções. Comte (1895, p. 22), por exemplo, destaca a “salutar exclusão política”, evacuadas que estavam de quaisquer direitos ou obrigações políticas. E considera a mulher isenta “de todo trabalho exterior”, para além do nível doméstico, para que existisse uma efetiva “emancipação universal” do feminino para a devida estruturação da família (COMTE, 1895, p. 28). Na acepção dada por Pesavento (1988, p. 102-103), “a exclusão política e econômica da mulher representava, no entender de Comte, um poderoso agente de estabilidade, de ordem e de moral, preservando a sociedade dos conflitos de classe”. O feminino, nestes termos, exerceria uma “ação moralizadora e suavizadora” dos conflitos da sociedade ao mesmo tempo em que seria capaz, por seu exemplo de conduta, de “refrear os impulsos mais violentos.” (PESAVENTO, 1988, p. 214-215)

Para Comte, “o principal ofício das mulheres consiste em formar e aperfeiçoar os homens”, de modo que um “bom cidadão” teria essa qualidade apenas se honrar sua mãe, esposa ou outra figura feminina de

seu círculo familiar “a quem foi devido sobretudo o sucesso dele” (COMTE, 1895, p. 148). As mulheres teriam a missão mais nobre em uma sociedade, que é a capacidade de amar os seus, devendo ser preservadas de qualquer turbulência exterior (RIBEIRO JR., 1984). Daqui deriva o princípio positivo segundo o qual “o homem deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social (COMTE, 1895, p. 148). Conforme resume Ismério (1995, p. 19), “o espaço da mulher ficava restrito à casa”, dedicando-se “exclusivamente ao trabalho doméstico e a educação dos filhos,” cabendo ao marido “o serviço externo para sustentar a casa”.

Poder-se-ia mesmo dizer que essa é uma visão patriarcal e tradicional da sociedade; uma prática histórica de longa data de relegar à mulher o cuidado da casa, submetendo-a a uma forma típica de controle social. A diferença mais peculiar do positivismo, ao mesmo tempo, era a defesa que se fazia da educação feminina. Mas essa educação deveria estar voltada para a família, com a mulher sendo a educadora de seus filhos e a guia moral do núcleo familiar (ISMÉRIO, 1995). O positivismo, assim, realiza uma interferência direta na educação das mulheres, a começar pela definição comtiana de idades mais apropriadas para o casamento.

Este era o substrato cultural em que as mulheres brasileiras estavam inseridas no alvorecer republicano. Sua característica geral básica, conforme pode ser notada, é a submissão às figuras masculinas, seu afastamento da política e da economia. Obviamente, que se trata de uma imagem padronizada, valendo destacar que havia muitas exceções de mulheres que estavam inseridas na vida econômica e intelectual das comunidades em que habitavam. Pedro (2012), nesse ponto, assinala que a mulher em seu papel como esposa, filha, irmã, mãe e avó era a típica representação idealizada que se fazia no Brasil meridional a partir da segunda metade do século XIX. O crescimento das áreas urbanas fomentou, por sua vez, um maior dinamismo econômico em setores como o comércio e a indústria, fazendo prosperar as elites urbanas. Com a maior urbanização, muitas mulheres se destacaram no mundo do trabalho e na vida cultural, extrapolando o ambiente doméstico.

Sem qualquer espaço relevante na política ou na economia e destinada a cuidar do lar, seria natural que, sob a ótica do positivismo, a mulher também estivesse isenta de qualquer papel ativo em momentos emergenciais, como no caso de um conflito armado. Se em tempos de paz o feminino não adquiria qualquer voz ativa para fora do ambiente doméstico, como esperar algo diferente em tempos de guerra?

Nossa investigação parte do pressuposto de que as mulheres desempenham papéis e funções relevantes durante os conflitos humanos, mas, que em geral, restam invisibilizadas. Ribeiro (2021, 163) pontua que essa lacuna historiográfica “deve-se à hegemonia da participação masculina nos serviços das armas, mas também ao caráter tradicionalmente sexista” dos estudos militares. Costa (1999, p. 493), por sua vez, lembra que “a narrativa histórica tem sido um dos instrumentos de dominação e de exclusão

utilizados em todos os tempos”, e que no caso das mulheres brasileiras, a maneira como elas foram representadas, particularmente no século XIX, contribuiu decisivamente “para a exclusão das mulheres e a reprodução do sistema patriarcal e de patronagem, cujo legado ainda pesa sobre a sociedade brasileira”. O esforço da próxima seção será o de investigar o papel da mulher durante a Revolução Federalista de 1893, ultrapassando os limites da representação tradicional do feminino, sempre submissa ao marido e unicamente responsável pela educação dos filhos e trabalhos domésticos. A guerra, em muitos sentidos, irá impactar no papel ordinário das mulheres na sociedade gaúcha.

2 A Guerra das Mulheres

Há uma reflexão inserida no livro clássico do coronel José Bernardino Bormann, “Dias Fratricidas”, que é particularmente representativa da perspectiva dos republicanos positivistas em relação ao papel da mulher nas guerras. “Não simpatizamos com as damas que se celebrizam fora do cenário em que devem aparecer. A mulher é para o amor, para a família”, escreve o militar, que à época da Revolução de 1893 era o responsável pela Colônia Militar de Chapecó e comandante da fronteira de Palmas (BORMANN, 1901, p. 107).

Bormann, embebido pelo positivismo da época, está a delimitar a vida da mulher, interditando qualquer participação sua que não esteja relacionada ao seu “cenário” típico, ou seja, restrito ao “amor” e à “família”. Ele refere-se aqui, em particular, aos “sentimentos de caridade, ou de *altruísmo*, usando a palavra moderna, se quiserem os filósofos”, que existiam “nas senhoras” a partir da realização, por exemplo, de eventos de arrecadação de fundos para os feridos nas batalhas da guerra ou a atuação direta das mulheres no auxílio aos feridos (BORMANN, 1901, p. 106). Reproduz-se, com notável fidelidade, o ensinamento de Auguste Comte segundo o qual as mulheres possuem a missão precípua de amar (RIBEIRO JR., 1984).

O militar republicano cita algumas mulheres conhecidas por seus feitos em guerras de homens, dentre as quais a heroína Joana d’Arc, de atuação imortalizada na longa Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra, e Charlotte Corday, a assassina de Jean-Paul Marat, um dos próceres da Revolução Francesa, e que acabou executada em 1793 por seu crime. Para Bormann (1901, p. 107), d’Arc e Corday, “mulheres que se celebrizaram na prática de atos próprios dos homens”, que estariam muito distantes, do ponto de vista da virtude, de outras mulheres como Ana Nery, a enfermeira brasileira que esteve “à cabeceira dos nossos feridos na campanha do Paraguai”. O adequado lugar da mulher nas campanhas militares, portanto, é no auxílio aos feridos, pois isso a faria virtuosa, uma vez que seria “a mais alta expressão do amor, da piedade e da abnegação” (BORMANN, 1901, p. 108).

O lugar da mulher não é, definitivamente, no campo de batalha, mesmo que isso a fascine, pois se assim fosse, isso seria um “sinal de que os homens são covardes” (BORMANN, 1901, p. 108). O modelo

de mulher publicizado é o de Ana Nery, altruísta com o sofrimento dos homens e disposta a conter a dor alheia, compartilhando seu amor de mãe, filha, esposa, enfim, mulher. Seu juízo de valor, assim, é o mais negativo em relação a mulheres que combatem. Ele chega a citar a rainha Artemísia de Halicarnasso, a almirante de Xerxes na batalha de Salamina que, “apesar dos seus feitos gloriosos, cega Dardano d'Abydos, seu amante, que a abandonara” (BORMANN, 1901, p. 109). Ou seja: ela não cumpriu bem sua função como mulher e “mãe de família”, atacando o homem por quem se apaixonara.

Borman está, no fundo, argumentando que a guerra pouco impacta na vida das mulheres porque se trata de um assunto masculino. Mesmo nesses momentos turbulentos, elas deveriam voltar-se para a família, preservando assim a harmonia. As armas seriam deixadas para os homens, impensável a cena de uma mulher republicana em combate. Essa é uma visão claramente idealizada da mulher e que, ao menos no Rio Grande do Sul, é contrastada pela dura realidade dos conflitos em território gaúcho.

Pesavento (1980, p. 13) destaca o que considera uma “formação histórica *sui generis*” do Rio Grande do Sul, cujo povoamento foi marcado “pelo caráter fronteiriço que lhe proporcionou um contorno guerreiro e militarizado e, por outro lado, pela riqueza pecuária que lhe conferiu um sentido econômico preciso”. Como havia uma permanente necessidade militar para defesa do território, a população masculina ausentava-se por longos períodos das estâncias, fazendo com que as mulheres assumissem não apenas o cuidado da casa, mas também as atividades econômicas e a subsistência da família (LOPES, 2014). Isso, na perspectiva de Pinto (1987), fazia com que a mulher transbordasse a sua função socialmente definida para seu sexo, que era de cuidar do ambiente privado da casa. Nas visitas que fez a várias estâncias gaúchas, entre 1816 a 1822, o viajante Saint-Hilaire (2002) registra ter sido recepcionado por viúva ou pela proprietária, mulher que assumiu o controle da propriedade em razão da ausência do marido. A imagem projetada pelos viajantes europeus era a de que as mulheres do Sul eram mais sociáveis e mais independentes, por necessidades da guerra, em relação a seus maridos (PEDRO, 2012).

Lopes (2014, p. 4), ao estudar os conflitos de 1811 a 1828 na Banda Oriental e sua repercussão na vila de Rio Pardo, a partir de casos de mulheres cujos maridos marcharam para a guerra, concluiu “que a conjuntura da guerra não permitia a acomodação dos membros familiares aos papéis sociais tradicionais”. “As mulheres eram obrigadas a vivenciar situações e a desempenhar atribuições que usualmente deveriam ser atribuídas aos membros masculinos das famílias”, escreveu (LOPES, 2014, p. 58). Flores (2002, p. 89), por sua vez, tratando sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845), também conclui que o conflito impactou as mulheres que, pela ausência do elemento masculino, “assumiram o comando da casa, da loja, do armazém, da estância, rompendo com velhos costumes e apresentando um cativante panorama rico em experiências”.

Na Revolução de 1893, assim como nos conflitos anteriores que demandaram a mobilização de contingentes gaúchos, como a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai (1864-1870), os homens, independente do lado em que militavam, tiveram que marchar para a guerra. Todas as regiões do estado foram conflagradas e os homens aptos a lutar deslocaram-se de seus municípios para participar da campanha militar. Muitos, aliás, marcharam até Santa Catarina e Paraná em perseguição ao Exército Revolucionário do general Gumerindo Saraiva. As forças governistas eram formadas por homens da Brigada Militar, Exército Brasileiro e da Guarda Nacional, milícia civil que agregou em torno de si milhares de combatentes da legalidade. Os revolucionários maragatos, por sua vez, eram formados por desertores do Exército, da Armada e da própria Guarda Nacional e constituíam uma força irregular recrutada bem menos formal e hierarquizada que as forças governistas.

Ao afastarem-se de suas residências, os homens gaúchos de 1893, reproduzindo as guerras pretéritas, tinham que deixar suas mulheres em casa para cuidar dos filhos menores de idade e ainda não aptos para segurar uma arma. Surge então aqui o primeiro papel desempenhado pelas mulheres durante a guerra: o de vítimas dos mais variados tipos de violência.

2.1 Vítimas de violência

A Revolução é conhecida por seus atos extremos de violência, dentre os quais o mais representativo é a degola indiscriminada de inimigos. É privilegiada, em geral, episódios de violência de homens contra homens. Já a violência contra as mulheres era utilizada, tanto por republicanos quanto por federalistas, como propaganda negativa contra seus inimigos. Legalistas acusavam a violação de suas mulheres por parte dos maragatos, ao mesmo tempo em que os maragatos denunciavam abusos contra as mulheres dos seus revolucionários.

Na revisão sistemática da literatura especializada contemporânea sobre violência contra a mulher, Silva e Oliveira (2015) identificaram cinco formas de violência de gênero, a saber: 1. física; 2. sexual; 3. psicológica; 4. moral; e 5. patrimonial. Essas categorias são as mesmas encontradas na Lei Maria da Penha e usualmente associadas à violência doméstica, aquela perpetrada por um parceiro íntimo no contexto de relações conjugais (MOREIRA ET AL. 2008).

No caso de nossa investigação, a violência a ser examinada, e que tem as mulheres como vítimas, refere-se extramuros da casa e das relações privadas entre, por exemplo, marido e mulher, transbordando para a realidade da guerra e seus distintos terrenos.

A violência física contra a mulher pode ser definida como “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006, s/p). Em maio de 1893, nos primeiros meses da Revolução, o jornal O Estado, editado no Desterro, capital de Santa Catarina, e francamente favorável aos

revolucionários, noticiava que “uma força castilhista degolou uma mulher federalista que tinha casa de negócios” (O ESTADO (SC), 06-06-1893). O episódio ocorreu em Upamoroty, município de Santana do Livramento, na fronteira gaúcha. O corpo da comerciante foi encontrado do lado de fora da venda, “e ao lado dele um menino de 2 anos, filho da infeliz”. Federalistas, horas depois, encontraram o cadáver e a criança órfã foi levada até a casa da família Fialho para receber assistência.

Há elementos relevantes a serem pontuados neste caso. Primeiro, a vítima era integrada ao mundo do trabalho, sendo proprietária de um empreendimento comercial em um dos mais importantes municípios gaúchos da época. Não se tratava, portanto, de uma mulher que seguia a doutrina positivista de que a mulher deveria ter seu papel restrito ao lar. Por segundo, a morta é identificada como “uma mulher federalista”, ou seja, uma contestadora da ditadura republicana de Júlio de Castilhos. Não é dito se ela estava em armas contra os positivistas, mas sim que trabalhava em seu comércio quando foi morta, o que torna ainda mais trágico seu assassinato, por questões ideológicas. Essa mulher, na verdade, extrapolava o padrão da mulher positivista, porque além de cuidar de seu filho, exercia atividades laborativas em negócio próprio. A “força castilhista”, em terceiro lugar, não vitimou apenas ela, mas também seu filho menor, cujos corpos foram deixados para trás com as gargantas cortadas. Ou seja: o núcleo familiar foi extinto, uma vez que já não existia a presença masculina na casa ou no negócio.

Por fim, e não menos importante, o caso de Upamoroty desnuda que as mulheres também estavam expostas à prática da degola, constituindo-se essa uma atividade indiscriminada e independente de gênero. Parecia não existir remorso em assassinar, com a lâmina de afiadas facas, mulheres e crianças.

Em fevereiro de 1893, o capitão republicano Luiz Rodrigues da Silva, de Pelotas, recebeu uma carta do capataz da sua fazenda em que narrava o rastro de destruição deixado por forças maragatas que investiram contra propriedades e famílias da fronteira (A FEDERAÇÃO (RS), 27-03-1893). Na estância de Cosseca Martins, além de arrebanharem o gado e terem matado as ovelhas com lanças, “uma preta velha, de 80 anos, que cuidava da casa, foi degolada”. O general Isidoro Fernandes, em carta publicada pelo jornal castilhista A Federação, editado em Porto Alegre, sublinhava a fragilidade da mulher: “já quase cega e aleijada das mãos” (A FEDERAÇÃO (RS), 16-03-1893). Desta vez, o crime era praticado por maragatos contra pessoas que estes julgavam identificadas como partidárias de Júlio de Castilhos, ou que serviam à elite republicana, mesmo que não estivessem em armas, como era o caso da mulher ex-escravizada degolada.

A violência sexual também foi registrada contra mulheres e crianças pelos dois lados do conflito. Trata-se, conforme a atual legislação, de “qualquer conduta que a constranja [a mulher] a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força” (BRASIL, 2006, s/p).

Moura (2015, p. 54) pontua que a violência sexual contra as mulheres, em contextos de guerra, “faz-se presente virtualmente em toda a história documentada”. Passos e Losurdo (2017) assinalam, no entanto, que a prática sistemática de estupros foi, no mais das vezes, caracterizada pelo silêncio e esquecimento. A violação dos corpos pode ser também compreendida como uma deliberada “estratégia de guerra” para a disseminação do terror e do medo, colocando-se todos à mercê desse tipo de violência (MOURA, 2015).

No final de dezembro de 1893, O Estado publicou um telegrama do general Laurentino Pinto Filho, comandante do 2º Corpo de Exército Nacional Provisório, em que relata atrocidades cometidas contra três crianças, sendo duas meninas e um menino, pelas tropas republicanas. O general Maragato informa que, em meados do mês, no lugar chamado Quilombo, na freguesia de Gaspar, um total de 60 homens da força do senador castilhista Pinheiro Machado aproximou-se da casa de Manoel Pereira. O morador conseguiu evadir-se do local, porém suas duas filhas de 11 e 15 anos não conseguiram fugir e foram “defloradas” e todos os castilhistas “se serviram daquelas infelizes que, pouco antes de falecerem em consequência do estupro, fizeram a presente declaração”, ou seja, contaram sobre quem as teriam violentado (O ESTADO (SC), 26-12-1893). No mesmo dia, um filho de Ladislau Floriano de Andrade, de 12 anos de idade, também foi estuprado pelo mesmo grupo, morrendo a criança em razão da violência sexual.

O Correio da Manhã, jornal impresso em Lisboa, por sua vez, em maio de 1893 publicou uma série de notas sobre “barbaridades praticadas pelos revoltosos”. Dentre elas consta que na região de Bagé, na casa do republicano João Manuel, “foram levadas ao acampamento e violentadas quatro mulheres casadas com agregados e uma velha” (CORREIO DA MANHÃ (LISBOA), 12-05-1893). No lugar chamado Três Vendas, por sua vez, a residência de Gaspar Ferreira de Souza foi invadida e sua “nora foi esfaqueada, violentada e posta em mísero estado”. E no Passo de Vacaiquá, em Dom Pedrito, Delfina Machado e uma de suas filhas também foram levadas ao acampamento dos maragatos e violentadas.

As mulheres, ao longo do conflito, também sofreram violência patrimonial. Em termos normativos, esse tipo de violência se refere a “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos” (BRASIL, 2006, s/p). Na Revolução de 1893 estão presentes vários níveis desse tipo de violência, que vão desde saques de roupas e outros objetos pessoais, à requisição forçada de animais de mulheres proprietárias.

Na carta do capataz da fazenda do capitão legalista Luiz Rodrigues da Silva, o autor informa que no saque promovido por maragatos à sede da estância, em Cunhaperú, “roubaram toda a roupa de minha mãe e irmãos, ficando nós com a roupa que trazíamos no corpo” (A FEDERAÇÃO (RS), 27-03-1893). “Eu e minha família ficamos pobríssimos. Nada tenho hoje; tudo me roubaram”, desabafava a seu empregador.

Note-se que a violência era feita também contra indivíduos das classes subalternas da sociedade gaúcha, que perdiam o pouco que tinham.

Após o levantamento do cerco da Lapa, no Paraná, em fevereiro de 1894, com a rendição dos republicanos, a cidade foi objeto de saque por parte dos maragatos. A ata de capitulação dizia que “aos oficiais é concedida plena liberdade e concedidos meios de transporte dentro do Estado para, com seus bagageiros, tomarem destino que lhes convenha sob condição de não mais tomarem armas contra a revolução” (ROCHA, 2016, p. 94). Essa garantia, no entanto, não foi cumprida. A bagagem da família do coronel Joaquim Lacerda, o riquíssimo comandante republicano do assédio maragato à vila, por exemplo, passa a ser objeto de cobiça por parte dos saqueadores porque dizia haver nela uma pequena fortuna de 300 mil réis (DOURADO, 2020).

Em uma carta do início de setembro de 1895, escrita desde a Lapa e endereçada a sua irmã Amélia, moradora de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul e Maria Magdalena, esposa do coronel Lacerda, contam que no dia em que o trem partiu para Curitiba, ela organizou seis malas, sendo três de “roupas de vestir” e as demais de “roupas de cama”. Segundo escreveu:

Quando fomos, levamos 3 malas adiante de roupa e deixamos as outras entregues a minha cunhada que vinha para casa posar. Jóias melhores eu levei, outras deixei para minha cunhada mandar nesse dia mesmo. À tardinha, invadiram a casa. Levaram minhas malas. (MOOJEN, 1895, s/p)

A casa a que ela se refere é a da família, uma das mais importantes da cidade e que foi objeto de completo saque. Em Paranaguá, por onde passou um mês e meio com o coronel Lacerda e Maria Magdalena diz que viu “uma paraguaia com o meu vestido, se pisando”, produto do saque de suas malas de roupas. Ela lamentava, na carta à Amélia, “não poder dizer nada”. “Triste mundo, nunca pensei [que isso ia acontecer]. Até fiquei descrente deste mundo triste”, lamentava (MOOJEN, 1895, s/p).

Ressalte-se que Maria Magdalena, mulher alfabetizada, responsável pelo cuidado do lar e da família, era esposa de um dos principais republicanos do Paraná, e nem por isso esteve a salvo de violências. Seu lamento pelo vestuário e joias saqueadas reforça que suas referências de vida, em termos patrimoniais, eram precisamente do ambiente doméstico, o espaço típico das mulheres casadas com indivíduos positivistas.

Mas mulheres republicanas e inseridas na vida econômica também existiam, e igualmente foram objeto de violência patrimonial. Era o caso da viúva Maria Eufrasia Justina, mãe do intendente de Lagoa Vermelha, o tenente-coronel castilhistas Heleodoro de Moraes Branco. Considerada uma grande proprietária de terras, foi fortemente prejudicada com as requisições de animais realizadas pelos próprios castilhistas (BRANCO, 2002). Durante a guerra, ocorreu principalmente em relação aos rebanhos, uma “apropriação predatória praticada por insurgentes e contra insurgentes”, sendo o arrebanhamento o seu método típico e que, conforme demonstra o caso da progenitora de Heleodoro, não poupou sequer os proprietários da elite

castilhista do estado (DAMIN, 2023, p. 18). Tratava-se de uma forma de saque, roubo ou furto de animais como gado, cavalos e muares espalhados pelos campos ou nos poteiros.

No caso de Maria Eufrasia Justina, a proprietária abriu um processo na Fazenda Nacional com o objetivo de reclamar indenização por animais subtraídos de suas terras ao longo da Revolução (CARTÓRIO DE NOTAS, 1898). No total, a latifundiária e pecuarista alega terem sido levados 767 animais, entre éguas, cavalos, mulas, burros e vacas. Essas requisições foram realizadas em outubro de 1893 e junho de 1894 pela “força legal sob o comando do general Francisco Rodrigues Lima”, comandante da Divisão do Norte, a força castilhista que perseguia o Exército Revolucionário de Gumerindo Saraiva (CARTÓRIO DE NOTAS, 1898, p. 61). O prejuízo monetário estimado foi de 24 contos e 600 mil réis, uma grande fortuna para a época.

Na colônia italiana de Alfredo Chaves, hoje município de Veranópolis, a violência patrimonial atingiu a esposa de um dos próceres do Partido Federalista da serra gaúcha. Em março de 1894, forças republicanas lideradas pelo coronel Firmino de Paula, atacaram com a utilização de canhões, as residências e casas comerciais de lideranças identificadas como maragatas, transformando-as em cinzas (DAMIN, 2023). Uma das estruturas incendiadas foi a da família de Luciano Vicente Decusati, revolucionário que não se encontrava em Alfredo Chaves naquela oportunidade. Presente estava Silvia Francio, sua esposa. Na colônia, o casal possuía um hotel e um comércio (FARINA, 1998). A família de Decusati teve que sair às pressas da edificação atacada para que não fosse também devorada pelo fogo. O pouco salvo por dona Silvia foi levado até a residência próxima de Eugênio Dal Pai, porém, quanto os republicanos perceberam que a mulher de Decusati caminhava naquela direção, “correram e atearam fogo ali também”, rememorou a imigrante Helena Amantea (*apud* BATTISTEL, 1982, p. 340).

A penalização da condição de Silvia como uma companheira de um maragato, nesse caso, foi destruir sua hospedaria e casa de negócios, privando a família da renda e deixando a mulher, já afastada do marido em razão da guerra, em completa ruína financeira.

Ainda em relação às violências, pode ser abordada a de tipo psicológica contra a mulher, que segundo a lei, pode ser considerada “como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima” através de “ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade” (BRASIL, 2005, s/p).

Sob o título “Bandidos!”, o jornal A Federação relatava os “revoltantes atentados cometidos por *federaes* contra uma respeitável senhora, a esposa de um brioso oficial do nosso exército” (A FEDERAÇÃO (RS), 26-04-1893). Tratava-se de Zulmira, casada com o capitão Fortunato de Senna Dias. O episódio

ocorreu quando da invasão ao município de Alegrete, no início de 1893. Na vila, os maragatos compareceram à casa do capitão Senna Dias, encontrando apenas sua família. A violência psicológica então passou a desenrolar-se. “Interrogaram insistente e desrespeitosamente a aflita senhora do oficial, para que ela lhes indicasse o paradeiro de seu marido”, registra a imprensa.

Zulmira de Senna Dias, no entanto, nenhuma informação dava sobre onde estava seu marido. Um soldado republicano e próximo à família foi torturado na frente da mulher, como forma de pressão para que contasse o que sabia. Mas os maragatos nada conseguiam. Foi então que a filha mais velha, de 12 anos, foi retirada de sua mãe “e a puseram sobre o cavalo de um castelhano repelente e hirsuto” (A FEDERAÇÃO (RS), 26-04-1893). Estava, pois, seriamente ameaçada de ser violada. Diante dessas cenas, e por não mais suportá-las, dona Zulmira “suplicou aos algozes que lhe restituíssem a menina e não maltratassem mais o praça, porque diria onde estava o marido”.

Mas, após informar sobre o destino do capitão, chega o revolucionário Marcelino Pina com a notícia de que o republicano tinha sido degolado ao tentar cruzar o rio Inhandui. A Federação diz que neste momento “Zulmira de Senna Dias atingiu ao seu auge: enlouqueceu, a desditosa!” (A FEDERAÇÃO (RS), 26-04-1893). Foi, portanto, acometida por problemas mentais decorrentes da violência psicológica sofrida.

Por ter família no Rio de Janeiro, os comandantes republicanos providenciaram sua ida e de seus filhos para a capital da República, já que sua sanidade estava comprometida. Consta que, na viagem do interior até Porto Alegre, ela “tentou precipitar-se do trem”, realizando ainda nova tentativa de suicídio ao tentar se atirar “de uma das janelas do hotel Siglo à rua” (A FEDERAÇÃO (RS), 26-04-1893). Ao partir no vapor Itaipu para o Rio, foi vista vestindo uma “camisa de força” por estar “completamente louca” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ), 17-05-1893). O capitão Fortunato, no entanto, não havia sido degolado, tendo conseguido fugir para Uruguaiana (A FEDERAÇÃO (RS) 08-05-1893).

O tipo de violência praticada contra as mulheres ao longo da Revolução, vale destacar, muitas vezes acontecia de maneira combinada, como quando havia saques patrimoniais, agressão física e, também, estupro.

2.2 As costureiras de Porto Alegre

Durante a Revolução Farroupilha, Flores (2014) assinala que um dos papéis exercidos pelas mulheres era o de “costureiras do exército”. O Conde de Caxias, futuro Duque, ao chegar ao Rio Grande do Sul em 1842, determinou ao Arsenal de Guerra, responsável pelos insumos da campanha militar, 12 mil uniformes para os soldados imperiais. “Na guerra civil, todas profissionais ou amadoras, legalistas ou farroupilhas, podiam se inserir na tarefa do Arsenal, que pagava por peça”, escreve Flores (2014, p. 212).

No esforço nacional de guerra contra o Paraguai, as mulheres também ficaram responsáveis pelas peças do fardamento do Exército e, em 1860, estavam registradas no Arsenal de Guerra, com sede no Rio de Janeiro, 4.400 costureiras (CASTRO, 2024). O trabalho ainda era manual porque as máquinas de costura eram raras e não havia no país uma fábrica industrial dessa natureza. Palhano, Oliveira e Marin (2016) destacam que essas mulheres costureiras provinham dos setores mais humildes da sociedade e o pouco que recebiam contribuía para manter as suas famílias.

No final do século XIX, às portas da Revolução Federalista, um dos trabalhos típicos das mulheres na sociedade gaúcha era o de costureira (BORDIN, 2019). Maleronka (2007) destaca que o ofício da costura era uma das principais opções de trabalho para as mulheres, pois se tratava de uma função aberta ao feminino, ao contrário de outras atividades restritas unicamente para os homens. A costura também era considerada uma das obrigações domésticas.

As costureiras eram autônomas ou assalariadas. Aquelas que recebiam salário não necessariamente trabalhavam em fábricas ou em comércios de vestuário ou de bordados, mas poderiam trabalhar de casa, com o pagamento sendo realizado pelos capitalistas por peça confeccionada a partir do correspondente fornecimento de matéria-prima (MALERONKA, 2017).

Os registros do jornal A Federação indicam que, a exemplo da Revolução Farroupilha e do conflito com o Paraguai, na Federalista de 1893, as mulheres assumiram o ofício de costurar os uniformes das tropas legalistas. Havia, pois, uma necessidade urgente de fardamento a ser costurado e os alfaiates, responsáveis pelas roupas masculinas, jamais conseguiriam demandar. Note-se que a norma social de que as mulheres não poderiam costurar roupas masculinas não se aplicava às fardas militares, que não eram tão complexas e precisavam ser confeccionadas em escala quase industrial.

O fardamento, destaque-se, desde o início da guerra revelou-se um problema logístico entre republicanos e federalistas. O diário do maragato Francisco da Silva Tavares (2004, p. 95), por exemplo, registra, uma semana antes da invasão federalista em fevereiro de 1893, que os chefes militares estavam reclamando “roupa para a gente que está nua”, ou seja, sem qualquer fardamento próprio para a guerra. Do lado republicano, as referências à insuficiência de roupas para a guerra também abundam. O tenente-coronel Pilar (2021, p. 95), comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, por exemplo, registra em diversos momentos a necessidade de fardamento, pois, conforme escreveu em 26 de outubro de 1893, “a tropa está quase toda seminua”.

Os registros da imprensa indicam que o Arsenal da Guerra, com sede em Porto Alegre, organizou o trabalho de costura dos fardamentos para as forças legalistas gaúchas. O Arsenal, que concentrava a organização logística para a campanha militar, possuía um “repartimento das costuras”. Em abril de 1893, Pedro Cesário de Abreu, secretário do Arsenal, fez publicar no jornal A Federação o chamamento para a

distribuição às “senhoras costureiras” do “fardamento para ser manufaturado pelas possuidoras das guias n. 1196 a 1295” (A FEDERAÇÃO (RS), 04-04-1893). Presume-se que cada guia representasse um fardamento, de tal sorte que, no final de junho, já se estava chamando costureiras para as guias de número 5145 a 5295 (A FEDERAÇÃO (RS), 27-06-1893).

Entre 1893 e 1895, milhares de fardamentos foram costurados por mulheres de Porto Alegre para as tropas castilhistas em atuação no interior do estado. A capital encontrava-se protegida da instabilidade do conflito e em nenhum momento foi ameaçada com alguma invasão por parte dos maragatos, de tal sorte que as costureiras levavam para suas casas o trabalho, entregando posteriormente as fardas ao Arsenal de Guerra e por isso recebendo um pagamento por peça.

As costureiras de Porto Alegre colocam as mulheres na cena logística da guerra, responsáveis pelo trabalho de confecção e costura de fardamentos dos combatentes, peças essenciais em qualquer campanha militar. O papel das mulheres gaúchas no campo logístico resta aqui pronunciado.

2.3 Mulheres que marcham e combatem

Em sua caracterização geral, a Revolução Federalista pode ser considerada como um conflito em que as tropas, sejam legalistas, sejam maragatas, encontravam-se em permanente movimento. Trata-se de uma guerra de marchas, com as colunas combatentes avançando e retrocedendo. Gumercindo Saraiva, por exemplo, irá liderar uma marcha épica, de ida e volta, do Rio Grande do Sul até o Paraná.

Nessas marchas, as mulheres estavam presentes, embora essa presença demande o recolhimento de verdadeiras “migalhas” distribuídas pelos cronistas da Revolução. Muitas mulheres, assim, marchavam junto aos homens, cumprindo as mais diferentes funções. Dourado (2005, p. 19) assinala que elas sempre estiveram nas guerras, mas como “presença extra-oficial, testemunhas silenciadas no tempo, exército sem nome”. Veremos, no caso de 1893, que há distinções no padrão das forças governistas e revolucionárias no que tange aos papéis desempenhados pelas mulheres.

Independente do espaço ocupado pelos oficiais, ou seja, os combatentes de maior patente, suas mulheres encontravam-se refugiadas em suas casas ou em outros locais mais seguros, como na capital do estado. Relembre-se de que comandantes castilhistas ou revolucionários conformavam a elite socioeconômica gaúcha, podendo a guerra ser compreendida como um conflito entre elites. Gumercindo Saraiva, por exemplo, não leva sua esposa para a marcha da guerra, tampouco assim age seu irmão Aparício ou qualquer outro membro do seu estado maior. Assim como legalistas como o senador Pinheiro Machado, o coronel Manoel do Nascimento Vargas ou o general Lima, comandante da Divisão do Norte, não levam

consigo suas mulheres para o combate. No caso deste último, quando a vila de São Borja foi atacada pelas forças maragatas de Dinarte Dorneles em dezembro de 1893, sua esposa, Amabelia Lima, que estava em casa, foi injuriada pelos invasores (A FEDERAÇÃO (RS), 08-03-1894). Todos esses oficiais, na verdade, buscaram afastar suas companheiras da guerra.

Quais são então as mulheres que se faziam presentes nas marchas? Dos registros, é possível concluir que se tratavam de mulheres dos soldados, e em particular dos combatentes federalistas. Em março de 1894, o jornal maragato A Federação, editado em Curitiba, publicou um despacho com a “relação das mulheres de praças que seguiram para o interior do Estado com o coronel Bodziak”, comandante do “batalhão polaco” formado por imigrantes poloneses residentes na colônia São Mateus (A FEDERAÇÃO (PR), 14-03-1894). Esse registro reforça o fato de que era mesmo típico, durante a guerra de 1893, que as mulheres de soldados federalistas seguissem seus maridos nas marchas. No caso do batalhão do coronel Bodziak, essas mulheres marchariam pelo interior do Paraná, cruzariam a fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul no final de maio de 1894 até o grande combate de Passo Fundo no final de junho.

Chama a atenção que o jornal publica os nomes completos de 11 homens, todos de origem polonesa, e nenhum nome de mulher. Trata-se de mais uma evidência da invisibilidade das mulheres no conflito, já que se fala em uma relação de mulheres, porém suas identificações são suprimidas e, em troca, publicados os nomes de seus maridos, demonstrando a relação de submissão existente entre os maridos soldados e as suas esposas que marchavam junto para a guerra.

Havia, no Exército Brasileiro, uma espécie de tradição, reforçada desde o conflito no Paraguai, de que as mulheres dos soldados poderiam acompanhá-los no teatro da guerra. Essa prática passou a se repetir em 1893, quando foi necessário despachar até o Rio Grande do Sul contingentes militares estacionados em outros estados brasileiros. Em junho de 1893, por exemplo, chegou em Pelotas, vindo do Piauí, o 35º batalhão de infantaria com efetivo de “402 praças, que trazem 134 mulheres e 133 crianças” (A FEDERAÇÃO (RS), 10-06-1893).

Mas de parte dos comandantes castilhistas, por sua vez, havia muita contrariedade em relação à presença das mulheres nas marchas. Em fevereiro de 1893, quando o 13º batalhão de infantaria deslocou-se de Porto Alegre para o município de São Gabriel, havia 100 mulheres prontas para marcharem junto com a tropa. O coronel Thomaz Thompson Flores, no entanto, “não consentiu que uma única mulher acompanhasse o corpo de seu comando, no intuito humanitário de evitar que elas participassem das múltiplas asperezas peculiares à guerra” (A FEDERAÇÃO (RS), 20-06-1893). Duas delas, no entanto, embarcaram clandestinamente no barco que levaria o 13º até a estrada de ferro, pelo que o coronel “as fez retroceder para Porto Alegre, dando-lhes dinheiro e recomendando-as à sua excelentíssima esposa”. Diante desse caso, a imprensa castilhista sublinhava a existência de uma “recomendação expressa do Sr. Presidente

da República” no sentido de “não consentir que as mulheres dos soldados acompanhem os corpos em marcha”. Mas, no caso de se fazerem presentes nas marchas, “são abonadas regularmente rações, de ordem do governo”, ou seja, são alimentadas.

Já em agosto de 1894 o comandante da Divisão do Norte, general Lima, baixou determinação em que proibia “que as mulheres acompanhassem as forças” (COUTINHO, 2011, p. 277). Com isso, objetivava-se “cessar esse abuso tão contrário à disciplina, à marcha e à boa ordem do serviço”. Note-se que a presença feminina acabava por se tornar, na visão do comandante, um ponto de perturbação para os homens.

A organização dos maragatos era, em contraste, mais flexível em relação à presença das mulheres. Os registros do diário de Ângelo Dourado indicam a presença do feminino em várias atividades e condições, principalmente de sofrimento, ao longo da marcha do exército revolucionário.

Na batalha de Passo Fundo, em junho de 1894, a maior e mais cruenta de toda a guerra, as mulheres que acompanhavam as forças maragatas aparecem em múltiplos momentos. Dourado (2020) escreve que as mulheres e os bagageiros, incluindo as cargas com a munição, foram deslocados para o alto de uma coxilha, mas que depois foi ordenado que se movessem para uma canhada, caso contrário seriam atingidas pelo inimigo. O coronel também registrou ter utilizado os préstimos das mulheres para atender os feridos. “Nada tínhamos para curá-los, recorri às mulheres e elas deram-me nem só fazendas brancas que tinham, como alguma roupa, e eu encarreguei de fazer ataduras” (DOURADO, 2020, p. 250).

Após a batalha, quando a coluna de Gumercindo Saraiva marchava para a região missioneira, o maragato registra a morte de uma mulher causada pelo frio. Tratava-se, em sua descrição, de “uma pobre velha que acompanhava dois filhos” – um já havia sido morto na Lapa e outro em Passo Fundo, mas mesmo assim ele preferiu seguir na coluna libertadora. Ele descreve, ainda, uma outra mulher, imigrante polonesa, que viu padecer o esposo e o irmão em Passo Fundo, causando-lhe tremenda dor: “É uma mulher alta, muito loura e muito suja. E uma mulher bonita, porém a quem o sofrimento tirou até o desejo de asseiar-se”, escreveu Ângelo Dourado (2020, p. 297).

Em outro caso muito significativo, Dourado (2020, p. 297) cita a presença na coluna revolucionária de um casal: um sargento desertor do Exército Nacional e sua esposa, “uma senhora muito bonita, de alguma educação”. Ela teria decidido acompanhá-lo e “vai marchando a pé em estado muito adiantado de prenhez sem ter o que comer”. Imagine-se o sofrimento desta mulher grávida em meio à crueza da marcha.

Podemos, diante dessas informações, afirmar que havia uma maior integração das mulheres nas marchas dos revolucionários. As colunas do exército de Gumercindo, nesse sentido, configuraram uma espécie de pequena sociedade em movimento, composta não apenas por homens, mas também por mulheres, mães, esposas e irmãs, que não participavam em geral diretamente dos combates, mas que

seguiram cuidando de suas famílias e realizavam outras tarefas como o de cuidar dos feridos e realizar atividades ditas domésticas, como a de cozinhar.

Há, por fim, uma outra diferença da presença da mulher nas marchas que é também reveladora da composição social das partes do conflito. Do lado republicano, não é encontrada qualquer mulher que tenha se destacado como combatente, ou que sequer seja citada como tendo realizado alguma atividade bélica. Trata-se de algo coerente com a perspectiva da filosofia positivista dos castilhistas, para quem a mulher era do lar e não da guerra. Além disso, as forças militares ou civis que foram organizadas pelos governos do Rio Grande do Sul e pelo de Floriano Peixoto eram instituições mais formais, hierarquizadas e rígidas, faltando-lhes no mais das vezes maior flexibilidade, por exemplo, para acolher com naturalidade mulheres nas marchas.

Em sentido contrário, as forças maragatas, de contestação ao *status quo*, possuíam sua natureza irregular, tornando-se mais flexíveis socialmente para aceitar, por exemplo, a presença de mulheres, de grupos de ex-escravizados, indígenas ou outros indivíduos com passado criminal. Essa maior plasticidade é comprovada pelo encontro de duas referências a mulheres combatentes junto aos federalistas.

Em fevereiro de 1895, na fronteira com o Uruguai, e após uma vitória federalista contra tropas do coronel João Cesar Sampaio, Ângelo Dourado (2020, p. 354) introduz em sua narrativa a figura de “sargento Firmina”. O maragato refere-se a essa personagem no artigo masculino, mesmo sendo uma mulher. Do relato, sabe-se que Firmina, que não possuía uma patente de oficial, mas que estava armada com uma carabina, vestia calças masculinas, muito provavelmente uma bombacha ou vestimenta próxima a isso. A construção aqui é a de uma revolucionária masculinizada, que havia deixado de lado as saias que, pelas palavras da própria Firmina, já havia utilizado em sua vida.

A segunda combatente maragata foi retratada, com todos os pejorativos possíveis, pelo jornal A Federação em dezembro de 1895, quando já se havia feito a pacificação do estado. A “China Izolina” se apresentara em São Borja, baixando armas (A FEDERAÇÃO (RS), 17-12-1895). Ela é identificada como “uma figura saliente do *exército* de Dinarte Dorneles”, o chefe maragato da chamada Coluna Missioneira ao tempo da Revolução. Eis outros detalhes:

Vestida de homem, fez a campanha com os maragatos e não perdia ocasião de insultar as famílias. Segundo nos contam e é notório, era a primeira que comparecia nas linhas de combate, armada de lança. Era oficial dos revolucionários e quando estes, como se deu no Povinho, fugiam, ela os repreendia asperamente. Enfim, era mulher para tudo. É uma china gorda, mal encarada, moça ainda e usa bombachas e poncho de pala e monta regularmente a cavalo. (A FEDERAÇÃO (RS), 17-12-1895)

É interessante notar que Izolina é relatada como uma figura masculinizada, de bombacha e cavaleira. Era, além disso, valente e uma oficial, não uma mera soldado. Os republicanos assim a descrevem com o

objetivo de detratá-la, diminuindo sua existência, já que aquele não era o seu lugar, ou melhor, que os maragatos utilizavam as suas mulheres para levá-las à guerra e saquear cidades como São Borja. Ao agir dessa maneira, acabaram por lançar luzes sobre a presença e a visibilidade das mulheres gaúchas na mais violenta guerra civil da história brasileira.

Considerações finais

O artigo resgatou a presença das mulheres na Revolução Federalista de 1893, buscando diminuir sua história de invisibilidade em conflitos militares. Mostrou-se como a influência positivista buscava estabelecer comportamentos mais adequados ao feminino no início da República, no final do século XIX, e que tais padrões alijavam as mulheres da participação política, do mundo do trabalho e também das guerras, restringindo suas funções básicas ao cuidado do lar e educação dos filhos. Salientou-se, ao mesmo tempo, que as mulheres gaúchas, em conflitos anteriores, apresentavam uma capacidade de adaptação de suas funções sociais, passando, por exemplo, a realizar atividades que, em tempos de paz, eram exclusivamente masculinas.

A partir da realidade da Revolução e dos dados qualitativos coletados, foi possível identificar alguns papéis e funções exercidos pelas mulheres no período. O primeiro deles é o de vítimas. Mulheres foram vítimas de violência física, sexual, psicológica e patrimonial. Os relatos documentam degolas indiscriminadas, abusos sexuais, inclusive de crianças, saques de bens e propriedades e requisição de animais. A violência acabou por transcender o espaço do lar.

As mulheres também desempenharam um papel logístico fundamental como costureiras, confeccionando, em Porto Alegre, uniformes para os soldados. Na Revolução Federalista de 1893, a necessidade urgente de fardamentos levou o Arsenal de Guerra de Porto Alegre a organizar o trabalho de costura entre as mulheres da cidade, que recebiam por peça confeccionada. A mão de obra feminina, nesse sentido, foi fundamental para garantir que as tropas estivessem uniformizadas.

Por ser uma guerra de movimento, caracterizada por marchas contínuas das colunas governistas e revolucionárias, as mulheres também surgem como acompanhantes dessas marchas, desempenhando diversos papéis. Enquanto os oficiais de alta patente mantinham suas esposas longe do conflito, as esposas dos soldados, especialmente dos federalistas, seguiam seus maridos, cuidando dos feridos e realizando tarefas domésticas nos acampamentos. Essas revolucionárias testemunharam todas as agruras das longas marchas, morrendo de frio, temendo constantemente a morte e cuidando de seus filhos.

Como os maragatos possuíam um exército irregular, algumas mulheres se destacaram como combatentes, como sargento Firmina e a oficial Izolina, que desafiavam normas de gênero e se integravam

ativamente ao esforço de guerra. Essas mulheres, invisíveis ou vilipendiadas nas narrativas oficiais, desempenharam papéis essenciais na mais violenta guerra civil da história brasileira.

Referências

A FEDERAÇÃO (PR). **Jornal A Federação**. Curitiba, Paraná. Edições de 1894. Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

A FEDERAÇÃO (RS). **Jornal A Federação**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Edições de 1893 e 1895. Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias**. Caxias do Sul: EST, 1982

BORDIN, Évelin Zanelatto. **Ofício costureira: Um estudo sobre educação e as posições ocupadas no mercado de trabalho da confecção de vestuário na região metropolitana de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2019.

BORMANN, General J. B.. **Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalistas no Estado do Paraná**. Curitiba: Typografia da Livraria Economica, 1901, Volume II.

BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: Uma Ideologia de Longa Duração. In: PERRONE-MOISÉS, L. (org.). **Do Positivismo à Desconstrução. Ideias Francesas na América**. São Paulo: Edusp, 2004, p.17-47.

BRANCO, Pércio de Moraes. **A região de Lagoa Vermelha: aspectos históricos**. Porto Alegre: EST, 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha**. Brasília, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em 17-05-2024.

CAMARGO, Natália de Oliveira; SANTOS, Franklin Vieira dos. Violência patrimonial: a violência contra a mulher como violação dos direitos humanos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 11, p. 1136-1152, 2022.

CARTÓRIO DE NOTAS. **Livro do Cartório de Notas de Lagoa Vermelha de 24 março de 1898 a dezembro 1898**. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Uniformes da Guerra do Paraguai. Biblioteca Nacional, Dossiê Guerra do Paraguai**. 2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-do-paraguai/artigos/uniformes-da-guerra-do-paraguai>. Acesso em 17-05-2024.

COLLING, A. **As chinas gaúchas: a invisibilidade do feminino na Guerra do Paraguai**. In: XII Encontro Estadual de História Anphu/RS: História, Verdade e Ética, p. 11-14, 2014.

COMTE, Augusto. **Catecismo positivista**. Trad. Miguel Lemos. Rio de Janeiro, 1895.

CORREIO DA MANHÃ (LISBOA). **Jornal Correio da Manhã**. Lisboa, Portugal. Edições de 1893. Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Albino José Ferreira. **Marcha da Divisão do Norte**. Porto Alegre: Edigal, 2011.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ). **Jornal Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Edições de 1893. Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

DAMIN, Cláudio Júnior. **1893, Sangue na Lagoa Vermelha: Episódios da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2023.

DAMIN, Cláudio Júnior. O emprego de animais na Revolução Federalista de 1893. **Revista de História Regional**, v. 28, 2023.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

FARINA, Remo Rômulo Farina. **Gramma Humana: A Grama do Senhor**. Porto Alegre: EST, 1998.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Discurso de Posse: A mulher na Guerra dos Farrapos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 148, 2014.

FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense: realidade e utopia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hubner. **Revolução Federalista**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Edigal, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Edigal, 2013.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher, a moral e o imaginário: 1989-1930**. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 1995.

LOPES, Lélia Coelho et al. **Mulheres chefes de família num contexto beligerante: atuações femininas durante os conflitos fronteiriços na banda oriental (Rio Pardo 1811 a 1828)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

MALERONKA, Wanda. **Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1920-1950)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

MOOJEN, Maria Madgalena. **Carta pessoal de Maria Magdalena Moojen a sua irmã Amélia. Lapa, 2 de setembro de 1895**. Disponível no arquivo on-line do Museu Paranaense.

MOREIRA, Simone da Nóbrega Tomaz et al. **Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde**. Revista de Saúde Pública, v. 42, p. 1053-1059, 2008.

MOURA, Samantha Nagle Cunha de. **Estupro de mulheres como crime de guerra sob as perspectivas feministas**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas. Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8331/2/arquivototal.pdf. Acesso em 17-05-2024.

O ESTADO (SC). **Jornal O Estado**. Desterro, Santa Catarina. Edições de 1893. Disponível em: bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

PALHANO, M.; OLIVEIRA, R.; MARIN, J. **A atuação das mulheres na Guerra do Paraguai: entre mitos e história, muitas personagens importantes**. XIII Encontro Regional de História de Mato Grosso do Sul: História e democracia: possibilidades do saber histórico, p. 8-11, 2016.

PASSOS, Kennya Mesquita; LOSURDO, Federico. Estupro de guerra: o sentido da violação dos corpos para o direito penal internacional. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 153-169, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PEREIRA, Miguel José. **Esboço histórico da brigada militar do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Brigada Militar, 1950.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980.

PESAVENTO, Sandra. **Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS – 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Alberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra. **Emergência dos subalternos**. Porto Alegre: FAPERGS/UFRGS, 1989.

PILAR, Fabrício. **Memórias da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Mulher e educação na sociedade rio-grandense da República Velha**. Porto Alegre: UFRGS/INESP, 1987.

RIBEIRO JR., João. **O que é positivismo**. Editora Brasiliense, 1984.

RIBEIRO, José Iran. Muitas e diversas Anitas: mulheres nas campanhas militares no extremo sul no século XIX. In: Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; SILVA, Jonathan Fachini da (orgs.). **História das mulheres no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022, p. 163-184.

ROCHA, S.S.. **1894: Lama Vermelha**. São Paulo: Scortecci, 2016.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Editora do Senado, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SILVA TAVARES, Francisco da. **Diário da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Ministério Público do Rio Grande do Sul, Memorial, 2004, Tomo I.

SILVA, Lídia Ester Lopes da; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3523-3532, 2015.